

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Educação**  
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Cristiano Almeida da Silva

**FORMAS LITERÁRIAS EM *O CAPITAL* DE KARL MARX:** conteúdo e forma da  
educação da classe trabalhadora

Belo Horizonte  
2021

Cristiano Almeida da Silva

**FORMAS LITERÁRIAS EM *O CAPITAL* DE KARL MARX:** conteúdo e forma da  
educação da classe trabalhadora

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana

Orientador: Professor Doutor Hormindo Pereira de Souza Junior

Belo Horizonte  
2021

S586f  
T

Silva, Cristiano Almeida da, 1986-  
Formas literárias em o capital de Karl Marx [manuscrito] : conteúdo e forma da educação da classe trabalhadora / Cristiano Almeida da Silva. - Belo Horizonte, 2021.  
215 f. : enc, il.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Hormindo Pereira de Souza Junior.

Bibliografia: f. 209-215.

1. Marx, Karl, -- 1818-1883 -- O capital -- Crítica e interpretação -- Teses. 2. Educação -- Teses. 3. Educação popular -- Teses. 4. Análise do discurso literário -- Teses. 5. Gêneros literários -- Teses. 6. Literatura - - Teses. 7. Estilo literário -- Teses. 8. Sociologia educacional -- Teses.

I. Título. II. Souza Junior, Hormindo Pereira de, 1962-.

III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.12

**Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**FORMAS LITERÁRIAS EM O CAPITAL DE KARL MARX: conteúdo e forma da educação da classe trabalhadora**

**CRISTIANO ALMEIDA DA SILVA**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 22 de outubro de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Hormindo Pereira de Souza Junior - Orientador  
UFMG

Prof(a). Antonio Jose Lopes Alves  
COLTEC

Prof(a). Mauro Luis Iasi  
ESS UFRJ

Professora Dra. Rosimar de Fátima Oliveira  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2021.

*Ao João e à Ivi*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a uma amiga que me ensinou que não se deve citar nomes aqui. Obrigado.

À CAPES agradeço pela concessão da bolsa que permitiu minha dedicação integral aos estudos e à pesquisa.

Singing!  
We will, we will rock you!  
We will, we will rock you!  
Queen (1977)

Sim, estais pronto...  
Aqui eu permaneço ao seu lado.  
Aqui permaneço recomeçando,  
como sempre... inacabado.  
Mauro Iasi (2008)

## RESUMO

**Resumo:** Apresentamos nesta dissertação a análise feita das formas literárias presentes no livro I de *O Capital* de Karl Marx e sua relação com a educação popular. Para tanto, partimos de uma certa compreensão sobre o método em Marx, bem como seu modo de exposição da crítica à Economia Política, e a história de sua produção. Apresentamos o levantamento bibliográfico realizado sobre o papel da arte, e em particular, sobre a presença de certos traços literários, ou mesmo a utilização de determinadas obras literárias, no decurso de sua exposição das formas de ser, na sociedade onde reina o modo de produção capitalista. Foi necessário, ainda, tratar do conteúdo, contido nas três primeiras seções do livro I de *O Capital*, com o objetivo de identificar as funções que cumprem as formas literárias nesta obra. Elucidamos as principais formas literárias presentes na obra, localizando e analisando os principais módulos verbais característicos do autor, a utilização que faz da literatura no seu texto, as suas ilustrações, as suas construções narrativas e as suas ironias. Propomos haver uma intencionalidade, por parte do autor, de tornar mais compreensíveis as conclusões teóricas a que chega no transcurso de suas investigações, não só manifestas em seus prefácios e cartas, mas nas próprias formas literárias analisadas, evidenciando-se essa natureza didática de seu texto. Retornando ao nosso ponto de partida, a educação popular que tem por base a crítica da Economia Política, apresentamos a trajetória do Núcleo de Educação Popular – 13 de Maio e as principais questões teóricas e metodológicas que caracterizam a prática pedagógica deste núcleo. Por fim, ponderamos relações entre essa prática pedagógica e as formas literárias presentes no livro I de *O Capital*.

**Palavras-chave:** Método em Marx; Modo de Exposição; Educação Popular; Formas Literárias; O Capital



## ABSTRACT

**Abstract:** The current dissertation assesses the literary forms present in Karl Marx's *Capital*, namely on its first volume, and its relationship with popular education. The starting point is the understanding of Marx's method, as well as the exposition of his criticism of Political Economy, and its history. The assessment presents a bibliographic survey carried out on the role of art, and in particular, on the presence of certain literary traits, or even the use of certain literary works, in the course of the exposition of the ways of being, in a society where the capitalist mode of production reigns. It was also necessary to deal with the content of the first three sections of volume I of *Capital*, with the aim of identifying the functions fulfilled by the literary forms present in the book. The main literary forms used by Marx are elucidated through the location and assessment of the main verbal modules that are characteristic of the author, the use he makes of literature, his illustrations, his narrative constructions, and his ironies. Therefore, an intention is proposed, since the assessed author seeks to make the theoretical conclusions reached in the course of his investigations more understandable. Such intention is shown not only in his prefaces and letters but in the assessed literary forms, evidencing this didactic nature of his text. Returning to our starting point, the popular education based on the critique of Political Economy, we present the trajectory of the Núcleo de Educação Popular – 13 de Maio and the main theoretical and methodological issues that characterize its pedagogical practice. Finally, we consider the relationship between this pedagogical practice and the literary forms present in volume I of *Capital*.

**Keywords:** Marx's Method; Mode of Exposure; Popular Education; Literary Forms; Capital

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Uma das lousas do curso Como Funciona a Sociedade I.....	196
--	-----

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 A teoria em Marx e suas peculiaridades .....</b>	<b>19</b>
1.1 Sobre o método em Marx .....	19
1.2 O modo de exposição n' <i>O Capital</i> .....	35
1.3 Formas literárias: primeiras aproximações .....	42
1.4 De <i>A Economia</i> a <i>O Capital</i> .....	47
<b>2 A base do universo categorial de Marx: as três primeiras seções de O Capital.....</b>	<b>52</b>
2.1 Seção I – Mercadoria e Dinheiro .....	52
2.1.1 Capítulo 1 – A Mercadoria.....	52
2.1.2 Capítulo 2 – O processo de troca .....	70
2.1.3 Capítulo 3 – O dinheiro ou a circulação de mercadorias.....	72
2.2 Seção II – A transformação do dinheiro em capital.....	78
2.2.1 Capítulo 4 – A transformação do dinheiro em capital .....	78
2.3 Seção III - A produção do mais-valor absoluto .....	84
2.3.1 Capítulo 5 - O Processo de trabalho e o processo de valorização .....	84
2.3.2 Capítulo 6 – Capital constante e capital variável.....	91
2.3.3 Capítulo 7 - A taxa do mais-valor .....	93
2.3.4 Capítulo 8 - A jornada de trabalho.....	96
2.3.5 Capítulo 9 - Taxa e massa do mais-valor .....	105
<b>3 As formas literárias no livro I de O Capital.....</b>	<b>109</b>
3.1 Literatura.....	117
3.2 Ilustração.....	120
3.3 Narrativa .....	135
3.4 Ironia.....	147
<b>4 A prática pedagógica do NEP – 13 de Maio .....</b>	<b>151</b>
4.1 A trajetória do NEP – 13 de Maio.....	151
4.2 A consciência de classe como movimento.....	161

4.3 Crítica à Concepção Metodológica Dialética .....	172
4.4 A ironia e o parto do senso comum.....	184
4.5 Como funciona a sociedade I.....	189
4.5.1 Análise do roteiro.....	200
<b>Considerações finais .....</b>	<b>205</b>
<b>Referências .....</b>	<b>211</b>

## INTRODUÇÃO

No campo da educação, e especificamente da educação popular<sup>1</sup>, as interpretações equivocadas do método de pesquisa em Marx, bem como da não diferenciação necessária, em relação à sua lógica da concreção<sup>2</sup>, apresentada no seu particular modo de exposição, provocaram distorções na concepção da maior parte dos grupos e organizações que pretendem educar os trabalhadores com vistas à transformação revolucionária da sociedade capitalista.

Nesta dissertação, voltaremos as atenções ao estudo das formas literárias, utilizadas por Marx, na exposição de sua crítica à Economia Política, no livro I de *O Capital*, com vistas a contribuir com as reflexões sobre as práticas pedagógicas no âmbito da educação popular. Buscaremos compreender, em que medida, as formas literárias, desenvolvidas por Marx para expor sua lógica da concreção, podem nos dar indícios de um caminho pedagógico e educativo para os processos de formação política, com os trabalhadores, na perspectiva da emancipação humana.

O interesse por pesquisar uma possível relação entre as formas literárias, em *O Capital*, e o processo educativo do conteúdo ali contido, provém da prática pedagógica realizada, pelo autor desta dissertação, no Núcleo de Educação Popular – NEP 13 de Maio, e a partir das suas vivências como educador popular e militante deste núcleo. Por volta de 2010, uma nova equipe de educadores, entre os quais o autor desta, assumiu gradativamente o Programa de Formação de Monitores, que tem por objetivo formar novos educadores populares (monitores), vinculados aos diversos movimentos sociais e organizações classistas da esquerda brasileira. No decorrer dos processos formativos, vinculados ao NEP 13 de Maio, nos deparamos com um denso conjunto de processos de trabalho pedagógico, já elaborados e praticados pelo Núcleo, há quase 30 anos, entretanto, pouco sistematizados. A dissertação em questão segue, portanto, duas linhas: a investigação sobre as formas literárias presentes na obra *O Capital*, e o cotejamento, dos resultados deste estudo, com a prática pedagógica realizada pelo núcleo. Para melhor situar nosso objeto de pesquisa, faz-se então necessário levantar, mesmo que rapidamente, a história do Núcleo e o papel da Formação de Monitores.

O Núcleo de Educação Popular surgiu em 13 de maio de 1982. Organizou-se, de início, em três frentes: trabalho direto, trabalho de formação política e trabalho de produção de recursos pedagógicos. As temáticas dos cursos de formação política surgiam das demandas do

---

1 Nos referimos aqui à educação popular fora do âmbito estatal, ou seja, não formal.

2 Expressão utilizada por Chasin (2009) referindo-se à “reprodução teórica da lógica intrínseca ao objeto investigado” (CHASIN, 2009, p. 90).

trabalho direto, por meio do que nomeavam de “reuniões orientadas”, com as oposições sindicais, as diretorias sindicais recém-empossadas e com os movimentos de bairro, principalmente na base metalúrgica da região da Grande São Paulo.

Assim, surgiram os primeiros cursos: “História do Movimento Operário no Brasil”, “Noções Básicas de Economia Política” e “Questões de Sindicalismo”. No fim da década de 1980, o NEP 13 de Maio já possuía um Programa de Cursos e Seminários, e a demanda por formação política crescia, em decorrência das próprias contradições do movimento operário/sindical e político, que se agigantava no país. Nesse contexto, em 1988, a equipe de educadores do NEP 13 de Maio começou a elaborar um Programa de Formação de Monitores. Em 1992, o Núcleo concentrou sua atuação nos processos de formação, tendo, como centro da sua atuação, o desenvolvimento do Programa de Formação de Monitores. Neste mesmo ano, foi criado o Fórum Nacional de Monitores (FNM), que se reúne, desde então, anualmente, e é responsável pelas atividades desenvolvidas até hoje.

O FNM do NEP 13 de Maio desenvolve um programa de formação básica, que tem quatro cursos, com duração de dois dias cada um; três cursos de aprofundamento, com duração de seis dias cada; e o Programa de Formação de Monitores que ministrarão os cursos básicos. Este último, tem duração de dois anos, com encontros regulares a cada dois meses, e, atualmente, está na 33ª Turma, iniciada em julho de 2019. Os membros da equipe, que hoje estão responsáveis pelo programa, formaram-se em turmas anteriores, à época, coordenadas pela equipe que, a partir de 1992, assumiu os trabalhos do Programa de Formação de Monitores.

No âmbito acadêmico, poucos são os trabalhos que têm por estudo a trajetória do NEP 13 de Maio. O trabalho de Cyntia Silva (2008) reconstitui a trajetória da entidade, bem como o contexto de seu surgimento. No tocante à prática pedagógica, ainda hoje praticada em todo o Brasil, por diversos monitores formados pelo Núcleo, podemos apontar o trabalho realizado por Pitias Lobo (2009). Uma das questões abordadas nestes trabalhos é a “pedagogia treziana” (LOBO, 2009, p. 57) ou “[...] um ‘jeito de ser’ peculiar ao 13 de Maio NEP de fazer a formação política” (SILVA, 2008, p. 110), o que denominamos de prática pedagógica do NEP 13 de Maio. Uma das peculiaridades encontradas nas próprias formulações do Núcleo, bem como na literatura acima apontada, é a utilização da “maiêutica socrática” (IASI, 2001, 2006; LOBO, 2009; SILVA, 2008) como forma de lidar com o “senso comum” (GRAMSCI, 1999; IASI 2006).

Além da carência de formulações, acerca desta prática pedagógica, e suas especificidades, não há uma vinculação, nos trabalhos até aqui realizados, desta com a forma pela qual Marx expõe sua teoria, principalmente em *O Capital*. Sabíamos, quando assumimos

o Programa de Formação de Monitores, que a base sobre a qual se ergue o primeiro curso básico – Como Funciona a Sociedade I – estava nos seis capítulos iniciais de *O Capital*. Mas, somente quando realizamos várias leituras “linha a linha, parágrafo a parágrafo”, como costumamos dizer, nos módulos de estudo do curso, é que percebemos a importância que a forma, com que Marx expõe sua teoria, possui na formação dos futuros educadores, no aprendizado dos conteúdos ali expostos. Ou seja, por mais que pudéssemos resumir os conteúdos contidos no formato de uma apresentação, a leitura pormenorizada, do próprio texto do autor, possibilita uma melhor compreensão da lógica imanente ao universo categorial de *O Capital*, e ainda dá subsídios para compreensão dos roteiros dos cursos básicos.

A contenda no campo da educação popular tem como “humos” o debate das teorias da educação e suas variadas abordagens de ensino. A pedagogia tradicional é vinculada à concepção que, principalmente nos partidos comunistas dirigidos pela III Internacional, orientava a formação política e é, diretamente, associada à pedagogia tradicional de caráter verticalizado, dogmático e autoritário. Contrapondo-se a esta prática temos a tradição dos grupos de base popular da igreja católica, dos fins da década de 1970. Criaram-se, portanto, dois polos antagônicos, que dificultavam o debate: de um lado, a verdade oficial a ser transmitida pelo partido, na forma da linha justa a ser seguida, em que a formação é concebida como um ato de passagem para um conhecimento científico e, portanto, universalmente válido; e do outro, o esforço de partir da vida imediata de uma comunidade, consubstanciado no famoso método de “ver, julgar e agir” (IASI, 2011<sup>3</sup>).

Essa forma de abordar a questão só a transforma em uma caricatura que de nada ajuda na resolução dos problemas que encontramos no campo da educação popular, como afirma Iasi (2011):

Na verdade, também nesse campo, as coisas não são tão simples. A tradicional formação dos PC's, ainda que inegavelmente dogmática, mostrou-se portadora de uma grande eficácia na socialização e consolidação de valores revolucionários, expressos na incorporação do significado de ser comunista, de ser revolucionário. Ao mesmo tempo, os grupos de cristãos comprometidos e sua proposta educativa acabaram por propiciar a emergência do elemento da cultura popular, a preocupação com a mediação das técnicas e da linguagem, o que levou também a resultados bastante significativos tanto na organização quanto na motivação política (IASI, 2011, p. 158).

A principal formulação sobre a metodologia de ensino, que baliza a compreensão dos mais amplos grupos de educação popular, tanto na década de 1990, como ainda hoje<sup>4</sup>, é a

3 Utilizaremos nesta dissertação a publicação *Ensaio sobre consciência e emancipação*, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, como referência aos textos *Reflexão sobre o processo de consciência* e *Consciência e metodologia da educação popular: contribuição à discussão metodológica*, ambos publicados pela primeira vez em 1999 pelo Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

4 Um exemplo da influência desse pensamento, que inclusive extrapola o campo da educação popular ou mesmo da educação é a publicação do Ministério do Meio Ambiente *Para sistematizar experiências* (2006).

Concepção Metodológica Dialética. Largamente divulgada, a partir do início da década de 1990, essa concepção foi sistematizada em 1991, por Oscar Jara Holliday, a partir de encontros com vários grupos e da experiência do grupo de educação popular Alforja, da Costa Rica.

A Concepção Metodológica Dialética não é senão a aplicação da teoria dialética do conhecimento ao processo educativo: “[...] assim como conhecemos, assim devemos educar” (HOLLIDAY, 1991, p. 4). Desse ponto de partida derivam os três passos metodológicos propostos por tal concepção: o primeiro consiste em partir da realidade imediata, que é produto não só da ação ou experiência, mas de toda a prática social e histórica; o segundo é apropriar-se de conceitos teóricos para melhor conhecer a realidade além da aparência imediata; o terceiro é, com esse conhecimento mais profundo da realidade e dos conhecimentos teóricos alcançados e construídos no processo educativo, passar à ação de transformação da realidade. O eixo fundamental é a vinculação entre prática e teoria, o que leva à formulação P-T-P, partir da prática, teorizar sobre ela e voltar à prática para transformá-la (HOLLIDAY, 1991). Em diálogo crítico a esta concepção, muito corrente em diversos grupos de educação popular na América Latina, está a prática pedagógica do NEP 13 de Maio.

Os cursos do NEP 13 de Maio são formulados tendo em vista dois momentos, devidamente articulados. Parte-se da ideia de que no processo educativo deve-se, antes mesmo de trabalhar um determinado conteúdo específico já elaborado, deixar emergir a compreensão que os educandos têm da temática a ser trabalhada. Neste sentido, poderíamos ver consonância com as metodologias que partem da realidade imediata dos participantes de um processo educativo, teorizando sobre ela, para retornar à prática transformadora. Entretanto, o movimento inicial do processo de aprendizagem, consubstanciado na prática pedagógica do NEP 13 de Maio, trata esse momento na perspectiva de “desmontar” o entendimento comum que os educandos já tinham antes de iniciar o processo educativo. Desta forma, a prática pedagógica realizada pelos educadores do NEP 13 de Maio se difere, substancialmente, da realizada por outros grupos que tomam por base a Concepção Metodológica Dialética, que objetiva dialogar com a concepção de mundo do educando. Pretendemos apresentar de forma detalhada essa diferenciação.

A partir disso, questionamos, portanto, quais relações podem ser feitas entre o modo de exposição, em *O capital*, e a metodologia de ensino deste conteúdo? As formas literárias cumprem quais funções no desenvolvimento do modo de exposição no livro I de *O capital*? Essas formas literárias poderiam cumprir um papel didático no decorrer da obra, ou seriam, apenas, um elemento ornamental? Ou ainda, haveria uma dissonância, entre o conteúdo



abordado por Marx no livro I, e as formas que ele utiliza para apresentar sua crítica da Economia Política?

Para abordar tal problemática, traçamos como objetivo central dessa dissertação empreender uma análise das formas literárias presentes em *O Capital*. Secundariamente levantamos as principais produções que circundam essas formas literárias: os trabalhos em torno da arte e estética no pensamento de Marx, os trabalhos que levantam como questão a vultuosa presença da literatura na vida e nas obras de Marx.

A fim de cumprir com estes objetivos adotaremos como prioridade metodológica a leitura, investigação e análise imanente do livro I da obra *O Capital*, particularmente das três primeiras seções. Este procedimento nos permitirá compreender de forma mais profunda o modo de exposição, bem como as formas literárias em Marx e suas possíveis conexões com as práticas pedagógicas.

A escolha da obra a ser analisada se justifica por diversos fatores. O próprio interesse por pesquisar essa obra é devido à importância que ela ocupa na formação de monitores do NEP 13 de Maio, entretanto isso, por si só, não dá o devido relevo à escolha aqui feita. O livro I de "O Capital - Crítica da Economia Política" é, ainda hoje, um dos livros mais estudados da vultuosa obra que Marx deixou como legado. No âmbito da vida do autor é a obra que ele mais dedicou tempo de estudo e de redação. Rosdolsky (2001) elaborou um volumoso estudo sobre a história da obra e os dilemas que ela suscitou no desenrolar do final do século XIX e no século XX. Antes chamada de "A Economia", a obra começa com os primeiros estudos que Marx fazia dos economistas políticos no início dos anos de 1840, passando pela publicação do *Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859, que já traz a primeira versão do que comporia os dois primeiros capítulos de *O Capital*, até a publicação do livro I, em 1867. Este primeiro livro versa sobre "O processo de produção do capital". Os outros dois livros, que versariam sobre "O processo de circulação do capital" (1885) e "O processo global da produção capitalista" (1894), não chegaram a ser publicados em vida. Somente depois da morte do autor, em 1883, Engels trataria os manuscritos e publicaria, então, os livros II e III. Há ainda uma parte final, que diz respeito à história do pensamento da economia política, tratada posteriormente, por Karl Kautsky, e publicado somente em 1905, que, segundo a análise de Rosdolsky, comporia os planos originais de Marx para a obra. Por esses fatores, o Livro I de *O Capital* é considerado, por muitos autores, como o único realmente feito apenas por Marx, o que não causa impacto quanto à escolha da obra, pois é indubitável, por mais que se possa debater do ponto de vista categorial, que Marx preparou, cuidadosamente, a forma de exposição

no livro I, diferentemente dos demais. Como o foco analítico, aqui proposto, é a forma literária da obra, concordamos com a proposição de Lukács, de que:

Esse tipo de apresentação é característico da estrutura interna das obras do Marx da maturidade. É uma estrutura de caráter completamente novo: uma cientificidade que, no processo de generalização, nunca abandona esse nível, mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e, com base nela, sopesa a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma análise ontológico-filosófica da realidade em si que jamais vaga, mediante a autonomização de sua abstrações, acima dos fenômenos operados, mas, ao contrário, justamente por isso, conquistou para si crítica e autocriticamente o estágio máximo da consciência, para poder captar todo ente na plena concretude da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele. (LUKÁCS, 2018, p. 295-296)

A leitura e análise imanente pode ser entendida como um modo de proceder próprio, em que o “texto se converte em ‘*caso*’ e, dentro de limites e parâmetros que sempre devem ser explicitados, pode ser o palco de experiências e campo de provas de conceitos e das suas inter-relações lógico-teóricas” (LESSA, 2007, p. 17).

[...] o que denominamos como sendo uma análise imanente ou estrutural. Isto significa afirmar que tomamos nosso objeto em sua consistência autossignificativa. E pressupõe uma análise matizada pelo respeito radical à estrutura e à lógica inerente ao objeto, o que supõe que, antes de interpretar ou criticar, é incontornavelmente necessário apreender e compreender e fazer prova de ter apreendido e compreendido (SOUZA JÚNIOR, 2015, p. 152).

Ou mesmo na abordagem que Chasin imprime à forma de se fazer os estudos teóricos nas "formações ideais":

Em síntese, aqui, a interrogação pertinente tem de assumir por alvo a *análise* ou *crítica imanente* e sua adequação para a leitura das *formações ideais*, no caso - o discurso marxiano. Questionamento que implica, decerto, explicitar a *posição* instaurada por Marx, e cuja tematização fundante há que ser evidenciada em sua própria obra. (CHASIN, 2009, p. 26)

Assim, devemos buscar "[...] reproduzir pelo interior mesmo da reflexão marxiana o trançado determinativo de seus escritos, ao modo como o próprio autor os concedeu e expressou" (CHASIN, 2009, p. 25).

Acreditamos que a presente dissertação possa contribuir para o campo de estudos “trabalho e educação” e, mais estritamente, para o campo das formulações pedagógicas no âmbito da educação popular, isto é, da formação política. Compreender, analisar e avaliar as práticas pedagógicas que os trabalhadores empreenderam em suas lutas, bem como seus fundamentos, pode nos ajudar a desenvolver estratégias, junto à classe trabalhadora, para que esta consiga se apropriar da crítica da Economia Política e de tantos outros conhecimentos necessários às suas lutas.

Feitos os esclarecimentos preliminares quanto aos elementos que fundamentaram nosso problema e objeto, passemos à apresentação de como organizamos a exposição dos resultados de nossa investigação. No primeiro capítulo trataremos dos aspectos gerais da teoria em Marx,

bem como sua peculiar forma de compreender, tanto o método, como o modo de exposição, da crítica à Economia Política, explicitando sua necessária diferenciação. Neste capítulo, também apresentaremos as formas literárias e a situaremos em um certo campo de investigação, bem como apresentaremos os principais trabalhos que encontramos sobre tal temática. Por fim, realizaremos um breve histórico da investigação, da produção e do processo de redação, da obra *O Capital*. No segundo capítulo, exporemos as bases fundamentais do universo categorial da crítica, que Marx empreendeu, à Economia Política. No terceiro capítulo, analisaremos as principais formas literárias do livro I, abordando o uso direto ou indireto destas obras; as ilustrações feitas por Marx, através de seus módulos verbais, das ciências relativas à natureza e dos acontecimentos históricos, com destaque para a Inglaterra; os textos narrativos, construídos por Marx, destacadamente na seção terceira da obra, e suas funções; e a ironia. No quarto capítulo, reconstituiremos parte da trajetória do NEP – 13 de Maio, bem como as principais fundamentações teóricas que balizam a sua prática pedagógica, como a do processo de consciência de classe, a composição do senso comum, sobre ideologia e, com isso, delinearemos a crítica realizada pelo núcleo à Concepção Metodológica Dialética, e ainda, apresentaremos as principais características da concepção metodológica empreendida pelo núcleo. Por fim, apresentaremos os delineamentos introdutórios sobre as similitudes encontradas entre a prática pedagógica do NEP – 13 de Maio e as formas literárias em *O Capital*.

## 1 A TEORIA EM MARX E SUAS PECULIARIDADES

### 1.1 Sobre o método em Marx

Ao analisar as concepções de educação orientadas ao ensino/aprendizagem da Crítica da Economia Política, a compreensão que se tem de método, na tradição de pensamento que tem por origem o corpo teórico legado por Marx, torna-se incontornável. Milhares, talvez, milhões de páginas foram dedicadas a essa temática, seja no sentido de estabelecer lutas teóricas com as mais variadas formas de pensamento burguês e pequeno burguês que o desenvolvimento do capitalismo possibilitou ou no sentido de desenvolver, aperfeiçoar, ou mesmo tornar o conteúdo acessível aos trabalhadores. Essa matéria foi sistematicamente abordada no decurso de nossas lutas há mais de um século e meio, isso se colocamos de lado toda uma série de ideologias que se desenvolveram e se tornaram preponderantes como forma “cientificamente correta” de produzir conhecimento, mas mesmo assim tiveram como interlocutor central a teoria desenvolvida por Marx. No campo da educação popular essa questão ganhou ainda mais relevo. Tendo isso em vista, nosso objetivo não é exaurir o debate, mas elucidar como compreendemos os principais elementos do método e seu papel na teoria deixada por Marx aos trabalhadores, com a finalidade de analisar suas reverberações particulares no campo da educação.

Desde a sua origem, e sobretudo no Renascimento e na Modernidade, o conhecer sistemático das coisas, ou seja, as ciências<sup>5</sup>, naturais ou relativas à humanidade, têm como pano de fundo, de forma mais ou menos explícita, uma fundamentação metodológica que orienta, ou mesmo, em alguns casos, valida ou refuta, os estudos de um dado objeto.

No tocante às ciências relativas à humanidade, essa questão é ainda mais proeminente e, em grande medida, funda tais ciências. Não por acaso, no campo das Ciências Sociais observam-se os esforços de Durkheim (1895/1975) na criação das regras do método sociológico e os de Weber (1992; 2000) na sua atenciosa dedicação em explicitar sua fundamentação metodológica. Seus métodos podem ser aplicados a diferentes objetos quase que como um

---

<sup>5</sup> Empregado aqui no sentido de *scientia* (no latim) ou *gnósis* (no grego), ou seja, conhecimento. Na modernidade a questão do método se torna autônoma do objeto específico que se quer conhecer e se desenvolve tendo por suposição que existiria um único método científico verdadeiro e que o uso deste garantiria, a priori, independentemente dos objetos e de suas particularidades, a compreensão destes. Entretanto, em Aristóteles, já se podia observar a referência a elementos metódicos, como nesta passagem inicial de *A Política*: “Disso nos convenceremos se examinarmos a questão segundo o método analítico que nos guiou. Assim como em outros assuntos, somos obrigados a dividir o composto até que cheguemos a elementos absolutamente simples como representando as partes mínimas do todo, do mesmo modo, examinando a cidade nos elementos que a compõem, saberemos melhor em que eles diferem, e se é possível reunir esses conhecimentos esparsos para deles formar uma arte” (Aristóteles, 2011, p. 19).

receituário a ser seguido e, se bem aplicados, gerariam, ao final dos procedimentos, um resultado considerado cientificamente correto. No âmbito da formulação marxiana, a questão do método se coloca de outra forma.

Netto (2011), em sua *Introdução ao estudo do método em Marx*, aponta algumas dificuldades no tratamento da questão, vinculadas não somente à complexidade própria do pensamento marxiano, mas também, e sobretudo, aos “[...] equívocos que decorrem das interpretações que deformaram, adulteraram e/ou falsificaram a concepção teórico-metodológica de Marx” (NETTO, 2011, p. 11). Tais deformações não advêm só de seus adversários e detratores, mas dos seus próprios seguidores ao transformarem a obra de Marx em uma “[...] espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (*o materialismo dialético*) e sua especificação em face da sociedade (*o materialismo histórico*)” (NETTO, 2011, p. 12). Parece-nos caminhar também, neste sentido, a formulação de Chasin (2009) que critica duramente as “leituras” dos escritos de Marx que se configuraram quase como uma livre interpretação, desvinculando o método marxiano de seus postulados ontológicos e categóricos, chegando à formulação de que “[...] conferida a natureza ontológica do pensamento marxiano, é fértil principiar esta parte derradeira [a resolução metodológica] por uma honesta provocação: a rigor, não há uma *questão de método* no pensamento marxiano” (CHASIN, 2009, p. 89).

Tal “provocação” é essencial para aqueles que entendem o método como “[...] uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho” (CHASIN, 2009, p. 89). Se entendermos o método desta forma, não podemos chegar a outra conclusão que não a deste autor, de que “não há método em Marx” (CHASIN, 2009, p. 89). Apesar das críticas que o autor aponta acerca das interpretações de Lenin ao método, parece ir ao encontro de sua afirmação a síntese, feita por Netto, sobre a questão:

A orientação essencial do pensamento de Marx era de natureza ontológica e não epistemológica (Lukács, 1979): por isso, o seu interesse não incidia sobre um abstrato “como conhecer”, mas sobre “como conhecer um objeto real e determinado” (...) descobrir *esta* lógica consiste em *reproduzir* idealmente (teoricamente) a estrutura e a dinâmica *deste* objeto [...] (NETTO, 2011, 27 e 28 – grifos do autor).

Netto (2011) encerra essa passagem concordando com a formulação de Lenin no que se refere à lógica na teoria marxiana onde este último aponta: “Se Marx não nos deixou a *Lógica* (com L maiúsculo), deixou-nos a lógica de *O capital* [...]” (LENIN, 2011, p. 201).

Por isso, nos escritos de Marx, dificilmente se encontrarão elucidações extensas sobre os seus procedimentos de pesquisa e, mesmo tais passagens, não são desvinculadas de seu corpo teórico geral, e por conseguinte, de seu objeto. Dentre as poucas passagens que se referem ao assunto, as que ganharam maior relevância, por fazerem alusões diretas ao método, nas

posteriores investigações sobre o tema, são: o prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859; a *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1857<sup>6</sup>, e mais especificamente, o item 3, *O método da Economia Política*; e o *Posfácio da Segunda Edição de O Capital* de 1873. Entretanto, os fundamentos primeiros da concepção materialista da história, presentes no *corpus* teórico marxiano realizado, segundo Chasin (2009), no âmbito de um novo “estatuto ontológico”, remetem a uma série de formulações desenvolvidas no período de 1843 até 1848, algumas publicadas em vida e, outras tantas, postumamente. Assim, não podemos, como em outros autores, encontrar uma referência única à questão de método na obra de Marx.

Ao abordar a questão desta forma só resta um caminho: percorrer na obra marxiana os principais momentos de determinação do que veio a configurar-se como sua concepção teórico-metodológica, ou seja, buscar, na própria história bibliográfica do autor, o conjunto das determinações necessárias, no processo de concreção, daquilo que se chama no conjunto das demais filosofias, de questão de método.

No prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859, o próprio Marx indica um momento crucial no decurso da sua formação intelectual enquanto gênese desse processo. Dois fatores principais externos à trajetória do próprio autor são de fundamental importância. O primeiro diz respeito ao momento histórico que a Renânia passava em 1842; momento este em que o autor tinha recém-concluído seu doutoramento em filosofia. Neste período a Renânia era governada por Henrique IV, responsável pelo processo de recrudescimento do desenvolvimento da revolução burguesa na Alemanha, onde os avanços, conquistados pelo código napoleônico, não só principiavam o desenvolvimento da indústria local, como repercutiam de diversas formas na consciência da incipiente burguesia renana. Esses eventos atingem Marx pelo menos de duas formas. A primeira é a atuação da monarquia nas universidades de Bonn, onde Bauer<sup>7</sup> havia conseguido uma vaga de docente a Marx. A monarquia tentava minimizar a influência hegeliana no pensamento alemão e,

---

6 Este texto foi escrito, como expresso no prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) para ser uma introdução a esta obra. Entretanto, analisando melhor Marx chegou à compreensão que o texto adiantaria questões que necessitam ser provadas no decorrer da exposição de sua crítica. A edição que tomamos por base (MARX, 2011a) traz o texto como parte dos escritos do que veio a se denominar os *Grundrisse*. Mesmo que suprimida da edição da publicação de 1859 preferimos mantê-la como introdução desta obra devido a alusão a ela no prefácio supracitado.

7 Bruno Bauer (1809-1882) foi a principal liderança do Clube dos doutores, associação informal da “ala esquerda” hegeliana, ou “jovens hegelianos”. Foi amigo de Marx dos anos de 1838/39 a 1842/43. A partir de então foi alvo de várias polêmicas nas formulações de Marx e Engels.

consequentemente, nas universidades<sup>8</sup>. Assim, Bauer perde o emprego na universidade de Bonn e, também, a vaga de Marx como docente da mesma. Por outro lado, os liberais renanos buscavam interferir neste processo por meio de periódicos; um deles, a *Gazeta Renana*, convida, então, Marx para atuar como redator chefe. Durante sua atuação na *Gazeta Renana*, Marx é, como relata em 1859, obrigado a se posicionar sobre os chamados “interesses materiais”<sup>9</sup>, elaborando um artigo que, devido à sua repercussão, acaba por levar à censura do jornal. Em decorrência desses eventos, em 1843, Marx então decide sair da Alemanha.

O ano de 1843 é particularmente importante na vida de Marx, não só por ter sido obrigado a encerrar os trabalhos como editor chefe na *Gazeta Renana* e, no âmbito particular, por ter-se casado com Jenny von Westphalen; mas, sobretudo, em decorrência de sua dupla transição: do idealismo objetivo – ou idealismo ativo, na designação de Chasin (2009) – ao seu incipiente materialismo; da burguesia renana ao proletário parisiense; e com isso, da reforma à revolução. Tal é o marco desse ano na vida do autor que Chasin chega a denominar o período pré-1843 como “[...] *não marxiano* da elaboração de Marx” (CHASIN, 2009, p. 45 – grifos do autor), por mais contraditória que seja tal expressão.

Uma cidade se destaca nesse percurso, Kreuznach. É nesta cidade, entre Colônia e Tréveris, a caminho de Paris, que Marx passará sua “lua de mel” com Jenny, e ao mesmo tempo, empreenderá seu “desquite” com Hegel. Marx, ao retomar seus estudos, principalmente de Hegel, tomará várias notas da *Filosofia do Direito* e, por ser de costume em sua forma de estudar, na sequência das transcrições da obra tecerá comentários e críticas. Assim, influenciado pelas publicações de Ludwig Feuerbach, e até mesmo tomando suas palavras em algumas passagens<sup>10</sup>, redigirá um manuscrito intitulado, muitos anos mais tarde, como *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*.

Duas questões fundamentais saltam aos olhos na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, escrita em 1843, por Marx. A primeira é a relação de determinação entre a sociedade civil e o

---

8 “No campo das ideias, as primeiras vítimas do monarca foram os jovens hegelianos. Frederico Guilherme IV odiava pessoalmente a figura de Hegel, a filosofia hegeliana e, em particular, os jovens hegelianos” (NETTO, 2020a, p. 58).

9 No prefácio à *Contribuição à crítica da Economia Política*, Marx aponta tais “interesses materiais” da seguinte forma: “As deliberações do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o Sr. Von Schaper, então governador da província renana, abriu com a *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela, e finalmente os debates sobre o livre-comércio e proteção aduaneira, deram-me os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas” (MARX, 1974, p. 134).

10 Um exemplo dessa inspiração feuerbachiana pode ser conferido na passagem: “O importante é que Hegel, por toda parte, faz da Ideia o sujeito e do sujeito propriamente dito, assim como da ‘disposição política’, faz o predicado. O desenvolvimento prossegue, contudo, sempre do lado do predicado” (MARX, 1843/2005, p. 32); enquanto em Feuerbach, similarmente, se verifica: “Em Hegel, o pensamento é o ser; – o pensamento é o sujeito, o ser é o predicado” (FEUERBACH, 1842/2008, p. 15 – grifos do autor)

Estado. A sociedade civil é o conjunto dos interesses dos indivíduos na sociedade burguesa, pressupondo determinada forma de propriedade, de contrato, de família etc., e suas formas específicas. Ao debruçar-se sobre a relação desta com o Estado, a questão que se levanta é: a sociedade civil funda, cria, o Estado ou é o inverso, o Estado que determina a sociedade civil? A segunda questão não possui relação propriamente com a filosofia, mas sim com a política: a contraposição entre a forma monárquica do Estado, proposta por Hegel em sua *Filosofia do Direito*, e a forma democrática, defendida por Marx naquele período. Por mais que uma guarde relação com a outra, principalmente no tocante à universalização da vontade do povo, trataremos somente da primeira, e somente na medida que esta evidencie uma ruptura, por parte de Marx, com o princípio determinativo hegeliano.

A questão central levantada por Marx nessa obra é o princípio determinativo entre a sociedade civil e o Estado. O postulado hegeliano é que a Ideia determina o Estado e este último, funda, *põe*, a sociedade civil, assim “[...] família e sociedade civil são apreendidas como *esferas conceituais* do Estado e, com efeito, como esferas de sua *finitude*, como sua *finitude*” (MARX, 2005, p. 29). Marx inverte essa determinação, recolocando em seu lugar a sociedade civil, “sujeito”, determinando o Estado, “predicado”; o que poderia ser dito também quanto à relação entre o Ser e a Ideia. Sintetiza ele:

A Ideia é subjetivada e a relação *real* da família e da sociedade civil com o Estado é apreendida como sua atividade *interna imaginária*. Família e sociedade civil são os pressupostos do Estado; elas são os elementos propriamente ativos; mas, na especulação, isso se inverte. No entanto, se a Ideia é subjetivada, os sujeitos reais, família e sociedade civil, “circunstâncias, arbítrio” etc. convertem-se em momentos objetivos da Ideia, *irreais* e com um outro significado (MARX, 2005, p. 30).

A consequência dessa inversão para a relação entre o princípio determinativo, bem como a lógica de organização deste princípio, e o objeto analisado, é que o objeto é que deve guiar o pensamento na elaboração de uma lógica que consiga reproduzir o movimento da coisa mesma. Temos, com isso, os dois elementos fundamentais de qualquer método: seu pressuposto e sua lógica. Duas passagens são elucidativas dessas duas determinações do método que Marx começava a desenvolver em 1843:

Ele transformou em um produto, em um predicado da Ideia, o que é seu sujeito; ele não desenvolve seu pensamento a partir do objeto, mas desenvolve o objeto segundo um pensamento previamente concebido na esfera abstrata da lógica. Não se trata de desenvolver a ideia determinada da constituição política, mas de dar à constituição política uma relação com a Ideia abstrata, de dispô-la como um membro de sua biografia (da Ideia): uma clara mistificação (MARX, 2005, p. 36).

E mais à frente, conclui, sobre a relação entre o objeto e a lógica:

O verdadeiro interesse não é a filosofia do direito, mas a lógica. O trabalho filosófico não consiste em que o pensamento se concretize nas determinações políticas, mas em que as determinações políticas existentes se volatilizem no pensamento abstrato. O momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica. A lógica não serve à demonstração do Estado, mas o Estado serve à demonstração da lógica (MARX, 2005, p. 38-39).



Mesmo tirando conclusões políticas precipitadas quando analisa a forma de governo defendida por Hegel<sup>11</sup>, a monarquia absoluta, Marx consegue encontrar o caminho que possibilita a compreensão do real: partir do objeto e organizá-lo no pensamento conforme sua própria lógica.

Segundo sua crítica a Hegel, para compreender o Estado burguês, deve-se compreender a sociedade burguesa que o determina. Marx encontra, na Economia Política, a chave para apreender a “anatomia” da sociedade burguesa, e dedica-se ao estudo desta matéria durante o ano de 1844. Neste ano, além de publicar *A questão judaica*, elabora os *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Posteriormente, os estudos da Economia Política serão publicados com o título de *Cadernos de Paris*, onde encontramos excertos de vários autores da Economia Política, bem como vários comentários críticos a estes. Anos mais tarde, no prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, Marx relembra as conclusões a que chegou nesse período:

[...] Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraizam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (*bürgerliche Gesellschaft*), seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) deve ser procurada na Economia Política. Comecei o estudo desta matéria em Paris, mas tive que continuá-lo em Bruxelas, para onde me transferi em consequência de uma ordem de expulsão do Sr. Guizot. (MARX, 1974, p. 135).

Nos anos de 1845 e 1846, além de exercer intensa atividade política, Marx, juntamente com Engels, escreve e publica *A Sagrada Família*; e elaboram, com fins de publicação, os textos de *A Ideologia Alemã*, mas não conseguem publicá-lo<sup>12</sup>. Ainda no texto de 1859 supramencionado, Marx relata qual era o seu objetivo, junto com Engels, nesse trabalho:

[...] tratava-se, de fato, de acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica. O propósito tomou corpo na forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O Manuscrito, dois grossos volumes *in octavo*, já havia chegado há muito tempo à editora em Westfália quando fomos informados de que a impressão fora impedida por circunstâncias adversas. Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto

11 Como expressa em: “Na monarquia o todo, o povo, é subsumido a um de seus modos de existência, a constituição política; na democracia, a constituição mesma aparece somente como uma determinação e, de fato, como autodeterminação do povo. Na monarquia temos o povo da constituição; na democracia, a constituição do povo. A democracia é o enigma resolvido de todas as constituições. Aqui, a constituição não é somente em si, segundo a essência, mas segundo a existência, segundo a realidade, em seu fundamento real, o homem real, o povo real, e posta como a obra própria deste último” (Marx, 2005, p. 50). Nos referimos às conclusões políticas como “precipitadas” por que já no final de 1843, e em contato direto com o movimento operário na França, Marx, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, redigido entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844, e publicado nos Anais Franco-Alemães, tomará a questão não com vistas no “povo”, mas no “proletariado”, e não simplesmente no desenvolvimento da “democracia”, mas na perspectiva da “revolução proletária” (Marx, 2005).

12 A publicação de *A Ideologia Alemã* só se daria em 1932 na URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. E somente nas últimas décadas pudemos contar no Brasil com uma tradução completa do que ficou íntegro dos manuscritos, uma pela Editora Civilização Brasileira e a outra pela Boitempo Editorial, ambas de 2007.

mais a gosto quanto já havíamos atingido o fim principal: a compreensão de si mesmo. (MARX, 1974, p. 137).

Neste “acerto de contas” podemos encontrar discussões sobre as concepções de história, consciência, ideologia, Estado, crime, economia política, dentre outros. Aqui nos interessa destacar a consolidação da concepção de Marx e Engels sobre a história e os fundamentos do materialismo. Nos rascunhos e anotações de *Feuerbach e história*, escritos entre os fins de novembro de 1845 e meados de abril de 1846, encontramos a pressuposição basilar das suas formulações posteriores. Vejamos:

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos [...] A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça (MARX; ENGELS, 1845-46/2007, p. 32 e 33).

Esse primeiro ato histórico se desdobrará na produção de novas necessidades, na reprodução da espécie por meio da família, na produção social da vida, e, por conseguinte, no desenvolvimento de diferentes relações de produção, e no aparecimento de determinadas formas de consciência. A consciência é, portanto, um produto social que emerge do desenvolvimento da atividade do homem que, buscando satisfazer suas necessidades, modifica a natureza, a si mesmo e as relações sociais que estabelece. A própria linguagem se desenvolve pelas necessidades de intercâmbio na produção social da vida.

Fazer justiça a esse “fato fundamental em toda a sua significação” será o objetivo de vários anos de estudos; mas já em 1847, com a *Miséria da Filosofia*, Marx empreende sua crítica ao livro *O sistema de contradições econômicas ou Filosofia da Miséria* de Proudhon. Neste escrito onde “[...] foram indicados cientificamente pela primeira vez, ainda que apenas de uma forma polêmica [...]” (MARX, 1974, p. 137) as questões mais relevantes da compreensão de Marx até aquele momento, podemos encontrar as suas formulações sobre a relação entre as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção na composição de uma forma de produção social da vida que determinará as formas de consciência, os regramentos e formas de se tomar decisões.

[...] Mas o que [Proudhon] não compreendeu é que essas relações sociais determinadas são produzidas tanto pelos homens quanto pelo tecido, pelo linho etc. As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, ao mudar o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor nos dá a sociedade com o capitalista industrial.

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com suas relações sociais.

Assim, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas quanto as relações que elas exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios* (MARX, 2017a, p. 101-102 – grifos do autor).

No prefácio de 1859, Marx recuperará essa mesma formulação dizendo que o resultado geral a que chegou serviu a ele como um fio condutor dos estudos posteriores, do qual destacamos apenas alguns fragmentos, nos quais evidencia-se a pressuposição materialista:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações sociais determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1974, p. 136).

O que abre a necessidade e as possibilidades de haver revoluções dos modos de produção é o sistema contraditório existente em torno da contradição entre o livre desenvolvimento das forças produtivas materiais e as relações sociais que as contém. Em dada fase de desenvolvimento as relações sociais de produção proporcionam um desenvolvimento das forças produtivas materiais; em outro momento as mesmas relações sociais que impulsionaram as forças produtivas convertem-se em seu contrário, em um obstáculo ao seu desenvolvimento. Desta forma Marx abre o *18 de brumário de Luís Bonaparte*: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011b, p. 25).

Há, ainda, no prefácio de 1859, um apontamento a um texto escrito dois anos antes desse prefácio, para compor uma “introdução geral”, que Marx diz suprimir da publicação de 1859, por motivo de antecipar ao leitor, conclusões que ainda faltavam-lhe desenvolver e provar, alertando “[...] o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir ascender do particular ao geral” (MARX, 1974, p. 134). Esse alerta ao leitor nos remete ao ponto de partida da crítica da Economia Política, no item terceiro da Introdução de 1857, *O Método da Economia Política*, no qual podemos encontrar apontamentos que elucidam como Marx entendia tal questão.

No referido item, Marx tratou da relação de determinação entre as categorias mais simples – divisão do trabalho, valor, preço, trabalho assalariado etc. – e as mais concretas – Estado, crédito e dívida pública, exportação, importação divisão internacional do trabalho etc. Os economistas políticos do século XVII “[...] começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas sempre terminam com algumas relações

determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise” (MARX, 2011a, p. 54). O processo de síntese daquilo que foi analisado, até chegar às menores partes, às mais simples e abstratas, deve confluir as múltiplas determinações de modo que por fim se obtenha a reprodução do concreto por meio do pensamento, como unidade do diverso. No percurso da análise se descobre as categorias determinantes e, no processo de síntese do concreto, por meio do pensamento, se estabelecem as relações múltiplas de determinação. Estas últimas, por vezes, se apresentam de maneira invertida no real, ou até mesmo em decorrência de determinado modo de análise histórica, esta inversão apresenta a categoria determinante como algo determinado. Essa síntese de múltiplas determinações, o concreto, aparece como resultado no pensamento; não como ponto de partida, mesmo que seja o ponto de partida efetivo do pensar. Na passagem que se segue, Marx explicita essa diferenciação entre o ponto de partida efetivo, o real, e a reprodução desse real por meio do pensamento:

Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto. (Ibid., 2011a, p. 54-55).

As categorias mais simples podem ter existido em outras épocas, como no caso do dinheiro, por exemplo, entretanto não atuavam de forma determinante, como na moderna sociedade capitalista. Não é o desenvolvimento histórico das categorias que orienta o seu ordenamento no processo de concreção para se chegar à reprodução do concreto por meio do pensamento, mas o contrário:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco (Ibid., 2011a, p. 58).

Para Marx “[...] as categorias expressam formas de ser, determinações de existência” (Ibid., 2011a, p. 59) e isso tem que ser levado em consideração mesmo no decurso das subdivisões e no delineamento de suas determinações. Neste aspecto, o autor usa o exemplo da relação de determinação entre a renda da terra e o capital. Não se pode explicar o capital pela renda da terra, mesmo que essa última tenha aparecido antes no que se refere ao ponto de vista histórico:

A renda da terra não pode ser compreendida sem o capital. Mas o capital é perfeitamente compreensível sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada, e tem de ser desenvolvido antes da renda da terra. Após o exame particular de cada um, é necessário examinar sua relação recíproca. (Ibid., 2011a, p. 60).

Assim, o que orienta a análise diacrônica, a análise do desenvolvimento histórico de determinadas categorias, é a relação que essas têm na concreticidade hodierna, ou seja, a análise sincrônica que se faz da realidade movente.

Distanciando-se, portanto, de concepções puramente de natureza gnosiológica ou epistemológica, Chasin (2009) destaca quatro elementos cruciais neste percurso: a fundamentação ontoprática do conhecimento; a determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto; a teoria das abstrações e a lógica da concreção (CHASIN, 2009, p. 90) e conclui:

Ao postular a atividade do pensamento de rigor como reprodução teórica da lógica intrínseca ao objeto investigado, Marx apenas deu início – com inflexão decisiva e emblemática, é verdade – à composição de sua plataforma científica. Por certo, definiu a tarefa do sujeito e assinalou o *locus* da verdade (CHASIN, 2009, p. 90).

Com o que expusemos, até agora, temos um panorama geral do caminho que Marx percorreu para o desenvolvimento de seu pressuposto materialista. Nos falta, agora, levantar elementos sobre sua lógica. Isso não quer dizer que, nos textos abordados até aqui, a lógica das relações analisadas por Marx não se faça presente; ela, como vimos, está diretamente relacionada com os pressupostos que orientam o processo de análise, bem como com o objeto analisado. Entretanto, pelo objetivo a que nos subordinamos nesse trabalho, torna-se imperioso, neste momento, fazermos alguns apontamentos sobre lógica na formulação de método em Marx, ou seja, trazer à tona um elemento que subjaz à malha textual do autor. Ao analisarmos essa temática na história do marxismo nos deparamos com uma grande controvérsia: a dialética no desenvolvimento do pensamento marxiano. Nosso intento é apontar algumas poucas passagens onde se apresenta essa questão.

Como vimos, desde 1843, quando da inversão materialista da determinação do Estado, a que Marx procura se remeter em busca da “lógica da coisa” e não em busca da “coisa da lógica”, não é o sujeito cognoscente que imputa ao objeto um movimento dialético. Nesse aspecto, a “atividade do pensamento de rigor” tem por objetivo, como nos sinaliza Chasin, reproduzir teoricamente a “lógica intrínseca ao objeto investigado”. O próprio Hegel, por mais que tenha imputado sua lógica a objetos específicos – como analisado por Marx em sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel* – adverte sobre essa forma de proceder:

Frequentemente vê-se a dialética como um atuar exterior e negativo, que não pertence à questão mesma, que tem seu fundamento na mera vaidade enquanto uma mania subjetiva de abalar e dissolver o que é firme e verdadeiro ou pelo menos como algo

que não conduz a nada mais senão à vaidade do objeto dialeticamente tratado (HEGEL, 2011, p. 36).

Em uma carta ao pai, datada de 1837, Marx, ao tecer comentários críticos sobre um manuscrito introdutório à filosofia do direito que escrevia na época, mesmo não tendo estudado a fundo Hegel – e até mesmo, neste momento, não simpatizando com suas formulações, “cuja bizarra e forte melodia” não o agradava, e tendo que lidar com o que caracteriza como uma contradição entre o *ser* e o *dever ser*, presente nas filosofias idealistas subjetivas, destacadamente Kant e Fichte –, formula um proceder epistemológico que resgatamos abaixo:

[...] na expressão concreta de um mundo de pensamentos vivos como o são o direito, o Estado, a natureza, toda a filosofia, é necessário se deter para escutar atentamente o próprio objeto em seu desenvolvimento, sem se empenhar em imputar-lhe classificações arbitrárias, e sim deixando que a própria razão da coisa siga seu curso contraditório e encontre em si mesma a sua própria unidade (MARX apud NETTO, 2020a, p. 53-54).

É neste ano que Marx abandonará, não sem um forte sentimento de fracasso, por causa desse manuscrito, as filosofias idealistas subjetivas, para se dedicar ao estudo sistemático de Hegel. Neste mesmo ano Marx será acometido de uma enfermidade. E, então, por indicação médica, aluga uma pequena casa no povoado de Straslau, nas proximidades de Berlim. Nesse período, Marx lê Hegel do começo ao fim, em busca de solucionar as contradições dos idealistas subjetivos (NETTO, 2020a, p. 54).

Posteriormente, em 1844, nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, particularmente no terceiro manuscrito, na parte intitulada *Crítica da dialética e da filosofia hegelianas em geral*, Marx, ao analisar como as categorias trabalho e alienação são tomadas por Hegel de forma unilateral e positiva, apresenta uma consideração importante no tocante à lógica hegeliana:

[...] em Hegel, a negação da negação não é a confirmação da verdadeira essência, precisamente mediante a negação da essência aparente, mas a confirmação da essência aparente ou da essência estranhada de si em sua negação ou a negação dessa essência aparente enquanto uma essência objetiva, habitando fora do homem e independentemente dele, e sua transformação no sujeito (MARX, 2004, p. 130).

Nesse sentido, Marx incorpora a visão de Feuerbach, na medida que este último se “[...] confronta à negação da negação, que afirma ser o absolutamente positivo, o positivo que descansa sobre si mesmo e positivamente se funda sobre si próprio” (MARX, 2004, p. 118). Portanto, desde este momento, Marx não entende a negação da negação como movimento do espírito de autoconhecer a si mesmo. A resolução da contradição, ou seja, a negação, não tem como se processar por meio da consciência, ou autoconsciência, e sim no *locus* onde é gerada essa consciência. Nos termos da *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, as contradições da sociedade civil não são negadas pelo Estado em um patamar superior onde se acomodam em identidade, mas é na própria sociedade civil que se processa essa negação. Nos termos dos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, é na negação da propriedade privada que se supera o

trabalho alienado. Vão, também, nesse sentido, as críticas que Marx e Engels empreendem, em 1845 e 1846, aos hegelianos, principalmente em *A sagrada família* e em *A Ideologia Alemã*.

Marx retornará à questão da lógica em sua crítica à *Filosofia da miséria*, em 1847, no capítulo II *A metafísica da Economia Política*, mas com ênfase na simplória e mecânica compreensão que Proudhon tem da dialética; e de novo, aí, encontra-se mais a crítica à compreensão idealista do que, propriamente, a compreensão que Marx tem da lógica. Essa característica dos textos deste período tem mais relação com os adversários<sup>13</sup> a que Marx e Engels estão se contrapondo, ou com o ajuste de contas com suas antigas consciências – como aponta o prefácio à *Contribuição à crítica da Economia Política* –, do que propriamente com a formulação derradeira de uma nova concepção teórica.

Em uma carta de Engels à Joseph Block, datada de 21-22 de setembro de 1890, podemos encontrar uma pista de como compreender a quase ausência de escritos sobre a concepção de dialética na teoria marxiana. Engels, comentando sobre as incipientes compreensões deterministas que entendem a economia como único fato determinante da história, assinala:

El que los discípulos hagan a veces más hincapié del debido en el aspecto económico, es cosa de la que, en parte, tenemos la culpa Marx y yo mismo. Frente a los adversarios, teníamos que subrayar este principio cardinal que se negaba, y no siempre disponíamos de tiempo, espacio y ocasión para dar la debida importancia a los demás factores que intervienen en el juego de las acciones y reacciones. Pero, tan pronto como se trataba de exponer una época histórica y, por tanto, de aplicar prácticamente el principio, cambiaba la cosa, y ya no había posibilidad de error (MARX; ENGELS, 1955, p. 492).

Decerto, a pressuposição materialista, juntamente com seus postulados ontológicos, é mais perceptível nos textos da década de 1840 do que a formulação de uma certa lógica, em parte, pela própria compreensão do ser social e de sua determinação histórica; ou seja, o objeto estudado deve ser organizado no pensamento, reproduzido, conforme sua própria lógica de funcionamento, como analisado acima, e, em parte, pelos adversários dos quais se ocupavam. Excetuando-se Proudhon, a maioria dos adversários de Marx e Engels nesse período eram hegelianos, e os aspectos elementares da dialética hegeliana não são, pois, a principal matéria a ser criticada; Marx só se volta a esses aspectos na medida em que eles encerram uma concepção geral da filosofia, isto é, quando expressam uma visão idealista da história.

---

<sup>13</sup> Engels em seu artigo *Comentários sobre a contribuição à crítica da economia política, de Karl Marx*, ao abordar a história do pensamento na Alemanha, descreve e aponta alguns autores que retomaram os métodos vulgares criticados por Kant e Hegel, voltando a predominar no pensamento alemão o velho método "Hegel havia sido esquecido e se desenvolveu o novo materialismo naturalista, que não se distingue em nada, teoricamente, daquele do século 18 e que, na maioria dos casos, não traz vantagem nenhuma além de possuir mais dados de Ciências Naturais, principalmente químicos e fisiológicos. A estreita mentalidade filisteia dos tempos pré-kantianos volta a se apresentar, reproduzida à extrema vulgaridade, em Buchner Vogt; e até o próprio Moleschott, que jura por Feuerbach, perde-se a cada momento, de modo divertidíssimo, entre as categorias mais simples. A prepotência grosseira do sentido comum burguês se detém perplexo diante do fosso que separa a essência das coisas de suas manifestações; a causa, do efeito [...]" (ENGELS, 2008, p. 280).

Em carta a Engels datada de 16 de janeiro de 1858, Marx, ao comentar sobre sua dedicação aos trabalhos “noites adentro”, escreve ao amigo:

[...] Ao menos, fiz magníficos achados. Por exemplo, joguei ao mar toda a teoria do lucro, tal como existia até agora. No método de análise, algo me prestou um grande serviço: por pura casualidade [*by mere accident*], voltei a folhear a *Lógica* de Hegel (Freiligrath encontrou alguns livros de Hegel que haviam pertencido antes a Bakunin e me enviou como presente). Se algum dia voltar a ter tempo para este tipo de trabalho, proporcionarei a mim o grande prazer de tornar acessível aos homens de bom senso, em dois ou três folhetins impressos, o *núcleo racional* do método que H[egel] descobriu e, ao mesmo tempo, mistificou (MARX; ENGELS, 2020, p. 115-116 – grifos do autor).

O primeiro elemento que destacamos, desta passagem da carta, é que a *Ciência da lógica* de Hegel “prestou um grande serviço” no “método de análise”. Marx se dedicara, no fim da década de 1830, ao estudo de Hegel, na busca de solução para seus estudos sobre o direito, e isso reorienta seus estudos para o campo da filosofia, e, cerca de vinte anos depois, ao revisitar a *Lógica* de Hegel, ela contribui para o seu método. Um segundo elemento é que Marx menciona na carta o desejo de fazer um resumo daquilo que chama de “*núcleo racional* do método de H[egel]”. E por fim, aponta que Hegel descobriu tal método e, ao mesmo tempo, o mistificou. Dez anos depois, em carta a Ludwig Kugelmann, datada de 6 de março de 1868, Marx voltará a se referir à dialética hegeliana da mesma forma: “[Dürring] Sabe muito bem que meu método *não* é o de Hegel, posto que sou materialista e Hegel é um idealista. A dialética de Hegel é a forma fundamental de toda a dialética, mas *somente* quando despojada de sua forma mística – e é precisamente isto o que distingue o meu método” (MARX; ENGELS, 2020, p. 238, grifos do autor). Os adversários de Marx parecem ter modificado sensivelmente essa assertiva, o que, talvez, o motivava a escrever sobre a dialética, para a tornar “acessível aos homens de bom senso”, tal matéria.

Neste mesmo sentido, nos parece caminhar a ponderação que Marx faz no *Posfácio da segunda edição* de 1873:

Critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana há quase trinta anos, quando ela ainda estava na moda. Mas quando eu elaborava o primeiro volume de *O Capital*, os enfadonhos, presunçosos e medíocres epígonos que hoje pontificam na Alemanha culta acharam-se no direito de tratar Hegel como o bom Moses Mendelssohn tratava Espinosa na época de Lessing: como um “cachorro morto”. Por essa razão, declarei-me publicamente como discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei até a coquetear aqui e ali com seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico (MARX, 2017b, p. 91).



A menção aos “enfadonhos, presunçosos e medíocres epígonos” Ludwig Büchner, Friedrich Albert Lange, Eugen Karl Dühring, Gustav Theodor Fechner<sup>14</sup>, dentre outros, parece demonstrar um dos motivos que levaram Marx a querer escrever sobre a dialética e sua importância na compreensão da sociedade burguesa. Na sequência desse posfácio vemos:

Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda na Alemanha porque parecia glorificar o existente. Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento. Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária (MARX, 2017b, p. 91).

Ao descrever a essência da configuração racional da dialética, Marx a resume como sendo a “inteligência positiva do existente, [que] inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento”. Em uma passagem da sua *Ciência da Lógica*, Hegel aponta que:

[...] A única coisa *para alcançar a progressão científica* – e em vista de cuja inteligência inteiramente *simples* é necessário se empenhar de modo essencial – é o conhecimento do enunciado lógico de que o negativo é igualmente positivo ou que o que se contradiz não se dissolve no que é nulo, no nada abstrato, mas essencialmente apenas na negação de seu conteúdo *particular* ou que uma tal negação não é toda negação, e sim *a negação da questão determinada* que se dissolve, com o que é negação determinada; que, portanto, no resultado está contido essencialmente aquilo do qual resulta – o que é propriamente uma tautologia, pois de outro modo seria um imediato, não um resultado (HEGEL, 2011, p. 34).

Aquilo que aparece em Engels (1979), em sua *A dialética da natureza*, como “as leis da dialética”, extraídas indistintamente da “história da natureza, assim como da história da sociedade humana”, pode ser resumido principalmente a três leis: “1) A lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; 2) A lei da interpenetração dos contrários; 3) A lei da negação da negação” (ENGELS, 1979, p. 34); ou mesmo encontrado nos *Cadernos sobre a dialética de Hegel*, em que Lenin elucida dezesseis leis da dialética (LENIN, 2011, p. 184-185) ou, ainda, nas nove leis da dialética apresentadas por Henri Lefebvre em sua *Lógica Formal e Lógica dialética* (LEFEBVRE, 1991, p. 237-241). Tais categorizações podem, por fim, serem sintetizadas por Marx, assim como por Hegel, como a compreensão de que “o negativo é igualmente positivo” (HEGEL, 2011, p. 34), ou ainda, de que a “[...] inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação” (MARX, 2017b, p. 91). É essa compreensão que possibilita apreender “[...] toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório” (MARX, 2017b, p. 91).

Como vimos, o movimento é gerado pelas contradições inerentes às coisas, aos objetos. As formas específicas que esse movimento terá dependem do objeto. É ele que elucida os

---

<sup>14</sup> Estes são os teóricos citados em nota da edição alemã de *O Capital* quando da passagem daqueles que trataram Hegel como um “cachorro morto”.

diversos momentos do movimento. Entretanto, ter em mente que outros objetos elucidam, por exemplo, um processo de ruptura abrupta, um salto de qualidade, não faz com que todos os objetos, a serem analisados, reproduzam esse momento do movimento. Caminha nesse sentido a advertência que Lefebvre (1991) faz antes da apresentação das chamadas leis da dialética:

O acento pode ser colocado, alternadamente, sobre essa ou aquela lei. Em certos casos, a lei da contradição parecerá mais essencial, pois na contradição encontra-se a raiz, o fundamento de todo movimento. Mas as próprias contradições, em certo sentido, resultam de um movimento profundo, que as condiciona e as atravessa! E, nesse sentido, o acento será colocado sobre a lei da conexão, da interdependência universal. Ou, ainda, se se estuda uma metamorfose ou uma crise, a lei dos saltos passará ao primeiro plano. Pouco importa. Os aspectos do devir são igualmente objetivos e indissolúvelmente ligados no próprio devir (LEFEBVRE, 1991, p. 240).

As chamadas leis da dialética, tentativa de extrair os princípios lógicos dos objetos específicos, são apenas possibilidades. Não devem ser entendidas como um receituário – ainda que, talvez, o próprio caráter discriminativo das leis, em relação aos seus objetos específicos, possa levar, porventura, à possibilidade de tal interpretação. O sujeito cognoscente não pode imputar ao objeto o movimento da lógica, mas decerto que, somente com a lógica formal, o sujeito não tem como compreender determinados momentos desse objeto. Nesse sentido, a dialética, lógica que entende de forma geral, que são os elementos contraditórios do objeto que promovem o movimento, a contínua sucessão de formas, como campo de possibilidades do movimento da coisa, pode proporcionar o acesso a esse objeto de maneira mais completa do que a lógica formal.

Quando Marx ressalta sua diferença com Hegel em relação à dialética, sempre põe acento no fundamento último do movimento, o que não é senão perguntar: o movimento tem, por princípio, a ideia ou o real? No posfácio de 1873 supramencionado, Marx assinala que criticou “o lado mistificador da dialética hegeliana há quase trinta anos”, e antes disso, elucida a questão mais relevante, para ele, no que concerne à diferenciação de seu método dialético em relação ao de Hegel, onde podemos ver, novamente, o acento na pressuposição materialista e não em um caráter específico da lógica:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2017b, p. 90).

Neste posfácio de 1873, Marx, em diálogo com os comentaristas de *O Capital*, reproduz um fragmento de um artigo do economista russo Ilarión Ignátievich Kaufmann, então professor da Universidade de São Petersburgo.

‘Para Marx, apenas uma coisa é importante: descobrir a lei dos fenômenos com cuja investigação ele se ocupa. E importa-lhe não só a lei que os rege, uma vez que tenham adquirido uma forma acabada e se encontrem numa inter-relação que se pode observar

num período determinado. Para ele, importa sobretudo a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma a outra, de uma ordem de inter-relação a outra. Tão logo tenha descoberto essa lei, ele investiga em detalhes os efeitos por meio dos quais ela se manifesta na vida social [...]. Desse modo o esforço de Marx se volta para um único objetivo: demonstrar, mediante escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens das relações sociais e, na medida do possível, constatar de modo irreprensível os fatos que lhe servem de pontos de partida e de apoio. [...] O valor científico de tal investigação reside na elucidação das leis particulares que regem o nascimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de determinado organismo social e sua substituição por outro, superior ao primeiro. E este é, de fato, o mérito do livro de Marx' (KAUFMANN, apud, MARX, 2017b, p. 89-90).

Logo após essa citação, Marx conclui: “Ao descrever de modo tão acertado meu verdadeiro método, bem como a aplicação pessoal que faço deste último, que outra coisa fez o autor senão descrever o método dialético?” (MARX, 2017b, p. 90).

Na Introdução de 1857, no item *A relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo*, Marx nos traz uma síntese da relação entre estes momentos do processo social: “a produção é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o momento predominante [*übergreifende Moment*] (MARX, 2011a, p. 49) e, na sequência desta relação de determinação entre a produção para com os demais momentos, sintetiza:

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como *relações determinadas desses diferentes momentos entre si*. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, *em sua forma unilateral*, pelos outros momentos. P. ex., quando o mercado se expande, *i.e.*, a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente. Com mudança na distribuição, modifica-se a produção; p. ex., com a concentração do capital, com diferente distribuição da população entre cidade e campo etc. Finalmente, as necessidades de consumo determinam a produção. Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico (MARX, 2011a, p. 53).

A dialética em Marx, portanto, não é um conjunto de arrumações lógicas que se interpõe aos objetos para “enquadrá-los” em um determinado ordenamento. Antes, pois, é um conjunto de possibilidades que se tem em mente para que, ao investigar a realidade, possamos compreender o movimento dialético do próprio objeto. Isso é perceptível no parágrafo que encerra o posfácio de 1873:

O movimento da sociedade capitalista, repleto de contradições, revela-se ao burguês prático, de modo mais contundente, nas vicissitudes do ciclo periódico que a indústria moderna perfaz e em seu ponto culminante: a crise geral. Esta já se aproxima novamente, embora ainda se encontre em seus estágios iniciais e, graças à ubiquidade de seu cenário e à intensidade de seus efeitos, há de inculcar a dialética até mesmo nos *parvenus* [novos ricos] do novo Sacro Império Prussiano-Germânico (MARX, 2017b, p. 91).

Por fim, há ainda que se fazer outra diferenciação presente desde o *Método da Economia Política* de 1857, mas expressa de forma mais explícita no *Posfácio* de 1873, no qual Marx já teve que lidar com as “interpretações contraditórias” sobre “[...] o método aplicado em *O Capital*” (MARX, 2017b, p. 88):

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori (MARX, 2017b, p. 90).

Para que consigamos distinguir, segundo sua forma, o modo de exposição do modo de investigação teremos, mesmo que brevemente, de discorrer a seguir sobre algumas questões que provocaram interpretações contraditórias sobre a forma específica que Marx utiliza para expor adequadamente o movimento real; empreitada, esta, percorrida pelo autor durante toda a sua trajetória de estudos e produção, e explicitada em sua forma mais acabada no conjunto teórico de sua obra magna, *O Capital*.

## 1.2 O modo de exposição n’*O Capital*

Para apresentarmos a discussão sobre o modo de exposição de *O Capital* de Marx, temos que, primeiramente, historicizar como o livro I desta obra foi interpretado ao longo do tempo pela tradição marxista –em particular sua primeira seção *Mercadoria e dinheiro*–; dessa maneira, poderemos contextualizar e denotar a importância do debate sobre a forma de expor as categorias nesta obra, isto é, trazer elementos que possam contribuir para a compreensão do modo de exposição ou, se quiser, de reprodução ideal das relações reais. Como sabemos, é pelo trabalho editorial de Engels que os volumes II e III de *O Capital* de Marx vieram a público; ademais, há que se considerar que Engels foi mais que um editor, em alguns casos, ele foi um coautor. Não é, portanto, estranho que seja a interpretação engelsiana que se torne dominante dentro do marxismo, a partir de sua popularização, perpetrada pela Segunda Associação Internacional dos Trabalhadores. Vejamos no que consiste essa interpretação:

[...] Marx, no começo do Livro I – toma como ponto de partida a produção simples de mercadorias como seu pressuposto histórico para, então, avançar desde essa base até o capital –, parte precisamente da mercadoria simples, e não de uma forma conceitual e historicamente secundária, da mercadoria já modificada de maneira capitalista [...] (ENGELS, 2017a, p. 42).

A primeira observação, a se notar nessa passagem, é que, para Engels, na primeira seção, principalmente em seu capítulo *A mercadoria*, Marx toma como ponto de partida não “a mercadoria”, mas a “produção simples de mercadorias”. Não encontramos, entretanto, em

nenhum momento no livro I, a expressão “produção simples de mercadorias”; há sim, como veremos no capítulo subsequente, a circulação simples de mercadorias.<sup>15</sup> A segunda observação que pode ser feita é que essa “produção simples de mercadorias” resultaria em uma “mercadoria simples”, e não na “mercadoria já modificada de maneira capitalista”; ou seja, analisa-se na primeira seção, segundo Engels, uma mercadoria que ainda não tem as determinações da sociabilidade capitalista, sendo, portanto, uma forma historicamente anterior à mercadoria capitalista. Por conseguinte, “a mercadoria”, analisada ali, teria determinações que seriam os pressupostos históricos para que, a partir deles, se desenvolvessem seus aspectos no modo de produção capitalista, ou seja, “avançar desde essa base até o capital”.

Com a publicação do volume III de *O Capital*, um conjunto de autores, vinculados à nascente escola de economia chamada de marginalista, passa a criticar as supostas incongruências e contradições entre os livros I e III de *O Capital*. A polêmica travada por esses autores pode ser resumida da seguinte forma: haveria em *O Capital* de Marx uma contradição insolúvel, pois, no livro I as mercadorias são trocadas pelo seu valor (quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário à produção de uma mercadoria), já no livro III elas são trocadas pelos seus preços de produção (custos de produção + taxa média de lucro)<sup>16</sup>.

Engels, como herdeiro direto do espólio teórico de Marx, se põe a responder a essas críticas e, ao fazê-lo, vai dando forma a essa maneira de compreender a exposição de Marx. No *Apêndice e notas suplementares ao livro III d'O Capital*, no qual Engels responde a essas críticas, encontramos a referida formulação por inteiro. Vejamos:

Em resumo: a lei marxiana do valor tem validade geral, desde que as leis econômicas valham para todo o período da produção simples de mercadorias, portanto, até o tempo em que esta experimenta uma modificação por meio da introdução da forma de produção capitalista. Até então, os preços variavam na direção dos valores determinados pela lei marxiana e gravitam em torno desses valores, de modo que, quanto mais desenvolvida a produção simples de mercadorias, tanto mais os preços médios de períodos mais longos, não interrompidos por crises violentas e de origem externa coincidem com os valores, podendo-se desprezar os pequenos desvios. Portanto, a lei marxiana do valor tem validade econômica geral para um período que se estende desde os primórdios da troca que transforma os produtos em mercadorias até o século XV de nossa era. Mas a troca de mercadorias tem origem numa época anterior a toda a história escrita; numa época que, no Egito, remonta a pelo menos 3.500, talvez 5.000, e na Babilônia, a 4.000, talvez 6.000 anos antes de nossa era; a lei do valor vigorou, pois, por um período de cinco a sete milênios (ENGELS, 2017b, p. 960).

15 Na edição que tomamos como base, a da Boitempo Editorial, a expressão somente aparece no texto *Considerações sobre o método* de autoria de José Arthur Giannotti (MARX, 2017b, p. 69).

16 Sobre a impropriedade e os equívocos desta crítica ver: RUBIN, Isaak. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo, Editora Polis, 1987.

Vai ficando claro que para Engels a primeira seção de *O Capital*, corresponde a determinada etapa do desenvolvimento histórico que precede a produção capitalista. Para Arthur (2016), Engels cria “[...] o método da lógica histórica com a qual a estrutura lógica do capital é simplesmente uma reflexão corrigida dos estágios históricos” (ARTHUR, 2016, p.31).

Essa forma de conceber a questão já está presente desde o final da década de 1850, pelo menos. Quando da publicação da *Contribuição à crítica da Economia Política*, Engels escreve um artigo publicado em agosto de 1859 onde já podemos encontrar tal compreensão:

[...] o único método indicado era o lógico. Porém, este não é, na realidade, senão o método histórico despojado unicamente de sua forma histórica e das casualidades perturbadoras. Lá, onde começa essa história, deve começar também o processo de reflexão; e o desenvolvimento posterior desse processo não será mais que a imagem refletida, de forma abstrata e teoricamente consequente, da trajetória; uma imagem refletida corrigida, porém corrigida de acordo com as leis da própria trajetória histórica; e, assim, cada fator pode ser estudado no ponto de desenvolvimento de sua plena maturidade, em sua forma clássica (ENGELS, 2008, p. 282-283).

O método lógico de acordo com Engels, seria a maneira de tratar a história despojada das contingências; isto é, no plano do método de Marx as categorias econômicas teriam uma sequência temporal. Ademais, “[...] com este método, partimos sempre da relação primeira e mais simples que existe historicamente, de fato; portanto, aqui, da primeira relação econômica com a qual nos encontramos” (ENGELS, 2008, p. 283).

O primeiro autor que nos parece oferecer uma interpretação condizente com o modo de exposição de Marx, é Isaak Rubin (1987), no seu clássico livro *A Teoria Marxista do Valor*. Rubin já começa a sua explanação advertindo que o objeto da Crítica da Economia Política marxista é uma “[...] formação socioeconômica determinada, especificamente, da economia mercantil-capitalista” (RUBIN, 1987, p. 14); ou seja, a crítica da Economia Política em Marx tem como escopo compreender as relações sociais capitalistas na medida em que “[...] a economia capitalista representa a união do processo técnico-material com suas formas sociais, isto é, a totalidade das relações de produção entre pessoas” (RUBIN, 1987, p. 14). Nesse sentido, Rubin nos dá uma preciosa indicação de como proceder com a análise da Crítica da Economia Política:

O objetivo último da ciência é compreender a economia capitalista como um todo, como um sistema específico de forças produtivas e relações de produção entre as pessoas. Mas, para aproximar-se deste objetivo último, a ciência tem de separar, de início, através da abstração, dois diferentes aspectos da economia capitalista: o técnico e o socioeconômico, o processo de produção técnico-material e sua forma social, as forças produtivas materiais e as relações de produção sociais (RUBIN, 1987, p. 14).

Assim, como exposto na citação acima, para a correta compreensão da analítica marxiana, temos que abstrair e distinguir esses dois aspectos da totalidade capitalista, ou seja, a forma social do aspecto técnico material; o primeiro diz respeito às relações de produção entre os homens, o segundo, às relações dos homens com a natureza – na linguagem marxiana, isso corresponde às forças produtivas, isto é, o conteúdo material que envolve os meios, os objetos de trabalho e o

próprio processo de trabalho. Assim, a crítica da Economia Política marxiana não é uma “[...] ciência das relações entre as coisas, como pensavam os economistas vulgares, nem das relações entre as pessoas e as coisas [...] mas, das relações entre pessoas no processo de produção” (RUBIN, 1987, p. 15). Desse modo, para compreender *O Capital* de Marx, precisamos situar a sua busca por analisar e expor uma forma social específica. Ademais, o que podemos apreender com a exposição dialética de Marx, em *O Capital*, é que as relações de produção entre os homens, no modo de produção capitalista, assumem a forma de relações entre coisas, e que por trás de cada forma social, como a mercadoria, o valor de troca, o dinheiro, o capital etc., existem relações entre pessoas.

Hoje podemos dizer que a polêmica em torno do método de Marx e da exposição de *O Capital* se encontra em um novo patamar, a partir daquilo que vem sendo designado de Nova Leitura de Marx e de A Nova Dialética. A primeira publicação que se torna celebre dessa nova tradição é o artigo de Fulda, *Tese para a dialética como método de exposição (no “Capital” de Marx)* (2017). Não nos cabe, aqui, abordar integralmente o artigo de Fulda, mas somente a compreensão que ele tem do “caroço racional da dialética hegeliana”, e de como essa dialética foi apropriada por Marx. De acordo com Fulda, para o correto exame da dialética em Marx devemos nos deter justamente na chamada “virada do avesso” da dialética hegeliana (FULDA, 2017). Virar do avesso não é somente colocar a dialética sobre seus pés, como pensou parte do marxismo, ou seja, não basta inverter Hegel para podermos encontrar “o caroço racional da dialética”. O procedimento deve, analogamente, ser comparado a tirar uma luva; nesse procedimento, o que estava dentro vai para fora, e o que estava fora vai para dentro; assim, é possível desencobrir o caroço racional da dialética hegeliana que está sob um invólucro místico. De acordo com Grespan, ao comentar o artigo de Fulda, o significado da inversão marxiana da dialética hegeliana se expressa do seguinte modo:

Tal inversão na forma está relacionada à inversão do conteúdo, que é a crítica da sociedade burguesa. Em Hegel, a diferença (de grupos sociais, de indivíduos) é o aparente, mas a identidade dialética é que está por trás dessa diferença, relacionando a todos com base no princípio burguês da igualdade [...]. Em Marx, ao contrário, a igualdade é o aparente, determinado pela desigualdade social de classe no fundo, ou no interior da luva, como na metáfora de Fulda. A Umstülpung, o gesto de desvirar do avesso a dialética, revelaria esse elemento fundamental no conteúdo da crítica de Marx à concepção hegeliana da sociedade civil e à sociedade civil mesma (GRESPLAN, 2017, p. 108).

É justamente o artigo de Fulda que reabrirá a discussão da dialética, como modo de exposição, e inspirará toda uma geração de pensadores da Nova Leitura de Marx e, também, da chamada Nova Dialética. Para Machado (2018a) “[...] a nova palavra de ordem dos estudiosos mais recentes de *O capital* – ‘retorno a Hegel’ – gerou frutos. Em particular, destaca-se a recuperação da dialética, em *O capital* de Marx, como modo de exposição [*Darstellung*]”

(MACHADO, 2018a, p. 240). Mas, há nesses autores, designados por Machado (2018a) de marxistas hegelianos, um apego às dimensões históricas de *O Capital* de Marx. Haveria nesta interpretação uma derivação puramente lógica das categorias em Marx. Dessa maneira, diversos autores encontrarão correspondências entre a Crítica da Economia Política de Marx e a ciência da lógica de Hegel.

Hiroshi Uchida (1988), por exemplo, aponta correspondências entre os capítulos dos Grundrisse relativos ao dinheiro, ao capital e sua introdução com as respectivas seções da Ciência da lógica: a “Doutrina do ser”, a “Doutrina da essência” e a “Doutrina do conceito”. Já Christopher Arthur (2016) associa o movimento de troca de mercadorias e o valor em *O Capital* à “Doutrina do ser”. Já Enrique Dussel (1994, pp. 187-203), diversamente de Arthur, associa a categoria da qualidade ao valor de uso, a quantidade ao valor de troca e a medida ao dinheiro (MACHADO, 2018a, p. 241).

Para Machado (2018a), a insustentabilidade desta leitura hegeliana da obra de Marx se dá pelo caráter de historicidade que as categorias em Marx portam, pois, o caminho da exposição em *O Capital* mostra que: “Desvela-se o capital, assim, enquanto uma forma histórica particular e, enquanto tal, transitória, sujeita à desaparecimento, ao devir” (MACHADO, 2018a, p. 261).

De acordo com Müller (1982), a exposição “[...] designa o modo como o objeto, suficientemente apreendido e analisado, se desdobra em suas articulações próprias e como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico (MÜLLER, 1982, p. 02). A exposição visa apresentar, na forma de conceito, o movimento interno do objeto específico que será exposto, partindo da forma mais imediata (concreto aparente), até a determinação mais essencial (totalidade concreta), em um caminho que vai das categorias mais simples, pouco determinadas, até as mais complexas e determinadas, ou seja, é a reconstituição categorial e analítica dos momentos do movimento contraditório do objeto. Dessa maneira, é necessário elucidar o que Marx considerava ser uma categoria:

[...] a compreensão das categorias como Daseinsformen, formas de ser (de estar aí) – e não do ser – Existenzbestimmungen, determinações de existência, [...] As categorias não são entes da pura razão, existentes apenas e diretamente na forma conceitual ou como regras de ação dos sujeitos, mas são formas de ser da efetividade que podem ser capturadas e transformadas em conceitos. (ALVES, 2015, p. 40).

Nesse sentido, as categorias da Crítica da Economia Política são formas de ser (*Daseinsformen*) e, é de posse deste estatuto teórico que podemos compreender a concepção teórica perpetrada por Marx, que subverte toda tradição epistêmica da filosofia, pois, em sua teoria as categorias não são predicados do ser que o pesquisador atribui de fora para o objeto; as categorias teóricas são, como vimos a pouco, a maneira de reproduzir, no plano do pensamento, o ser objetivo – ou de fazer a passagem do concreto efetivo para o concreto pensado, embora como ressalta Marx, a gênese do concreto não esteja no pensamento. Sob tal



ótica, a exposição marxiana determina uma organização, tal como explicitada na *Introdução* de 1857:

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade (MARX, 2011a, p. 60).

Visto que as categorias econômicas são formas de ser, determinações da existência, isto é, são traços constitutivos do próprio ser objetivo, elas devem obedecer, ao serem expostas, à sua estruturação no interior da sociedade, onde reina o modo de produção capitalista, ou seja, ao papel determinante que elas ocupam na dinâmica diuturna da sociabilidade produtora de capital. Desse modo, poderemos compreender o ponto de partida expositivo de Marx, em *O Capital*, que não é outro, senão a análise da forma-mercadoria, que é a forma de manifestação histórica e aparente da riqueza nesta sociedade. De acordo com Benoit:

O capital começa, ao nível do modo exposição, como a economia política burguesa (como, por exemplo, Adam Smith) partindo da riqueza. Mas já a primeira afirmação lança o processo negativo. Pois se fala a respeito da aparência da riqueza e assim se supõe uma forma não-aparente da riqueza; fala-se também não da riqueza em geral (como pensaria a Economia Política burguesa), mas, sim, da ‘riqueza (*der Reichtum*) das sociedades nas quais domina o modo de produção capitalista’, ou seja, historiciza-se a riqueza (BENOIT, 1996, p. 17).

Os economistas burgueses identificavam na forma particular e histórica da riqueza, tal como essa aparece na sociedade burguesa, como a forma da riqueza em geral, apresentando categorias históricas determinadas como categorias naturais válidas para todas as formas sociais. O que a exposição de Marx demonstra é que sua análise vai examinar a riqueza na sociedade onde domina o modo de produção capitalista, mas para tanto é necessário partir desta aparência, desta manifestação fenomênica. No Método da Economia Política, como vai nos dizer Marx, os economistas sempre partem do “concreto, do todo vivo”, embora esse concreto seja abstrato, se desconsiderarmos os elementos que o compõem; e se assim procedermos, isto é, do todo para as partes, o máximo que chegaremos é a um conjunto de relações e categorias simples tais como, mercadoria, valor, dinheiro etc.; teríamos, assim, uma “representação caótica do todo”. Isso foi feito pela Economia Política. Temos, pois, que fazer o caminho de volta, ou seja, partir destas categorias abstratas, simples, pouco determinadas, até chegar às categorias mais concretas e determinadas.

Desse modo, pode-se perceber, na forma de exposição de *O Capital*, três movimentos articulados. O primeiro é elevar-se das categorias mais simples às categorias mais complexas. Isso fica evidente ao tomarmos a exposição no livro I de *O Capital* como um todo, pois parte-se da unidade contraditória mais simples da relação capitalista, a mercadoria (capítulo I), até se

e elevar à lei geral da acumulação capitalista (capítulo XXIII), bem como à sua gênese histórica e à tendência histórica da acumulação capitalista (capítulo XXIV) (MARX, 2017b). Tal processo não se dá de maneira imediata, mas mediada pela própria totalidade de particularidades que compõem o próprio real. Souza Junior (2015), ao analisar a questão, elucida: “Esse retorno não se dá por uma passagem abrupta da empiria às abstrações mais genéricas, como no proceder analógico, mas significa uma passagem paulatina do singular ao universal mediado pela totalidade” (SOUZA JUNIOR, 2015, p. 151). Assim, as categorias são apresentadas em sua relação de determinação como a encontramos no real. Não temos, portanto, como compreender o dinheiro, sem termos passado, antes, pelo entendimento das determinações da mercadoria. Mercadoria e dinheiro, por conseguinte, permitem abrir o conjunto dos elementos necessários à compreensão do mais-valor, etc.

O segundo movimento, que encontramos em boa parte de *O Capital*, é aquele que demarca, como ponto de partida, a aparência, ou o concreto aparente, chegando à essência de um dado fenômeno e retornando à aparência, mas, desta vez, como concreto pensado, como rica totalidade de determinações. Quando da exposição das determinações de cada categoria se faz partindo-se do concreto aparente, sua forma mais perceptível e, a partir daí, procede-se a análise da categoria, um submergir, isto é, buscar suas partes constitutivas, analisando cada um dos polos de sua contradição interna, sua substância e traços essenciais mais profundos. Chegado às determinações mais simples da categoria analisada, procede-se uma espécie de emergir, uma viagem de retorno, onde, a partir da síntese dos elementos analisados, medeiam-se os elementos que foram abstraídos durante o processo analítico, compondo, desta forma, o concreto pensado, constituído de múltiplas determinações. Esta última parte do movimento é semelhante ao traço geral constitutivo da exposição das categorias analisadas anteriormente.

É perceptível, também, um terceiro movimento, que Marx imprime nas passagens mais cruciais de sua exposição: a relação entre as determinações mais gerais do ser social e a especificidade da relação capitalista. Essa característica da forma de exposição, em *O Capital*, pode ser observada na antecedência da análise do valor de uso à do valor, realizada no capítulo primeiro, e na exposição prévia do processo de trabalho em geral ao processo de valorização, no capítulo quinto. Essa forma de expor permite distinguir, justamente, aquilo que na Economia Política está amalgamado, de forma a naturalizar as relações específicas das sociedades onde reina o modo de produção capitalista. O processo de desvelar essas determinações essenciais à relação capitalista, mas, de forma alguma, pertencente ao ser social, independente das relações sociais que este estabelece, se faz por meio de sucessivas negações às formas de pensar da Economia Política. Antes de caracterizar determinadas categorias, Marx se detém na aparência

dos fenômenos e nos principais equívocos, a que se incorre, ao restringir-se a essa aparência. Por vezes, esse processo de negação das proposições errôneas estabelece um certo percurso, o qual demonstra o pensamento burguês – expresso principalmente na história da Economia Política – realizado na tentativa de compreender a sociedade capitalista. Em outras partes, Marx deixa os próprios economistas vulgares, mais preocupados em justificar que compreender, expressarem o absurdo das formulações proferidas por eles mesmos.

Por fim, distinguindo “o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação”, passaremos, a seguir, à elucidação de uma outra característica, peculiar aos escritos de Marx, destacadamente na composição da escrita, empreendida por este, em *O Capital*: as formas literárias.

### 1.3 Formas literárias: primeiras aproximações

Se, como vimos no item anterior, a forma de exposição diz respeito ao ordenamento lógico, proveniente do próprio objeto investigado que se pretende expor criticamente, as formas literárias são encontradas nos momentos explicativos de cada determinação, na forma de apresentar um procedimento analítico, nos modos como são ilustradas as categorias, ou seja, dizem respeito ao conjunto de recursos textuais que Marx utiliza para dar vida e movimento ao seu *corpus* teórico. Ludovico Silva (2012), ao abrir *O estilo literário de Marx*, nos apresenta o que ele compreende por *estilo literário* em Marx:

Não é difícil adivinhar a reação que já o título deste ensaio suscitará no leitor. O estilo literário de Marx? Por acaso, foi Marx um literato? Ou, antes, trata-se de um novo estudo sobre as suas ideias acerca da literatura e da arte?

Nada disso. Pensemos de novo na expressão *o estilo literário de Marx*. Marx foi um escritor: deixou uma obra imponente. Esta obra constitui um *corpus* científico, um tecido teórico. Mas este *corpus*, além da sua ossatura conceitual, possui uma musculatura expressiva – o tecido teórico foi urdido com fios literários concretos. O sistema científico está sustentado por um sistema expressivo (SILVA, 2012, p. 11).

Mais à frente, retomaremos as especificidades com que Ludovico compreende o que chama de estilo literário em Marx; por ora, essa passagem nos motiva a pensar sobre dois aspectos relativos à vida e à obra de Marx: se ele foi um literato, e qual seria a sua compreensão sobre a literatura e as artes de um modo geral.

Para tratar sobre a formação e o peso das artes, em específico a literatura, na vida de Marx, temos que fazer uma breve incursão na sua infância e juventude, na qual podemos encontrar traços significativos de sua formação intelectual e cultural. Segundo Netto (2020a), não se têm registros de sua formação primária, o que indica que se deu em casa, “[...] as aulas de redação, pelo menos, foram ministradas a ele por um livreiro de Tréveris” (SPERBER, apud

NETTO, p. 531), cidade natal de Marx. Seus primeiros incentivos intelectuais se deram por meio de seu pai e de seu futuro sogro.

O pai de Karl Marx, Heinrich Marx (1782-1838), era um jurista de origem judaica que se converteu ao protestantismo, não só pelas restrições empreendidas contra os judeus à sua época, mas também por uma “[...] decisão compatível com as suas características de racionalista, leitor atento dos iluministas franceses (sabia de cor trechos de Voltaire e Rousseau)” (NETTO, 2020a, p. 41). Heinrich, ou Herschel, seu nome judaico, mantinha com o filho uma relação muito próxima e de cumplicidade intelectual, marcando a sua formação inicial de maneira bastante fecunda. No círculo de amizade de Heinrich Marx ocupava lugar destacado o barão Johann Ludwig von Westphalen (1770-1842), o que reforçava-se “[...] pelo relacionamento que seus filhos estabeleceram: mais ou menos da mesma idade, Sophia [filha mais velha dos Marx] e Jenny [futura esposa de Marx] e Karl e Edgar [filho mais novo dos Westphalen]” (NETTO, 2020a, p. 41). A relação do jovem Karl Marx não se restringiu somente aos filhos de Johann:

[...] o barão admirava a inteligência e a curiosidade do rapazola e mantinha com ele longas conversas; a estas acresciam os estímulos intelectuais que Karl recebia de Heinrich Marx a novos e mais diversificados interesses literários (Homero, Dante e Shakespeare, mas ainda Schiller e Goethe). Durante a adolescência, ademais de Heinrich, Westphalen foi para Karl uma significativa influência [...] (NETTOa, 2020, p. 41).

Desde a juventude Karl Marx teve profundo contato com os clássicos, não só do iluminismo, mas também da literatura. Tal formação prosseguiu durante os cinco anos preparatórios à universidade no liceu Friedrich Wilhelm Gymnasium, dirigido por Johann Hugo Wyttenbach (1767-1848), que era “[...] amigo e admirador de Goethe, em cuja leitura iniciava seus estudantes” (NETTO, 2020a, p. 42). Essa escola pública, focada na formação secundária dos homens “[...] privilegiava a formação clássica, com ênfase no grego e no latim (e contemplava ainda um terceiro idioma estrangeiro – o que Marx estudou foi o francês)” (NETTO, 2020a, p. 42). Em meados de 1835, Marx formou-se, e “[...] depositou as três dissertações exigidas para a sua graduação, com objetos propostos pelos examinadores e atendendo às disciplinas de latim, religião e alemão” (NETTO, 2020a, p. 42).

Esta formação clássica, bem como sua predileção pelas artes, pode ser observada nas matérias, escolhidas por Marx, em seu primeiro semestre na faculdade de Bonn, para onde se mudou no final de 1835. Marx, no mesmo dia que chega em Bonn, matricula-se na faculdade de direito, e pretendia se inscrever em nove disciplinas para seu primeiro semestre. O pai de Marx lhe dá dois conselhos: o primeiro é reduzir a quantidade de matérias a serem cursadas para evitar qualquer tipo de fadiga desnecessária; o outro é que se inscrevesse, além das

disciplinas do direito, em matérias da física e da química. O primeiro conselho Marx seguiu e se matriculou em seis disciplinas. Já quanto ao conselho sobre as físicas e químicas, Marx escolhe trocá-las por matérias sobre arte. Auguste Cornu (1965), na biografia que faz de Marx e Engels, nos apresenta os professores e as respectivas disciplinas do primeiro semestre de Marx:

Cursos seguidos por C. Marx durante el semestre de invierno 1835-1836: 1) Puggé, Enciclopedia del derecho [...] 2) Böcking, Instituciones [...] 3) Walter, Historia del Derecho Romano [...] 4) Welcker, Mitología de los gregos y los romanos [...] 5) A. W. Schlegel, Cuestiones sobre Homero [...] 6) D'Alton, Historia del arte moderno [...] (CORNU, 1965, p. 62)

Além das matérias formais em Mitologia dos gregos e romanos, Questões sobre Homero e da História da arte moderna, Marx também passou a frequentar os encontros estudantis do Clube Tabernário de Trier, mas as noitadas não eram somente as boêmias “[...] havia também as literárias, promovidas por certo Clube de Jovens Poetas, a que Marx se vinculou” (NETTO, 2020a, p. 44). Citamos aqui suas noitadas nas tabernas, “[...] nas quais corriam à solta bebidas alcoólicas e excessivo tabaco” (NETTO, 2020a, p. 44), por dois motivos: o primeiro, mais imediato, é sua vinculação ao clube de poetas, e o segundo é que, devido aos seus estudos intensos, não somente os formais, e a assídua presença nas tabernas, o jovem universitário veio a adoecer em princípios de 1936. Heinrich convence, então, seu filho, a transferir-se para a Universidade de Berlim. No final do segundo semestre acadêmico, Marx pede transferência e, antes de se mudar para Berlim, vai visitar a família onde desenvolve uma profunda paixão, registrada, em carta de 10 de novembro de 1837, ao pai. Depois de descrever como foi a viagem de Trier à Berlim, relata que um novo mundo se abriu para ele, o “mundo do amor”. Assim expressa: “[...] a arte não era tão bela como Jenny. Logo que cheguei a Berlim, interrompi todas as relações que até aí tinha mantido. Contrariado, fiz algumas visitas – poucas – e tentei entregar-me por inteiro à ciência e à arte” (MARX-ENGELS, 1974, P. 232-233). Esse novo mundo, que se abriu para o jovem Marx, foi documentado também nas suas primeiras incursões no campo literário.

Já nos primeiros meses em Berlim, sua paixão por Jenny Von Westphalen (1814-1881) “[...] seria documentada pelos cadernos de poesia que Marx endereçou à amada – poemas de escasso ou nulo valor literário, mencionáveis somente porque expressivos da paixão que se converteria em autêntico e duradouro amor” (NETTO, 2020a, p. 46). “Estos cuadernos tenían por título el de *Libro de los Cantos (Buch der Lieder)*, *Libro del amor (Buch del Liebe)*, I y II Partes” (CORNU, 1965, nota 51, p. 66). Esse curto momento de um Marx literato não tem somente as motivações amorosas:

Em muitas das suas obras poéticas, Marx faz-se eco do espírito de revolta provocado pelo romantismo revolucionário. Tentou também o teatro (com uma tragédia em verso, *Oulanem* [*Ulanos*]) e até um romance satírico *Scorpion und Felix* [*Escorpião e Félix*], sem concluir nenhum deles. [...] De todos os escritos desta veia poética apenas *Wilde Lieder* [*Cantos Selvagens*] foram publicados, em 1841, na revista *Athenäum* (FEDOSSELEV, et al, 1983, p.23)

Cornu (1965), ao avaliar, em geral, esse período da vida de Marx, o faz da seguinte forma:

No es que Carlos Marx, por cierto, haya estado desprovisto de talento literario y de dones poéticos. En efecto, llegaría a ser un gran escritor a quien se puede comparar con Lessing y con Nietzsche por la precisión y la fuerza del estilo, por la deslumbrante belleza de las metáforas, por su delicado sentido de la poesía, que lo convirtió más adelante en el consejero temido y amado a la vez de grandes poetas como Enrique Heine e F. Freiligrath. Pero su alma estaba entonces demasiado inquieta y atormentada, su imaginación demasiado afiebrada, sus pensamientos demasiado agitados, y su alma tenía que perderse, también ella, en las zonas crepusculares (CORNU, 1965, p. 67).

Para Silva (2012), a avaliação mais adequada, quiçá, venha do próprio autor apaixonado, que pode ser encontrada na mesma carta, endereçada ao pai, em 10 de novembro de 1837 “[...] e que revela uma rápida recuperação da síndrome, já algo anacrônico por estes anos, do *Sturm und Drag* literário” (SILVA, 2012, p. 27).

No estado de espírito em que, nessa altura, me encontrava, a poesia lírica devia necessariamente constituir a minha primeira tentativa, pelo menos a mais agradável e acessível; mas, como o exigia a minha situação e toda a minha evolução anterior, essa poesia só poderia ser idealista. Construí o meu céu e minha arte de um além tão longínquo como o meu amor. O real dilui-se por completo e deixa de haver limites para aquilo que se dilui. Ataques contra o presente, sentimentos vagos e confusos, uma ausência total de naturalidade, construções nas nuvens, o contrário do que é e do que deve ser, reflexões retóricas em vez de ideias poéticas, mas talvez também um certo calor sentimental e algum esforço de elevação, caracterizam todas as poesias dos três primeiros cadernos que mandei a Jenny. A medida de uma aspiração sem limites manifesta-se aí debaixo dos aspectos mais diversos e faz da minha poesia uma diluição (MARX-ENGELS, 1974, p. 233).

Essa breve investida no campo literário se finda nesse período, mas a literatura se faz presente na sua vida até seu último suspiro, em 1883. Significativo dessa presença é o relato de uma das suas filhas, Eleanor Marx: “Marx lia também para as filhas. Leu-nos, tanto a mim como às minhas irmãs, todo o Homero, os *Nibelungos*, *Gudrune*, *Dom Quixote* e *As Mil e Uma Noites*. Shakespeare era a Bíblia de casa. Aos seis anos já sabia de cor cenas inteiras de Shakespeare.” (MARX-ENGELS, 1974, p. 244). Relatos parecidos são dados por W. Liebnecht, no texto *Passeios com Marx*, e por seu genro Paul Lafargue, no texto *Karl Marx, Recordações Pessoais*, parcialmente publicado no livro *Sobre literatura e arte* (MARX-ENGELS, 1974, p. 237-243), bem como em diversas cartas a vários amigos, tanto indicando novas obras literárias, como criticando aspectos de outras. Netto destaca essa característica da “autoformação de Marx”, ao tratar do fim da década de 1850 e de seus estudos sobre Economia Política:

No entanto, há que sinalizar que, também no período que agora nos interessa, o conjunto desses estudos não se limitou estreita nem estritamente a questões pertinentes à economia política. A autoformação de Marx, sempre operante e nunca concluída, o seu projeto/processo de um desenvolvimento individual omnilateral e a sua fústica sede de saber marcaram também esse período da sua vida: prosseguiu no seu cultivo dos clássicos da literatura ocidental (Homero, Dante, Shakespeare, Goethe), dedicou-se aos problemas da estética pós-hegeliana, repassou suas leituras de Vico (1668-1744) e Hegel, discutiu Boécio (De aritmética), revisitou a Antiguidade (Apiano de Alexandria, *As guerra civis em Roma*)... A deriva da leitura de Marx (para além da economia política, mas conexas a ela) dirigiu-se então mais regularmente para o pensamento científico-natural, num movimento que se registraria até o fim de sua vida [...] (NETTO, 2020a, p. 280).

Mas, para além desses momentos da vivência cotidiana, em que se observa a presença marcante que a literatura tinha na vida de Marx, é, em seus textos e produções teórico-políticas, que podemos aferir, não só seus conhecimentos sobre o universo literário, como traços de sua concepção estético-artística. Nesse sentido, vale retomar a segunda questão apresentada por Ludovico Silva (2012) na introdução de seu ensaio: Ou, antes, trata-se de um novo estudo sobre as suas ideias acerca da literatura e da arte? (SILVA, 2012, p. 11). Assim como em outros assuntos, na educação, na matemática etc., Marx também não desenvolveu nenhum trabalho sistemático sobre a estética ou a arte; entretanto, o próprio caráter de sua produção teórica – não só no que diz respeito à amplitude do temário que ocupou seus vastos estudos, como fundamentalmente pela rigorosidade com a qual desenvolveu a sua teoria social – permite extrair análises e derivar apreciações sobre as concepções estéticas e artísticas fundamentadas em suas concepções sociais, nos possibilitando, hoje, encontrar uma vasta biografia sobre o assunto. Dentre as principais obras sobre a estética e a arte na teoria marxiana, podemos mencionar, por exemplo, *A ideologia da estética* (1993) e *Marxismo e crítica literária* (2011) de Terry Eagleton, *Estética* (1966-1967) e *Introdução a uma estética marxista* (1970) de György Lukács, *As ideias estéticas de Marx* (2011) de Adolfo Sánchez Vázquez, *A arte em Marx* (2005) de Celso Frederico, *Os marxistas e a arte* (2013) de Leandro Konder, *Marx's lost aesthetic: Karl Marx and the visual arts* (1984) de Margaret A. Rose, *Fundamentos da estética marxista* (1968) de Nelson W. Sodré, *Lukács: estética e ontologia* (2014) de Ester Vaisman e Miguel Vedda (org.), *A teoria da alienação em Marx* (2006) de István Mészáros, dentre tantas outras.

E, tal como o universo artístico em geral, assim também a temática da literatura em particular, se manifestou como campo frutífero de estudos. A peculiaridade de seu estilo expressivo, a multiplicidade de recursos linguísticos que utiliza, o diálogo que estabelece entre a exposição científica e a expressividade literária, incitaram a questões principalmente relacionadas ao papel dessa expressividade em sua teoria. Assim, algumas obras que já podem ser consideradas clássicas no estudo deste tema são: *Capital as a literature* (1961) e *The tangled*

*bank: Darwin, Marx, Frazer and Freud as imaginative writers* (1962) de Stanley Edgar Hyman, *Moneybags must be so Lucky: on the literary structure of capital* (1988) de Robert Paul Wolff, *Karl Marx and world literature* (2011) de S. S. Prawer, *Las metáforas teológicas de Marx* (1993) de Enrique Dussel, e as obras mais recentes *Marx and Shakespeare* (1992) de Robert S. White, e *Aesthetic Marx* (2017), organizada por Samir Gandesha e Johan F. Hartle. No Brasil também podemos verificar na atualidade pesquisas a esse respeito, como *Marx e a literatura* (2015) e *Marx: literatura e crítica da economia política em “O Capital* (2018) de Francisco de Assis Silva, e *Alienação, fetichismo e discurso em O Capital* (2015/2016) de Justino de Souza Junior, *Ironia e o Jornalismo de Karl Marx e Friedrich Engels* (2009) de Rafael Duarte Oliveira Venâncio, *Marx e a literatura em O Capital* (2019) e *Marx e a obra de arte literária em O Capital* (2020) de Sandra Soares Della Fonte, *À (Re)Descoberta de um Karl Marx Vitoriano e de um legado marxiano na arte e na política britânicas* (2020) de Paula Alexandra Guimarães, *Elementos literários na arquitetura narrativa de Marx* (2014) de Luciana da Silva Melo, *Marx poético: linguagem figurada na argumentação marxiana n’O Capital* (2005) de Ricardo Ribeiro Casimiro Lopes, e *Marx e a literatura: um estudo à luz do Capital* (2012) de Fábio J. Queiroz e Frederico Costa.

#### 1.4 De *A Economia* a *O Capital*

Visto que a obra sobre a qual Marx mais se dedicou, não somente quanto ao aspecto teórico-conceitual, mas também ao caráter expositivo, foi o livro primeiro de *O Capital*, naturalmente, uma significativa parcela dos autores que se empenharam no estudo da expressividade literária marxiana remete-se a esta obra, tal como podemos verificar em algumas das produções supramencionadas.

Desde quando Marx descobre que a “anatomia” da sociedade civil deve ser investigada na Economia Política, ele passa a investigar essa disciplina de forma sistemática. Desde seus primeiros estudos em Paris, em 1843, Marx também já intencionava criticá-la. Deste momento à publicação de *O Capital*, podemos verificar um conjunto de cartas, enviadas a diversos de seus interlocutores, aludindo à feitura de um livro que tivesse como objetivo a crítica da Economia Política. Na carta de Engels a Marx de 20 de janeiro de 1845 já podemos encontrar as primeiras alusões a esta obra:

Porém, do que mais necessitamos atualmente é de algumas obras de certa importância que possam proporcionar um ponto de apoio sólido a todos os nossos semissábios, que estão cheios de boa vontade, mas não conseguem avançar sozinhos. Disponha-te a terminar teu livro de Economia Política; pouco importa que muitas páginas não te



satisfaçam: os espíritos estão maduros e temos que golpear o ferro agora que ele se apresenta em brasa (MARX; ENGELS, 2020, p. 44).

Vê-se, não só a intenção de publicação de um livro criticando a Economia Política, mas sua real necessidade. Ao tratar da intenção de Marx em publicar um livro desta natureza, Netto esclarece que:

De fato, em inícios do ano seguinte (exatamente a 1º de fevereiro de 1845), Marx assina com o editor Karl Friedrich Julius Leske, de Darmstad, um contrato para a edição, em dois tomos, de um livro de “crítica da política e da economia política”; tudo indica que de tal publicação constariam textos elaborados com base em sua “Crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução” (a parte da “crítica da política”) e conteúdos dos Manuscritos (a parte da “crítica da economia política”) (NETTO, 2020a, p. 101).

Marx, em carta de 1º de agosto de 1846 ao editor Leske de Darmstadt chama a obra de “minha *Crítica da economia*”, e em, outro momento, de “meu trabalho na *Economia*” (MARX; ENGELS, 2020, p. 48) e projeta a sua conclusão: “O primeiro volume, revisado e corrigido, estará pronto para impressão em *fins de novembro*. O segundo volume, que é mais histórico, poderá segui-lo rapidamente” (MARX; ENGELS, 2020, p. 49). Até o fim, pelo menos de 1846, Marx continua com esse projeto onde, em carta de 28 de dezembro de 1846 a Pavel V. Annenkov (1812-1887), registra que “Gostaria de enviar-lhe, com esta carta, o meu livro sobre Economia Política, mas, até agora, não consegui imprimir esta obra [...]” (MARX; ENGELS, 2020, p. 49).

Nas publicações da segunda metade dos anos de 1840, já podemos encontrar as primeiras consequências no seu pensamento, advindas do estudo da Economia Política, não só nas elaborações nas quais a temática pode ser vista de forma explícita, como *Miséria da Filosofia* (1847), *Manifesto do Partido Comunista* (1848), *Trabalho assalariado e Capital* (1849), mas, também, nos contornos gerais de sua elaboração ontológica e epistemológica, como em *A Ideologia Alemã*, dentre outros. Devido ao seu modo de estudar, descrito ao pai em carta de novembro de 1837, podemos encontrar os registros dos trechos de livros, seguidos muitas vezes por comentários, nos cadernos de Marx. A IV Seção da MEGA é dedicada a esses textos, contendo as anotações, os excertos e as glosas de Marx e de Engels. Na apresentação que Mario Duayer faz à edição dos Grundrisse (2011), encontramos:

Daí se compreende a absoluta relevância da IV Seção da MEGA, exclusivamente dedicada à publicação dos excertos, anotações e glosas de Marx e Engels. [...] Recorrendo a esses cadernos, redigidos no período que se estende de 1843 (quando Marx chega a Paris) a 1849 (data de seu exílio em Londres), é possível constatar que ali começam seus primeiros estudos de economia política. Ao todo, são 27 cadernos de extratos compostos ao longo desses anos – e nas condições sublinhadas acima –, assim discriminados: “Cadernos de Paris” (1843-1845, nove volumes); “Cadernos de Bruxelas” (1845, seis volumes); “Cadernos de Manchester” (1845, nove volumes); e três cadernos que extratam a obra de Gustav von Gülich, *Historical Account of Commerce*. (DUAYER, 2011 p. 13-14).

Por causa de sua intensa atividade, não só na produção intelectual, em obras de polêmica com os socialistas utópicos e a esquerda hegeliana, mas sobretudo por sua prática política em

fins de 1840, Marx só retomará seus estudos sobre Economia Política no início dos anos de 1850, já em seu último e definitivo exílio em Londres. Em carta a Engels, de 2 de abril de 1851, Marx registra a retomada não só de seus estudos, mas da elaboração de sua crítica à Economia Política: “Estou tão adiantado que, em cinco semanas, terei terminado com toda esta merda de economia [*ökonomischen Scheibe*]. Uma vez feito isto [*Et cetera fait*], redigirei em minha casa a *Economia Política* [...]” (MARX; ENGELS, 2020, p. 79). Em outra carta, a Engels, de 14 de agosto deste ano, Marx solicita a sua ajuda nos trabalhos jornalísticos “No que se refere ao *New York Tribune*, é necessário que tu me ajudes, agora que estou inteiramente entregue à *Economia Política*” (MARX; ENGELS, 2020, p. 84). Na primeira metade da década de 1850, Marx terá que dividir seus trabalhos, entre os estudos e formulações na crítica da Economia Política, e seus trabalhos jornalísticos, entretanto “O resultado dessa etapa de estudos é outra imensa coleção de extratos, reunida nos chamados ‘Cadernos de Londres’, formados por 26 volumes, escritos de setembro de 1850 a agosto de 1853” (DUAYER, 2011, p. 15).

Motivado pela crise de 1857-1858, Marx retoma seus estudos e produz as primeiras sínteses mais robustas e de peso em sua compreensão da crítica da Economia Política. Os resultados desse período podem ser encontrados nos *Grundrisse* (1857-1858), só publicados postumamente, e na *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859). Nesse período Marx compõe os traços gerais de sua apresentação e a registra, em carta a Ferdinand Lassale, que estava mediando os processos de publicação das primeiras partes de sua obra. Na carta de 22 fevereiro de 1858, encontramos: “O conjunto se divide em seis livros: 1. Do capital (contém alguns capítulos introdutórios [*Vorchapters*]). 2. Da propriedade fundiária. 3. Do Trabalho assalariado. 4. Do Estado. 5. Comércio exterior. 6. Mercado mundial” (MARX; ENGELS, 2020, p. 118). Marx, alguns meses mais tarde, em carta a Lassale, de 12 de novembro, pontua os motivos que acarretaram no atraso do trabalho de redação, e expressa, com isso, a importância que a obra tem, tanto em sua vida, como sua contribuição à crítica das relações sociais burguesas:

E tenho duas razões para não tolerar que motivos de saúde venham a tisonar esta obra: 1. ela é o resultado de 15 anos de trabalho e, portanto, o fruto do melhor período da minha vida; 2. ela apresenta pela primeira vez, *cientificamente*, um ponto de vista importante sobre as relações sociais. Devo, pois, ao nosso partido, não comprometer a causa escrevendo mal, num estilo baço e tosco que é a marca de um fígado enfermo. Não aspiro à elegância da exposição, mas apenas a redigir, com meu estilo habitual [...] (MARX; ENGELS, 2020, p. 132-133).

É, neste momento, que Marx encontrará o ponto de partida adequado à crítica da Economia Política, a mercadoria. Na *Contribuição* de 1859, a análise já se inicia pela mercadoria, diferentemente dos *Grundrisse*, que tem como ponto de partida a discussão do dinheiro. Já depois da publicação da *Contribuição*, Marx ressalta duas características de sua

crítica, que não poderiam ser esquecidas por Engels ao redigir uma resenha sobre o livro; diz ele na carta de 22 de julho de 1859: “[...] Se vai escrever algo, não deves esquecer: 1) que o proudhonismo é aniquilado em suas raízes; 2) que o caráter *especificamente* social, de modo algum *absoluto*, da produção burguesa é analisado aqui a partir de sua forma mais simples: a da *mercadoria*.” (MARX; ENGELS, 2020, p. 144).

Já na década de 1860, ao dar sequência à sua obra, ou seja, aos demais livros que tinha inicialmente projetado, Marx modificará sua estrutura expositiva, como aponta Duayer “As investigações preparatórias dos demais terminaram por suscitar a modificação do projeto original e resultaram nos chamados *Manuscritos de 1861-1863 e de 1863-1865*” (DUAYER, 2011 p. 11). Nestes manuscritos, “Marx prosseguiu e aprofundou as investigações registradas nos *Grundrisse* e considerou esclarecidas as questões teóricas fundamentais para embasar a sua crítica da economia política” (NETTO, 2020a, p. 351). Marx chega, então, à forma final de sua obra, e encontramos esse registro em sua carta a Ludwig Kugelmann, de 13 de outubro de 1866, onde aponta que: “A obra inteira se compõe, com efeito, das seguintes partes: *Livro I. Processo de produção do capital. Livro II. Processo de circulação do capital. Livro III. Formas do processo de conjunto. Livro IV. Contribuição à história da teoria*” (MARX; ENGELS, 2020, p. 192).

De Janeiro de 1866 a abril do ano seguinte, dedicou-se à redação do Livro I de *O Capital*, polindo o escrito com o esmero necessário para fazer do texto a ser publicado “um todo artístico” [...] Concluiu a redação no último dia do mês de abril de 1867; enfim, a *opus Magnum* ganhara forma (NETTO, 2020a, p. 352).

Em 2 de abril de 1867, Marx escreve a Engels comunicando o término: “Decidi não te escrever até poder anunciar a conclusão do livro – este é agora o caso. [...] Na próxima semana, levarei eu mesmo o manuscrito para Hamburgo” (MARX; ENGELS, 2020, p. 195). Engels responde dois dias depois: “*Hurra!* Não pude conter esta exclamação ao ver escrito no papel que o primeiro volume já está terminado e que tu te propões a levá-lo pessoalmente [...]” (idem, *ibidem*). Somente em meados de agosto de 1867 Marx terminará de revisar as provas de seu livro.

Continuará, entretanto, trabalhando na obra, atualizando dados e novas publicações, mas sobretudo a forma. Assim que Engels toma contato com a primeira edição da obra, tece o seguinte comentário na carta enviada a Marx datada de 23 de agosto de 1867, antes portanto, de vir a público em 14 de setembro daquele ano: “E como tu conseguiste manter a divisão *exterior* do livro tal como está! O capítulo quarto tem cerca de 200 páginas e não abrange mais que quatro partes, assinaladas por títulos em caracteres muito pequenos, que mal se fazem notar” (MARX; ENGELS, 2020, p. 215). Em sua resposta, Marx já demonstra o intento em

continuar a aperfeiçoar a redação do livro I: “Agradeceria a ti se *registrasses* nos *placards* tuas críticas, desideratos, perguntas [*queries*] etc. Isto é muito importante para mim, porque cedo ou tarde conto com uma segunda edição” (MARX; ENGELS, 2020, p. 216-217).

Na primeira edição de *O Capital*, em seu prefácio, Marx já aponta essa busca por melhorar a redação de sua crítica à Economia Política. Depois de comunicar que a obra que vinha a público era a continuação de sua publicação de 1859, comenta: “O conteúdo daquele texto está resumido no primeiro capítulo deste volume, e isso não só em nome de uma maior coerência e completude. A exposição foi aprimorada” (MARX, 2017b, p. 77). Nesta passagem temos, já explicitada, uma modificação formal na divisão do livro I. Na primeira publicação, os capítulos *A mercadoria; O processo de troca; Dinheiro ou a circulação de mercadorias* que compõem a primeira seção, consistiam em um só capítulo homônimo da seção primeira, *Mercadoria e dinheiro*. Na verdade, todo o livro I era subdividido – tal como Engels havia criticado na carta de setembro de 1867, acima citada – em capítulos mais extensos e com poucas subdivisões. Em lugar das sete seções, que contêm os vinte e cinco capítulos, a primeira edição do livro I era dividida somente em seis capítulos.

De fato, Marx trabalhou no livro I até quando veio a falecer em 1883, tal como demonstra seu posfácio à segunda edição alemã de janeiro de 1873, assim como seu trabalho na edição francesa registrada na carta de março de 1872 a Maurice La Châtre que se tornou um prefácio à edição francesa, o posfácio da edição francesa, escrito em abril de 1875, e o prefácio à terceira edição alemã escrito por Engels onde registra:

Inicialmente, Marx planejava reelaborar extensamente o texto do volume I, formular de modo mais preciso diversos pontos teóricos, acrescentar outros novos e complementar o material histórico e estatístico com dados atualizados. Seu estado precário de saúde e a ânsia de concluir a redação definitiva do volume II obrigaram-no a renunciar a esse plano. Devia-se modificar apenas o estritamente necessário e incorporar tão somente os acréscimos já contidos na edição francesa (*Le capital. Par Karl Marx*, Paris, Lachâtre, 1873), publicada nesse ínterim (ENGELS, 2017c, p. 97).

Nosso intento é compreender quais as possíveis funções que as formas literárias cumprem no decorrer da exposição do primeiro livro de *O Capital* de Marx. Para tanto, temos que sintetizar o conteúdo da crítica à Economia Política empreendida por Marx nas três primeiras seções. Compreendemos, que nestas seções, não só encontramos os fundamentos basilares do livro primeiro, como de todos os quatro livros, e de sua teoria social de uma forma geral. Passamos agora, a expor este conteúdo categorial que se encontra nos primeiros nove capítulos desta obra.

## 2 A BASE DO UNIVERSO CATEGORIAL DE MARX: AS TRÊS PRIMEIRAS SEÇÕES DE O CAPITAL

O objetivo deste capítulo é dispor o conteúdo categorial apresentados nas três primeiras seções do livro I de *O Capital*, não tendo por intento explicar pormenorizadamente cada categoria e seu desenvolvimento na obra, mas sim dar um panorama geral de como compreendemos a disposição das categorias e suas principais determinações. Optamos por esse percurso expositivo pois, quando da análise das formas literárias que o autor utiliza para expressar seu pensamento, já teremos de antemão exposto a compreensão que fazemos das categorias e dado a devida importância que estas têm na obra. Como algumas formas literárias se repetem em diversos capítulos, dessa forma evitamos uma análise fragmentária tanto do conteúdo como da forma. Portanto, evitaremos trazer neste capítulo os elementos que serão analisados no capítulo terceiro desta dissertação.

Nos restringiremos à análise das três primeiras seções do livro I por entendermos que se encontra nesses primeiros nove capítulos da obra a base de sua crítica à Economia Política, como o próprio Marx destaca em carta a Engels datada de 24 de agosto de 1867:

[...] Eis o que há de melhor em meu livro: 1. o destaque (e sobre isto se funda *toda* a inteligência dos fatos [*facts*]), desde o primeiro capítulo, do *duplo caráter do trabalho*, que se exprime como *valor de uso* ou como *valor de troca*; 2. a análise da *mais-valia*, *independentemente das suas formas particulares*: lucro, juro, renda da terra etc. (MARX; ENGELS, 2020, p. 216).

Não por acaso as formas literárias, por mais que se estendam por toda a obra, se concentram mais nos cinco primeiros capítulos, desde a análise da mercadoria, no capítulo primeiro, até as determinações essenciais do mais-valor no capítulo quinto. No nosso entender, isso se dá pela relevância que tais passagens têm para com todos três livros de *O Capital*. Isso nos motivou a fazer uma exposição mais detalhada, principalmente do capítulo primeiro, mesmo que uma análise minuciosa possa vir a ser aborrecedora para aqueles já iniciados no estudo da obra. Ademais, há de se notar que o próprio Marx reescreveu várias versões desse capítulo – desde sua primeira versão, que veio à público em 1859, passando pela dupla exposição em 1867, até chegar à sua versão final em 1873 – o que já demonstraria sua relevância na obra como um todo. Feitos tais esclarecimentos, passemos à exposição do conteúdo das três primeiras seções do livro I de *O Capital*.

### 2.1 Seção I – Mercadoria e Dinheiro

#### 2.1.1 Capítulo 1 – A Mercadoria

Os dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor (substância do valor, grandeza do valor)

Desde o primeiro parágrafo do primeiro capítulo d'*O Capital*, Marx apresenta a contradição entre o que é geral das sociedades humanas e o que é específico do modo de produção capitalista. Este é um dos pontos centrais da crítica à Economia Política e o que permite demonstrar o caráter histórico, e portanto, transitório, da sociedade do capital. “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*] como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual, por sua vez, aparece como sua forma elementar” (MARX, 2017b, p. 113). A relação, portanto, entre a riqueza material e sua forma de expressão na sociedade capitalista é o que Marx tem por objeto de análise neste capítulo.

Em uma primeira observação, a mercadoria é uma coisa que é útil à humanidade de alguma forma, seja orgânica ou da imaginação. As propriedades dessas coisas estão, assim, conectadas diretamente com alguma necessidade humana. Se essas coisas estão promovendo uma fruição direta ou simplesmente servindo para produzir outros produtos, não interfere na análise da mercadoria. A descoberta de como as propriedades das coisas nos podem ser úteis é um ato histórico, assim como a forma de mensuração dessas coisas. A diversidade das medidas sociais para quantificar as mercadorias “[...] resulta, em parte, da natureza diversa dos objetos a serem medidos e, em parte, da convenção” (Ibid., p. 114).

O “corpo da mercadoria”, ou seja, o conjunto de suas propriedades físicas, químicas, etc. é o valor de uso da mercadoria. “O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo” (Ibid., p. 114), portanto pressupõe sempre sua “determinidade quantitativa”. Necessita-se sempre de uma coisa em uma determinada quantidade; entretanto, esse caráter não depende se, para adquirir essas propriedades, custou à humanidade muito ou pouco trabalho. Esse conteúdo material da riqueza independe da forma social em que esta aparece. “Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca” (Ibid., p. 114). Essas são as determinações gerais dos valores de uso. Alguns valores de uso específicos adquirem outras determinações na forma social do capital, como veremos mais à frente. Por ora, é tudo o que se tem a dizer sobre o valor de uso, pois a rigor, sua análise pertence ao campo de outras ciências por se tratar da análise das propriedades, físicas, químicas etc.

Diferentemente do valor de uso, que se dá ao conhecimento de maneira direta, o valor de troca só é observável como fenômeno quando ganha expressão por meio de uma relação que envolve duas mercadorias. E mais, “O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa [...]” (Ibid., p. 114) em que se trocam valores de uso necessariamente distintos.

Portanto, é um fenômeno que não revela a qualidade, a natureza, daquilo que está sendo expresso. A quantidade de cada valor de uso na relação de troca altera-se constantemente no tempo e no espaço, o que produz a aparência de uma relação acidental e puramente relativa; mas ao mesmo tempo, na sociedade burguesa, o valor de troca aparece como característica intrínseca à mercadoria. Na aparência do fenômeno ele se apresenta como uma “contradição nos próprios termos”. Ou seja, como analisar de maneira causal uma coisa que sempre se apresenta de maneira casual e fortuita? Neste momento do texto Marx indica, a partir da sentença “vejamos a coisa mais de perto”, expressão recorrente em todo o livro, sua teoria das abstrações, buscando sair da aparência imediata do fenômeno e prosseguindo para sua determinidade causal, sua essência, portanto. O procedimento é realizado cotidianamente pela humanidade ao realizar o conjunto das trocas. Por mais que os valores de troca das mercadorias estejam a todo momento mudando, publica-se diariamente os boletins de preço, as cotações da bolsa, ou mesmo as precificações das mercadorias nas gôndolas do supermercado. Faz-se na análise da coisa assim como procede-se no cotidiano da vida. Vejamos.

Ao relacionar, não duas mercadorias, mas o conjunto delas ao mesmo tempo, abstraindo-se, portanto, a determinação espaço-temporal nos valores de troca, Marx chega a duas conclusões: a primeira é “[...] que os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual” (Ibid., p. 115), mesmo tendo variadas expressões, quantitativa e qualitativamente distintas, são todas permutáveis entre si; a segunda é “[...] que o valor de troca não pode ser mais do que o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ [*Erscheinungsform*] de um conteúdo que dele pode ser distinguido” (Ibid., p. 115). Munido dessas conclusões, o autor volta à aparência mais singela do valor de troca, ou seja, dois valores de uso de tipos diferentes sendo trocados em uma dada proporção,  $x$  valor de uso A =  $y$  valor de uso B. “O que mostra essa equação? Que algo comum e de mesma grandeza existe em duas coisas diferentes” (Ibid., p. 115), e conclui, por fim, que “Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que, em si mesma, não é nem uma nem outra. Cada uma delas, na medida em que é valor de troca, tem, portanto, de ser redutível a essa terceira” (Ibid., p. 115). O caráter intrínseco dos valores de troca é determinado assim por um tanto maior ou menor dessa terceira coisa.

Como a troca pressupõe sempre o intercâmbio de valores de uso distintos, essa terceira coisa não tem como originar-se das propriedades naturais das mercadorias; pelo contrário, para adentrarem na relação, essas propriedades naturais têm que satisfazer necessidades qualitativamente diferentes. Mas, dentro da relação esses valores de uso, não se diferem em nada um do outro, desde que estejam em uma determinada proporção. Sendo assim, as mercadorias, como valores de troca só podem diferenciar-se quantitativamente “[...] sem conter,

portanto, nenhum átomo de valor de uso” (Ibid., p. 116). Desta forma chega-se à única propriedade comum às mercadorias quando analisadas sob às determinações das relações de troca:

Abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos de seu valor de uso, abstraímos também dos componentes [*Bestandteilen*] e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. (...) Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (Ibid., p. 116).

Abstraídas as especificidades dos trabalhos, resta na mercadoria apenas uma “[...] objetividade fantasmagórica, uma simples massa amorfa [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado [...]” (Ibid., p. 116). Portanto, essa terceira coisa que possibilita a equiparação das mercadorias na troca são os “[...] cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias” (Ibid., p. 116). Nesse momento da concreção, Marx sinaliza que o conteúdo, a essência, dos valores de troca é o valor, essa substância social que adere às coisas úteis assim que elas assumem a forma mercadoria. Na continuação da investigação ele ainda retornará à forma, à aparência, do valor como valor de troca. “Mas este tem de ser, por ora, considerado independente dessa forma” (Ibid., p. 116).

Vimos as determinações qualitativas do valor. Passa-se agora às determinações quantitativas, ou seja, como é medida a grandeza do valor contido em uma mercadoria? Se a substância criadora do valor é o trabalho humano abstrato, é por meio de sua quantificação que obtemos a grandeza de valor contida em uma mercadoria. Pela própria natureza do trabalho, temos, no tempo, a primeira e mais imediata forma de medir a realização do trabalho necessário à produção de uma mercadoria. Ou seja, a quantidade de trabalho contida em uma mercadoria pode ser medida pelos padrões de medida do tempo. Valor não é o tempo de trabalho e sim a quantidade de trabalho humano abstrato contido em uma mercadoria, sendo o tempo uma das formas sociais de medi-lo.

Resta ainda uma outra mediação a ser inserida na análise, pois a determinação quantitativa, assim como sua substância, é social. Ou seja, não é o cômputo individual, em cada unidade produtiva, que determina a grandeza do valor das mercadorias. Para a apreensão da grandeza de valor leva-se em consideração o conjunto das forças de trabalho. E dessa forma acrescenta-se à categoria mais uma determinação:

Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal; portanto, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada



sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho (Ibid., p. 117).

Assim, o valor é a quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário à produção de uma mercadoria qualquer. Esse valor é dado em um momento histórico específico e corresponde ao patamar de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho nesse momento. Se as forças produtivas do trabalho não se alterassem, os valores das mercadorias permaneceriam constantes.

Entretanto, os valores das mercadorias mudam conforme se processa qualquer mudança nas forças produtivas, seja no sentido de seu desenvolvimento ou de seu recrudescimento. Diversas circunstâncias promovem mudanças no patamar de desenvolvimento das forças produtivas. Marx destaca cinco elementos no capítulo primeiro desta obra, são eles: “[...] grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (Ibid., p. 118).

A partir do conjunto de determinações exposto até este momento em *O Capital*, Marx faz uma primeira generalização:

Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu valor. Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho (Ibid., p. 118).

Antes de passar para o item seguinte, Marx escreve um parágrafo de suma importância para a relação entre valor de uso, trabalho e valor. Vejamos:

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. {E não somente para outrem. O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que, por meio da troca, o produto seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso.} Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor (Ibid., p.118-119).

Esta relação permiti-nos identificar quando a riqueza social aparece na forma mercantil ou não. Na quarta edição de *O Capital* preparada por Engels, este acrescenta também nesse parágrafo, entre chaves, um texto que visava “evitar a confusão, muito frequente, de que, para Marx, todo produto consumido por outro que não o produtor seria considerado mercadoria” (Nota 11a, Ibid., 119), justamente pela importância que tal temática tem na crítica da Economia Política feita por Marx.

## O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias

Marx passa então à análise do duplo caráter que tem o trabalho, assim que a riqueza social aparece, na sociedade capitalista, como mercadoria. Por mais que a teoria do valor-trabalho seja um desenvolvimento da própria economia política clássica, essa “natureza dupla do trabalho” é uma descoberta feita por Marx, apresentada primeiramente no *Para a crítica da economia política* de 1859. “Como esse ponto é o centro em torno do qual gira o entendimento da economia política, ele deve ser examinado mais de perto” (Ibid., p. 119).

A produção de qualquer valor de uso pressupõe sempre uma atividade específica que é “[...] determinada por seu escopo, modo de operar, objeto, meios e resultado” (Ibid., p. 119). Neste sentido, o trabalho que cria valores de uso é nominado de trabalho útil concreto. Como nas trocas contrapõem-se sempre valores de usos de diferentes, os trabalhos úteis concretos contrapostos na relação de troca sempre são de tipos diferentes.

Quando tomado o conjunto dos valores de uso de uma dada sociedade “[...] aparece um conjunto igualmente diversificado, dividido segundo o gênero, a espécie, a família e a subespécie, de diferentes trabalhos úteis – uma divisão social do trabalho” (Ibid., p. 119-120). Qual é a relação entre a divisão social do trabalho e a produção mercantil? Se “Apenas produtos de trabalhos privados, separados e mutuamente independentes uns dos outros confrontam-se como mercadorias” (Ibid., p. 120) fica evidente que subjaz à relação mercantil uma divisão social do trabalho, sempre crescente quanto mais riqueza material se converta na forma mercadoria. Em outros termos, quanto mais avança a mercantilização dos valores de uso que necessitamos, maior e mais complexa é a divisão social do trabalho. Entretanto, diferentemente de como interpretava a economia política clássica, a existência da divisão social do trabalho não tem como pressuposição os produtos destes trabalhos assumirem a forma mercantil.

Assim como os valores de uso independem da forma social em que se apresentam na sociedade – ou seja, todas as sociedades têm necessidade de produzir valores de uso –, assim também é com o trabalho útil concreto. “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (Ibid., p. 120).

Retirado todo o trabalho contido nos valores de uso, sempre nos restará um substrato natural, ser inorgânico e ser orgânico, que não é resultado do trabalho humano, mas que interfere e mesmo “[...] nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas forças

da natureza. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material” (Ibid., p. 120-121).

Por outro lado, como valor-mercadoria, os trabalhos que se equiparam no ato da troca, mesmo sendo trabalhos úteis concretos distintos, ou “[...] atividades produtivas qualitativamente distintas, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos e, nesse sentido, ambas são trabalho humano” (Ibid., p. 121), portanto apenas força humana de trabalho sem nenhuma distinção.

Tem-se ainda que acrescentar uma outra mediação devido às diferenças de complexidade do trabalho. A divisão social do trabalho na sociedade burguesa promove e fixa a força de trabalho em categorias profissionais, que têm graus diferentes de complexidade do trabalho, e assim em dois polos, o trabalho simples e o complexo, e toda uma série de gradações entre estes. Ainda que, “[...] seu caráter varie em diferentes países e épocas culturais, o *trabalho simples médio* está dado em toda e qualquer sociedade existente” (Ibid., p.122, grifos do autor) e as circunstâncias que desenvolvem as forças produtivas do trabalho tendem a determinar, o que é trabalho simples em um dado período histórico. Já o trabalho complexo “vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade menor de trabalho complexo é igual a uma quantidade maior de trabalho simples” (Ibid., p.122, grifos do autor). As diferentes proporções em que um trabalho de uma determinada complexidade é reduzido a trabalho simples dependerá de cada momento do desenvolvimento da produção capitalista. Para efeitos de simplificação, ou seja, para se evitar os esforços de redução do trabalho complexo ao simples, Marx considerará, deste momento em diante, “[...] todo tipo de força de trabalho diretamente como força de trabalho simples” (Ibid., p.122), alertando também que, por ora, não se trata do valor da força de trabalho ou mesmo de sua remuneração em salário, categorias ainda não desenvolvidas neste momento da exposição. Se trata aqui apenas da quantidade de valor criada, na mesma porção de tempo, por trabalho simples ou complexo.

Reduzido a trabalho humano abstrato, este já não está sendo levado em consideração a partir de sua qualidade, “[...] em relação à grandeza de valor ele vale apenas quantitativamente, depois de ter sido reduzido a trabalho humano sem qualquer outra qualidade” (Ibid., p.123), o que não se dá na análise do trabalho útil concreto que cria valor de uso.

Retomemos a generalização feita no item anterior, agora já feita a diferenciação entre trabalho útil concreto e trabalho humano abstrato socialmente necessário à produção de uma mercadoria. Ao analisar-se a constituição do valor, chegou-se à seguinte relação de proporcionalidade: o valor é diretamente proporcional à quantidade de trabalho requerida para se produzir uma mercadoria, e, portanto, inversamente proporcional ao desenvolvimento das

forças produtivas do trabalho. O autor acrescenta então que “[...] a força produtiva é sempre a força produtiva de trabalho útil, concreto, e determina, na verdade, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num dado período de tempo” (Ibid., p. 123), ou seja, a relação de proporcionalidade entre a força produtiva do trabalho e o trabalho útil concreto é direta. Com essa nova determinação, pode-se observar a contradição central do modo capitalista de produção na mais simples unidade contraditória desta sociabilidade, a duplicidade do trabalho:

Assim, o mesmo trabalho produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independentemente da variação da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, diferentes quantidades de valores de uso: uma quantidade maior quando a produtividade aumenta e menor quando ela diminui. A mesma variação da força produtiva, que aumenta a fertilidade do trabalho e, com isso, a massa dos valores de uso por ele produzida, diminui a grandeza de valor dessa massa total aumentada ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa (Ibid., p. 123).

A forma de valor [*Wertform*] ou o valor de troca

Como anteriormente tratado, a análise do valor de troca havia sido colocada em suspenso, mediante a abstração de sua aparente casualidade, para que fosse possível encontrar a substância que se manifesta nesta forma. Pôde-se verificar que a dualidade entre valor de uso e valor de troca é, na realidade, a dualidade essencial: coisa natural e coisa de valor. Tal dualidade tem como fundamento a dualidade que o trabalho adquire na sociedade burguesa, qual seja, o trabalho criador de valores de uso e o trabalho criador de valor – ou trabalho humano abstrato socialmente necessário à produção de uma mercadoria. Cabe agora “[...] dar início à viagem de retorno” (MARX, 2011a, p. 54) voltando à forma de manifestação destas contradições, e analisarmos por que se apresentam desta forma e não de outra. Neste momento, Marx trata de uma das maiores deficiências da economia política, além das já apresentadas. Assim, tem-se como objetivo na análise do valor de troca, ou das formas de valor, a realização daquilo que jamais foi tentado pela economia política burguesa:

[...] provar a gênese dessa forma-dinheiro, portanto, seguir de perto o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, desde sua forma mais simples e opaca até a ofuscante forma-dinheiro. Com isso, desaparece, ao mesmo tempo, o enigma do dinheiro (MARX, 2017b, p. 125).

Marx assinala ainda que toda dificuldade da análise reside na forma simples de valor, entretanto é justamente nela que o enigma do dinheiro e sua gênese como forma de expressão do valor ganham solução.

A) A forma de valor simples, individual ou ocasional

## 1. Os dois polos da expressão do valor: forma de valor relativa e forma de equivalente

Na forma de valor simples, Marx apresenta a relação entre uma mercadoria qualquer, A, por exemplo, que estando diante de uma outra mercadoria, B, tem expresso seu valor através do corpo material desta última. A forma relativa do valor de A está na resposta de B, como se quando A perguntasse ativamente seu valor, B respondesse de maneira passiva com seu valor de uso. Nessa posição, B tem forma de valor equivalente a A, expressa o valor a que A equivale; nessas posições elas encontram-se “[...] relacionadas entre si pela expressão de valor” (Ibid., p. 126). Não pode uma ocupar o lugar inverso da relação neste momento, pois em cada posto, cada uma desempenha uma função e uma forma de valor específica. Assim também, não pode a mesma mercadoria ocupar ambos os lados, pois não há como comparar uma coisa a si própria. Qualquer mercadoria, por outro lado, desempenhará o papel de relativa ou de equivalente, considerando, rigorosamente, o lugar que eventualmente ocupará na expressão da relação de valor.

## 2. A forma de valor relativa

### a) Conteúdo da forma de valor relativa

Sobre a forma de valor relativa da forma simples, Marx expõe o que possibilita reduzir grandezas de coisas qualitativamente diversas a uma unidade comum, para possibilitar sua comparação quantitativa na relação de valor e sua permutabilidade, por consequência. O único denominador capaz de tornar as mercadorias A e B comparáveis, o único conteúdo idêntico comum a que podem ser reduzidas, que possibilita B, na sua forma de valor equivalente, refletir o valor de A, na sua forma relativa, é o trabalho humano abstrato contido em ambas. Todavia, mesmo sendo condição para permutarem-se diferentes valores de uso, a equiparação entre elas só é possível remetendo-se ao caráter específico do trabalho que criou seu valor. O conteúdo da forma de valor relativa de A só se reflete, ao ser espelhada pela imagem da mercadoria B. A e B estão inseridas na expressão da relação de valor, enquanto frutos do trabalho concreto. São duas mercadorias produzidas em processos de trabalho diversos, com utilidades distintas. Porém, não obstante confrontarem-se como formas de trabalho concreto, a mercadoria B só pode expressar o valor da mercadoria A por ambas terem a mesma natureza: serem *massa amorfa* de trabalho humano abstrato: aquilo que permite mensurar o valor precisamente porque as desproveem do tipo de trabalho útil que as forja. B precisa se apresentar como algo materialmente diferente e ao mesmo tempo compartilhar o elemento comum essencial em relação a A, assim como em relação às outras mercadorias. Em síntese:

Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria *B* se converte na forma de valor da mercadoria *A*, ou o corpo da mercadoria *B* se converte no espelho do valor da mercadoria *A*. Ao relacionar-se com a mercadoria *B* como corpo de valor, como materialização de trabalho humano, a mercadoria *A* transforma o valor de uso de *B* em material de sua própria expressão de valor. O valor da mercadoria *A*, assim expresso no valor de uso da mercadoria *B*, possui a forma do valor relativo (Ibid., p. 129-130).

#### b) A determinidade quantitativa da forma de valor relativa

Viu-se que dada mercadoria *B*, como forma equivalente, se apresenta como expressão do valor de uma determinada mercadoria *A*, como forma relativa; entretanto, não basta, que *B* expresse o valor de *A* em seu valor de uso. A mercadoria *B* tem de expressar o valor de *A* em uma certa quantidade de valores de uso que contenham a mesma quantidade de trabalho socialmente necessário para se produzir a mercadoria *A*. Essa quantidade, por sua vez, dependerá das condições das forças produtivas do trabalho das mercadorias no momento da relação de troca. Se compararmos momentos distintos das forças produtivas das mercadorias envolvidas na relação de troca, a forma equivalente terá modificada a quantidade de valores de uso, desde que a alteração da produtividade do trabalho seja desproporcional, ou seja, se uma mercadoria modifica seu valor e a outra permanece constante, ou se as mudanças não forem no mesmo sentido e na mesma grandeza. Mas ao mesmo tempo não teremos uma mudança na expressão de valor entre as mesmas mercadorias se a mudança nas forças produtivas forem proporcionais e na mesma direção. Se, por exemplo, ambas as mercadorias dobrarem as forças produtivas e, assim, reduzirem-se à metade seus valores, a relação quantitativa entre elas não se altera. Disso conclui-se que:

As variações efetivas na grandeza de valor não se refletem nem inequívoca nem exaustivamente em sua expressão relativa ou na grandeza do valor relativo. O valor relativo de uma mercadoria pode variar, embora seu valor se mantenha constante. Seu valor relativo pode permanecer constante, embora seu valor varie, e, finalmente, variações simultâneas em sua grandeza de valor e na expressão relativa dessa grandeza não precisam de modo algum coincidir entre si (Ibid., p. 131).

Aquilo que observamos no início da análise do valor de troca como casual e fortuito, ganha sua determinação causal. Entretanto, a forma do valor – ou o valor de troca – não deixa de se apresentar de uma forma que não podemos perceber de maneira imediata a determinação do valor contida nela. É uma forma que revela ocultando, como veremos no próximo item.

### 3. A forma de equivalente

A análise da forma de valor relativa permite-nos afirmar que uma mercadoria não pode expressar seu valor por meio dela mesma; como vimos, ela necessita de uma outra mercadoria

para que, no corpo natural desta, possa expressar seu valor. Esta condição da forma relativa de valor oculta nela uma relação social. Já na mercadoria que está na forma equivalente dá-se o inverso. O valor de uso, sua riqueza material, “[...] essa coisa imediatamente dada, expressa valor e, assim, possui, por natureza, forma de valor” (Ibid., p.134); uma relação social, portanto, converte-se em atributo do corpo natural da mercadoria na forma equivalente do valor. Esse atributo da forma equivalente só existe na relação com a mercadoria que figura na forma relativa, mas o que se revela na relação não tem origem nela. Por essa razão que a forma equivalente se apresenta como um enigma “[...] a qual só salta aos olhos míopes do economista político quando lhe aparece já pronta, no dinheiro” (Ibid., p. 134). Já na forma simples do valor a forma equivalente demonstra três peculiaridades sem as quais ela não pode se realizar como tal. A primeira é que “[...] o valor de uso se torna a forma de manifestação de seu contrário, do valor” (Ibid., p. 133), a segunda é “[...] o fato de o trabalho concreto tornar-se a forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato” (Ibid., p. 135), e a terceira peculiaridade “[...] é que o trabalho privado converta-se na forma de seu contrário, trabalho em forma imediatamente social” (Ibid., p. 135).

A descoberta dessas determinações essenciais da forma de valor das mercadorias pressupõe o próprio desenvolvimento da relação mercantil e seu segredo só pôde ser descoberto com o advento da relação mercantil capitalista pois,

O segredo da expressão do valor, a igualdade e equivalência de todos os trabalhos porque e na medida em que são trabalho humano em geral, só pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a fixidez de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade em que a forma-mercadoria [*Warenform*] é a forma universal do produto do trabalho e, portanto, também a relação entre os homens como possuidores de mercadorias é a relação social dominante (Ibid., p. 136).

Isso é demonstrado não só pela natureza das relações mercantis anteriores ao capital, mas também por suas expressões ideais nas teorias daqueles que investigaram a forma de valor das mercadorias. Aristóteles, é, neste sentido, um exemplo lapidar. Pois mesmo tendo feito avanços maiores do que os economistas políticos do século XVII no que se refere à análise do valor, sua teoria não poderia chegar ao fundamento do valor, pois a sociedade onde vivia tinha por fundamento a relação escravista de exploração do trabalho.

#### 4. O CONJUNTO DA FORMA DE VALOR SIMPLES

Marx inicia este tópico com uma reavaliação sobre a relação entre valor de uso e valor de troca. Vejamos: “Quando, no começo deste capítulo, dizíamos, como quem expressa um lugar-comum, que a mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso estava, para ser exato, errado. A mercadoria é valor de uso – ou objeto de uso – e ‘valor’” (Ibid., p. 136). Com isso,

Marx expõe que o valor de troca é a mera forma sensível, visível e fenomênica de expressão do valor, pois, a contradição essencial da mercadoria é entre o valor de uso como sua propriedade natural e seu valor. Assim, vai nos dizer Marx: “Nossa análise demonstrou que a forma de valor ou a expressão de valor da mercadoria surge da natureza do valor das mercadorias, e não, ao contrário, que o valor e a grandeza de valor sejam derivados de sua expressão como valor de troca” (Ibid., p.137). Como vimos na análise precedente, esse caráter duplo da mercadoria de ser essa contradição entre valor de uso e valor só pode se manifestar na relação de uma mercadoria com a outra diretamente por meio da troca, isto é, em um outro ente sensível. Quando esse processo ocorre, os agentes econômicos tomam o valor de troca como forma natural de valor, pois:

A oposição interna entre valor de uso e valor, contida na mercadoria, é representada, assim, por meio de uma oposição externa, isto é, pela relação entre duas mercadorias, sendo a primeira – cujo valor deve ser expresso – considerada imediata e exclusivamente valor de uso, e a segunda – na qual o valor é expresso – imediata e exclusivamente como valor de troca. A forma de valor simples de uma mercadoria é, portanto, a forma simples de manifestação da oposição nela contida entre valor de uso e valor (Ibid., p.137).

A objetividade do valor só se apresenta onde o produto do trabalho não é somente coisa útil, mas mercadoria. As relações mercantis não surgiram prontas e acabadas; a história mostra seu desenvolvimento. O valor de troca, como sua expressão, portanto, se constituiu não por meio de sua forma mais reluzente e ofuscante, a forma dinheiro, mas com base na própria forma-mercadoria: “Segue-se daí que a forma de valor simples da mercadoria é simultaneamente a forma-mercadoria simples do produto do trabalho, e que, portanto, também o desenvolvimento da forma-mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma de valor” (Ibid., p.137-138). Um conjunto de mudanças ocorreram para que a forma simples se desenvolvesse à forma preço. A forma simples do valor de troca permite identificarmos de maneira clara a gênese da forma dinheiro, entretanto esta forma revela também suas insuficiências. Quanto mais riqueza adentra à “imensa coleção de mercadorias” e se expandem as relações mercantis, mais a forma do valor tem que se desenvolver para expressar o conteúdo das relações que a pressupõe.

## B) A forma de valor total ou desdobrada

### 1. A forma de valor relativa e desdobrada

Diferentemente da forma simples, em que apenas duas mercadorias eram relacionadas, agora, na forma de valor total ou desdobrada, observa-se que a mercadoria que se encontra na



posição relativa dessa forma, está relacionada “[...] com o mundo das mercadorias” (Ibid., p. 139). Ao se relacionar com o conjunto das mercadorias disponíveis à troca, vê-se que é indiferente o tipo específico de valor de uso no qual o valor se expressa. Se na forma anterior a equivalência quantitativa entre as mercadorias poderia ser algo acidental, aqui se patenteia a determinação do valor, ao verificar-se que o valor da mercadoria que se encontrar na posição relativa da forma de valor desdobrada permanece de mesma grandeza, independentemente se é trocado por essa ou aquela mercadoria. O que aparecia como acidental na forma anterior – a equivalência quantitativa – apresenta-se agora como necessária a esta. Com isso, “[...] Torna-se evidente que não é a troca que regula a grandeza de valor da mercadoria, mas, inversamente, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca” (Ibid., p. 139).

## 2. A forma de equivalente particular

Todas as mercadorias agora, excetuando-se a que se encontra na forma relativa, é considerada equivalente particular e, portanto, corpo de valor, expressão de valor da mercadoria que se encontra na forma relativa. Assim, os variados tipos de trabalho concreto que produziram essa infinidade de mercadorias são aqui formas de manifestação do seu contrário, de trabalho humano abstrato. No entanto, ver-se-á a seguir as insuficiências desta forma de valor.

## 3. Insuficiências da forma de valor total ou desdobrada

A forma de valor total, ou desdobrada, ao mesmo tempo que evidencia a natureza própria do trabalho humano abstrato e, com isso, a regularidade quantitativa da manifestação do valor, ela já traz consigo suas insuficiências. Observa-se que o valor relativo da mercadoria ganha nova manifestação assim que uma nova mercadoria se defronte com ela na troca. Com isso, evidencia-se a incompletude da forma de valor total; os diferentes equivalentes particulares formam um “colorido mosaico” desconexo em sua variedade de expressões de valor. Deste modo, a limitação da forma equivalente particular se verifica no fato de que cada uma delas exclui a outra de maneira mútua, evidenciando-se com isso que a relação de valor necessita de uma forma unitária, não encontrada na forma de valor total: a forma de valor equivalente universal.

### C) A forma de valor universal

#### 1. Caráter modificado da forma de valor

Na forma de valor total, uma mercadoria específica se relacionava com todas as demais buscando expressar seu valor, ao passo que todas essas outras mercadorias buscavam, mutuamente, expressar o valor daquela mercadoria; o que é senão a inversão dos polos da equação de equivalência. Assim, onde antes havia uma mercadoria expressando seu valor em uma variedade infinita de mercadorias, agora temos uma infinidade de mercadorias buscando expressar seus valores no corpo material de uma mercadoria: “Agora, as mercadorias expressam seus valores 1) de modo simples, porque numa mercadoria singular, e 2) de modo unitário, porque na mesma mercadoria. Sua forma de valor é simples e comum a todas, e, por conseguinte, universal” (Ibid., p. 141). Com essa forma simples e unitária de expressar o valor, o mundo das mercadorias ganha uma expressão universal.

A forma universal do valor só surge, ao contrário, como obra conjunta do mundo das mercadorias. Uma mercadoria só ganha expressão universal de valor porque, ao mesmo tempo, todas as outras expressam seu valor no mesmo equivalente, e cada novo tipo de mercadoria que surge tem de fazer o mesmo. Com isso, revela-se que a objetividade do valor das mercadorias, por ser a mera “existência social” dessas coisas, também só pode ser expressa por sua relação social universal [*allseitige*], e sua forma de valor tem de ser, por isso, uma forma socialmente válida.

[...] Sua forma corpórea é considerada a encarnação visível, a crisalidação [*Verpuppung*]social e universal de todo trabalho humano. [...] Assim, o trabalho objetivado no valor das mercadorias não é expresso apenas negativamente como trabalho no qual são abstraídas todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos efetivos. Sua própria natureza positiva se põe em destaque: ela se encontra na redução de todos os trabalhos efetivos à sua característica comum de trabalho humano; ao dispêndio de força humana de trabalho (Ibid., p. 142-143).

A efetivação do caráter abstrato do trabalho humano é obtida, portanto, por um tipo específico de trabalho concreto útil que se torna a encarnação objetiva de trabalho humano em geral.

## 2. A relação de desenvolvimento entre a forma de valor relativa e a forma de equivalente

Com o desenvolvimento da forma de valor em geral cresce a oposição entre as formas de valor contidas nela. Se na primeira forma, simples ou ocasional, observamos apenas o intercâmbio das mercadorias que figuram ora na forma relativa e ora na forma equivalente, isso não pode ser feito na segunda forma, total ou desdobrada, sem alterar o conteúdo dessa última e, portanto, convertê-la na forma de valor universal. À medida que cresce a “imensa coleção de mercadorias” pode-se observar o desenvolvimento das contradições nas quais o valor se expressa em valor de uso, do trabalho humano abstrato em um trabalho concreto útil e o trabalho diretamente social em um trabalho privado e independente. Agora, todas as mercadorias, exceto a mercadoria que figura na posição de equivalente universal, tem seu valor expresso. Pode parecer que o desenvolvimento da forma de equivalente é que imprime as

modificações nas trocas, entretanto é justamente o contrário: é o desenvolvimento da forma relativa – uma quantidade cada vez maior de mercadorias buscando expressar seu valor, o que não é senão o desenvolvimento do mercado e sua expansão – que faz de um valor de uso socialmente referenciado como forma universal de manifestação de valor.

### 3. Transição da forma de valor universal para a forma-dinheiro [Geldform]

A forma-dinheiro vem ao mundo assim que uma mercadoria específica adquire o monopólio social de ser equivalente universal, justamente pela exclusão de todas as demais mercadorias de cumprirem essa função social. A forma natural da mercadoria-dinheiro é agora encarnação social do valor. “[...] uma mercadoria determinada conquistou historicamente esse lugar privilegiado: o ouro. Assim, se na forma III substituirmos a mercadoria linho pela mercadoria ouro, obteremos:” (Ibid., p. 145).

#### D) A forma-dinheiro

Observamos grandes mudanças da forma de valor simples para a total, e desta última à forma universal; entretanto, depois de investigado a gênese e o desenvolvimento da forma dinheiro desde a forma simples à forma universal, o único progresso que se tem desta à forma-dinheiro “[...] consiste apenas em que agora, por meio do hábito social, a forma da permutabilidade direta e geral ou a forma de equivalente universal amalgamou-se definitivamente à forma natural específica da mercadoria ouro” (Ibid., p. 145).

Se uma mercadoria agora se encontrar na forma relativa do valor e o ouro se encontrar na forma equivalente do valor, temos a forma preço, ou seja, toda expressão particular, em que uma mercadoria expressa seu valor no ouro é a forma preço. A solução do enigma do dinheiro não está no dinheiro e sim no processo deste de se tornar dinheiro, ou como nos sinaliza Marx:

A dificuldade no conceito da forma-dinheiro se restringe à apreensão conceitual da forma de equivalente universal, ou seja, da forma de valor universal como tal, a forma III. A forma III se decompõe, em sentido contrário, na forma II, a forma de valor desdobrada, e seu elemento constitutivo é a forma I: 20 braças de linho = 1 casaco, ou  $x$  mercadoria  $A = y$  mercadoria  $B$ . A forma-mercadoria simples é, desse modo, o germe da forma-dinheiro (Ibid., p. 146).

### 4. O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo

A mercadoria à primeira vista demonstrou ser uma coisa simples, embora, sua análise demostre que ela é “[...] plena de sutilezas metafísicas e caprichos teológicos” (Ibid., p.146). Como produto do trabalho que satisfaz uma necessidade humana não há nada de misterioso ou

enigmático na mercadoria; todavia, quando ela é inserida na forma social capitalista e aparece como mercadoria, ela se torna algo “sensível-suprassensível”. A questão colocada por Marx neste item é que o caráter enigmático da mercadoria não provém do seu valor de uso, ou do conteúdo das determinações de valor e nem de sua grandeza de valor. Nesse sentido, Marx faz uma indagação: “De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria?” (Ibid., p.147).

Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho (Ibid., p. 147).

Essas inversões são características intrínsecas à produção mercantil capitalista. São determinações de uma forma histórica específica de se produzir a vida, amalgamadas nas determinações gerais do trabalho, promovendo assim o mistério dessa forma social da riqueza na sociedade capitalista.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais (Ibid., p. 147).

O fetichismo, como uma determinação objetiva da própria forma social mercantil, faz com que as características do trabalho humano, que são algo social, apareçam como características naturais das próprias coisas. Por isso, a propriedade de ser valor, que é algo objetivo e social, é tomado pelos agentes econômicos como algo natural contido nas mercadorias. Ademais, a própria relação social é organizada como relação entre coisas na medida em que cada produtor independente só se relaciona com o outro produtor no mercado como possuidor de mercadorias, como proprietário privado destas. “A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” (Ibid., p.148). Nesse sentido, a relação social entre os homens assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. E, esses produtos só são mercadorias porque são produzidos por produtores independentes que só travam contato no mercado. Vejamos:

Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas

em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (Ibid., p.148).

As pessoas se tornam a personificação das coisas que elas possuem e as diferenças entre os distintos trabalhos privados é subsumida pela igualdade entre os produtos do trabalho. “Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem” (Ibid., p.149). Embora, os homens no decorrer do desenvolvimento histórico tentem desvendar os sentidos deste hieróglifo social “[...] já que na testa do valor não vai escrito o que ele é” (Ibid., p. 149) esta descoberta só foi possível depois que esta forma alcançou o seu amadurecimento. Todavia, descobrir a relação social oculta por trás das coisas não elimina que a igualdade dos distintos trabalhos continue a aparecer como determinada grandeza de uma coisa. Essa medida socialmente proporcional do trabalho reduzido à grandeza de uma coisa é algo que se impõem como uma lei natural da economia mercantil plenamente desenvolvida.

É preciso que a produção de mercadorias esteja plenamente desenvolvida antes que da própria experiência emergja a noção científica de que os trabalhos privados, executados independentemente uns dos outros, porém universalmente interdependentes como elos naturais-espontâneos da divisão social do trabalho, são constantemente reduzidos a sua medida socialmente proporcional, porquanto nas relações de troca contingentes e sempre oscilantes de seus produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com a força de uma lei natural reguladora [...]. A determinação da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho é, portanto, um segredo que se esconde sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta elimina dos produtos do trabalho a aparência da determinação meramente contingente das grandezas de valor, mas não elimina em absoluto sua forma reificada [*sachlich*] (Ibid., p. 150).

Ter consciência deste processo social e decifrar seu segredo “não o elimina”. Pois, essa forma social fetichizada é um dado objetivo das relações sociais mercantis, é algo específico e inerente da sociedade que generalizou a produção de mercadorias. Esse processo tem na mercadoria-dinheiro sua forma acabada.

Porém, é justamente essa forma acabada – a forma-dinheiro – do mundo das mercadorias que vela materialmente [*sachlich*], em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados. Quando digo que o casaco, a bota etc. se relacionam com o linho sob a forma da incorporação geral de trabalho humano abstrato, salta aos olhos a sandice dessa expressão. Mas quando os produtores de casaco, bota etc. relacionam essas mercadorias ao linho – ou com o ouro e a prata, o que não altera em nada a questão – como equivalente universal, a relação de seus trabalhos privados com seu trabalho social total lhes aparece exatamente nessa forma insana (Ibid., p. 150-151).

O fetichismo da mercadoria se desenvolve no fetichismo do dinheiro, essa forma insana que vela e oculta as relações materiais entre os distintos trabalhos privados. Na medida em que o dinheiro assume a forma de equivalente do mundo das mercadorias ele aparece como sendo o próprio valor, mesmo sendo este apenas a manifestação sensível-suprassensível do valor das mercadorias; o dinheiro passa a ser o Deus e o Rei do mundo das mercadorias. Como Marx demonstrou na análise das formas do valor, o dinheiro tem sua gênese no movimento da

circulação de mercadorias, contudo, ele aparece autônomo da circulação de mercadorias e se torna “A Mercadoria” celeste em contraposição às mercadorias mundanas; se torna a mercadoria universal em contraposição às mercadorias particulares.

Marx, ao longo do item, faz então uma análise comparativa para demonstrar que assim que analisamos outras formas sociais, esse caráter fetichista dos produtos do trabalho desaparece. Desse modo, ele começa analisando a mitológica ilha de Robinson Crusóe. Nela, as relações entre Robinson e o trabalho social são relações simples, pois, ele precisa dividir seu tempo entre várias funções, isto é, a partir de uma divisão natural do trabalho ele produz tudo que necessita para continuar vivendo em sua mítica ilha. Suas relações com os produtos do trabalho não apresentam nada de misterioso, pois, o trabalho social aparece para Robinson como formas do trabalho particular na qual ele teve de dividir seu tempo.

Prossegue-se, em seguida, com a análise da Idade Média. Nesta, “Em vez do homem independente, aqui só encontramos homens dependentes – servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais da produção material quanto as esferas da vida erguidas sobre elas” (MARX. 2017b, p. 152). Nesta forma social ao invés de produtores independentes que têm que trocar seus produtos no mercado e, ao fazê-lo, os trabalhos privados assumem uma forma de grandezas entre coisas, aqui as relações aparecem como são: relações entre pessoas e não relações assumindo a forma de relações entre coisas “[...] porque as relações pessoais de dependência constituem a base social dada que os trabalhos e seus produtos não precisam assumir uma forma fantástica distinta de sua realidade (Ibid., p.152). Nesta forma social não existe a mediação do mercado e do dinheiro já que os produtos a serem entregues aos senhores se davam *in natura*. As classes ociosas da sociedade se apropriavam do excedente econômico usando as máscaras da guerra e da religião. Na família patriarcal, próxima forma social que Marx analisa, as relações entre os homens também não assumem a forma fetichista de relações entre coisas, pois as relações sociais e a distribuição do trabalho social aparecem como “determinação social dos próprios trabalhos”:

Os diferentes trabalhos que criam esses produtos, a lavoura, a pecuária, a fiação, a tecelagem, a alfaiataria etc. são, em sua forma natural, funções sociais, por serem funções da família, que, do mesmo modo como a produção de mercadorias, possui sua própria divisão natural-espontânea do trabalho. As diferenças de sexo e idade, assim como das condições naturais do trabalho, variáveis de acordo com as estações do ano, regulam a distribuição do trabalho na família e do tempo de trabalho entre seus membros individuais. Aqui, no entanto, o dispêndio das forças individuais de trabalho, medido por sua duração, aparece desde o início como determinação social dos próprios trabalhos, uma vez que as forças de trabalho individuais atuam, desde o início, apenas como órgãos da força comum de trabalho da família (Ibid., p. 153).

Por fim, Marx vai supor, para variar, uma sociedade de homens livres que trabalham com meios de produção coletivos: aqui o trabalho individual é parte constitutiva do trabalho

social. Assim como na ilha de Robinson, uma parte do que é produzido é diretamente consumido – ou seja, os produtos do trabalho assumem a forma direta de valores de uso para os homens, a outra parte do produto social é reinvestida no processo de produção –, o tempo de trabalho necessário nesta forma de sociedade serve para aferir a cota parte que cada produtor individual terá na riqueza social. Com a alteração da forma de produção se altera também as formas de distribuição da riqueza; como relata Marx as relações “[...] permanecem aqui transparentemente simples, tanto na produção quanto na distribuição” (Ibid., p. 153).

Após expor que não existe mistério nenhum nas formas de produção em sociedades distintas da sociedade capitalista, Marx passa a demonstrar como o fetichismo da mercadoria e o fetichismo do dinheiro ofuscam a análise dos economistas – que mesmo analisando de forma incompleta a grandeza de valor, são incapazes de compreender todas as determinações históricas e sociais do processo social onde as coisas dominam os homens e acabam por fetichizar essas relações, concebendo-as como relações naturais.

É verdade que a economia política analisou, mesmo que incompletamente, o valor e a grandeza de valor e revelou o conteúdo que se esconde nessas formas. Mas ela jamais sequer colocou a seguinte questão: por que esse conteúdo assume aquela forma, e, portanto, por que o trabalho se representa no valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração temporal, na grandeza de valor do produto do trabalho? Tais formas, em cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo. Por essa razão, as formas pré-burguesas do organismo social de produção são tratadas por ela mais ou menos do modo como as religiões pré-cristãs foram tratadas pelos Padres da Igreja (Ibid., p.154-156).

Assim como para um Padre uma religião que não é a sua não emana diretamente de Deus, para o economista as relações que não são capitalistas são relações artificiais, já as capitalistas são naturais.

Assim, arremata Marx, demonstrando o quão fetichista é a economia política burguesa e seus economistas. “[...] Para ele, o ouro e a prata, ao servir como dinheiro, não expressam uma relação social de produção, mas atuam na forma de coisas naturais dotadas de estranhas propriedades sociais” (Ibid., p.157).

### 2.1.2 Capítulo 2 – O processo de troca

Ao expor as conclusões que chegou mediante a análise da mercadoria, Marx, até o momento, colocou de lado seus possuidores, os proprietários das mercadorias. E isso se deveu justamente porque no decorrer desse percurso, expôs-se uma relação em que o valor de uma mercadoria tem que encontrar uma expressão em um valor de uso, conseqüentemente, as mercadorias se tornam agentes do processo e seus possuidores tornam-se coisas, como

explicitado no item do fetichismo. Se faz necessário, portanto, observar quais as determinações que estavam ocultas no processo de troca que a análise da mercadoria agora possibilita revelá-las.

A primeira característica da relação que os possuidores de mercadorias estabelecem entre si por meio destas últimas é que a relação de igualdade entre as mercadorias é refletida por meio de uma relação contratual. O contrato é a forma dessa relação jurídica “seja ela legalmente desenvolvida ou não” (Ibid., p. 159) é uma relação econômica resultante da mútua vontade dos possuidores. A relação econômica de troca de mercadorias é que promove a expressão legal da propriedade. É pressuposição do ato da troca “[...] se reconhecer mutuamente como proprietários privados” (Ibid., p. 159), mesmo antes de se ter um conjunto de leis que garantam a inviolabilidade do direito à propriedade. Não é uma relação em que ambos se reconhecem como pessoas ou mesmo produtores, pois as pessoas “[...] se defrontam umas com as outras como suportes [*Träger*] dessas relações” (Ibid., p. 160) econômicas.

Uma mercadoria só pode ser levada ao mercado para ser trocada se ela não tiver valor de uso imediato para seu possuidor e ao mesmo tempo tiver valor de uso para outrem. É condição do processo, o possuidor de mercadoria só a ter como veículo de um valor de troca. Porém, para se realizarem como valores de uso nas mãos dos (ainda) não-possuidores, elas antes têm que se realizarem como valores. Assim, só é comprovado o caráter útil do trabalho contido nas mercadorias se estas são trocadas.

Na medida em que cada possuidor de mercadoria só troca tendo em vista um valor de uso que o satisfaça, a troca é para ele um ato individual; mas ao mesmo tempo, como ele quer realizar sua mercadoria como valor – pois só assim lhe serve para realizar a troca –, o processo, é por isso, social geral. Eis, por conseguinte, a contradição: “[...] não é possível que, simultaneamente para todos os possuidores de mercadorias, o mesmo processo seja exclusivamente individual e, ao mesmo tempo, exclusivamente social geral” (Ibid., p.161). Só se pode concluir, por conseguinte, que tais produtos não são mercadorias, ou que se confrontam apenas como valores de uso. Para cada possuidor de mercadoria, esta é para ele um equivalente universal, pois as outras mercadorias se comportam, com aquela, como equivalentes particulares. Para serem mercadorias, ou seja, estabelecer relações de valor, estas têm que se relacionar com um equivalente universal. “Mas somente a ação social pode fazer de uma mercadoria determinada um equivalente universal” (Ibid., p. 161). Assim, o desenvolvimento da relação mercantil só se completa com o surgimento social de um equivalente universal.

A expansão e o aprofundamento históricos da troca desenvolvem a oposição entre valor de uso e valor que jaz latente na natureza das mercadorias. [...] Portanto, na



mesma medida em que se opera a metamorfose dos produtos do trabalho em mercadorias, opera-se também a metamorfose da mercadoria em dinheiro. A troca direta de produtos tem, por um lado, a forma da expressão simples do valor e, por outro lado, ainda não a tem. [...] Aqui, antes da troca, as coisas *A* e *B* ainda não são mercadorias, mas tornam-se mercadorias apenas por meio dela (Ibid., p. 161-162).

Na medida em que as relações de troca se expandem, e com isso a variedade das mercadorias, cresce também a necessidade do dinheiro. Em círculos maiores ou menores surgem mercadorias que se tornam a “forma de equivalente universal ou social” mesmo que voláteis:

Porém, com o desenvolvimento da troca de mercadorias, ela se fixa exclusivamente em tipos particulares de mercadorias ou se cristaliza na forma-dinheiro. [...] Na mesma proporção em que a troca de mercadorias dissolve seus laços puramente locais e o valor das mercadorias se expande em materialidade do trabalho humano em geral, a forma-dinheiro se encarna em mercadorias, que, por natureza, prestam-se à função social de um equivalente universal: os metais preciosos. Ora, que “o ouro e a prata não sejam, por natureza, dinheiro, embora o dinheiro seja, por natureza, de ouro e prata” demonstra uma harmonia entre suas propriedades naturais e suas funções (Ibid., p. 163-164).

O desenvolvimento das trocas confere a uma mercadoria uma forma de valor específica, mas não seu valor. Na troca somente se manifesta algo que já foi produzido antes. Deduzir que o dinheiro é apenas signo pelo fato de, em algumas funções, ele poder ser substituído por signos de si mesmo é um erro comum à economia política. Nessa análise do dinheiro, porém, “[...] residia a noção de que a forma-dinheiro da coisa é externa a ela mesma, não sendo mais do que a forma de manifestação de relações humanas que se escondem por trás dela” (Ibid., p.165). Entender que o dinheiro é uma mercadoria não é algo difícil, a questão é “[...] descobrir como, por que e por quais meios a mercadoria é dinheiro” (Ibid., p.167). Tais dificuldades enfrentadas pela economia política provêm da natureza enigmática das formas do valor como visto na análise do caráter fetichista da mercadoria. Nesse sentido, Marx conclui o segundo capítulo fazendo tal relação:

Essas coisas, o ouro e a prata, tal como surgem das entranhas da terra, são, ao mesmo tempo, a encarnação imediata de todo trabalho humano. Decorre daí a mágica do dinheiro. O comportamento meramente atomístico dos homens em seu processo social de produção e, com isso, a figura reificada [*sachliche*] de suas relações de produção, independentes de seu controle e de sua ação individual consciente, manifestam-se, de início, no fato de que os produtos de seu trabalho assumem universalmente a forma da mercadoria. Portanto, o enigma do fetiche do dinheiro não é mais do que o enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão (Ibid., p. 167)

Depois de analisado o caráter fetichista da mercadoria, pode-se entender melhor que a natureza ofuscante do dinheiro não provém do brilho dos metais preciosos ou da natureza particular de qualquer corpo material da mercadoria-dinheiro. A magia do dinheiro provém das determinações da troca e seu necessário desenvolvimento.

### 2.1.3 Capítulo 3 – O dinheiro ou a circulação de mercadorias

## Medida dos Valores

Como visto no primeiro e segundo capítulos desta obra, conforme se expandem as relações mercantis, uma mercadoria se destaca como expressão universal do valor, a forma equivalente universal, que explicita na forma-dinheiro. Tomamos agora, então, o ouro como mercadoria-dinheiro, que desempenha dupla função na esfera da circulação do valor. Enquanto mercadoria, fruto do trabalho humano abstrato, é passível de equiparação a qualquer outra mercadoria; é capaz de expressar o valor desta, por sua essência qualitativamente igual. Não é o fato de medir-se o valor das mercadorias em ouro que as dota de valor e sim seu conteúdo. O ouro, mercadoria equivalente nessa equação, que se alça à medida universal de valor, “[...] torna-se inicialmente dinheiro” (Ibid., p. 169) ou representação ideal de dinheiro, uma “régua” de medida de valor.

Ao mesmo tempo, por suas características físicas úteis, por ser peso metálico estipulado, é também padrão de preços. “O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria” (Ibid., p.176). Assim, no papel de mercadoria-dinheiro, o corpo material do ouro expressará o correspondente, em valor, da mercadoria comparada e, se substituído por outro metal na forma de equivalente geral, serão alteradas as quantidades espelhadas do valor, conforme o tempo de trabalho humano necessário à produção dele. Decorrerão disso, tantas expressões de preço quantos forem os padrões utilizados para expressão do valor de todas as mercadorias, em preço-ouro, preço-prata etc.

Ao metamorfosear-se a grandeza de valor em preço, a troca será uma relação entre uma mercadoria e a mercadoria dinheiro externa a essa relação, abrindo-se a possibilidade de que a mercadoria tenha seu valor expresso, em média, pelo preço de venda em certas condições, admitindo-se um desvio momentâneo do preço em relação à real grandeza de valor contido nela. Essa arritmia não configura, no entanto, em falha, mas se explicita como um fenômeno intrínseco à própria forma-preço, sob um modo de produção em que a lei geral se impõe como regulamento mediano do desregramento.

Além de prevista essa divergência quantitativa entre a grandeza de valor e o preço, a forma-preço pode também expressar uma “[...] contradição qualitativa, de modo que o preço deixe absolutamente de ser expressão de valor [...]” (Ibid., p. 177), e desta forma, uma coisa pode ter preço sem ser mercadoria, sem ter valor.

Por fim, somente pode o ouro ser preço-ouro, por ter consolidada a sua forma real ouro como tal, na medida em que “[...] o ouro funciona como medida ideal de valor apenas porque já se estabeleceu como mercadoria-dinheiro no processo de troca” (Ibid., p. 178). Todavia, ele

não pode assumir ambas as formas ao mesmo tempo – como mercadoria ouro e como medida ideal de valor – ou seja, ele não pode ser realmente ouro estando sob sua figura de valor ideal na sua forma-ouro representada, ou sua forma-dinheiro.

O meio de circulação

a) A metamorfose das mercadorias

A relação de troca é metabolismo social. Por meio dela, é transfigurada a forma das mercadorias, de vazias de valor de uso – para quem as vende – para portadora de valor de uso – para quem as compra para serem consumidas. Ao ser trocada por ouro, uma mercadoria não muda de forma simplesmente pelo fato de o ouro ser também mercadoria, mas por ele ser sua figura monetária real.

As mercadorias entram na esfera da circulação como objeto útil, originado no processo de trabalho particular e concreto, ou seja, é valor de uso que se põe à venda. Porém, só é vendável, ou melhor, só é mercadoria, por sua substância constituidora ser trabalho humano abstrato e, por isso, ser portadora de valor. Dessa antítese interna entre valor de uso e valor surge a antítese externa, que consiste na duplicidade da mercadoria em mercadoria e dinheiro:

A mercadoria é realmente [*reell*] valor de uso; seu valor se manifesta apenas idealmente [*ideell*] no preço, que a reporta ao ouro, situado no polo oposto, como sua figura de valor real. Inversamente, o material ouro vale apenas como materialidade de valor [*Wertmateriatur*], como dinheiro. Ele é por isso, valor de troca. Seu valor de uso aparece apenas idealmente na série de expressões relativas de valor na qual ele se relaciona com as mercadorias a ele contrapostas, como o círculo de suas figuras reais de uso (Ibid., p. 179).

No primeiro polo do movimento M-D, o possuidor da mercadoria M, atua como vendedor, cambiando M por seu equivalente em dinheiro, D. Assim se concretiza a transação M-D. Porém, simultaneamente, o possuidor de dinheiro, entra na relação para converter D em mercadoria. Deste modo, no conjunto de relações M-D-M, “D-M, a compra, é ao mesmo tempo venda, M-D; por isso, a última metamorfose de uma mercadoria é também a primeira metamorfose de outra mercadoria” (Ibid., p.184). O conjunto dos circuitos percorridos pelas metamorfoses de uma mercadoria e seu cruzamento com os das outras mercadorias compõe o processo de circulação das mercadorias.

A mesma divisão social do trabalho que transforma o produto do trabalho em mercadoria faz necessária sua conversão em dinheiro. Porém, em contraposição à troca direta de mercadorias, o processo de circulação não termina com a alternância do proprietário do valor de uso trocado, e o dinheiro não desaparece na concretização da troca, permanecendo este último sempre, em algum polo da relação desocupado pelas mercadorias. O dinheiro não guarda

relação com sua origem, “não cheira” a nada. Representa mercadorias que foram vendidas e, ao mesmo tempo, mercadorias compráveis.

#### b) O curso do dinheiro

A mercadoria percorre um duplo sentido de movimento, sendo transfigurada no processo que a coloca na relação de troca e submetendo-se à contradição externa, que decorre do duplo caráter do trabalho que a produziu, ou de sua antítese interna. Já o dinheiro, se movimenta de uma única e monótona forma; não alcança a esfera do consumo, já que seu valor de uso é idêntico ao seu valor de troca; o listar de preços (como figura monetária de expressão do valor) de todas as demais mercadorias, é alçado socialmente à condição de equivalente universal. Neste ínterim, a segunda metamorfose da mercadoria se vislumbra exatamente como movimento do dinheiro.

Mesmo quando a mercadoria sai da esfera da circulação, substituída por outra mercadoria, e entra na esfera do consumo, o dinheiro permanece sempre em algum circuito da circulação. Ele prossegue colocando a questão da quantidade de dinheiro a ser absorvido constantemente nessa esfera, sendo, portanto, afetado pela velocidade do fluxo de seus processos antitéticos de circulação; o que pode ser expresso pela relação “(soma dos preços das mercadorias)/(números de cursos das mesmas peças monetárias) = quantidade do dinheiro, que funciona como meio de circulação” (Ibid., p. 192-193). Essas variáveis podem mover-se em diferentes sentidos e proporções, conduzindo a incontáveis resultados em relação à quantidade de dinheiro a ser absorvido neste processo.

#### c) A moeda. O signo do valor

O circuito percorrido pelo dinheiro acarreta na separação do conteúdo real da moeda em relação ao seu conteúdo nominal, ou, em outros termos, promove a não-identidade entre a sua existência metálica e a sua existência funcional, tornando ele passível de ser substituído por moedas de outra matéria ou, até mesmo, por símbolos. Assim, no papel de meio de circulação, o ouro não é mais o equivalente efetivo das mercadorias das quais ele anuncia os preços. Sua função como moeda se torna, na prática, totalmente independente de seu peso; ele é apartado da sua substância de valor. Representando idealmente o valor das mercadorias em ouro, notas de papel, quase sem nenhum valor, podem, portanto, funcionar como moeda, simbolizando dinheiro.

A existência material do dinheiro dá lugar exclusivo à sua existência funcional, realizando o processo de transitar as mercadorias de uma mão para outra, ou viabilizando os processos antitéticos das suas metamorfoses: “[...] O dinheiro de papel só é signo de valor na medida em que representa quantidades de ouro, que, como todas as outras mercadorias, são também quantidades de valor” (Ibid., p. 202).

Na figura de correspondência dos preços das mercadorias, o dinheiro é signo de si mesmo, podendo, por isso, ser substituído por outros signos, como papel-moeda, até necessitar de sua validade socialmente determinada graças à sua correspondência em moeda metálica, ou ao seu conteúdo real de valor.

## Dinheiro

### a) Entesouramento

Viu-se que o dinheiro, como meio de circulação, expressa em sua metamorfose a própria metamorfose das mercadorias. Contudo, concluída a primeira metamorfose da mercadoria, existe a possibilidade de não se completar o segundo movimento, e ser retida a mercadoria como valor de troca, na sua forma-dinheiro. Deste modo, tem-se a figura do entesourador. Este, diferentemente do vendedor, vende a mercadoria não para comprar outra mercadoria, mas para manter seu correspondente valor aprisionado na forma-dinheiro, representação universal da riqueza material. Porém, diante disso, surge uma contradição: como a quantidade total de dinheiro é limitada, e o entesourador tem a necessidade de acumulação, ele é levado de volta ao processo do circuito M-D-M, processo este do qual ele havia se retirado para acumular. Assim, devido às oscilações de preço dos metais que são matéria das moedas (ouro e prata), ocasionadas pelas variações de duração dos cursos das peças monetárias, dos preços desses metais e da velocidade da própria circulação geral das mercadorias, o entesouramento atrai e repele continuamente o dinheiro, na forma-moeda, para expandir e contrair esse circuito.

### b) Meio de pagamento

Assim como se desenvolve essa paralisia momentânea do dinheiro na segunda metamorfose, representada na figura do entesourador, com o desenvolvimento das trocas surge também uma função do dinheiro que possibilita a alienação da mercadoria temporariamente separada da realização de seu preço, ou mesmo a alienação de uma quantidade de dinheiro sem a contrapartida efetiva e imediata de uma mercadoria. Aparecem, assim, as figuras do credor e do devedor; o primeiro que oferta uma mercadoria que já existe, e o segundo que representa

dinheiro futuro. Retomando M-D-M, não consta mais aqui, equivalência entre os polos da relação, na qual o dinheiro reflete o valor, por meio do preço e, ao mesmo tempo, é meio ideal de compra com efetivação vinculada a prazos estabelecidos, quando, efetivamente, serão entregues as quantias em dinheiro. O dinheiro que possibilita esse movimento cumpre a função de meio de pagamento.

A diferença temporal da efetivação das trocas faz com que o dinheiro, que funciona como meio de pagamento, eleve a contradição entre o valor e sua representação em dinheiro, a ponto de abrir a possibilidade de crises devido ao distanciamento entre o valor e o preço. Porém, somente a possibilidade está inscrita nesta contradição. Toda uma série de relações ainda não estão presentes neste momento da exposição, que irão agir de forma determinante para que essa possibilidade, inerente à forma dinheiro, possa se tornar efetividade.

O dinheiro como meio de pagamento é, ainda, a base fundamental para o desenvolvimento do sistema de crédito, uma forma nova de entesouramento, que aprisiona não mais o dinheiro, mas títulos de dívidas, ou fundos de reserva de meios de pagamento.

### c) O dinheiro mundial

Considerando, por outro lado, o conjunto da circulação do dinheiro em escala ampliada, tem-se o dinheiro mundial. O dinheiro mundial, para realizar-se como tal, tem que se despir de sua forma nacional e retornar à sua forma natural: “Ao deixar a esfera da circulação interna, o dinheiro se despe de suas formas locais de padrão de medida dos preços, de moeda, de moeda simbólica e de símbolo de valor, e retorna à sua forma original de barra de metal precioso” (Ibid., p.215). A forma natural do ouro se torna imediatamente forma social de efetivação do trabalho humano abstrato: “Sua forma de existência torna-se adequada a seu conceito” (Ibid., p.215). As principais funções cumpridas pelo dinheiro mundial é ser meio universal de pagamento, de compra e “[...] materialidade absolutamente social da riqueza universal (*universal wealth*). O que predomina é sua função como meio de pagamento para o ajuste das balanças internacionais. Daí a palavra-chave dos mercantilistas: balança comercial!” (Ibid., p.217). Deriva daí as funções dos tesouros. Eles têm que garantir ao mesmo tempo os pagamentos internos, uma certa quantidade de meio de circulação e garantir o dinheiro como dinheiro mundial. Os tesouros das nações onde a produção burguesa se encontra desenvolvida limita-se a uma quantidade de dinheiro em seus tesouros estritamente necessárias para garantir essas funções. O excesso dessas reservas, com algumas exceções é manifestação ou da

interrupção do movimento das metamorfoses das mercadorias ou de uma redução drástica na circulação de mercadorias.

## 2.2 Seção II – A transformação do dinheiro em capital

### 2.2.1 Capítulo 4 – A transformação do dinheiro em capital

#### A fórmula geral do capital

O desenvolvimento do processo de circulação de mercadorias, se abstraído dele seu conteúdo material— ou seja, os diversos valores de uso – tem como resultado final o dinheiro. Este resultado necessário da circulação de mercadorias é a primeira forma com que o capital aparece. A relação capitalista necessita que a produção social se realize como produção de mercadorias, e por conseguinte, como circulação de mercadorias já desenvolvida. Esses são os pressupostos históricos para a emergência das relações de produção capitalistas: “O comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital” (Ibid., p. 223). Entretanto, para se entender o dinheiro como a primeira forma de manifestação da relação capital, não há necessidade de se remontar todo o seu processo histórico até a sua culminância no XVI, “[...] pois a mesma história se desenrola diariamente diante de nossos olhos” (Ibid., p. 223).

Num primeiro momento da análise, o dinheiro que circula somente como dinheiro e o dinheiro que circula como capital se distinguem apenas na forma. Vejamos a descrição dessas duas formas:

A forma imediata da circulação de mercadorias é M-D-M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Mas ao lado dessa forma encontramos uma segunda, especificamente diferente: a forma D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que circula deste último modo transforma-se, torna-se capital e, segundo sua determinação, já é capital (Ibid., p. 223-224).

De maneira resumida, o resultado que se almeja na circulação do dinheiro como capital é a troca de dinheiro por dinheiro, D-D. As metamorfoses que ocorrem nesse intervalo têm por objetivo apenas incrementar a soma dinheiro lançada inicialmente. Antes de analisarmos a fórmula geral do capital, temos que comparar essas duas formas de circulação de mercadorias, M-D-M e D-M-D, e examinar as suas diferenças. Procedendo-se dessa maneira “[...] revelar-se-á, ao mesmo tempo, a diferença de conteúdo que se esconde atrás dessas diferenças formais” (Ibid., p. 224).

Antes mesmo de se explicitarem suas diferenças, observemos que tanto em M-D-M quanto em D-M-D vê-se duas fases contrapostas (M-D e D-M), compra e venda, articuladas

cada qual em uma sequência específica. Em ambos os movimentos tem-se três possuidores, um que só compra, outro que só vende e um terceiro que compra e vende de maneira alternada. Do ponto de vista puramente formal poderia se dizer que todos trocam, pois não muda em nada dizer que um possuidor compra dinheiro com uma mercadoria e vende dinheiro para aquisição de uma mercadoria. Entretanto observemos os extremos dessas duas formas de circulação do dinheiro e o que medeia esses dois extremos.

No primeiro caso, M-D-M, temos duas mercadorias mediadas pelo dinheiro. Quem adquire a primeira mercadoria tem por fim a satisfação de uma necessidade por meio do uso dessa mercadoria e, dessa forma, troca por ela uma certa quantidade de dinheiro. Quem levou a primeira mercadoria ao mercado, não tem por fim se apossar de dinheiro, mas apenas o seu uso para adquirir uma segunda mercadoria com o fim de retirá-la da esfera da circulação e levá-la à esfera do consumo.

No segundo caso, D-M-D, é o dinheiro que se apresenta nos dois extremos, ao passo que a mercadoria é apenas o meio pelo qual se troca dinheiro por dinheiro. O possuidor de dinheiro adquire a mercadoria com o único propósito de revendê-la para no fim se apoderar novamente de dinheiro.

O ciclo M-D-M parte do extremo de uma mercadoria e conclui-se com o extremo de uma outra mercadoria, que abandona a circulação e ingressa no consumo. O consumo, a satisfação de necessidades – em suma, o valor de uso –, é, assim, seu fim último. O ciclo D-M-D, ao contrário, parte do extremo do dinheiro e retorna, por fim, ao mesmo extremo. Sua força motriz e fim último é, desse modo, o próprio valor de troca (Ibid., p. 226).

Levando-se em conta a determinidade quantitativa da relação de troca, no primeiro caso temos mercadorias nos dois polos que são da mesma magnitude de valor; têm elas apenas de serem de qualidade distinta, portanto, valores de uso distintos, mas quantitativamente devem conter a mesma expressão em valores de troca. Já no segundo caso “[...] o processo D-M-D não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua distinção quantitativa” (Ibid., p. 227). Assim, falta algo a ser complementado na forma de circulação D-M-D, pois se ela se resumisse a isso seria completamente insossa e sem sentido. “A forma completa desse processo é, portanto, D-M-D’, onde  $D' = D + \Delta D$ , isto é, a quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (*surplus value*)” (Ibid., p. 227). No primeiro caso, M-D-M, o fato de os dois extremos da equação serem portadores de valores de mesma magnitude não os priva de sentido, antes pelo contrário, a equivalência é o curso normal de sua circulação. No segundo caso, a diferença de D para o D’ linha é apenas quantitativa, sua mudança de qualidade em comparação com a circulação M-D-M é que esta última tem no valor



de uso seu fim último, enquanto o daquela é apenas a incessante renovação do movimento do dinheiro que se transforma em mais dinheiro.

Ao fim do movimento, o dinheiro surge novamente como seu início. Assim, o fim de cada ciclo individual, em que a compra se realiza para a venda constitui, por si mesmo, o início de um novo ciclo. A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido (Ibid., p. 228).

Diferentemente do entesourador, que vende mercadorias para aprisionar riqueza em sua forma dinheiro, aqui a metamorfose ininterrupta de dinheiro em mercadoria, dessa última em dinheiro, e deste em novas mercadorias etc., é que possibilita a valorização do valor. “O valor se torna, assim, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele sai da circulação, volta a entrar nela, conserva-se e multiplica-se em seu percurso, sai da circulação aumentado e começa o mesmo ciclo novamente” (Ibid., p. 231).

A fórmula D-M-D', de início, parece apenas se referir ao capital comercial. Entretanto o capital industrial também compra um conjunto de mercadorias para vender mercadorias, e tem por finalidade obter desse processo uma quantidade maior de valor do que antes lançara no mercado. “Eventos que ocorram entre a compra e a venda, fora da esfera da circulação, não alteram em nada essa forma de movimento” (Ibid., p. 231). No capital a juros, por sua vez, a fórmula aparece resumida em seus extremos D-D'; portanto o fim último, qual seja, valorizar a soma valor, apresenta-se sem a mediação. Assim sendo, a fórmula D-M-D' “[...] é a fórmula geral do capital tal como ele aparece imediatamente na esfera da circulação” (Ibid., p. 231).

### Contradições da fórmula geral

Se compararmos com as determinações da mercadoria e do dinheiro – e, portanto, com as determinações da circulação de mercadorias –, a fórmula geral do capital apresenta-se, num primeiro momento, em franca contradição com os resultados obtidos nos capítulos da primeira seção desta obra: “A forma que a circulação assume quando o dinheiro se transforma em capital contradiz todas as leis que investigamos anteriormente sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação” (Ibid., p. 231). Desse modo, por um longo percurso de sucessivas negações, demonstra-se então, neste item que pela troca de equivalentes não se pode obter um mais-valor, e que tampouco da troca de não equivalentes pode surgir um mais-valor. Assim, “[...] Pode-se virar e revirar como se queira, e o resultado será o mesmo. Da troca de equivalentes não resulta mais-valor, e tampouco da troca de não equivalentes resulta mais-valor. A circulação ou a troca de mercadorias não cria valor nenhum” (Ibid., p. 238). Por outro lado,

ainda que não possa surgir mais-valor da circulação, o capital não pode prescindir da circulação para a criação de mais-valor. “Portanto, o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela” (Ibid., p. 240). Assim, a análise de como o dinheiro se transforma em capital não pode desprezar essa dupla determinação, ou como conclui Marx, tal transformação “[...] tem de ser explicada com base nas leis imanentes da troca de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes seja o ponto de partida” (Ibid., p. 241).

A forma específica que o autor de *O Capital* expõe suas conclusões sobre as contradições da fórmula geral do capital será analisada mais à frente. Mas essas são, em geral as conclusões desse item. Passemos agora à resolução do problema levantado pelas próprias contradições da fórmula geral do capital.

#### A compra e a venda de força de trabalho

Dada a fórmula geral do capital  $D - M - D'$ , e levando em consideração todas as características imanentes às trocas mercantis, o mais-valor deve se originar não do ato em si das trocas, seja do primeiro momento, de compra – ou transformação de dinheiro em mercadoria – seja do segundo, da venda – ou reconversão de mercadoria em dinheiro. O mais-valor tem, portanto, que surgir fora do ato das trocas, ou seja, no consumo das mercadorias adquiridas no mercado e, particularmente no consumo de uma mercadoria específica, que cria valor ao ser colocada em uso, a força de trabalho.

Por capacidade de trabalho, ou força de trabalho, entende-se o conjunto de atributos do ser humano, “suas capacidades físicas e mentais”, sua “personalidade viva” (Ibid., p.242). Para que tenhamos disponíveis no mercado tal capacidade, pressupõe-se uma série de eventos históricos que dissociaram os meios de produção da força de trabalho. Ou seja, criaram um indivíduo livre em duplo sentido: “de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, estando livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho” (Ibid., p. 244). Não obstante a relevância histórica das formas pelas quais o trabalhador se tornou livre, essa questão, neste contexto, é abordada da mesma forma como o burguês prático trata, desconsiderando esse processo histórico:

Uma coisa, no entanto, é clara: a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [*naturgeschichtliches*], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções

econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social (Ibid., p. 244).

A produção do capital pressupõe o desenvolvimento da forma mercadoria dos produtos do trabalho e, por conseguinte, o desenvolvimento da forma dinheiro e suas variadas funções, que podem ser encontradas em uma circulação de mercadorias relativamente pouco desenvolvidas. Entretanto, a relação capitalista pressupõe certas condições históricas que “[...] não estão de modo algum dadas com a circulação das mercadorias e do dinheiro” (Ibid., p. 245).

O capital só surge quando o possuidor de meios de produção e de meios de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção (Ibid., p. 245).

O próprio desenvolvimento e abrangência da forma mercadoria depende da conversão dos trabalhadores em trabalhadores assalariados, como nos esclarece o autor em nota:

O que caracteriza a época capitalista é, portanto, que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, razão pela qual seu trabalho assume a forma do trabalho assalariado. Por outro lado, apenas a partir desse momento universaliza-se a forma-mercadoria dos produtos do trabalho (Ibid., p. 245 - nota de rodapé).

Passemos à determinidade quantitativa da força de trabalho. O capitalista tem que comprar as mercadorias pelos seu valor e vendê-las pelo seu valor. Essas são as condições da troca mercantil. Portanto, ao analisar as determinações do valor da mercadoria força de trabalho, tem-se, assim como qualquer mercadoria, o seu valor determinado pela quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário para produzi-la, portanto, o conjunto dos trabalhos em média necessários para a sua reprodução, já que se pressupõe como condição ela estar em plena capacidade de trabalhar. Sendo assim, o valor da força de trabalho constitui-se como o conjunto dos meios de subsistência necessários à sua reprodução ou manutenção; o conjunto dos bens necessários para que o trabalhador volte no dia seguinte com suas capacidades de trabalho repostas, para poder executar o trabalho. Ao se consumir força de trabalho – o que não é senão desgaste de cérebro, nervos e músculos – esta deve ser repostada. Deste modo, o conjunto dos valores dos bens necessários a essa reprodução, como, vestuário, moradia, transporte, alimentação, saúde etc., são contabilizados no valor da força de trabalho.

Esses elementos variam de localidade para localidade “[...] de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais” (Ibid., p.246). Variam ainda, segundo as necessidades e o modo de satisfazê-las; sendo elas próprias o produto de um dado momento histórico específico dependendo em grande medida da cultura de uma dada localidade, “[...] mas também, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida constituiu-se a classe dos trabalhadores livres num determinado local” (Ibid., p.246). Assim, o valor da mercadoria força de trabalho difere das determinações das outras mercadorias

em um aspecto: estas últimas não têm um componente de ordem subjetiva; entretanto, essa subjetividade que se explicita como determinação da mercadoria força de trabalho, é dada objetivamente, em uma dada localidade e em um momento histórico específico. Nas palavras do autor: “Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país e num determinado período é algo dado” (Ibid., p.246).

O cálculo do valor da força de trabalho também é composto pela reprodução, nos patamares que o capital necessita, do contingente de força de trabalho disponível; a reprodução, portanto, de uma classe social. Isto posto, temos que contabilizar os valores dos bens necessários à reprodução de uma nova força de trabalho, ou seja, à produção da prole do proletariado, “[...] de modo que essa descendência [*Race*] de peculiares possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado” (Ibid., p.246). Sendo assim, o valor da força de trabalho abrange o conjunto dos bens necessários à produção e reprodução da força de trabalho familiar. A família burguesa é a unidade básica da sociedade burguesa, e é a base do cálculo do valor da força de trabalho; valor portanto, também sujeito a alterações a depender de quantos membros da família trabalha.

O nível de complexidade da força de trabalho também incide sobre a determinação do valor da força de trabalho. Mesmo sendo considerada uma força média de trabalho no âmbito das destrezas e habilidades, esta está sempre ligada à educação específica para a sua formação. “Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho. Assim, os custos dessa educação, que são extremamente pequenos no caso da força de trabalho comum, são incluídos no valor total gasto em sua produção” (Ibid., p.246-247).

Temos assim que

O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma quantidade determinada de meios de subsistência e varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, isto é, de acordo com a magnitude do tempo de trabalho requerido para a sua produção (Ibid., p.247).

O valor da força de trabalho tem por limite mínimo aquilo que é indispensável para que esse peculiar vendedor de mercadoria possa renovar suas forças vitais. Entretanto, “[...] Se o preço da força de trabalho é reduzido a esse mínimo, ele cai abaixo de seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária” (Ibid., p.247). No entanto, como o valor da força de trabalho também se insere na relação geral da circulação de mercadorias, pois esse valor é dado pela quantidade de trabalho humano abstrato

para produzir essa mercadoria em qualidade normal, ele é, portanto, também socialmente determinado.

O valor da mercadoria força de trabalho é dado antes de sua compra. Seu valor de uso, a objetivação do trabalho, é realizado na maioria absoluta das vezes antes de seu pagamento; ou seja, o dinheiro que compra força de trabalho funciona como meio de pagamento. E assim como as outras mercadorias que são realizadas por um meio de pagamento, dá-se aos seus compradores um crédito. “Desse modo, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele a entrega ao consumo do comprador antes de receber o pagamento de seu preço e, com isso, dá um crédito ao capitalista” (Ibid., p. 249). Por mais que esse fornecimento de crédito tenha consequências na vida sob o modo de produção capitalista, se a força de trabalho está sendo paga por meio de compra, ou por meio de pagamento, isso não altera em nada a natureza dessa troca.

A depender da forma de pagamento – se por dia, por semana ou por mês – e a depender do tempo de consumo – bens que se consomem em anos, meses ou dias etc. – processa-se o cálculo do valor da força de trabalho. Dado esse cálculo e realizada a compra da força de trabalho, o consumo dela se processará fora da esfera da circulação de mercadorias, assim como qualquer outra mercadoria e “O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção da mercadoria e do mais-valor” (Ibid., p. 250). Fora, portanto, da esfera da circulação é que o dinheiro que compra meios de produção e força de trabalho poderá sofrer uma variação e dessa forma incorporar um mais-valor. A origem dessa variação é o processo de valorização, que pressupõe o processo de trabalho, que é abordado no capítulo quinto da obra.

## 2.3 Seção III - A produção do mais-valor absoluto

### 2.3.1 Capítulo 5 - O Processo de trabalho e o processo de valorização

#### O processo de trabalho

Depois de ter galgado as determinações da mercadoria, sua dualidade em valor de uso e valor, a dualidade do trabalho quando produtor de mercadorias, as formas de manifestação do valor, a gênese e desenvolvimento da forma dinheiro, o caráter fetichista de mercadoria, o processo de troca, as funções e estruturas do dinheiro, as diferenças entre o intercâmbio M-D-M e D-M-D' na transformação do dinheiro em capital e ter chegado, finalmente, na compra e venda da força de trabalho como elemento essencial para saber de onde provém o sobre-trabalho que aparece na forma de incremento quantitativo ao dinheiro que percorre a fórmula geral do

capital, Marx entra, na seção chamada “A produção de mais-valor absoluto”. Nessa seção o autor realiza a análise do mais-valor, iniciando-a pelo item *O processo de trabalho*.

Abandonada a esfera da circulação de mercadorias, adentra-se à esfera do consumo, ou do uso da força de trabalho, o que não é senão colocar a força de trabalho para trabalhar, ou seja, um consumo muito bem determinado; ele, portanto, é o que deve ser pormenorizadamente observado. Em uma primeira aproximação, devemos observar esse processo sob o ponto de vista da produção de valores de uso. Nesse grau de abstração “A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle” (Ibid., p. 255). Por esse motivo deve-se analisar o processo de trabalho sem considerar, de início, a forma pela qual ele é despendido em cada modo de produção; ou seja, deve ser concebido abstraindo todas as formas sociais determinadas de dispêndio, e ao mesmo tempo ver o que nelas se apresenta em geral, sob o ponto de vista, portanto do trabalho em geral.

Por não encontrar o conjunto dos bens necessários à sua sobrevivência disponíveis na natureza, a humanidade necessita relacionar-se com esta de uma forma bem específica; forma esta que a diferencia de todas as outras formas do ser, sejam as formas inorgânicas ou as formas orgânicas. É por meio do trabalho que a humanidade “[...] medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (Ibid., p. 255). Esse confronto entre humanidade e natureza se dá, a princípio, a partir dos elementos naturais que o processo evolutivo contínuo de milhares de anos promoveu, resultando num conjunto de características do ser como um todo e do ser social. As determinações corpóreas da humanidade, portanto, se defrontam com as determinações da natureza. Ao proceder dessa forma, a humanidade não só modifica a natureza, mas modifica sua própria natureza. Já não se trata, assim, de formas instintivas de modificação da natureza, como nas formas animais.

Do confronto objetivo das suas necessidades e das possibilidades encontradas em seus próprios corpos e na natureza, desenvolvem-se necessidades subjetivas que, ao realizarem o processo de trabalho, tanto repercutem na transformação da objetividade que sofre essa intervenção, como nas próprias capacidades humanas, haja vista a decorrência de resultados advindos desta atividade que não necessariamente eram previstos na representação precedente ao processo trabalho. “No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (Ibid., p. 256), ainda que esse resultado não necessariamente coincida de modo integral à idealização precedente, o que leva a readequações, e portanto, novas formas de

intervenção. Esse processo se dá, por conseguinte, por meio da execução de um objetivo subjetivo proveniente de necessidades objetivas.

Deste modo, a atividade humana acaba por depender de três fatores no processo de trabalho, a saber: “Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (Ibid., p. 256). A terra, em sentido amplo, é o principal objeto de trabalho. Aqueles objetos de trabalho que já foram processados por meio de trabalhos anteriores são denominados matéria-prima. “Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho” (Ibid., p. 256). Por meio de produção se entende tudo aquilo que se interpõe entre o trabalhador e os objetos de trabalho servindo como prolongamento de sua figura natural, assim como as condições e o ambiente no qual o processo de trabalho é realizado:

Mal o processo de trabalho começa a se desenvolver e ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados. Nas mais antigas cavernas, encontramos ferramentas e armas de pedra. Além de pedra, madeira, ossos e conchas trabalhados, também os animais domesticados desempenharam um papel fundamental como meios de trabalho nos primeiros estágios da história humana (Ibid., p. 257).

Além dos mais diversos materiais que servem de substrato para o desenvolvimento de ferramentas, vemos variados animais que passaram a ser domesticados por um longo processo de trabalho, não só servindo de objeto de trabalho (transformados em alimentação e vestuário), mas também como meios de produção. O estudo dos meios de produção das várias sociedades que pereceram nos fornece uma aproximação mais precisa de como viviam esses homens, de forma mais eficiente do que seria um estudo dos meios de subsistência que eles consumiam: “O que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’” (Ibid., p. 257). E isto porque os meios de trabalho nos possibilitam perceber não somente o grau de desenvolvimento das forças de trabalho, mas também as condições sociais de sua realização. Em resumo: “No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início” (Ibid., p. 258); aquilo que estava em potência no ser foi objetivado, e ao consumir objeto e meios de trabalho mudando assim suas formas, consegue realizar aquilo que havia posto como objetivo, e o produto é um valor de uso.

Marx ainda faz uma outra diferenciação entre os objetos de trabalho. Excetuando alguns ramos específicos da indústria que lidam diretamente com objetos de trabalho que não foram mediados pelo trabalho, a maioria tem por objetos de trabalho a matéria-prima, que ainda se divide entre matéria principal – aquela que de alguma forma aparece no produto final – e as

matérias auxiliares – que entram no processo de produção e são consumidas neste mesmo processo, aparecendo apenas seu efeito útil, no valor de uso final. Enfim, se um valor de uso vai aparecer no processo como matéria-prima principal, matéria-prima auxiliar ou meio de produção, depende menos de suas propriedades corpóreas em si e mais de onde e como está sendo utilizado no processo de trabalho, ou seja, a função e o lugar que ocupa neste processo. Portanto, um mesmo valor de uso pode, em um processo de produção, ser matéria auxiliar e, em outro, ser meio de produção.

Assim que ingressam no processo de produção, os meios de produção deixam de ser produtos; neste processo “[...] funcionam simplesmente como fatores objetivos do trabalho vivo” (Ibid., p. 260). Somente o trabalho vivo, realizado a cada dia pelos trabalhadores, pode vivificar meios de produção, e assim, fazer valer sua utilidade para a humanidade. Sem serem trabalhados, esses objetos úteis, que funcionariam como meios de produção, perecem. Se não trabalhados para servir em outro processo de produção, ou como meios de subsistência às mais variadas necessidades humanas, tornam-se inúteis à humanidade. O que conecta as gerações anteriores e os trabalhos realizados por elas, são os trabalhadores vivos e vivificadores, que a cada dia realizaram o grande feito de despertar os trabalhos de seus antepassados, fazendo uma conexão com o ser genérico só presente nesse ato, nessa atividade, tão trivial como complexa, chamada trabalho:

Portanto, se por um lado os produtos existentes são não apenas resultados, mas também condições de existência do processo de trabalho, por outro lado, sua entrada nesse processo, seu contato com o trabalho vivo, é o único meio de conservar e realizar como valores de uso esses produtos de um trabalho anterior (Ibid., p. 261).

Os valores de uso que passam por esse processo produtivo são consumidos, e produtivamente consumidos. Os valores de uso que servem como meios de subsistência individuais têm por resultado o próprio consumidor, mas quando consumidos no processo de produção têm por resultado um consumo de valores de uso que produzirão novos valores de uso.

Essas determinações do processo de trabalho fazem parte de qualquer momento das sociedades humanas, no passado, no presente e no futuro. A espécie humana não tem como desvencilhar-se daquilo que a constitui como ser social. Essa condição eterna à humanidade, o trabalho, é assim, tratada pelo autor:

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim - a produção de valores de uso -, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. [...] Assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições



ele se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, se como produto das poucas *jugera* de terra cultivadas por Cincinnatus ou da ação do selvagem que abate uma fera com uma pedra (Ibid., p. 261).

O processo de trabalho não se altera por ser realizado para o capitalista; tampouco o modo de fabricar os produtos se altera, de imediato sob seu controle. Ele tem de o tomar, de início, tal como existia antes das relações capitalistas de produção. A transformação do próprio modo de produção por meio da subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer posteriormente; razão pela qual deve ser tratada mais adiante nessa obra. Somente com o desenvolvimento das sociedades onde reina o modo capitalista de produção pode o trabalho se subordinar realmente ao capital.

### O processo de valorização

Depois da análise do processo de trabalho abstraído das formas sociais nas quais ele é realizado, Marx passa então à análise do processo de trabalho determinado pelo modo capitalista de produção. A primeira característica do modo de produção capitalista, destacado no item, é que a produção de mercadorias não tem por fim de modo algum a produção de valores de uso. “Aqui, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca” (Ibid., p.263). A produção capitalista tem por fim “[...] produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (Ibid., p.263).

A mercadoria, como vimos, é a unidade contraditória entre valor de uso e valor. O processo de produção de mercadorias tem que ser, portanto, “[...] unidade de processo de trabalho e o processo de formação de valor” (Ibid., p.263). O processo de formação de valor tem que levar em conta a quantidade de trabalho humano abstrato que é necessário à produção de um valor de uso.

Tendo isso como pressuposto, Marx toma como exemplo a produção de um fio. Passa então a calcular minuciosamente todos os trabalhos envolvidos em cada componente necessário à produção do fio desde os meios de produção à força de trabalho. Todos os meios de produção, assim como a força de trabalho, são adquiridos pelos seus valores e expressos no exemplo tanto em sua equivalência em dinheiro quanto em tempo de trabalho. No exemplo, os meios de produção são algodão, representando as matérias primas, e o fuso – como meios de produção. Quantitativamente cada 10 libras de fio requer 10 libras de algodão (10 xelins<sup>17</sup>) e ¼ de fuso

---

17 Xelim (*shilling*) é uma moeda inglesa. Uma Libra esterlina são 20 xelins, ou 20,43 marcos alemães nos valores referentes ao ano de 1871 (Ibid., p.880).

(2 xelins). O trabalho passado – todos aqueles que são requeridos para iniciar a atividade produtiva de uma certa mercadoria – contido em 10 libras de fio somam, portanto, 12 xelins. Se 12 xelins contiverem 24 horas de trabalho, ou duas jornadas de trabalho de 12 horas, têm-se portanto duas jornadas de trabalho cristalizadas em meios de produção necessários à produção de 10 libras de fio. Esses são os valores que serão transferidos ao fio depois de trabalhado, isso se o processo de trabalho satisfizer duas condições:

Em primeiro lugar, é necessário que o algodão e o fuso tenham servido efetivamente à produção de valor de uso. É preciso que, no caso presente, eles tenham sido transformados em fio. Para o valor, é indiferente qual valor de uso particular o fio possui; ele tem, no entanto, de possuir algum valor de uso. Em segundo lugar, pressupõe-se que o tempo de trabalho empregado não ultrapasse o tempo necessário de trabalho sob dadas condições sociais de produção (Ibid., p.265).

Dada a quantidade de valor – pois em relação ao valor se trata exclusivamente disso – contida nos meios de produção passa-se a “[...] determinar a parte do valor que o trabalho do próprio fiandeiro acrescenta ao algodão” (Ibid., p.265), ou seja, a calcular a quantidade de trabalho vivo empregado à produção do fio. Para tanto, “[...] é de extrema importância que não seja consumido mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário” (Ibid., p.266). No exemplo construído por Marx necessita-se, sob condições normais de produção, de 6 horas de trabalho para transformar 10 libras de algodão, utilizando  $\frac{1}{4}$  de fuso como meio de trabalho, em 10 libras de fio.

Dados os elementos necessários ao cálculo do valor dos componentes do trabalho passado cristalizado nos meios de produção, e recuperando os pressupostos do valor da força de trabalho e da jornada de trabalho apresentados no item *A compra e a venda de força de trabalho* do capítulo quarto, Marx então passa ao cálculo do valor total do produto. Vejamos o exemplo presente no capítulo quarto sobre o valor da força de trabalho:

[...] meia jornada de trabalho é requerida para a produção diária da força de trabalho. Essa quantidade de trabalho requerida para sua produção diária forma o valor diário da força de trabalho ou o valor da força de trabalho diariamente reproduzida. Se meia jornada de trabalho social média é expressa numa quantidade de ouro de 3 xelins ou 1 táler, então 1 táler é o preço correspondente ao valor diário da força de trabalho (Ibid., p. 247).

A forma como o autor faz o cálculo do valor total do produto, será analisada mais à frente nesse trabalho, mas em síntese, ele faz dois cálculos. O primeiro é feito somente na perspectiva da formação do valor e leva em consideração, em seu exemplo, somente meia jornada de trabalho, ou seja, 6 horas de trabalho do fiandeiro. O segundo cálculo é feito tomando a totalidade da jornada de trabalho do fiandeiro e desvelando, por conseguinte, o processo de valorização. Se em 6 horas de trabalho o fiandeiro transforma 10 libras de algodão e  $\frac{1}{4}$  de fuso, em uma jornada de trabalho completa, ou seja, em 12 horas, produzirá 20 libras de fio

consumindo nesse processo 20 libras de algodão e  $\frac{1}{2}$  fuso. Vejamos como ele expõe esse segundo cálculo:

Consideremos o produto do processo prolongado de trabalho. Nas 20 libras de fio estão objetivadas, agora, 5 jornadas de trabalho, das quais 4 foram empregadas na produção do algodão e dos fusos e 1 foi absorvida pelo algodão durante o processo de fiação. A expressão em ouro das 5 jornadas de trabalho de 30 xelins ou £1 e 10 xelins. Esse é, portanto, o preço das 20 libras de fio. A libra de fio continua a custar 1 xelim e 6 pence, mas a quantidade de valor das mercadorias lançadas no processo soma 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto aumentou  $\frac{1}{9}$  sobre o valor adiantado em sua produção. Desse modo, 27 xelins transformaram-se em 30 xelins, criando um mais-valor de 3 xelins (Ibid., p. 270-271).

Dessa forma o autor expõe como o dinheiro se transforma em capital e como se dá, portanto, o processo de valorização do valor. Retomemos a questão colocada no fim do segundo item do quarto capítulo: “Portanto, o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela” (Ibid., p. 240). Nos termos da questão acima enunciada, Marx revela onde e como surge o mais-valor, o ciclo inteiro da transformação do dinheiro em capital:

[...] ocorre no interior da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela. Ele é mediado pela circulação, porque é determinado pela compra da força de trabalho no mercado. Mas ocorre fora da circulação, pois esta apenas dá início ao processo de valorização, que tem lugar na esfera da produção (Ibid., p. 271)

O dinheiro que compra meios de produção e força de trabalho como mercadorias, e a posse sobre o valor de uso da força de trabalho, a fazem trabalhar e vivificar aqueles valores gastos no processo de produção, incorporando objetivamente mais-valor, e transformando o dinheiro em capital, em “[...] valor que se autovaloriza” (Ibid., p. 271).

O processo de trabalho, quando produtor de mercadorias, pode ser, portanto, processo de formação de valor e processo de valorização. Tanto um quanto o outro não podem prescindir do processo de trabalho, mas são processos distintos e conformam, portanto, modos distintos de se produzir a vida. Vejamos:

Ora, se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização. (Ibid., p. 271)

Essa distinção é necessária, pois tem uma consequência na análise das distintas formas de produzir mercadorias: “O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias” (Ibid., p.273). Nem toda mercadoria portanto é constituída, na formação de seu valor, por valores passados – relativos aos meios de produção utilizados – e trabalho vivo – objetivado nas mercadorias novas que são produzidas –, que se divide, por conseguinte, em

uma parte que remunera o valor da força de trabalho e outra que é propriedade por direito do capitalista que montou o processo de extração de mais-valor.

### 2.3.2 Capítulo 6 – Capital constante e capital variável

O processo de consumo de meios de produção e força de trabalho na sociedade onde reina a produção capitalista é processo de valorização do valor. Esses dois tipos de mercadorias tomam parte nesse processo de modos distintos, mas em sua totalidade gestam a relação capitalista.

Durante o processo de valorização, a força de trabalho, ao mesmo tempo que cria valor, consome os valores de uso dos meios de produção e, com isso, transfere os valores destes últimos ao produto novo criado. Entretanto, não é possível que a força de trabalho faça isso de forma isolada, ou seja, em um momento transfira valores anteriormente incorporados nos meios de produção e em um segundo momento crie valores novos. Por atingir esse duplo objetivo no mesmo tempo, “[...] conclui-se que essa duplicidade do resultado só pode ser explicada pela duplicidade de seu próprio trabalho. Um lado do trabalho tem de criar valor ao mesmo tempo que seu outro lado tem de conservar ou transferir valor” (Ibid., p.277).

Os valores de uso dos meios de produção são consumidos durante o processo de trabalho. Estes passam a compor, mudando de forma, os novos valores de uso. Os valores desses meios de produção consumidos, por conseguinte, são conservados no produto novo. Os meios de produção só podem assumir uma nova forma por meio de uma atividade específica orientada a um fim, ou seja, por meio de um trabalho concreto útil. Não é, portanto, por meio da adição de trabalho em geral que o trabalhador consegue transferir ou conservar os valores dos meios de produção no produto criado. Ao mesmo tempo que incorpora os valores antigos consumidos, a força de trabalho cria valor novo. Não é devido a seu modo específico de trabalhar que tais valores são criados, e sim porque o faz em um tempo determinado:

Portanto, é por sua qualidade abstrata, geral, como dispêndio de força humana de trabalho, que o trabalho do fiandeiro adiciona um valor novo aos valores do algodão e dos fusos, e é em sua qualidade concreta, particular e útil como processo de fiação que ele transfere ao produto o valor desses meios de produção e, com isso, conserva seu valor no produto. Daí decorre a duplicidade de seu resultado no mesmo tempo (Ibid., p. 278).

Ao perderem sua forma originária de valores de uso, os meios de produção, no processo de valorização, perdem seus valores de troca somente na medida que estes reaparecem nos valores do produto novo criado. Esses valores conservados não podem exceder os valores dos meios de produção necessários à fabricação dos novos produtos. Isso tanto para as matérias-primas quanto para os meios de produção.

Entretanto, tanto os meios de produção quanto a força de trabalho não são mais que formas diferentes do capital que está em processo de valorização. O dinheiro que tem por objetivo se tornar capital, tem que se desvincular da forma dinheiro e metamorfosear-se em diferentes mercadorias com o fim último de valorizar o valor por meio da produção de mais-valor. Portanto, todos os elementos que constituem esse processo são formas diferentes de manifestação da relação capitalista, mas, por participarem de maneira distinta neste processo, são categorias diferentes.

A parte do capital convertida em meios de produção não altera sua grandeza de valor no decurso do processo de produção. Por serem apenas transferidas as quantidades de valor já determinadas anteriormente ao processo de produção, ou seja, por permanecerem constantes, em termos da sua magnitude de valor, Marx denomina essa forma de manifestação do capital de “[...] parte constante do capital, ou, mais sucintamente: capital constante” (Ibid., p. 286).

Há aqui que se considerar qualquer processo no qual se alterem os valores dos meios de produção já adquiridos. Se os meios de produção são adquiridos por um determinado valor e, durante o transcurso do processo de produção no qual eles servem como objetos, ou meio de trabalho, a produção destes se altera, ou seja, se é necessário agora uma quantidade maior ou menor de trabalho para produzi-los, uma quantidade de valor diferente vai ser transferida aos produtos novos. Por ser sempre uma quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário à produção de uma mercadoria, os valores sofrem modificações sempre que ocorrem alterações nas forças produtivas do trabalho, ou seja, sempre que mudam as quantidades de trabalho necessárias à produção de uma mercadoria. Essa alteração de valor não se dá, por conseguinte, no processo de trabalho do valor novo criado, mas sim sobre os valores dos meios de produção, que só são transferidos ao novo produto.

Já a força de trabalho adentra ao processo com um determinado valor e, ao ser consumida, produz não só valores que repõem o que é necessário à sobrevivência do seu portador, como, tal como visto no processo de formação do valor, no quinto capítulo, ela excede esses valores, passando, portanto, à produção de um excedente em valor ou produzindo um mais-valor. Dessa forma o autor conclui:

Por outro lado, a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomina-o, por isso, parte variável do capital ou, mais sucintamente: capital variável (Ibid., p. 286).

As diversas proporções nas quais o capital constante se combina com a parte variável do capital não altera em nada a natureza, o caráter distinto desses fatores na produção capitalista.

Se uma quantidade maior ou menor de trabalho passado – aqueles necessários à produção dos meios de produção – são transferidos aos produtos, ou mesmo uma quantidade maior ou menor de trabalhadores são necessários para vivificar esse trabalho morto, isso não altera em nada o fato de que somente a força de trabalho – o capital variável – é que tem a capacidade, pela própria natureza dúplice do trabalho quando forma capitalista de produzir mercadorias, de transferir os valores dos meios de produção, produzir os valores necessários à sua reprodução e produzir mais-valor, um valor que excede seu próprio valor como mercadoria.

### 2.3.3 Capítulo 7 - A taxa do mais-valor

#### O grau de exploração da força de trabalho

O capital adiantado na compra de meios de produção e força de trabalho que irão funcionar como capital constante e capital variável no processo de valorização do valor, pode ser expresso em duas quantidades de valor:  $c$  – quantia gasta com a compra de meios de produção – e  $v$  – quantia gasta com a compra de força de trabalho. Assim, o capital adiantado é expresso como:  $C = c + v$ . “Ao final do processo de produção, resulta uma mercadoria cujo valor é  $= (c + v) + m$ , onde  $m$  representa o mais-valor [...]. O capital original  $C$  transformou-se em  $C'$  [...]. A diferença entre os dois é  $= m$ , um mais-valor” (Ibid., p. 289). Seria uma mera redundância dizer que a valorização  $m$  é resultante da dedução de  $C'$  dos valores dos elementos de produção  $C$ . Comparar a totalidade do capital adiantado com sua valorização, portanto, não avança em nada em sua compreensão.

Marx, para analisar melhor o grau de exploração da força de trabalho, observa uma separação resultante das categorias *capital constante* e *capital variável* expostas no capítulo sexto de sua obra. Pela própria natureza do capital constante temos:

O produto de valor [*Wertprodukt*] efetivamente criado no processo é, portanto, diferente do valor do produto [*Prokutenwert*] que resulta do processo; ele não é, como parece à primeira vista,  $(c + v) + m$  [...], mas  $v + m$  [...]. Se  $c$ , o capital constante, fosse  $= 0$ , em outras palavras, se existisse algum ramo da indústria em que o capitalista não empregasse nenhum meio de produção produzido, nem matéria-prima, nem matérias auxiliares, nem instrumentos de trabalho, mas tão somente matérias preexistentes na natureza e mais força de trabalho, não haveria nenhuma parte de valor constante a ser transferida ao produto (Ibid., p. 290).

E desta forma, o autor conclui que:

A análise pura do processo exige, portanto, que se faça total abstração da parte do valor do produto em que apenas reaparece o valor do capital constante; ela exige que se pressuponha o capital constante  $c = 0$  e se aplique uma lei da matemática adequada a casos em que se opera com grandezas variáveis e constantes, e em que estas só estejam ligadas entre si por meio da adição e da subtração (Ibid., p. 290-291).

Quando se analisa a distribuição dos valores nos novos produtos, observa-se que os meios de produção não importam no processo, desde que produzam uma mercadoria que tenha um suporte material ao valor. Visto sob essas circunstâncias, os valores de uso e o valor do capital constante não determinam em nada na relação entre o valor da força de trabalho e o quanto ela cria de mais-valor. Seja de um tipo ou de outro, tendo um valor menor o maior, o que interessa no processo de valorização é quanto se investiu em força de trabalho e quanto de valor essa mesma força de trabalho conseguiu produzir acima dos valores de sua reprodução como força de trabalho.

Desse modo, os valores a serem considerados na taxa de mais-valor não incluem o capital constante. Assim, do capital adiantado que era  $c + v$  passa a ser considerado somente  $v$ , e do valor do produto ( $c + v + m$ ), examina-se somente o produto de valor ( $v + m$ ). A taxa de mais-valor, portanto, é a relação entre o mais-valor produzido e o valor do capital variável, ou seja,  $m/v$ .

A parte da jornada de trabalho que produz o valor diário da força de trabalho é denominada por Marx como “tempo de trabalho necessário” e o trabalho despendido durante esse tempo como “trabalho necessário”: “Ele é necessário ao trabalhador, porquanto é independente da forma social de seu trabalho, e é necessário ao capital e seu mundo, porquanto a existência contínua do trabalhador forma sua base” (Ibid., p. 293). Já a outra porção da jornada de trabalho que o trabalhador produz, ou seja, a porção em que seu trabalho excede o tempo de trabalho necessário, e que gera portanto mais-valor, bem como o trabalho objetivado, não são sua propriedade: “A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente [*Surplusarbeitszeit*], e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho [*Mehrarbeit*] (*surplus labour*)” (Ibid., p. 293). Nas sociedades em que encontramos trabalho sendo explorado, o que muda é a forma social de se extrair esse excedente. São essas formas sociais que determinam a formação econômica de uma dada sociedade, como produz e em quais condições é utilizado aquilo que excede ao trabalho necessário. Desta forma, temos que a taxa de mais-valor é  $m/v = (\text{mais-trabalho})/(\text{trabalho necessário})$ . “[...] Ambas as proporções expressam a mesma relação de modo diferente, uma na forma de trabalho objetivado, a outra na forma de trabalho fluido” (Ibid., p. 294).

Mesmo a taxa de mais-valor sendo a “[...] expressão exata do grau de exploração da força de trabalho, a taxa de mais-valor não serve como expressão da grandeza absoluta da exploração” (Ibid., p. 294, em nota). Ao dizer que a taxa de mais-valor é de 100%, por exemplo, não há como aferir dessa informação qual é a grandeza absoluta, mas apenas, que a quantidade de mais valor produzido é a mesma que o valor da força de trabalho. Em uma jornada de

trabalho de 8 horas, onde 4 delas é tempo de trabalho necessário e as outras 4 horas é o tempo de trabalho excedente, totaliza uma taxa de mais valor de 100%. Entretanto, a taxa seria a mesma se tivéssemos 5 horas de tempo de trabalho necessário e 5 de trabalho excedente, mas agora em uma jornada de 10 horas.

#### Representação do valor do produto em partes proporcionais do produto

Até o momento, observamos o processo de valorização através da comparação entre porções da jornada de trabalho. Uma parte dela é tempo de trabalho necessário e a outra é a parte excede dele. Com isso, podemos observar a relação entre o trabalho necessário e o excedente por meio da taxa de mais-valor. Entretanto, diante de tal relação, poder-se-ia questionar-se qual seria então a parte da jornada de trabalho referente ao tempo de trabalho necessário e qual seria a parte referente ao tempo de trabalho excedente? Tem-se justamente aí o limite na compreensão sobre o processo de valorização, por se conceber apenas a própria jornada de trabalho. Por outro lado, depois de objetivados o trabalho necessário e o trabalho excedente, eles se encontram nos próprios produtos; é neles, portanto, que os valores novos e antigos se coagulam em um único valor.

Se pegarmos a produção de um dia de trabalho e a analisarmos sob o prisma do valor, encontraremos o conjunto dos valores analisados até agora em frações do produto total. Uma parte da produção soma os valores transferidos pela força de trabalho, que foram consumidos pelos meios de produção, e outra parte da produção são relativas aos valores novos criados durante o transcurso do trabalho. Este último divide-se ainda em uma parte desse novo valor referente ao trabalho necessário e a outra parte é o produto do trabalho excedente. Marx ainda ressalta que essa simples forma de ver o processo de valorização será importante no desenvolvimento da compreensão de outros elementos quando aplicada em outros momentos:

Essa decomposição do produto – do resultado do processo de produção – numa quantidade de produto que representa apenas o trabalho contido nos meios de produção, ou a parte constante do capital; em outra quantidade que representa apenas o trabalho necessário adicionado durante o processo de produção, ou a parte variável do capital; e numa última quantidade que representa apenas o mais-trabalho adicionado durante esse mesmo processo, ou o mais-valor; tal decomposição é tão simples quanto importante, como ficará claro mais adiante, quando a aplicarmos no tratamento de problemas complicados e ainda não resolvidos (Ibid., p. 298).

Marx conclui esse item fazendo a relação entre a parte do produto total que representa o capital constante, a parte que representa o capital variável e a parte que corresponde ao mais-valor, como as devidas partes da jornada de trabalho que correspondem à produção dos valores transferidos e os valores criados. Essa forma de calcular, mesmo sendo correta, é utilizada pelos capitalistas e seus teóricos para ocultar a diferença essencial entre o capital constante e o capital



variável. Sem diferenciar os valores transferidos dos valores criados, a aparência pode se converter em ideologia, fazendo parecer, por exemplo, que somente na “última hora” da jornada de trabalho é que se produz o mais-valor. O item 3 deste capítulo, intitulado *A “última hora” de Senior*, desconstrói essa armadilha teórica que teve como principal ideólogo, em meados do século XIX, a figura de Nassau W. Senior. Em se tratando do mais-produto, assim como foi feito na análise da taxa de lucro, deve-se desconsiderar o capital constante transferido pela força de trabalho. Assim, Marx conclui o item 4, *O mais-produto*:

Chamamos de mais-produto (*surplus produce, produit net*) a parte do produto [...] em que se representa o mais-valor. Assim como a taxa de mais-valor é determinada por sua relação não com a soma total, mas com o componente variável do capital, também a grandeza do mais-produto é determinada por sua relação não com o resto do produto total, mas com a parte do produto em que está incorporado o trabalho necessário. Como a produção de mais-valor é o objetivo determinante da produção capitalista, o que mede o grau de riqueza não é a grandeza absoluta do produto, mas a grandeza relativa do mais-produto.

A soma do trabalho necessário e do mais-trabalho, isto é, dos períodos em que o trabalhador produz o valor de reposição de sua força de trabalho e o mais-valor, constitui a grandeza absoluta de seu tempo de trabalho – a jornada de trabalho (*working day*) (Ibid., p. 304).

Todo produto, portanto, deve ser encarado como sendo a síntese dos valores transferidos, capital constante, e dos valores criados, capital variável e mais-valor, onde somente a relação destes últimos pode nos fornecer a justa medida da relação de exploração que o capitalista empreende ao trabalhador.

### 2.3.4 Capítulo 8 - A jornada de trabalho

#### Os limites da jornada de trabalho

A jornada de trabalho tem por limite mínimo o valor da força de trabalho. Se nenhum dos elementos que compõem os meios de subsistência que determinam o valor da força de trabalho tiver alterado seus valores, a parte da jornada de trabalho que o trabalhador produz os valores necessários à sua reprodução não se altera. O tempo de trabalho necessário, e por conseguinte os valores do trabalho necessário, não se alteram. Entretanto, essa determinação aponta somente o limite mínimo.

Como vimos, o prolongamento da jornada de trabalho para além do tempo de trabalho necessário é o próprio prolongamento que corresponde ao tempo de trabalho excedente. A grandeza da jornada de trabalho será determinada, portanto, por esse tempo que o trabalhador está produzindo valores que excedem o próprio valor da força de trabalho. A relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente nos dará a taxa de extração de mais-valor, entretanto, essa taxa não diz nada sobre a grandeza absoluta da jornada de trabalho.

Uma parte da jornada de trabalho é determinável, já que o valor da força de trabalho é algo dado em um determinado momento de uma sociedade. Já a parte da jornada onde é produzido o excedente não tem como ser determinada “[...] A jornada de trabalho é, pois, determinável, mas é, em verdade, indeterminada” (Ibid., p. 306). Mesmo não sendo uma grandeza fixa, a jornada de trabalho só pode variar dentro de determinados limites.

Na produção capitalista, o limite mínimo é a produção de algum excedente; ou seja, se eliminarmos o tempo de trabalho excedente chegaríamos ao limite mínimo que não pode nunca ser alcançado, pois dessa forma não existiria produção de mais-valor, e tampouco sua apropriação. Já no que concerne ao limite máximo que uma jornada pode ter, temos, de imediato, dois limitantes: durante as 24 horas do dia um trabalhador só pode fornecer uma determinada quantidade de força vital e, ainda dentro desse tempo, ele tem de comer, dormir, se vestir, se limpar etc., tempos indispensáveis à sobrevivência do trabalhador; a esses limites físicos somam-se limites morais donde, a depender da cultura de uma dada classe de trabalhadores, eles necessitam de mais ou menos tempo para satisfazer as suas necessidades intelectuais e sociais; desse modo, “A variação da jornada de trabalho se move, assim, no interior de limites físicos e sociais, porém ambas as formas de limites são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações” (Ibid., p. 306).

O limite de utilização da força de trabalho, em última instância, é determinado pelo direito mútuo entre capitalista e trabalhador. É nesse âmbito que se processa a luta entre as duas principais classes das sociedades onde reina o modo de produção capitalista:

Vemos que, abstraindo de limites extremamente elásticos, a natureza da própria troca de mercadorias não impõe barreira alguma à jornada de trabalho e, portanto, nenhuma limitação ao mais-trabalho. O capitalista faz valer seus direitos como comprador quando tenta prolongar o máximo possível a jornada de trabalho e transformar, onde for possível, uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador faz valer seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, i.e., a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, i.e., a classe trabalhadora (Ibid., p. 309).

A avidez por mais-trabalho. O fabricante e o boiardo

Em toda sociedade onde uma parte dela é detentora dos meios de produção e a outra parte trabalha, encontramos o mais-trabalho. A forma de extração do mais-trabalho modifica-se a depender das determinações dos modos de produção da vida. O limite do mais-trabalho é

ditado na história, na maioria das vezes, pelas necessidades das classes proprietárias. Onde o produto do trabalho, entretanto, não assume a forma de valor de troca, o mais-trabalho é limitado a suprir um conjunto maior ou menor de necessidades existentes em dada época. Para ilustrar tal diferença não é preciso nos voltar às formas sociais anteriores. Ao analisar a escravidão norte-americana Marx conclui:

Assim que os povos, cuja produção ainda se move nas formas inferiores do trabalho escravo, da corveia etc., são arrastados pela produção capitalista e pelo mercado mundial, que faz da venda de seus produtos no exterior o seu principal interesse, os horrores bárbaros da escravidão, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. Isso explica por que o trabalho dos negros nos estados sulistas da União Americana conservou certo caráter patriarcal, enquanto a produção ainda se voltava sobretudo às necessidades locais imediatas. Mas à medida que a exportação de algodão tornou-se o interesse vital daqueles estados, o sobretrabalho dos negros, e, por vezes, o consumo de suas vidas em sete anos de trabalho, converteu-se em fator de um sistema calculado e calculista. O objetivo já não era extrair deles uma certa quantidade de produtos úteis. O que importava, agora, era a produção do próprio mais-valor. Algo semelhante ocorreu com a corveia, por exemplo, nos Principados do Danúbio (Ibid., p. 309-310).

Marx compara neste item o boiardo valáquio, que por uma série de brechas legais ao *Règlement organique*<sup>18</sup> converte as 12 jornadas de trabalho definidas no código da corveia para 54 jornadas de corveia, podendo ainda ser maior conforme os boiardos assim quisessem, com o *Factory Act* inglês de 1850. Por meio desta comparação, demonstrava como os capitalistas usurpavam, roubavam e corroíam tempos do trabalhador, como os destinados para alimentação e descanso, obrigando-o a trabalhar para além dos limites formais estabelecidos à jornada de trabalho. Assim como o capitalista é apenas capital personificado “O trabalhador, aqui, não é mais do que tempo de trabalho personificado. Todas as diferenças individuais se dissolvem na distinção entre trabalhadores de “jornada integral” e de “meia jornada” (Ibid., p. 317).

#### Ramos da indústria inglesa sem limites legais à exploração

Neste item Marx se dedica a explicitar os ramos da indústria que não tinham nenhum limite legal relativo às jornadas de trabalho. Ele descreve vários ramos como as olarias, manufaturas de palitos de fósforo, fábrica de papéis de parede, ferroviários e panificação. O autor ainda apresentará dois exemplos de trabalhadores, um do setor modista e o outro um ferreiro, que morreram por causa do excesso do sobretrabalho. O caso de Mary Anne Walkley que segundo o médico “[...] morreu devido às longas horas de trabalho numa oficina superlotada e por dormir num cubículo demasiadamente estreito e mal ventilado” (Ibid., p. 328) é emblemático. A imprensa da época ao tratar da questão faz emergir um debate que é revelador

---

18 Nome da primeira constituição de 1831 dos Principados do Danúbio (Moldávia e Valáquia).

da natureza do capital no que diz respeito à jornada de trabalho e de como se trata essas personificações de tempo de trabalho:

*Morning Star*, 23 jun. 1863. O *Times* usou o ocorrido para defender os escravocratas americanos contra Bright etc. “Muitos de nós”, diz o jornal, “pensamos que, enquanto fizermos nossas próprias mulheres trabalharem até a morte por meio do flagelo da fome no lugar do chicote, quase não teremos o direito de tratar a ferro e fogo famílias que já nasceram escravocratas e que ao menos alimentam bem seus escravos e os fazem trabalhar moderadamente” (*Times*, 2 jul. 1863). Do mesmo modo, o *Standard*, um jornal *tory*, repreendeu o reverendo Newman Hall: “Ele excomunga os escravocratas, mas reza com a brava gente que fazia com que os condutores e cocheiros de Londres trabalhassem por 16 horas diárias em troca de um salário de cão”. Por fim, falou o oráculo, o sr. Thomas Carlyle, sobre quem escrevi, em 1850, as seguintes palavras: “O gênio foi para o diabo e só restou o culto” [Marx refere-se a sua resenha do livro *Latter-Day Pamphlets*, de Carlyle (cf. MEW, v. 7, p. 255-65). (N. E. A. MEW)]. Numa curta parábola, ele reduz o único acontecimento grandioso da história contemporânea, a Guerra Civil Americana, à seguinte trama: Pedro do Norte quer esmagar com toda violência o crânio de Pedro do Sul, porque Pedro do Norte aluga seu trabalhador “diariamente”, ao passo que Pedro do Sul o aluga “vitaliciamente”, “Ilias Americana in Nuce”, *Macmillan’s Magazine*, ago. 1863. E assim, finalmente, estourou a bolha de sabão da simpatia dos *tories* pelos trabalhadores assalariados urbanos – mas de modo algum pelos rurais! O cerne da questão tem um nome: escravatura! (Ibid., p. 328 – nota de rodapé).

#### Trabalho diurno e noturno. O sistema de revezamento

O capital constante, ao perder valor de uso, quando consumidos pelo trabalho, ou seja, produtivamente, tem seus valores transferidos aos novos produtos. Quando o desgaste dos meios de produção ocorre sem que sejam consumidos de maneira produtiva, ou seja, de forma a originar um novo valor de uso nesse processo, os valores se perdem com os valores de uso desgastados. Portanto, durante o tempo em que os meios de produção estão ociosos há um gasto inútil:

Apropriar-se de trabalho 24 horas por dia é, assim, o impulso imanente da produção capitalista. Mas como é fisicamente impossível sugar as mesmas forças de trabalho continuamente dia e noite, ela necessita, a fim de superar esse obstáculo físico, do revezamento entre as forças de trabalho consumidas de dia e de noite, o qual admite métodos distintos, podendo, por exemplo, ser organizado de tal modo que uma parte dos operários realize numa semana o trabalho diurno, noutra o trabalho noturno etc. (Ibid., p. 329-330).

O autor passa então a dar diversos exemplos dos sistemas de revezamento em setores como “[...] altos-fornos, forjas, oficinas de laminagem e outras manufaturas metalúrgicas da Inglaterra” (Ibid., p. 330). Além dos fatores nocivos do trabalho noturno à saúde dos adultos, o autor ainda expõe, a partir dos relatórios da *Children’s Employment Commission* como a força de trabalho infantil e jovem eram consumidas pelos capitalistas naquele momento, abordando não só a saúde das crianças, mas também, por exemplo, a sua formação intelectual e seus níveis de instrução mais elementar. A divisão do trabalho em diversas áreas da produção era pensada pressupondo a combinação de trabalho adulto de ambos os gêneros e das crianças. Esse trabalho

combinado tinha que ser feito de dia e de noite, e essa era uma das justificativas para não se abandonar o trabalho de crianças no período noturno. Não bastando a jornada de trabalho ser longa, a carga de trabalho, ou a intensidade de trabalho, era de colocar em terror até mesmo os inspetores de fábrica:

Abstraindo dos efeitos nocivos gerais do trabalho noturno, a duração ininterrupta do processo de produção por 24 horas oferece a oportunidade altamente bem-vinda de ultrapassar os limites da jornada nominal de trabalho. Por exemplo, nos ramos da indústria extremamente fatigantes que citamos anteriormente, a jornada de trabalho oficial é, na maioria das vezes, de 12 horas, noturnas ou diurnas. Em muitos casos, porém, o sobretalho além desse limite é, para usar a expressão do relatório oficial inglês, “realmente aterrador” (“truly fearful”). “Nenhuma mente humana”, diz esse documento, “pode conceber a quantidade de trabalho que, segundo testemunhos, é realizada por crianças de 9 a 12 anos, sem chegar à inevitável conclusão de que não se pode mais permitir esse abuso de poder dos pais e dos empregadores.” (Ibid., p. 330-331).

A luta pela jornada normal de trabalho. Leis compulsórias para o prolongamento da jornada de trabalho da metade do século XIV ao final do século XVII

Para o capital, todas as 24 horas diárias de existência do trabalhador são passíveis de converterem-se em jornada de trabalho, tirando as poucas horas de sono e alimentação inevitáveis para reposição da sua força para trabalhar. Para produzir mais-valor, seria futilidade considerar necessário tempo livre para funções sociais, formação intelectual etc. “Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital” (Ibid., p. 337).

Tampouco para o capital existe pudor acerca da transposição dos limites físicos, já que os morais inexistem para ele, podendo assim o crescimento e sustentação da saúde humana, reduzindo e tornando insignificante o tempo em que o trabalhador gasta em qualquer ambiente e atividade que não a produção.

O que determina os limites da jornada de trabalho não é a manutenção normal da força de trabalho, mas, ao contrário, o maior dispêndio diário possível de força de trabalho, não importando quão insalubre, compulsório e doloroso ele possa ser, é que determina os limites do período de repouso do trabalhador (Ibid., p. 338).

Assim como se deprecia mais rapidamente uma máquina conforme mais veloz seja seu consumo ou desgaste, no movimento de prolongar o tempo de trabalho, o capital antecipa o esgotamento, tece a morte precoce da força de trabalho, e por consequência, acelera a necessária substituição dos indivíduos, à medida que se tornam inaptos ou mais lentos na produção, por outros trabalhadores que possuem sua mercadoria força de trabalho ainda em estágio mais jovem e veloz. Essa necessidade de substituição mais rápida das forças de trabalho tem como implicação “[...] a inclusão de custos de depreciação maiores na reprodução da força de trabalho

[...]. A jornada de trabalho normal parece, assim, ser do próprio interesse do capital” (Ibid., p. 338).

O autor expõe como se dá essa conveniência e possibilidade de substituição dos trabalhadores exauridos por novos trabalhadores, aptos a serem cada vez mais brevemente destruídos graças à sua repleta capacidade de trabalho a ser consumida. Para isso, Marx apresenta um paralelo entre a condição de existência dos escravos em colônias ocidentais e o mercado de trabalho europeu, apontando que “Basta ler, no lugar de mercado de escravos, mercado de trabalho, no lugar de Kentucky e Virgínia, Irlanda e distritos agrícolas da Inglaterra, Escócia e País de Gales, e no lugar de África, Alemanha!” (Ibid., p. 339). As reservas de escravos da Virgínia, Kentucky e estrangeiras suprem as vacâncias, por óbito ou incapacidade total, dos escravos que trabalham nas plantações da Geórgia e Mississipi sob condições fatais ao ser humano, conforme descritas pelo autor. Assim também, o sobretrabalho na Irlanda, na Inglaterra, na Alemanha e em outros países europeus, dizima massivamente trabalhadores que são substituídos sem maiores problemas por novas forças de trabalho, haja vista o aumento da população urbana:

[...] o sobretrabalho dizima os padeiros em Londres, e ainda assim o mercado de trabalho londrino está sempre abarrotado de alemães e outros candidatos à morte nas padarias. A olaria, como vimos, é um dos ramos industriais em que a vida é mais curta. Faltam, por isso, oleiros? Em 1785 [...] empregava de 15 a 20 mil pessoas. Em 1861, só a população das sedes urbanas dessa indústria na Grã-Bretanha chegava a 101.302 pessoas (Ibid., p. 339).

Assim também ocorreu com muitos trabalhadores agrícolas; famílias inteiras foram entregues a agentes, que os disponibilizavam à seleção por fabricantes nos escritórios para então serem remetidos como pacotes de gente ao sul da Inglaterra, impelidos a trabalhar nas fábricas. Nunca satisfeitos, fabricantes demandavam constantemente o retorno de crianças pobres e órfãs para engrossar a produção nas *workhouses*. Não importa ao capital que “[...] esse fluxo populacional seja formado por gerações de seres humanos atrofiados, de vida curta, que se substituem uns aos outros rapidamente e são, por assim dizer, colhidos antes de estarem maduros” (Ibid., p. 341). Portanto, independentemente da sua vontade, o capitalista, submetido à livre-concorrência, “como leis eternas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista” (Ibid., p. 342) só leva em conta aspectos como a saúde e duração da vida do trabalhador quando é forçado a isso:

A consolidação de uma jornada de trabalho normal é o resultado de uma luta de 400 anos entre capitalista e trabalhador. Mas a história dessa luta mostra duas correntes antagônicas. [...] Enquanto a moderna legislação fabril encurta compulsoriamente a jornada de trabalho, aqueles estatutos a prolongam de forma igualmente compulsória. (Ibid., p. 343).

Somente após séculos de coação, o trabalhador livre, submeteu-se a vender o “pacote” contendo seu tempo ativo de vida junto com sua força de trabalho, sob limites mínimos de

garantir meios necessários para sua subsistência e da sua prole. Até consolidar-se uma jornada socialmente aceita e cumprida pelos trabalhadores, economistas ingleses empenharam-se, em nome dos burgueses, em combater a resistência dos trabalhadores; justificando que, como podiam manter-se vivos trabalhando 4 dias, deviam trabalhar durante a semana inteira.

A luta pela jornada normal de trabalho. Limitação do tempo de trabalho por força de lei. A legislação fabril inglesa de 1833 a 1864

A formulação e implementação por parte do Estado de leis que regulem a jornada de trabalho dentro de certos limites é um processo lento e que exige da classe trabalhadora muitas lutas. Marx demonstra esse processo de regulamentação e reformulações legislativas sobre a jornada de trabalho relatando as tensões entre trabalhadores e capitalistas ocorridas na Inglaterra no decorrer do século XIX e o papel assumido pelo Estado em cada momento. Neste sentido, apesar de o parlamento inglês ter formulado cinco leis trabalhistas de 1802 a 1833, a implementação e fiscalização destas leis nesta época fizeram delas letra morta, pois nenhum recurso era destinado para que tais leis se efetivassem.

A lei fabril de 1833 limitava pela primeira vez a jornada de trabalho na Inglaterra nas indústrias de algodão, lã, linho e seda, e isso somente para crianças e adolescentes. O capital respondia, então, à nova legislação com rearranjos a partir de sistemas de revezamento que conseguiam burlar a lei e continuar empregando a força de trabalho infantil – que era um dos focos da legislação desta época – em jornadas de trabalho superiores à legislação. A criação do sistema de revezamento pelos capitalistas acabava por tornar o trabalho dos inspetores de fábrica quase impossível, e a lei de 1833 quase impraticável, como era demonstrado pelos relatórios dos inspetores de fábrica dos anos de 1840. Entretanto, nesse meio tempo “[...] Os trabalhadores das fábricas, especialmente depois de 1838, fizeram da Lei das 10 Horas sua palavra de ordem econômica, como fizeram da *people's charter* [carta do povo] sua palavra de ordem política” (Ibid., p. 353). A luta pela jornada de 10 horas ganhava outro impulso quando os fabricantes, que estavam em franca disputa com parte da aristocracia fundiária inglesa pelo fim da lei dos cereais, passavam a prometer à classe trabalhadora a redução da jornada e o aumento do valor dos salários. Em contrapartida, os *tories* traziam à tona nessa disputa as infâmias que os fabricantes praticavam para burlar a legislação fabril por meio da criação do sistema de revezamento. Nesse contexto, surge em 1844 uma lei fabril adicional que estende a partir de então os direitos conquistados dos adolescentes às mulheres, ao passo que o trabalho infantil passa a ser restringido ainda mais. A legislação é também cada vez mais minuciosa ao tratar dos horários de início e término da jornada, bem como das pausas para refeição:

Vimos que essas determinações minuciosas, que regulam os limites, as pausas do trabalho com uma uniformidade militar de acordo com o sino do relógio, não foram de modo algum produto das lucubrações parlamentares. Elas se desenvolveram paulatinamente a partir das circunstâncias, como leis naturais do modo de produção moderno. Sua formulação, seu reconhecimento oficial e sua proclamação estatal foram o resultado de longas lutas de classes. Uma de suas consequências imediatas foi que, na prática, também a jornada de trabalho dos operários masculinos adultos foi submetida aos mesmos limites, uma vez que a cooperação de crianças, jovens e mulheres era indispensável à maioria dos processos de produção. E assim, durante o período entre 1844 e 1847, a jornada de trabalho de 12 horas foi implementada geral e uniformemente em todos os ramos da indústria submetidos à legislação fabril (Ibid., p. 354-355).

As leis formuladas em 1847, e promulgadas em 1º de maio de 1848, limitaram a 10 horas a jornada de trabalho de adolescentes (13 a 19 anos) e das mulheres; vigorando esta lei a partir de 1º de maio de 1848. Entretanto, de meados de 1847, quando da aprovação da lei, até maio de 1848, a classe capitalista aproveitava a crise de 1846-47 para reduzir salários e estimular entre os trabalhadores a revogação dessa lei de 1847, obrigando vários trabalhadores a fazerem petições públicas contra a Lei das 10 horas:

A campanha prévia do capital malogrou, e a Lei das 10 Horas entrou em vigor em 1º de maio de 1848. Nesse interim, porém, o fiasco do partido cartista, com seus líderes encarcerados e sua organização fragmentada, já havia abalado a autoconfiança da classe trabalhadora inglesa. Logo depois disso, a insurreição de Junho em Paris e sua sangrenta repressão provocaram, na Inglaterra do mesmo modo que na Europa continental, a união de todas as frações das classes dominantes, proprietários fundiários e capitalistas, chacais das bolsas de valores e varejistas, protecionistas e livre-cambistas, governo e oposição, padres e livres-pensadores, jovens prostitutas e velhas freiras, sob a bandeira comum da salvação da propriedade, da religião, da família e da sociedade! A classe trabalhadora foi por toda parte execrada, proscrita, submetida à “*loi des suspects*” [lei sobre os suspeitos]. Os senhores fabricantes já não tinham mais por que se constranger. Revoltaram-se abertamente não só contra a Lei das 10 Horas, mas contra toda a legislação que, desde 1833, procurava de algum modo restringir a “livre” exploração da força de trabalho. Foi uma rebelião *pro-slavery* [pró-escravidão] em miniatura, conduzida por mais de dois anos com um cínico despudor e uma energia terrorista, ambos tanto mais banalizados quanto o capitalista rebelde não arriscava nada além da pele de seus trabalhadores (Ibid., p. 357).

Uma nova campanha contra a Lei das 10 horas foi então iniciada com grandes demissões de adolescentes e trabalhadoras, e provocando o retorno do trabalho noturno para adultos do sexo masculino e uma verdadeira “caça” às horas de pausa no trabalho para as refeições. Novas formas do sistema de revezamento foram então, também, aplicadas. Novamente o trabalho dos inspetores de fábrica ficou quase impossível de se realizar, e mesmo quando este se efetivava e se fazia os processos judiciais necessários à regularização de determinadas fábricas, eram os próprios capitalistas que se encontravam alocados como *county magistrates* nos tribunais, “[...] Nesses tribunais, os próprios senhores fabricantes sentavam-se para julgar a si mesmos” (Ibid., p. 360).

Dois anos de franca luta contra o direito recém conquistado pelos trabalhadores culminaram, em fevereiro de 1850, numa sentença de um dos tribunais superiores da Inglaterra que, ao fim, revogava as leis trabalhistas de 1844, que continham “[...] palavras que a tornavam



sem sentido” (Ibid., p. 363). Segue-se a esta vitória dos capitalistas uma intensa revolta por parte dos trabalhadores, relatada inclusive pelos inspetores de fábrica que “[...] alertaram urgentemente o governo de que o antagonismo de classes chegara a um grau de tensão inacreditável” (Ibid., p. 363).

Sob essas circunstâncias, fabricantes e trabalhadores chegaram a um compromisso, que recebeu o selo parlamentar na nova lei fabril adicional de 5 de agosto de 1850. A jornada de trabalho para “jovens e mulheres” foi prolongada, nos primeiros cinco dias da semana, de 10 para 10 horas e meia, e diminuída para 7 horas e meia aos sábados. O trabalho deve ser realizado no período entre 6 horas da manhã e 6 da tarde, com 1 hora e meia de pausas para as refeições, que devem ser as mesmas para todos e em conformidade com as regras de 1844. Com isso, pôs-se fim, de uma vez por todas, ao sistema de revezamento (Ibid., p. 364).

Capital e trabalho determinaram os limites da jornada de trabalho. O próprio desenvolvimento da indústria na década de 1850 fez com que a legislação, restrita a determinados ramos da indústria, principalmente o têxtil, se generaliza-se para os demais no decorrer da década de 1860.

Seu admirável desenvolvimento entre 1853 e 1860, lado a lado com o renascimento físico e moral dos trabalhadores fabris, saltava mesmo aos olhos mais cegos. Os próprios fabricantes, aos quais as limitações e regulações legais da jornada de trabalho foram gradualmente arrancadas ao longo de meio século de guerra civil, apontavam jactanciosos para o contraste com os setores da exploração que ainda se conservavam “livres”. Os fariseus da “economia política” proclamaram, então, a compreensão da necessidade de uma jornada de trabalho fixada por lei como uma nova conquista característica de sua “ciência” (Ibid., p. 367).

A luta pela jornada normal de trabalho. Repercussão da legislação fabril inglesa em outros países

Ao conectar os fatos históricos levantados no capítulo, Marx chega a duas conclusões. A primeira é que o processo de prolongamento da jornada de trabalho tem início nas fábricas onde se tem como principal força motriz a água, o vapor e a maquinaria, nas indústrias de fiação e tecelagem de algodão, lã, linho e seda. O prolongamento desmedido da força de trabalho tem por efeito a reação dos trabalhadores, ao passo que o controle social sobre a jornada de trabalho a limita, regulando-a e uniformizando-a em todos os ramos de produção. Até mesmo a definição legal de “fábrica” se amplia; antes restrita às fábricas acima descritas passa a ter como *factory* “[...] toda e qualquer casa onde algum trabalho é executado” (Ibid., p. 370). A segunda conclusão é que, “[...] quando o modo de produção capitalista atinge certo grau de amadurecimento, o trabalhador isolado, o trabalhador como ‘livre’ vendedor de sua força de trabalho, sucumbe a ele sem poder de resistência” (Ibid., p. 370), ou seja, não tem como fazer frente à incessante necessidade do capital pelo prolongamento da força de trabalho, portanto: “A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora” (Ibid., p. 370). Tal luta teve

início no âmbito da moderna indústria capitalista e o palco onde ela se deu foi a Inglaterra. Os trabalhadores fabris ingleses foram os precursores não somente da luta da classe trabalhadora inglesa, mas também da internacional, da classe trabalhadora em geral.

Por fim, Marx expõe também como se encontrava na década de 1860 a luta pela redução da jornada de trabalho na Europa e na América do Norte. Tanto de um lado do Atlântico como do outro, organizações de trabalhadores fizeram nesse período campanhas de luta pela jornada de 8 horas de trabalho. Diante de tal panorama, não resta dúvida de que somente a ação organizada da classe trabalhadora pode fazer frente à incessante voracidade com que o capital impõe o prolongamento da jornada e corrói o tempo de vida dos trabalhadores para transformá-los em tempo de trabalho excedente. Não obstante, enquanto perdurar a valorização do valor como relações sociais de produção, e enquanto permanecer a propriedade privada dos meios de produção, essas conquistas ainda consistirão em vitórias parciais, sendo alcançadas a depender do nível da correlação de forças entre as classes e o seu recrudescimento.

### 2.3.5 Capítulo 9 - Taxa e massa do mais-valor

O capítulo que encerra a seção III *A produção do mais-valor absoluto* tem por matéria a relação entre a taxa de mais-valor, tratada no capítulo sete, e a massa de mais-valor, que está diretamente relacionada com a taxa e a quantidade de capital variável empregada no processo de valorização. Dada essa relação de proporcionalidade, Marx formula a primeira lei: “[...] a massa do mais valor produzido é igual à grandeza do capital variável adiantado multiplicada pela taxa de mais-valor” (MARX, 2017b, p. 375-376), o que é o mesmo que dizer que é a relação entre a quantidade de força de trabalho consumida simultaneamente e o grau de exploração da força de trabalho individual. Pressupõe que sejam empregados trabalhadores médios e, portanto, um valor médio da força de trabalho. Ao analisar essa relação, observa-se que, se o número de trabalhadores explorados diminuir, pode-se preservar a massa de mais-valor com o aumento, em mesmas proporções, da jornada de trabalho dos trabalhadores empregados na valorização do capital. Conclui-se, assim que:

[...] Dentro de certos limites, a oferta de trabalho que o capital pode explorar se torna, pois, independente da oferta de trabalhadores. Por outro lado, uma queda na taxa de mais-valor deixa inalterada a massa do mais-valor produzido toda vez que a grandeza do capital variável ou o número dos trabalhadores empregados aumente na mesma proporção (Ibid., p. 376-377).

A segunda lei tem relação direta com o que vimos no capítulo anterior, relativo à jornada de trabalho. Esta tem um limite claro, por sua própria natureza, deve ser menor do que 24 horas de trabalho. Dada essa demarcação da jornada média de trabalho, por variados fatores, como visto, ela se faz limite absoluto à compensação de uma redução da quantidade de capital variável

empregado por meio do aumento do grau de exploração da força de trabalho explorada. Duas tendências se chocam aqui. A da busca incessante por uma maior massa de mais-valor e a tendência em reduzir a quantidade de força de trabalho empregada, ou melhor dizendo, a quantidade de capital vertida em capital variável.

Da determinação da relação entre a taxa de mais-valor e a quantidade de capital vertida na compra de força de trabalho temos a terceira lei:

Dados a taxa de mais-valor ou o grau de exploração da força de trabalho e o valor da força de trabalho ou a grandeza do tempo de trabalho necessário, é evidente que, quanto maior o capital variável, tanto maior a massa do valor e do mais-valor produzidos. Se o limite da jornada de trabalho é dado como o limite de seu componente necessário, a massa de valor e mais-valor que um capitalista individual produz depende exclusivamente da massa de trabalho que ele põe em movimento (Ibid., p. 377-378).

Se se permanece constante o valor da força de trabalho e o grau de exploração dessa força empregada então: “[...] as massas de valor e mais-valor produzidas por diferentes capitais [...] estão na razão direta da grandeza dos componentes variáveis desses capitais, isto é, de seus componentes convertidos em força viva de trabalho” (Ibid., p. 378). Dada uma duração da jornada média de trabalho, seja limitada por aspectos físicos ou sociais, a massa de mais valor é diretamente proporcional, ou seja, só pode ser aumentada por um incremento da população trabalhadora. Assim, “[...]O crescimento dessa população constitui, aqui, o limite matemático da produção do mais-valor por meio do capital social total” (Ibid., p. 379), se essa parcela da população não aumentar, a produção de valor e mais-valor está condicionada pelo aumento possível da jornada de trabalho. Essa relação terá mediações outras quando da análise do componente relativo da produção de mais-valor, na seção que se segue a esta, chamada *A produção do mais-valor relativo*.

Marx passa então a analisar a determinação quantitativa que limita a conversão de um possuidor de dinheiro e mercadoria em capitalista, ou seja, nem toda quantidade de dinheiro poder ser convertida em capital. O limite primeiro, dado a propriedade de certos meios de produção, é condicionado ao valor de uma força de trabalho individual. Variadas combinações podem surgir desse patamar, e os limites impostos à força, por exemplo, ao número de trabalhadores empregados nas corporações de ofício medievais, é um limite claro para a não conversão do mestre artesão em capitalista. Nesse sentido Marx conclui que:

O possuidor de dinheiro ou de mercadorias só se transforma realmente num capitalista quando a quantidade desembolsada para a produção ultrapassa em muito o máximo medieval. Aqui, como na ciência da natureza, mostra-se a exatidão da lei, descoberta por Hegel em sua Lógica, de que alterações meramente quantitativas, tendo atingido um determinado ponto, convertem-se em diferenças qualitativas (Ibid., p. 381).

Essa quantidade que altera a qualidade, ou seja que transforma um possuidor de dinheiro em capitalista, depende dos diferentes graus de desenvolvimento de uma dada sociedade, assim

como do ramo e das esferas de produção que, por sua vez, dependem de condições outras como o desenvolvimento científico e sua aplicabilidade técnica, disposição de recursos naturais, dentre outros. Esse limite quantitativo da conversão de dinheiro em capital pode ser observado pelas iniciativas estatais em subsidiar determinados setores, e por outra parte, pela “[...] formação de sociedades com monopólio legal para explorar certos ramos da indústria e do comércio – as precursoras das modernas sociedades por ações” (Ibid., p. 381).

Advertindo o leitor de que não se debruçará nas variadas determinações históricas que promovem modificações na relação entre capitalista e trabalhador, neste momento da exposição<sup>19</sup>, Marx aponta apenas algumas características principais.

De início, o capitalista, capital personificado, se limita a cuidar que o trabalhador “[...] execute seu trabalho ordenadamente e com o grau apropriado de intensidade” (Ibid., p. 381). Ou seja, não tem condições de alterar o modo com que o trabalhador desempenha, em sentido técnico, seu trabalho, podendo simplesmente prolongar e intensificar a jornada de trabalho. Para tanto:

O capital desenvolveu-se, ademais, numa relação coercitiva, que obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que o exigido pelo círculo estreito de suas próprias necessidades vitais. E como produtor da laboriosidade alheia, extrator de mais-trabalho e explorador de força de trabalho, o capital excede em energia, exorbitância e eficiência todos os sistemas de produção anteriores, baseados no trabalho direto compulsório (Ibid., p. 381).

Tomando a questão sob a ótica do processo de trabalho, o trabalhador tem com os meios de produção uma relação como mero meio e objeto de sua atividade de produção. De forma diferente se dá se analisamos a questão sob o ponto de vista do processo de valorização do valor. Os meios e objetos de trabalho transformam-se em meios de se apropriar de trabalho alheio. Assim,

Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital não é mais do que seu movimento como valor que valoriza a si mesmo (Ibid., p. 382).

Para o capital personificado, o capitalista, a inversão entre o comando exercido do trabalho vivo ao trabalho morto, operada pela relação capitalista, se traduz em direito ao prolongamento da jornada, trabalho noturno, aumento incessante da intensidade do trabalho, emprego cada vez mais controlado por parte do capitalista às disposições técnicas da produção para a extração de uma massa, cada vez maior, de mais-valor dos trabalhadores.

---

<sup>19</sup> Parte dessas determinações e o seu transcurso histórico serão tratados no capítulo 24 do livro *I A assim chamada acumulação primitiva*.

Acompanhamos, em traços gerais, todo o percurso categorial dos nove capítulos, das três primeiras seções de *O Capital*. Para o leitor que conhece a obra, é visível a pobreza do texto, mesmo mantendo sua riqueza categórica, quando extraído dele seus elementos expressivos, suas costuras narrativas, seus módulos verbais característicos, seus ornamentos literários, seus exemplos retirados das mais amplas temáticas; em uma palavra, de suas formas literárias, por meio das quais intenta expressa da melhor maneira possível a crítica à Economia Política que empreendeu. Entretanto, pelo objetivo que nos propomos nessa dissertação, tivemos que apartar, dissociar, abstrair esses dois elementos presentes no livro I de *O Capital*, justamente como o caminho necessário para dar relevo às funções que tais formas literárias cumprem na obra abordada. Passamos, portanto, no próximo capítulo à análise desses elementos.

### 3 AS FORMAS LITERÁRIAS NO LIVRO I DE *O CAPITAL*

No capítulo anterior, passamos pelas determinações das principais categorias que aparecem nas três primeiras seções do livro I de *O Capital*. Nossa intenção foi extrair o conteúdo teórico presente nos nove primeiros capítulos, de forma a deixar de lado os exemplos, ilustrações, narrativas e correlações da crítica da Economia Política com outras ciências e formas de pensamento. Nesse capítulo daremos ênfase justamente a estes aspectos que foram abstraídos na análise feita no segundo capítulo.

Nossa intenção é explicitar que funções as formas literárias, contidas no livro primeiro de *O Capital*, cumprem em relação ao entendimento da teoria ali exposta. Distanciamos-nos, portanto, das interpretações de que há uma dissociação entre o conteúdo científico e as formas pelas quais Marx trabalha esse conteúdo em sua exposição. Fonte (2020) destaca, nesse sentido, que “[...] tanto Wilson [1986] como Hyman [1961; 1962] patenteiam, por caminhos diversos, um descompasso entre facetas do livro: sua pretensão teórica, seu estilo e seu conteúdo” (FONTE, 2020, p. 17). Fonte (2020) apresenta estes trabalhos como sendo os primeiros a entender *O Capital* dessa forma, destacando a interpretação de Hyman (1961;1962), que chega a defender que:

[...] ‘Aproximamo-nos da natureza essencial de O capital, se lidarmos com ele não como ciência, ciência social ou exaltação, mas como literatura imaginativa’. A disseminação dessa obra não se deve, segundo Hyman (1962, p. 149), à teoria desenvolvida, mas ao fato de ser ‘um poderoso constructo imaginativo’ (FONTE, 2020, p. 16).

Assim como nossa análise se distancia de tal interpretação, também se diferencia de procedimentos investigativos que se centram num mapeamento minucioso das obras literárias citadas, direta ou indiretamente, por Marx; metodologia esta que pode ser encontrada em obras como *Karl Marx and world literature* de S.S. Prawer (1976/2011) que:

[...] escreveu um livro de 450 páginas dedicadas inteiramente às referências literárias de Marx. O primeiro volume do *Capital* revelava citações da Bíblia, de Shakespeare, Goethe, Milton, Voltaire, Homero, Balzac, Dante, Schiller, Sófocles, Platão, Tucídides, Xenofonte, Defoe, Cervantes, Dryden, Heine, Virgílio, Juvenal, Horácio, Thomas More, Samuel Butler – além de alusões a narrativas de terror sobre lobisomens e vampiros, panfletos alemães, obras do romantismo inglês, baladas populares, canções e *jingles*, melodrama e farsa, mitos e provérbios (WHEEN, 2007, p. 80-81).

Nem tampouco aquelas que tentam classificar os escritos de Marx tendo por base os estilos literários. Nesse sentido, Wheen (2007) destaca uma série de produções que rumam para essa perspectiva; dentre elas a obra já citada de Hyman (1961;1962) que chega a propor um título para *O Capital*, que para ele não passa de um melodrama vitoriano: “A execução da hipoteca da força de trabalho” (WHEEN, 2007, p. 82). Assim, também temos no âmbito das pesquisas nacionais interpretações similares, como *Marx: literatura e crítica da economia*

*política em “O Capital”* de Silva (2018), que entende *O Capital* como sendo “[...] um drama da sociedade moderna” (SILVA, 2018, p. 167).

A partir do levantamento realizado no decorrer dos nossos estudos, verificamos que a primeira obra a destacar uma confluência entre o desenvolvimento teórico e a expressividade literária nos escritos de Marx, é o já citado trabalho de Ludovico Silva *O estilo literário de Marx* (2012), publicado pela primeira vez em 1971. Em sua concepção, a literatura como modo e conceito, não se restringe às obras ficcionais e imaginativas; é algo próprio do campo da escrita. Neste sentido, toda ciência utiliza-se da literatura como meio de expressar uma dada teoria, como veículo para comunicar suas descobertas por meio de um sistema expressivo; mas em Marx isso vai além: “[...] Ademais, o sistema expressivo de Marx constitui um estilo, um gênio expressivo peculiar, intransferível, com seus módulos verbais característicos, suas constantes analógicas e metafóricas, seu vocabulário, sua economia e seu ritmo prosódico” (SILVA, 2012, p. 11).

Ludovico destaca ainda que, mesmo que todas as ciências tenham que se valer de uma forma literária, poucos escritores científicos possuem um estilo literário. Ele entende que, longe de atrapalhar a exposição científica, a ciência “[...] só ganha, se ao seu rigor demonstrativo se acrescer um rigor ilustrativo; nada contribui mais para a compreensão de uma teoria que uma metáfora adequada ou uma analogia que a calce (SILVA, 2012, p. 11). Ao analisar a obra de Marx em seu conjunto, desde os escritos juvenis na poética até a obra que analisamos na presente dissertação, Ludovico destaca as intencionalidades de Marx que são perceptíveis, como traço geral, em seu estilo literário:

Num de seus versos juvenis, Marx diz do poeta: *Was er sinnet, erkennt, und was er fühlet, ersinnt* – vale dizer: *percebe o que pensa e pensa o que sente*. Esta fórmula é aplicável à totalidade da obra de Marx, muito especialmente àquela composta por textos como a *Contribuição à crítica da Economia Política* (1859) ou o livro *I d’O capital* (1867), que tiveram sorte diferente de outros, como os *Grundrisse* – receberam o acabamento final, o polimento incisivo e minucioso de um escritor que tinha orgulho pessoal da capacidade de formular artisticamente as suas frases e dotar as suas ideias de uma infinita plasticidade, a fim de torná-las mais acessíveis e a fim também de derrotar na prática essa espécie de fetichismo verbal que faz da linguagem científica um jargão abstruso, hierático e morto, inepto para exercer uma ação direta sobre o grande público (SILVA, 2012, p. 12).

Marx nunca dissociou e nem ocultou suas aspirações políticas e a origem de suas motivações teóricas. Sua teoria está, como qualquer outra, motivada por interesses próprios da vida cotidiana e, por isso, também, interesses históricos. Assim, a expressividade em Marx não tem somente o intento de se contrapor à linguagem científica predominante de sua época, mas de tornar sua teoria uma arma, como já sinalizava em publicação de 1844: “É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas”

(MARX, 2005, p. 151). Neste sentido, para o proletariado “agarrar as coisas pela raiz” é uma questão eminentemente política.

Sobre essa intencionalidade de Marx, Ludovico aponta:

[...] Pois é característica de todos os grandes pensadores que são, ao mesmo tempo, grandes estilistas apresentar as suas obras não como resultantes de reflexões prévias, mas como o processo ou o ato mesmo de pensar – assim, o leitor experimenta um incessante alumbramento e dele se beneficia, pois, em vez de ver-se obrigado a digerir pensamentos enrijecidos, sente-se incitado a pensar, a repensar, a recriar o próprio processo das descobertas teóricas (SILVA, 2012, p. 12).

O que chamamos aqui de formas literárias não é, nem de longe, um ornamento, um simples traço estilístico. O fato de Ludovico chamar de “estilo” não reduz a expressividade de Marx a um estilo literário preconcebido, ou próprio de uma corrente literária, como em outras iniciativas. “Trata-se, nem mais, nem menos, de, em cada página, *gastar a energia que ali convém gastar*” (Idem, p. 16, grifos do autor). Uma clara dedicação em se fazer entender, em tornar sua teoria compreensível à classe que motiva seus estudos, o proletariado. Dessa forma, as formas literárias em Marx estão em consonância, não só com suas perspectivas revolucionárias, mas com o rigor teórico necessário ao desvelamento da transitoriedade da sociabilidade burguesa. No decorrer de suas formulações, Marx “[...] Alcançou assim um estilo castigado, incisivo, irônico, de frases redondas e polidas, em consciente contraponto com a precisão conceitual, ou seja: plena união do signo literário com o significado científico” (SILVA, 2012, p. 33). Portanto, para além de ter sua relevância estética, algo nunca secundarizado por Marx, ou puramente ornamental, as formas literárias remetem a um intento em ser compreendido. Nesse sentido, Ludovico aponta que as metáforas “[...] adquirem em Marx um valor cognitivo, como suporte expressivo da ciência” (SILVA, 2012, p. 46).

Outro elemento do ensaio de Ludovico que convém destacar, é como ele interpreta determinadas passagens da obra de Marx – a metáfora da “superestrutura” [*Überbau*], a metáfora do “reflexo” e a metáfora da religião – como sendo grandes metáforas. O autor do ensaio argumenta que, por diversas vezes, essas metáforas que fazem parte da explicação das compreensões teóricas de Marx, foram tomadas por categorias, gerando assim teorias que tomam a metáfora como desenvolvimento teórico; e desta forma, distorcem a própria teoria que calça a metáfora utilizada. Não nos propomos a avaliar a validade de suas proposições, mas, antes, destacar as questões suscitadas pela análise dessas expressões que, ou são aludidas a uma certa inventividade ficcional, ou tomam a metáfora, que no caso do reflexo é nítido, como uma teoria. Na metáfora ótica, ou do reflexo, que também aparece em *O Capital*, é nítido esse movimento de transformá-la em uma certa interpretação teórica, coisa que não ocorre com a metáfora acústica do “eco ideológico”, que é também utilizada como metáfora da relação de



determinação entre a contradição entre as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção, e as diversas formas de manifestação ou expressão (*Ausdruck*), – políticas, jurídicas e de consciências sociais, no caso da capitalista, a ideologia –; ou seja, relações sociais dominantes que têm uma expressão ideal, ou relações dominantes concebidas como ideias (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). “Se Marx e Engels tivessem destacado mais o ‘eco’ que o ‘reflexo’, não há a menor dúvida de que, o que hoje passa por ‘teoria do reflexo’, em muitos textos marxistas, seria uma ‘teoria do eco’” (SILVA, 2012, p. 60). Certo ou não em suas reflexões, Ludovico tem o mérito de nos atentar para algo que julgamos importantíssimo na forma que estudamos a obra de Marx:

Isto posto, fica clara a necessidade de o marxismo contemporâneo revisar as suas “leituras” da obra de Marx – e de tomar esta obra a partir do ponto de vista *estilístico*. Pois o exame cuidadoso de um estilo é o meio primordial para separar tudo o que é, neste estilo, metáfora, jogo literário, ilustração ou ornamento de tudo o que é propriamente teoria. Um estudo semelhante é tanto mais importante numa obra como a de Marx – ele pertence a um gênero de escritores científicos que hoje é muito raro. Sua determinação para superar em si mesmo toda divisão do trabalho levou-o a cobrir todos os aspectos do labor científico, inclusive, em primeiríssimo lugar, o aspecto literário. Por que empenhar-se em negar a Marx o que sempre foi, para ele, uma preocupação – o seu estilo literário? (SILVA, 2012, p. 65).

Se por um lado, certas interpretações transformaram elementos explicativos, metáforas, analogias, em elementos teóricos, os “cientistas” burgueses, por outro, ao se depararem com um texto científico rico em elementos não só da literatura propriamente dita, mas de construções narrativas, ironias, dentre outros elementos que perpassam toda a exposição crítica da Economia Política em *O Capital*, fazem como Hyman (1961; 1962), querendo reduzir a obra classificando-a como simples literatura. A esse respeito escreve Ludovico:

E se foi um cientista omnidimensional, omnilateral, que cuidava tanto da precisão dos seus cálculos quanto da precisão das suas metáforas – por que desvirtuá-lo e cindí-lo? Por que tomar as suas metáforas por aquilo que não são? Este é um erro semelhante, embora inverso, ao que cometem os cientistas burgueses unidimensionais quando, irritados com as metáforas de Marx, asseguram que toda a sua obra é uma metáfora – e que a teoria da mais-valia é o produto de uma apaixonada imaginação messiânica (SILVA, 2012, p. 65-66).

Tomamos, como um dos objetivos desse trabalho, nos distanciarmos dessas duas acepções destacadas por Silva (2012). Nem elevar as formas literárias a um nível teórico que não encontra sustentação no todo da obra – no nosso caso, o livro I de *O Capital* – nem tampouco transformar os resultados de quase 30 anos de investigação em um simples constructo mental fruto de uma “apaixonada imaginação messiânica”, como sinaliza criticamente Ludovico na passagem acima.

Como tomamos por objetivo analisar as relações entre essas formas literárias – perceptíveis no decorrer do seu modo peculiar de exposição – e as formas de se implementar uma estratégia educativa que tenha como eixo primordial a compreensão por parte dos

trabalhadores da crítica da Economia Política, vamos dar relevo àquelas formas literárias, que no nosso entender, têm por intencionalidade um esforço, por parte de Marx, em deixar sua teoria o mais compreensível possível.

Em carta a Engels de 31 de julho de 1865, Marx, ao descrever onde se encontrava nos trabalhos de redação de *O Capital*, relata ao amigo que restavam apenas “[...] três capítulos por escrever para terminar a parte teórica (os três primeiros livros)” e na sequência argumenta:

Porém, decidi não expedir nada antes de ter o conjunto diante de meus olhos. Quaisquer defeitos que possam ter [*Whatever shortcomings they may have*], essa é a vantagem de meus escritos, que constituem um todo artístico e não posso chegar a este resultado senão graças a meu sistema de não os dar nunca à impressão enquanto não os tiver *completos* diante de mim (MARX; ENGELS, 2020, p. 186 – grifo do autor).

Wheen (2007), ao que tudo indica, pois não faz uma citação direta em seu texto desta carta, faz uma interpretação que parece coadunar para uma leitura puramente artística da obra de marxiana. Depois de comentar que *O Capital* ensejou inúmeras análises sobre a teoria do valor-trabalho e das tendências à queda da taxa de lucro, conclui que: “[...] No entanto, apenas alguns poucos críticos prestaram a devida atenção ao desejo intenso – declarado por Marx em várias cartas a Engels – de produzir uma obra de arte” (WHEEN, 2007, p. 81).

No momento que escreve a carta Engels citada acima, Marx está prestes a terminar todo o conteúdo teórico dos três livros do capital. Quando menciona que seus escritos “constituem um todo artístico”, parece se referir mais ao conteúdo da obra como um todo, e a seu encadeamento, do que a intencionalidade de fazer uma obra de arte. Nesse sentido, tal desígnio se aproxima daquele expresso na passagem que foi citada no primeiro capítulo dessa dissertação, quando aludimos à questão de método em Aristóteles. Depois de analisar detidamente os elementos simples nas mínimas partes que constitui o todo, conclui: “[...] do mesmo modo, examinando a cidade nos elementos que a compõem, saberemos melhor em que eles diferem, e se é possível reunir esses conhecimentos esparsos para deles formar uma arte” (Aristóteles, 2011, p. 19). Remete-nos, ainda, a Netto (2020), quando caracteriza os três livros de *O Capital*, que tomados em seu conjunto, “constituem uma arquitetura teórica monumental”, que revelaria a articulação interna da sociedade burguesa (NETTO, 2020a, p. 354). Silva (2012), ao analisar o que denomina como “arquitetônica”, é mais cauteloso, ao dizer que Marx tinha o entendimento de que a sua obra de mais fôlego deveria ser construída do mesmo modo que uma obra artística, e acrescenta:

E não somente em relação à forma global do edifício científico, suas linhas estruturais mais amplas e gerais – também no que se refere aos pequenos detalhes: as molduras expressivas, o contorno das frases, o nervo curvo e firme das abóbodas verbais, o relevo metafórico, as pilastras conceituais e, enfim, os cimentos da erudição (SILVA, 2012, p. 31).

Antes de passar à análise de alguns dos elementos apontados por Silva (2012) sobre a expressividade em Marx, e mais estritamente sobre as formas literárias em *O Capital*, se faz necessário buscar nos próprios prefácios e posfácios às edições do livro I desta obra, algumas passagens feitas por Marx que aludem às suas intencionalidades com os sucessivos aperfeiçoamentos realizados por ele na forma de sua exposição teórica.

No prefácio à primeira edição de 25 de julho de 1867 já podemos encontrar citações literárias da *Sátira* de Horácio e d'*A divina comédia* de Dante, analogias à mitologia, como à Medusa e Perseu, e as ironias como a que faz à Igreja Alta da Inglaterra. Marx principia o prefácio fazendo a devida referência de continuação à sua obra *Contribuição à crítica da economia política* publicada em 1859 comunicando ao leitor que o conteúdo ali exposto se encontra na publicação de 1867 e que, não só por razões do aprimoramento do conteúdo, mas também sua “exposição foi aprimorada” (MARX, 2017b, p. 77). Já sabendo das dificuldades que os leitores não familiarizados com o tema teriam, escreve:

Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência. Por isso, a compreensão do primeiro capítulo, em especial da parte que contém a análise da mercadoria, apresentará a dificuldade maior. No que se refere mais concretamente à análise da substância e da grandeza do valor, procurei popularizá-las o máximo possível (Ibid., p. 77).

O primeiro capítulo, ao qual Marx está se referindo ao conteúdo – que na segunda edição alemã tornou-se a primeira seção – para além dessa modificação na divisão exterior da obra, há que se destacar aqui a intencionalidade do autor em procurar popularizar o quanto possível aquilo que já sabia que traria ao leitor uma maior dificuldade de compreensão. Por essa razão, o trabalho de redação do capítulo *A mercadoria* foi tantas vezes refeito, não só em relação à publicação de 1859, mas, como veremos, em relação às outras edições do livro publicadas antes do falecimento de Marx.

Na sequência desse mesmo prefácio, o autor ainda comenta sobre o conjunto da obra: “Desse modo, com exceção da seção relativa à forma de valor, não se poderá acusar esta obra de ser de difícil compreensão. Pressuponho, naturalmente, leitores desejosos de aprender algo de novo e, portanto, de pensar por conta própria” (Ibid., p. 78). Dessa citação pode-se apreender dois elementos no que tange ao nosso objeto. A primeira é que, para Marx, excetuando a forma do valor, sua obra não é de difícil compreensão. A outra, ainda em relação a essa primeira, é que ele escreve pressupondo um leitor que queira, não só “aprender algo de novo”, mas que esse aprendizado ocorra de maneira não dogmática; por isso escreve a leitores que desejam “pensar por conta própria”. Essa preocupação coincide com o apontamento que Silva (2012) faz em relação aos grandes pensadores, que apresentam suas obras não como pensamentos

enrijecidos e reflexões apriorísticas, mas como o próprio ato de pensar. Disso se aproveita o leitor que experimenta a obra como uma incessante incitação a pensar e refazer os processos de descobertas teóricas que o autor empreendeu (SILVA, 2012, p. 12). Para além, portanto, de ter uma clara intencionalidade de expor sua teoria tendo preocupações didáticas, este pressupõe um leitor não só que busca autonomia de pensamento, mas que necessita dela para as tarefas práticas e criadoras que é impelido a realizar.

Essa intencionalidade se reafirma no posfácio à segunda edição alemã escrita em 24 de janeiro de 1873. Vejamos:

[...] O capítulo 1, item 3 (“A forma de valor”) foi integralmente reelaborado, o que já o exigia a exposição dupla da primeira edição. (Observo, de passagem, que aquela exposição foi-me sugerida por meu amigo, dr. L. Kugelmann, de Hanover. Encontrava-me de visita em sua casa, na primavera de 1867, quando as primeiras provas de impressão chegaram de Hamburgo; ele convenceu-me, então, de que uma discussão suplementar e mais didática da forma do valor seria necessária para a maioria dos leitores.) [...] (MARX, 2017b, p. 83).

Quando Marx se encontrava na casa de Kugelmann entre abril e maio de 1867, escreve uma parte suplementar e mais didática ao terceiro item do capítulo 1 d’*O Capital*. E então, em carta a Engels, datada de 22 de junho de 1867, Marx se refere a esse texto mais didático, sobre as formas do valor, da seguinte forma:

Quanto ao desenvolvimento da forma do valor, segui teu conselho e não o segui, para adotar também nisto uma atitude dialética - ou seja: 1. escrevi um apêndice em que exponho o mesmo assunto, da forma a mais simples e didática possível e 2. seguindo teu conselho, dividi cada ponto da argumentação que supunha um passo adiante em parágrafos etc., com subtítulos especiais. No prefácio, digo ao leitor “não dialético” que fará muito bem em saltar as páginas de x a y e que, em seu lugar, leia o apêndice. Não se trata aqui tão somente dos filisteus, mas da juventude ávida de saber etc. Além disso, o assunto é demasiado importante para todo o livro. [...] contém todo o *segredo da forma dinheiro* e, portanto, em germe [*in nuce*], o de *todas as formas burguesas do produto do trabalho* (MARX; ENGELS, 2020, p. 204-205 – grifos do autor).

Essa forma mais didática e simples da exposição do desenvolvimento da forma do valor era escrita considerando aqueles que não tinham familiaridade com a dialética, os jovens ávidos por conhecimento, os filisteus, os avessos, por assim dizer, às questões teóricas e estéticas. No entanto, quando Marx revisou a sua obra para a segunda edição alemã, e para as demais, decidiu incorporar esse “apêndice” ao texto principal. Essas passagens da carta de Marx a Engels, e do posfácio à segunda edição alemã, demonstram que a sua dedicação em tornar a exposição mais acessível perdurou mesmo após a publicação da primeira edição, cujo conteúdo, como aponta na carta supracitada, traz em germe “todas as formas burguesas do produto do trabalho”, denotando assim a relevância e a essencialidade que tal conteúdo tem em toda a obra. Devido à importância das questões levantadas no capítulo primeiro, Marx fez o possível para que qualquer leitor pudesse acompanhar o seu desenvolvimento teórico, não obstante as dificuldades apontadas por ele no prefácio à primeira edição.

E ainda, se remetendo às modificações presentes na segunda edição alemã, Marx aponta que “Seria inútil discorrer detalhadamente sobre as modificações, com frequência apenas estilísticas, que realizamos em passagens do texto. Elas se encontram dispersas por todo o livro” (MARX, 2017b, p. 83). Ou seja, as modificações “estilísticas” não se restringiram ao primeiro capítulo; se fizeram presentes em todo o livro.

Também neste posfácio, ao tratar das repercussões que a primeira edição teve, Marx cita em nota, dois comentaristas de sua obra no que toca à clareza de seu texto. A primeira é de uma revista inglesa, a *Saturday Review*, que mesmo sendo “[...] totalmente hostil às minhas ideias [de Marx], afirmou, em seu anúncio da primeira edição alemã: o modo de exposição ‘confere certo encanto (*charm*) até mesmo às mais áridas questões econômicas’” (MARX, 2017b, p. 87). E a outra é do *Jornal de São Petersburgo*, de 20 de abril de 1872, onde encontramos a seguinte passagem:

‘A exposição, salvo umas poucas partes excessivamente especializadas, distingue-se por ser acessível a todos, pela clareza e, apesar da elevação científica do objeto, por uma vivacidade incomum. Nesse aspecto, o autor [...] nem de longe se assemelha à maior parte dos eruditos alemães, que [...] escreve seus livros numa linguagem tão obscura e árida a ponto de romper a cabeça dos mortais comuns’ (MARX, 2017b, p. 87 – nota de rodapé).

Disso se percebe a diferença dos textos de Marx, quando comparados à parte da tradição dos eruditos alemães. No prefácio (na verdade uma carta ao editor Maurice La Châtre que se consagrou como prefácio à edição francesa) e no posfácio à edição francesa podemos nos aperceber também das intencionalidades de Marx com sua obra.

Na carta a Maurice La Châtre, de 18 de março de 1872, logo após dizer que aplaudia a iniciativa de publicar seu livro em fascículos, aponta que “Sob essa forma, o livro será mais acessível à classe trabalhadora e, para mim, essa consideração é mais importante do que qualquer outra” (MARX, 2017b, p. 93). Tornar sua teoria acessível à classe trabalhadora não só era uma das finalidades, mas a principal finalidade. Nesse sentido, as iniciativas que vieram a surgir para a popularização da sua obra eram apoiadas por ele; não obstante alertar para que essa popularização não incorresse na descaracterização da teoria ali vinculada.<sup>20</sup>

Motivado pela intencionalidade de ser compreendido, aludindo a seu método, ele não só se remete às dificuldades da leitura dos primeiros capítulos, tal como a pouco mencionado,

---

20 Como expressa em Carta a Carlo Cafiero, datada de 29 de julho de 1879: “Há algum tempo recebi dois textos similares, um escrito em sérvio e outro em inglês (publicado nos Estados Unidos), porém ambos pecaram em que, ao querer dar um resumo sucinto e popular d’*O Capital*, ao mesmo tempo se prendiam pedantemente à forma científica do desenvolvimento. Deste modo, parecem-me desviar-se mais ou menos do seu objetivo, o de impressionar o público a que se destinam. Nisto consiste a grande superioridade de seu trabalho. [...] Enfim, sou de parecer – se interpretei bem seu prólogo – de que não há que sobrecarregar o espírito das pessoas a que se propõe educar. Nada o impede voltar à carga, no momento oportuno, para ressaltar ainda mais esta base materialista d’*O Capital*” (MARX; ENGELS, 2020, p. 337).

como também se pauta nas próprias dificuldades de seus leitores, como se pode notar em sua observação sobre o público francês caracterizando-o como “[...] ávido por conhecer a relação dos princípios gerais com as questões imediatas que despertam suas paixões” (Ibid., p. 93). Se referindo ao formato em fascículos que poderia desanimar os leitores, ele alerta:

Eis uma desvantagem contra a qual nada posso fazer, a não ser prevenir e premunir os leitores ávidos pela verdade. Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos (MARX, 2017b, p. 93).

Por isso, ainda que a popularização fosse imprescindível aos intentos do autor, ele alertava para inevitabilidade do caminho árduo para a compreensão dos fundamentos de sua crítica à Economia Política e às sociedades onde reina o modo de produção capitalista.

Ademais, a publicação do livro em fascículos ainda rendera a Marx uma outra oportunidade: a de refazer todo o seu percurso expositivo em outra língua que não a materna. Ao elogiar, no posfácio da edição francesa, escrito em 28 de abril de 1875, o rigoroso trabalho empreendido por J. Roy na tradução, “[...] tão exata e mesmo literal quanto possível” que realizou do livro I de *O Capital*, Marx observa que “[...] mas justamente seu rigor obrigou-me a modificar a redação, com a finalidade de torná-la mais acessível ao leitor” (MARX, 2017b, p. 95). Novamente aparece mais um conjunto de modificações na redação do livro que tem por finalidade facilitar o acesso ao conteúdo ali exposto. Na sequência do posfácio, Marx relata que a atenção desigual que teve oportunidade de fazer ao longo da revisão, feita aos poucos devido à forma de publicação em fascículos, levou-o a incorporar esses avanços no texto da segunda edição alemã. Mesmo depois disso, como mostramos no final do capítulo primeiro dessa dissertação, Marx continuou, aqui e ali, desejando fazer modificações no livro I, algumas delas incorporadas por Engels à quarta edição alemã, edição esta que virou a base para infindáveis traduções e edições no mundo afora, principalmente impulsionada pelo conjunto dos Partidos Comunistas da Terceira Internacional (NETTO, 2020a, p. 354).

Nossa intenção nas páginas que se seguem é elucidar as formas literárias que Marx utilizou no livro I, e mais estritamente nas três primeiras seções, as funções que elas cumprem no modo de exposição das categorias, e sobretudo no que elas facilitam o entendimento dessa teoria.

### 3.1 Literatura

Ainda que não seja o elemento central de nossa investigação, desprezar as inúmeras aparições das obras de arte literárias em *O Capital* é algo que não tem como ser feito em um trabalho que almeja tratar das formas literárias e seu papel no desenvolvimento da exposição

da teoria apresentada por Marx nessa obra. No primeiro capítulo da presente dissertação mencionamos uma diversidade de pesquisas suscitadas pela considerável frequência com que se verificam as menções a obras literárias n’*O Capital*. A literatura aparece de forma tão substantiva no livro I que Fonte (2020) chega a destacar quatro modos com que Marx utiliza essas obras:

No primeiro, a obra de arte literária é identificada por Marx em sua autoria e apresentada ao leitor no todo ou em excertos em função de alguma reflexão desenvolvida. Há, dessa maneira, uma clara distinção entre os textos conceitual e artístico-literário a despeito do diálogo estabelecido entre eles. No segundo eixo, expressões do campo literário são apropriadas por Marx e ganham novos sentidos; é o caso de termos como *Sturm und Drang*, *robinsonadas*, mas também nomes de literatos usados como forma de avaliar produções intelectuais de diversos campos. No terceiro conjunto de exemplos, destacam-se as comparações feitas por Marx entre pessoas reais e personagens literários; de modo mais preciso, Marx recorre a personagens fictícios para destacar aspectos, dinâmicas e ações de sujeitos efetivos. Por fim, na forma mais abundante de aparição, Marx menciona obras de arte literária sem identificá-las, sem nenhuma chamada que possa preparar sua menção; por mais que um leitor mais atento possa reconhecê-las ou que elas sejam clássicas e de conhecimento amplo, o procedimento marxiano é trazê-las para o texto como um prolongamento do seu próprio pensar (FONTE, 2020, p. 68-69).

Dentre os diversos modos com que a literatura aparece em *O Capital*<sup>21</sup>, podemos verificar, em uma série de passagens desta obra, que essa forma de expressão não se resumia, para Marx, a mero instrumento de fruição, mas sobretudo, explicitava-se como fonte de expressão da própria história, e mais especificamente, de traços determinados da personalidade humana em dados momentos históricos. Nesse sentido, selecionamos duas passagens que denotam esses aspectos.

Em uma das primeiras notas de *O Capital* já se torna perceptível como Marx muitas vezes não distingue as fontes teórico-científicas das fontes artístico-literárias. No primeiro capítulo, no contexto em que Marx está a caracterizar o valor de troca, como inicialmente ele aparece, este acaba por se revelar como uma “contradição nos próprios termos”, e na nota que segue a essa passagem, vemos: “[...] [‘Nada pode ter um valor intrínseco’], N. Barbon, *A Discourse on Coining the New Money Lighter*, cit., p. 6. Ou, como diz Butler: [...] [‘O valor de uma coisa/ é exatamente o quanto ela renderá’]” (MARX, 2017b, p. 114). Há de se notar que Nicholas Barbon (1640-1698) é um economista político, crítico do mercantilismo, ao passo que Samuel Butler (1612/13-1680) é um escritor inglês, e o verso citado por Marx é de sua obra

21 Listamos em seguida as referências à literatos que encontramos em *O Capital*, seja se referindo ao autor, a um personagem, ou citando, direta ou indiretamente, as obras destes: Honoré de Balzac (p. 664); Miguel de Cervantes (p. 157; 160; 716); Alighieri Dante (p. 81; 178; 320); Nicolas Boileau-Despréaux (p. 728); Samuel Butler (p. 114); Charles Dickens (p. 514); Denis Diderot (p. 207); Pierre Dupont (p. 766); Esopo (p. 241); Johann Wolfgang von Goethe (p. 144; 146; 161; 270; 271; 342; 669; 782); Heinrich Heine (p. 373; 685); Homero (p. 138; 327); Horácio (p. 78; 339; 438; 751; 784); Juvenal (p. 321); Lucrécio (p. 292); Thomas More (p. 790; 791; 807-808); Ovídio (p. 174; 511; 793); Friedrich von Schiller (p. 479; 650; 668); William Shakespeare (p. 125; 158; 181; 186; 206; 359; 497; 557; 757; 791) Sófocles (p. 206); Virgílio (p. 374; 829) e François-Marie Arouet de Voltaire (p. 146; 271).

*Hudibras*, um poema narrativo que tem por centro satirizar o puritanismo inglês de sua época, dentre outras temáticas abordadas na obra. Marx, na nota, utiliza essas duas obras sem maiores distinções, exceto pela “/” que separa os versos de Butler, o que sugere que a citação se trata de uma obra poética.

O outro momento que destacamos é quando Marx analisa o entesouramento, mais especificamente no terceiro subitem, denominado *Dinheiro*, do capítulo terceiro, *O dinheiro ou a circulação de mercadorias*. Essa passagem está repleta de referências, não só literárias, como veremos abaixo, mas também históricas e, até mesmo, religiosas.

Quanto ao referencial histórico, podemos inclusive encontrar uma citação de Colombo: “O ouro é uma coisa maravilhosa! Quem o possui é senhor de tudo o que deseja. Com o ouro pode-se até mesmo conduzir as almas ao paraíso” (Colombo, em sua carta da Jamaica, 1503) (MARX, 2017b, p. 205). E ainda neste momento, ao pontuar que no dinheiro todas as diferenças qualitativas se apagam, compara aos *levellers* (niveladores), o partido político inglês do século XVII.

Quanto ao referencial religioso, podemos verificar nesta passagem o episódio da conversão das “*res sacrosanctae, extra commercium hominum* [coisas sagradas, que não são objeto do comércio dos homens]” (Ibid., p. 205), como também uma menção à mitologia grega, quando ele se refere à sociedade moderna, comparando-a com as antigas: “arrancou Pluto [divindade grega associada à riqueza] das entranhas da terra pelos cabelos, saúda no Graal de ouro a encarnação resplandecente de seu princípio vital mais próprio” (Ibid., p. 206).

A essa passagem – do terceiro item, do capítulo três – seguem quatro notas: A primeira é relativa à conversão de elementos religiosos em dinheiro, com destaque ao roubo a mosteiros realizada por Henrique III, rei da França. A segunda é uma longa citação da cena 3, ato IV de *Timão de Atenas* de William Shakespeare, onde este autor reflete sobre o poder do dinheiro em modificar a natureza das coisas.<sup>22</sup> A terceira nota se refere a como as sociedades antigas “[...] o denuncia, por isso, como a moeda da discórdia de sua ordem econômica e moral”, donde segue-se a essa passagem uma citação de Sófocles em *A trilogia tebana* onde este diz: “[...] ‘Nunca entre os homens floresceu uma invenção/pior que o ouro; até cidades ele arrasa,/afasta os homens de seus lares, arrebatando/ e impele almas honestas ao aviltamento, à impiedade em

---

<sup>22</sup> Neste sentido, há de se observar que já nos *Manuscritos Econômico-filosóficos* (1844) Marx utilizara a mesma passagem de Shakespeare em *Timão de Atenas*. Ele também cita Goethe em Fausto, I, cena 4, em um contexto onde trata também sobre o dinheiro. Neste momento Marx observa que: “Shakespeare descreve acertadamente a essência do *dinheiro*. Para entendê-lo, começemos primeiramente com a interpretação da passagem goethiana” (MARX, 2004, p. 159). Mais uma vez vemos a utilização da literatura como fonte de expressão de vicissitudes do real que a Economia política não conseguiu expressar.



tudo’[...]” (SÓFOCLES, apud MARX, 2017b, p. 206 – nota de rodapé). A última nota é de um texto de Athen[aeus] em *Deipnos[ophistae]* onde relata que “Em consequência da avareza, que deseja arrancar o próprio Pluto das entranhas da terra” (ATHEN[AEUS], apud MARX, 2017b, p. 206). Nessas passagens, bem como em tantas outras, pode-se constatar que a literatura assume um papel central em trazer alguns detalhamentos, ou ainda, uma melhor caracterização de certas determinações das categorias desenvolvidas por Marx no que se refere às características das personalidades próprias de certos momentos históricos.

### 3.2 Ilustração

Outra característica marcante no livro I de *O Capital* são as variadas formas utilizadas por Marx para ilustrar a sua exposição teórica. Dentre as diversas formas, duas nos parecem essenciais à análise empreendida no presente trabalho. A primeira forma refere-se àquelas ilustrações que o autor introduz no desenvolvimento expositivo para facilitar ao leitor o acompanhamento dos processos de abstração que se fazem necessários à compreensão das determinações de cada categoria, seja por meio de seus módulos verbais característicos, ou por relações com outros objetos e ciências que não têm, a priori, relação direta com a Economia Política. A outra, é a maneira pela qual os fenômenos empíricos adentram no texto, possibilitando ao leitor relacionar o desenvolvimento categorial ao movimento histórico concreto, de fatos e acontecimentos provenientes dos diversos materiais históricos de diferentes fontes, como de publicações oficiais ou de periódicos.

Já no prefácio à primeira edição alemã, ao explicitar as dificuldades na compreensão das formas do valor, Marx compara os estudos econômicos com as ciências biológicas dizendo ser mais fácil estudar o corpo que a célula, e acrescenta que “Além disso, na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração [*Abstraktionskraft*] deve substituir-se a ambos” (MARX, 2017b, p. 78). Sendo a forma-mercadoria a forma econômica celular e, portanto, a que mais necessita da força da abstração para ser compreendida, Marx encerra a analogia entre a biologia e a análise das formas do valor exposta por ele da seguinte forma: “Para o leigo, a análise desse objeto parece se perder em vãs sutilezas. Trata-se, com efeito, de sutilezas, mas do mesmo tipo daquelas que interessam à anatomia micrológica” (Ibid., p. 78).

No decorrer de toda a exposição do livro I podemos encontrar módulos verbais e analogias, principalmente com as ciências naturais, que remetem o leitor ao exercício da força da abstração. Um dos módulos verbais que faz lembrar o uso de um microscópio é a expressão

“[...] mais de perto”, que surge em momentos nos quais Marx busca explicitar elementos que, ou estão distorcidos na forma de manifestação do fenômeno, ou são por essa forma ocultados; e também serve como um alerta às mudanças de níveis de abstração. A expressão “Vejam a coisa mais de perto” (MARX, 2017b, p. 114) surge pela primeira vez no texto logo após ser apresentada a contradição, aparentemente insolúvel, de como o valor de troca se manifesta: “Ele [o valor de troca] parece, assim ser algo acidental e puramente relativo e, ao mesmo tempo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*); logo, uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]” (Ibid., p. 114). Como o valor de troca se apresenta inicialmente como algo intrínseco e ao mesmo tempo casual e relativo, para analisá-lo é necessário fazer um percurso analítico em que a força da abstração é fundamental; e Marx a sinaliza por meio da expressão “Vejam a coisa mais de perto”. No parágrafo que se segue, Marx conclui que o valor de troca não pode ser outra coisa senão o modo de expressão, a forma de manifestação de algo que dele se difere.

Encontramos variações dessa expressão no decorrer de todo livro<sup>23</sup> utilizadas com a mesma intencionalidade de assinalar para o leitor um aprofundamento na análise por meio da força da abstração. É de se notar que das nove passagens que encontramos desse módulo verbal no livro I, sete delas estão nos cinco primeiros capítulos, que o próprio Marx diz serem os mais complexos e mais importantes para toda sua obra, o duplo caráter do trabalho e suas variadas formas de expressão e a análise do mais-valor (MARX; ENGELS, 2020, p. 216).

Outro módulo verbal muito recorrente na expressividade de *O Capital* é o “aparece [*erscheint*] como” que desde o primeiro parágrafo se faz presente no modo como Marx denota que está descrevendo a aparência de um determinado fenômeno; e tem também uma ocorrência maior nos primeiros capítulos, principalmente nos três primeiros. A expressão “forma de manifestação” [*Erscheinungsform*] é utilizada com a mesma acepção, mas na maioria das vezes,

---

23 No primeiro capítulo podemos ainda encontrar outros momentos em que esta expressão se faz presente, por exemplo, quando da necessidade de aprofundar na análise do duplo caráter do trabalho: “[...] ele [o duplo caráter] deve ser examinado mais de perto” (MARX, 2017b, p. 119); ou, ao examinar a determinidade quantitativa e as modificações que ela causa na forma relativa do valor: “[...] grandeza de valor tem, por isso, de ser investigada mais de perto” (Ibid., p. 130); ou ainda, ao resolver a contradição das trocas que aparecerem em certo momento de seu desenvolvimento, como exclusivamente individuais e exclusivamente social geral: “Observando a questão mais de perto, [...]” (Ibid., p. 161). Assim também, no quarto capítulo, no contexto onde analisa as diferenças formais entre a circulação do dinheiro como dinheiro e a do dinheiro como capital “Analisemos mais de perto [...]” (Ibid., p. 224); ou ao analisar as peculiaridades da força de trabalho como mercadoria “Temos, agora, de analisar mais de perto [...]” (Ibid., p. 245). No quinto capítulo, podemos encontrar essa expressão quando da diferença entre o processo de formação de valor e o processo de valorização do capital: “Vejam a questão mais de perto.” (Ibid., p. 269). Também no décimo terceiro capítulo, onde analisa as falácias da teoria da compensação em relação aos trabalhadores deslocados pela maquinaria: “Consideradas mais de perto, essas £1.500 [...]” (Ibid., p. 512). E, por fim, no décimo nono capítulo, quando da análise das peculiaridades características do salário por peça: “Observemos mais de perto, [...]” (Ibid., p. 623).

quando a aparência fenomênica é tomada pela Economia Política como sendo a essência do fenômeno observado.

Nesse sentido, essas expressões, esses módulos verbais, guiam o leitor pelo percurso, sinalizando nas entrelinhas expressivas de *O Capital* o caminho, o método, principalmente no que se refere à força da abstração, necessária à compreensão das determinações das categorias analisadas. Soma-se a esse esforço discursivo em exercitar junto ao leitor essas abstrações, suas ilustrações analógicas por meio de elementos das ciências naturais.

Uma dessas ilustrações, a primeira que aparece no livro, é feita por meio de um exemplo da geometria, onde, com o intuito de facilitar ao leitor a compreensão da categoria *trabalho humano abstrato*, Marx se remete à decomposição das figuras retilíneas em triângulos e destes últimos em sua dimensão abstrata, a fórmula de cálculo de sua área (MARX, 2017b, p. 115)<sup>24</sup>. Assim, por meio da força da abstração é que encontramos aquilo que ganha expressão nos valores de troca, o valor; e não somente este, mas sua substância, o trabalho humano abstrato. Isso não quer dizer que essa categoria seja fruto de uma reflexão mental “produzida” por meio da força da abstração. Pelo contrário, tem-se que se fazer isso no plano teórico porque já se faz isso na realidade hodierna. Sobre esse aspecto da concreticidade da categoria trabalho humano abstrato, é oportuno lembrar da reflexão de Jappe (2014):

[...] primeiramente é preciso se dar conta de que o trabalho abstrato não é uma abstração nominal, nem uma convenção que nasce (ainda que inconscientemente) na troca: ele é a redução efetiva de toda atividade a um simples dispêndio de energia. Tal redução é “efetiva” na medida em que as atividades particulares – assim como os indivíduos que as realizam – só se tornam sociais enquanto reduzidas a essa abstração (JAPPE, 2014, p. 12).

Também em outro momento, ao analisar o conteúdo da forma de valor relativa, Marx lança mão das ciências naturais; agora, por meio de um exemplo da Química, utilizado para elucidar a diferença entre forma de manifestação e conteúdo. Para tanto, emprega duas substâncias, o formiato de propila e o ácido butanoico, que têm a mesma fórmula química  $C_4H_8O_2$ , diferindo-se ambos apenas no arranjo da cadeia carbônica. Se comparada uma substância, por exemplo, o formiato de propila, com outra, o ácido butanoico, o primeiro seria apenas uma forma de existência de  $C_4H_8O_2$ , e dessa forma também é possível dizer que o ácido butanoico também é composto dos mesmos átomos na mesma quantidade. Assim também as mercadorias, para serem equiparadas, têm que possuir uma dada quantidade da substância criadora de valor, uma dada quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário à

---

<sup>24</sup> Essa ilustração foi por nós analisada no artigo *As formas literárias em O Capital: contribuição à educação dos trabalhadores pela crítica da Economia Política* (SILVA; BUENO; SOUZA JUNIOR, 2021).

produção destas; mas no que concerne às suas formas corpóreas, seus valores de uso, elas devem ser distintas (MARX, 2017b, p. 127).

No item *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*, do capítulo primeiro, Marx faz novamente uma analogia com a Química ao comentar que a descoberta do caráter fetichista da mercadoria não faz com que essa determinação deixe de atuar como algo definitivo na vida daqueles que se encontram no interior das relações de produção das mercadorias “[...] do mesmo modo como a decomposição científica do ar em seus elementos deixou intacta a forma do ar como forma física corpórea” (Ibid., p. 149). E assim também, no fechamento deste item, ao ironizar a Economia Política por acreditar que o valor de troca é algo natural às coisas úteis, expressa que:

Até hoje nenhum químico descobriu o valor de troca na pérola ou no diamante. Mas os descobridores econômicos dessa substância química, que se jactam de grande profundidade crítica, creem que o valor de uso das coisas existe independentemente de suas propriedades materiais [*sachlichen*], ao contrário de seu valor, que lhes seria inerente como coisas (Ibid., p. 158).

A Química volta a ilustrar as reflexões teóricas de Marx no nono capítulo, quando analisa as determinações quantitativas que transformam um possuidor de dinheiro em capitalista, ou seja, mudanças qualitativas promovidas por acúmulos quantitativos: “Aqui, como na ciência da natureza, mostra-se a exatidão da lei, descoberta por Hegel em sua *Lógica*, de que alterações meramente quantitativas, tendo atingido um determinado ponto, convertem-se em diferenças qualitativas” (Ibid, p. 380-381). Na nota que se segue a essa passagem, Marx relaciona as descobertas feitas por Laurent e Gerhardt no que toca à teoria molecular.

Outro ramo da ciência em que Marx se apoia para suas analogias é a Física. Ao analisar a forma equivalente do valor, a primeira peculiaridade que salta aos olhos é que o valor de uso da mercadoria que se encontra nesta forma converte-se em forma de manifestação do valor. Assim, a forma natural de uma mercadoria passa a representar uma coisa puramente social. Isso só pode ocorrer, entretanto, no interior desta relação. Para explicar essa peculiaridade da forma equivalente, o autor descreve a relação entre dois corpos ao serem comparados em função de seu peso. Vejamos:

Isso pode ser ilustrado como exemplo de uma medida que se aplica aos corpos-mercadorias como tais, isto é, como valores de uso. Um pão de açúcar, por ser um corpo, é pesado e tem, portanto, um peso, mas não se pode ver ou sentir o peso de nenhum pão de açúcar. Tomemos, então, diferentes pedaços de ferro, cujo peso foi predeterminado. A forma corporal do ferro, considerada por si mesma, é tão pouco a forma de manifestação do peso quanto o é a forma corporal do pão de açúcar. No entanto, a fim de expressar o pão de açúcar como peso, estabelecemos uma relação de peso entre ele e o ferro. Nessa relação, o ferro figura como um corpo que não contém nada além de peso. Quantidades de ferro servem, desse modo, como medida de peso do açúcar e representam, diante do corpo do açúcar, a simples figura do peso, a forma de manifestação do peso. Tal papel é desempenhado pelo ferro somente no interior dessa relação, quando é confrontado com o açúcar ou outro corpo qualquer, cujo peso

deve ser encontrado. Se as duas coisas não fossem pesadas, elas não poderiam estabelecer esta relação e, por conseguinte, uma não poderia servir de expressão do peso da outra. Quando colocamos as duas sobre os pratos da balança, vemos que, como pesos, elas são a mesma coisa e, por isso, têm também o mesmo peso em determinada proporção. Como medida de peso, o ferro representa, quando confrontado com o pão de açúcar, apenas peso, do mesmo modo, como em nossa expressão de valor, o corpo do casaco representa, quando confrontado com o linho, apenas valor (Ibid., p. 133).

É feita uma analogia entre o ferro, no interior da relação de peso com outro corpo qualquer, e a função que cumpre a mercadoria que se encontra na forma equivalente do valor na relação com a mercadoria que se encontra na forma relativa. O valor de uso da mercadoria que se encontra na forma equivalente só é forma de manifestação de valor na medida que se encontra dentro desta relação; fora dela é uma coisa que por suas propriedades satisfazem necessidades humanas de algum tipo. Essa ilustração permite ao autor não só encontrar uma relação homóloga no campo das ciências relativas à natureza, mas também diferenciar a natureza peculiar do que está analisando, as formas do valor. O que permite ao ferro servir como veículo de expressão do peso de um corpo é o que ele como matéria, tem em comum, ou seja, ter uma certa massa; uma condição sem a qual a matéria não pode ser matéria. E é justamente aí que acaba a analogia entre a forma equivalente do valor e o peso padrão colocado na balança. Na relação de valor, uma coisa natural transubstancia-se em uma coisa social; na relação de peso, uma característica própria da matéria, natural, portanto, converte o ferro em uma expressão de peso. Nas palavras do autor: “Na expressão do peso do pão de açúcar o ferro representa uma propriedade natural comum a ambos os corpos, seu peso, ao passo que o casaco representa na expressão do valor do linho uma propriedade supernatural: seu valor, algo puramente social” (Ibid., p. 133). Se parássemos de pesar os corpos, e, portanto, deixar de relacionarmos eles em uma relação de peso, as massas dos corpos continuariam a se atraírem promovendo uma força, o peso, tão natural quanto o fato da matéria ter massa. Diversamente, se parássemos de produzir mercadorias e, portanto, de permutá-las, estas seriam apenas coisas úteis à humanidade, sem necessidade, portanto, de encontrarmos nelas algo que possibilite sua permutabilidade direta com outra coisa útil. Talvez, se Marx tivesse vivenciado o desenvolvimento das balanças até chegarem às eletrônicas, e o próprio desenvolvimento da forma dinheiro para as suas formas de manifestação digital, as relações analógicas entre a crítica da Economia Política e a mecânica física teriam proporcionado outras reflexões.

Essa diferença é retomada por Marx no item do fetichismo encontrando agora na óptica seu contraponto. Depois de descrever a relação objetiva que a luz promove no nervo óptico, concluindo que se trata de uma relação entre duas coisas naturais conclui: “[...] Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não guardam,

ao contrário, absolutamente nenhuma relação com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que derivam desta última” (Ibid., p. 147).

Com a demonstração da ilustração sobre o peso e o valor, ao trazer o paralelo entre a impressão luminosa sobre o nervo óptico e o fetichismo da mercadoria, torna-se explícito o caráter social do fetichismo. E, assim como a abstração, tal como vista acima, não se trata só de uma abstração mental, mas uma abstração mental proveniente da própria abstração realizada na vida social hodierna, aqui o fetichismo, a vida da mercadoria e a reificação das relações sociais, não se constituem somente como manifestação subjetiva, mas como a própria mediação da mercadoria nas relações entre os agentes econômicos. Mesmo não sendo, como a Economia Política formula, algo natural, isso não quer dizer que essas relações não tenham sua concretude real, são coisas, ou concretas, sociais, passíveis portanto de serem compreendidas pela razão. Sendo assim, estas relações “[...] se impõem com a força de uma lei natural reguladora, assim como a lei da gravidade se impõe quando uma casa desaba sobre a cabeça de alguém” (Ibid., p. 150). O fato de descobrirmos essa “lei” social, não nos deixa, portanto, imunes às suas determinações. Somente com o fim da produção de mercadorias que o caráter fetichista desta produção pode desaparecer.

O paralelo com a física, feito já no prefácio à primeira edição, nos servirá para introduzir uma outra forma de ilustração também presente no livro I de *O Capital*; esta, em especial, muitas vezes distorcida e generalizada, merecendo, portanto, uma análise mais pormenorizada. Vejamos:

O físico observa processos naturais, em que eles aparecem mais nitidamente e menos obscurecidos por influências perturbadoras ou, quando possível, realiza experimentos em condições que asseguram o transcurso puro do processo. O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação. Sua localização clássica é, até o momento, a Inglaterra. Essa é a razão pela qual ela serve de ilustração principal à minha exposição teórica, mas, se o leitor alemão encolher farisaicamente os ombros ante a situação dos trabalhadores industriais ou agrícolas ingleses, ou se for tomado por uma tranquilidade otimista, convencido de que a Alemanha as coisas estão longe de ser tão ruins, então terei de gritar-lhe: *De te fabula narratur* [A fábula refere-se a ti!] (MARX, 2017b, p. 78).

Quem não se deparou com a afirmação que Marx é um teórico do século XIX? Se tomarmos esta assertiva de forma literal não temos motivos para discordar. Marx viveu entre os anos de 1818 e 1883, nesse aspecto ele é um autor do século XIX. Mas essa afirmação costuma ir para além dessa localização temporal. Trata-se muitas vezes de uma tentativa de restrição temporal de sua teoria. E nesse aspecto tal afirmação envolve tanto os inimigos, adversários e detratores de Marx, como alguns daqueles que querem de alguma forma atualizar, corrigir, rever fundamentos, em uma palavra, os revisionistas da teoria que esse autor formulou. Outras interpretações restringem ainda mais a teoria formulada por Marx, não só circunscrevendo-a

temporalmente, mas espacialmente, à uma formulação sobre a Inglaterra, ou quando muito, ao cantinho europeu, do século XIX. A passagem do prefácio acima citada, no entanto, pode nos dar algumas pistas tanto sobre o seu objeto, como também sobre o papel que a Inglaterra teve em suas investigações e na sua exposição teórica.

O objeto que Marx investigou e expôs parte de suas conclusões no livro I foi “[...] o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação” (MARX, 2017b, p. 78). Entretanto, ao tomar as formulações marxianas mais amplamente temos que: “[...] Nas mãos de Marx, a crítica da Economia Política permitiu-lhe inaugurar, sobre ela, uma teoria social – uma teoria da gênese, da constituição, da dinâmica e das condições de crise da sociedade burguesa” (NETTO, 2020b, p. 29). Encontramos no artigo de Kaufmann sobre o livro I de *O Capital*, citado por Marx no posfácio da segunda edição alemã, a mesma perspectiva: “[...] O valor científico de tal investigação reside na elucidação das leis particulares que regem o nascimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de determinado organismo social e sua substituição por outro, superior ao primeiro [...]” (KAUFMANN apud MARX, 2017b, p. 90). Nesse sentido, a teoria em Marx possui uma necessária incompletude e, ao mesmo tempo, uma indispensável universalização, como parece apontar Netto na sequência de sua argumentação:

Esta linha de argumentação sustenta que tanto a teoria social de Marx quanto a crítica da Economia Política em que ela se funda serão ambas, sempre e necessariamente, uma crítica e uma teoria em desenvolvimento enquanto o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa perdurarem como realidade histórica existente e em transformação (NETTO, 2020b, p. 29).

Por essa linha argumentativa, vemos que a teoria iniciada e desenvolvida por Marx tem um duplo caráter transitório. Se o seu objeto, “o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação”, deixar de existir, seja “por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito” (MARX; ENGELS, 1998, p. 40), essa teoria deixará de ter validade como aporte para compreensão dos conflitos humanos. Por outro lado, as particularidades em que se assentam suas universalizações devem sempre ser avaliadas e estudadas, pois de outra forma tal teoria perder-se-ia em sua intencionalidade mais clara, munir os trabalhadores de uma compreensão científica que permitisse-lhes se contrapor, de maneira decisiva, às sociedades onde reina o modo de produção capitalista, com vistas à sua superação histórica. Portanto, sua validade e seu poder de desvelamento das aparências hodiernas e históricas da sociedade capitalista estão vinculados à capacidade dos que se filiam à perspectiva de classe intrínseca à teoria formulada por Marx, por meio da compreensão e do desenvolvimento de suas formulações. É justamente esta observância que Marx sinaliza em sua introdução de 1859, advertindo que o sujeito, mesmo

depois de se apropriar do real como concreto pensado, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça pensante, desde que essa se comporte apenas teoricamente e que “[...] Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação” (MARX, 2011a, p. 55). Se o objeto se desenvolve no plano real, deve-se proceder da mesma forma no plano de sua reprodução no pensamento. A teoria assim concebida é um todo vivo que acompanha as mudanças do real com vistas a determinar em que medida certas categorias continuam sendo determinações universais do “modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação”, ou seja, se *O Capital* continua cumprindo sua “finalidade última” de “desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (MARX, 2017b, p. 79).<sup>25</sup>

Isso nos leva à seguinte questão: o desenvolvimento categorial empreendido por Marx no livro I está vinculado de que forma aos dados empíricos presentes na obra? Ou de outra forma, os dados empíricos teriam um papel diferente nos momentos investigativos e nos momentos da exposição teórica? Quando Marx esclarece que no que concerne a seu objeto a sua “localização clássica é, até o momento, a Inglaterra” e que por esse motivo ela servirá no livro I como “ilustração principal” à sua “exposição teórica”, nos parece referir-se a essa diferenciação.

No plano da investigação, que “[...] tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno” (MARX, 2017b, p. 90), a Inglaterra possibilitou empreender uma análise no país onde o modo de produção burguês tinha atingido já seu pleno desenvolvimento e, por essa razão, havia se tornado o *locus* irradiador das relações sociais de produção capitalista pelo mundo.

De fato, a Inglaterra teve um papel primordial para a investigação feita por Marx, não só por ser o país onde a ciência da Economia Política atingiu seu ápice, e logo seu declínio com os economistas vulgares, mas também, e sobretudo, por ser o centro de um império “onde o sol

---

25 Não entendemos as formulações em *O Capital* como dogmas que estão imunes de equívocos cometidos ou não pelo próprio autor no decorrer de sua análise. Como concebemos a crítica da Economia Política como base sólida para o desenvolvimento de estratégias de superação à ordem do capital, é de nosso interesse questionar qualquer formulação que não encontre o devido apoio na realidade e na própria totalidade da teoria formulada por Marx. No que toca às “atualizações”, tão comumente relacionadas à revisões de fundamentos, que não encontram lastro no real, ou mesmo no conjunto da própria obra, entendemos que estas devem ser feitas respeitando a totalidade teórica que declaram fundamentar suas análises, ou seja, não concebendo-a como um aspecto isolado, o que acaba por repercutir em implicações nas próprias bases fundamentais sem que estas sejam discutidas. Além disso, vê-se também frequentemente apontamentos de “equívocos”, que retomam alguma teoria já analisada por Marx, seja da economia política, seja de outras áreas, apresentando-a como “atualizações” do pensamento marxiano. Por fim, temos os próprios desenvolvimentos da teoria, ou seja, que tomam por base as análises feitas por Marx e dão seqüência às suas formulações as aprofundando e correlacionando com os eventos subsequentes às formulações. A linha que separa esses elementos é tênue, mas as seqüências teóricas e práticas são copiosas.



nunca se punha”. E Londres era, assim, um ponto de observação privilegiado para quem pretendia analisar a sociedade burguesa, como elucida Marx no prefácio à *Contribuição à crítica da Economia Política* de 1859.

Depois de citar os acontecimentos de 1848 e 1849 que desembocaram no seu último exílio, Marx relata em relação aos seus estudos, que estes só puderam ser retomados quando ele já se encontrava em Londres em 1850. “[...] A enorme quantidade de material sobre a história da economia política que se encontra acumulada no Museu Britânico, a situação favorável de Londres como ponto de observação da sociedade burguesa [...]” (MARX, 1974, p. 137) juntamente com o novo nível de desenvolvimento que a sociedade burguesa parecia adentrar com a descoberta de ouro na Califórnia e Austrália, o levaram a rever e estudar criticamente todo o material.

As investigações empreendidas por Marx no decorrer das décadas de 1850 e 1860 não estavam circunscritas à Inglaterra, como dão provas disso suas publicações como *As lutas de classes em França de 1848 a 1850*, *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*, mas também por causa de suas atividades como jornalista. Marx, segue, no prefácio de 1859 assinalando as dificuldades encontradas por ele ao ter que se prender ao estudo de matérias “aparentemente afastadas do plano original” e que principalmente suas atividades jornalísticas<sup>26</sup> o fizeram se familiarizar “com pormenores que ficam fora do ramo da ciência da economia política propriamente dita” (MARX, 1974, p. 138).

Marx estava, portanto, na Inglaterra, mas observando, a partir dessa “localização clássica” do modo de produção capitalista, o mundo. Pelo próprio posicionamento de controle direto de boa parte do mundo colonizado, e por estabelecer relações econômicas, políticas e militares com os demais países, a Inglaterra da Era Vitoriana, era o país onde a burguesia e os estadistas necessitavam de informações de todo o globo, o que certamente serviu às investigações empreendidas pelo autor. Não faz parte, portanto, nem do escopo de análise de Marx, nem do objeto e finalidade de *O Capital* fazer uma espécie de “análise de caso” do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra. Concordemos ou não com a teoria expressa em *O Capital*, sua natureza é de crítica, ou seja, de trazer os fundamentos da coisa estudada, tanto

---

26 Nos anos entre 1852 e 1862 Marx, com a ajuda de Engels, teve uma proeminente produção jornalística. O temário dos artigos era bastante amplo e envolvia “[...] questões importantes do movimento operário, de política interna e externa, e do desenvolvimento econômico dos países europeus, como também questões ligadas à expansão colonial e aos movimentos de libertação nos países dominados e dependentes” (MARX, 1974, p. 138, em nota). Em Rubel (1991) encontramos menções a cerca de 342 artigos ao *New York Tribune*, cerca de 100 artigos ao *Neue Order-Zeitung*, cerca de 45 artigos ao *Die Presse* e ainda alguns artigos, cartas e declarações no *People's Paper*, *The Free Press*, *The American Cyclopaedia*, *Das Volk*, *Allgemeine Augsburg Zeitung* e *Die Reform*, *Kölnische Zeitung*, *Die Reform* e *Allgemeine Zeitung* (RUBEL, 1991, p. 48-90).

em relação à história da ciência da Economia Política, como no tocante à relação social de produção capitalista. A teoria é, portanto, desenvolvida tendo em vista as universalidades das relações burguesas, e mais restritamente no livro I “o momento predominante [*übergreifende Moment*]” (MARX, 2011a, p. 49) da produção, como aponta o próprio subtítulo *O processo de produção do capital*.

Gustavo Machado em *Marx e a história* (2018b), ao analisar as relações entre as formulações universais e as análises particulares de conflitos nacionais na teoria de Marx, em especial em *O Capital*, conclui que ele realiza uma dupla superação. Supera as concepções empiristas que, mergulhadas na aparência dos fenômenos, realizam conclusões genéricas e abstratas, não correspondentes à realidade em sua totalidade. Entretanto, não faz como o idealismo alemão, próprio de sua época, “[...] que se pretende a uma racionalidade válida independentemente dos acontecimentos particulares e empíricos” (MACHADO, 2018b, p. 422).

A análise universal de *O Capital* – e universal não por exigência metodológica, mas porque o capital mesmo se efetiva como e enquanto universalidade – serve de base para subsequente análise e compreensão das particularidades as mais diversas. Estudar os nexos que determinam o capital enquanto uma forma histórica da riqueza é, assim, uma exigência do próprio objeto, em sua cientificidade própria. Fazer ciência, portanto, não é, para Marx, enumerar acontecimentos históricos ao modo de um jornalista, tampouco criar conceitos autônomos ao modo de um acadêmico, mas encontrar sempre a base social dos fenômenos, para, somente então, extrair dela uma política revolucionária (MACHADO, 2018b, p. 423).

E mais à frente ressalta que,

De fato, em *O Capital*, Marx faz uma análise do modo de produção capitalista em sua universalidade, independente de toda e qualquer manifestação particular. No entanto, tal análise não fornece nenhuma resposta acabada, não elimina a análise de nenhum contexto nacional. Pelo contrário, fornece a base social comum a todas as sociedades imersas, em maior ou menor medida, nesse modo de produção, possibilitando, subsequentemente, mergulhar profundamente nas particularidades e situações nacionais tendo em mira encontrar as vias possíveis que melhor permitam levar a cabo o processo de destruição dessa sociedade em sua dimensão incontornavelmente universal (MACHADO, 2018b, p. 434).

Por que razão a realidade nacional inglesa dos anos de 1850 e 1860 servem como “ilustração principal” da exposição teórica marxiana? Marx, na passagem analisada do prefácio argumenta que é por ser a Inglaterra a “localização clássica”, mas o que seria essa característica “clássica”? No contexto da passagem analisada ela, em analogia com a ciência física, é aquela que permite aos elementos reais investigados aparecerem “mais nitidamente e menos obscurecidos por influências perturbadoras”, ou ainda, aqueles que “asseguram o transcurso puro do processo”. De todo material utilizado por Marx no transcurso de suas investigações, apenas uma parte pequena dela submerge na sua exposição teórica. Não é, como já exposto em nossa compreensão sobre o método e o modo de exposição marxianos, a partir do concreto imediato, aparente, que se inicia o processo da crítica da Economia Política. O concreto

aparente – ainda que seja também aquele que se apresenta na imediaticidade da vida cotidiana – é o ponto de chegada de todo um percurso que tem por intento revelar as múltiplas determinações do concreto pensado. Assim, o que determina a escolha dos dados empíricos, daquilo que vai acompanhar a exposição teórica como ilustração, são aqueles acontecimentos que melhor exprimem, do ponto de vista do concreto aparente, as determinações das categorias que estão sendo delineadas, ou seja, como as formas de ser do capital se exprimem por meio da empiria hodierna das relações em um determinado tempo e espaço. Durante nossas investigações foi possível ainda verificar que outras passagens do livro I também contribuem para o esclarecimento sobre o que seria essa forma “clássica” aludida por Marx.

Em uma nota do capítulo oito, sobre *A jornada de trabalho*, quando Marx realiza uma explicação sobre o recorte temporal dos dados expostos no corpo do texto, ele recomenda ao leitor que queira estudar os dados pretéritos a 1845, a obra de Engels, publicada em 1845, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, e expressa: [...] O quão profunda é a compreensão que Engels tem do espírito do modo de produção capitalista o demonstram os “Factory Reports” [...] (MARX, 2017b, p. 314) dentre outros relatórios oficiais. Aqui Marx aludi a essa dimensão universal daquilo que a teoria tem que capturar, ou seja, o “espírito do modo de produção capitalista”, e este é demonstrado pelos relatórios oficiais subsequentes à publicação da obra de Engels. Na mesma nota Marx diz que “[...] De resto, a Inglaterra só aparece aqui em primeiro plano por ser a representante clássica da produção capitalista e a única a possuir uma estatística oficial contínua dos objetos aqui tratados” (MARX, 2017b, p. 314). Nota-se que mais uma vez ele se remete à essa característica clássica do desenvolvimento capitalista na Inglaterra; e uma das manifestações apontadas por ele é a produção contínua de estatística oficial sobre os objetos tratados no capítulo oitavo.

Nesse sentido, ainda no interior desse desenvolvimento clássico inglês, Marx aponta um ramo específico da indústria como clássico, dando a ele especial tratamento na caracterização de suas determinações, principalmente nos capítulos oitavo, décimo terceiro e vigésimo terceiro. Em nota do capítulo oitavo, ele expressa que “[...] Para evitar que se tirem falsas conclusões do texto, tenho de observar, aqui, que a indústria inglesa de algodão, desde sua submissão à Factory Act de 1850, com sua regulamentação da jornada de trabalho etc., tem de ser considerada a indústria modelo da Inglaterra” (MARX, 2017b, p. 341).

Outro momento, e agora não se referindo à localização, ou a um ramo específico da indústria, mas se remetendo ao período, ao momento analisado, Marx aponta mais elementos de sua compreensão sobre a realidade inglesa como expressão clássica do modo de produção

capitalista; diz ele no item *Ilustração da lei geral da acumulação capitalista*, subitem a) *Inglaterra de 1846 a 1866*, do capítulo vigésimo terceiro, *A lei geral da acumulação*:

Nenhum período da sociedade moderna é tão propício ao estudo da acumulação capitalista quanto o dos últimos 20 anos. É como se ela tivesse encontrado a sacola de Fortunato. De todos os países, porém, é novamente a Inglaterra que oferece o exemplo clássico, e isso porque ela ocupa o primeiro lugar no mercado mundial, porque somente aqui o modo de produção capitalista se desenvolveu em sua plenitude e, finalmente, porque o estabelecimento do reino milenar do livre-câmbio, a partir de 1846, privou a economia vulgar de seu último refúgio (MARX, 2017b, p. 723).

Por fim, trazemos outra passagem que remete à compreensão de Marx sobre o que nomeia como forma “clássica”, mas dessa vez, tratando de outra questão. Quando da exposição do item *Tendência histórica da acumulação capitalista*, do capítulo vigésimo quarto, *A assim chamada acumulação primitiva*, o autor discorrera sobre o fundamento da pequena empresa, ou seja, a propriedade privada do trabalhador sobre os meios de produção, isto é, a propriedade privada baseada no próprio trabalho. Sobre essa ele diz:

[...] É verdade que esse modo de produção existe também no interior da escravidão, da servidão e de outras relações de dependência, mas ele só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada onde o trabalhador é livre proprietário privado de suas condições de trabalho, manejadas por ele mesmo: o camponês, da terra que cultiva; o artesão, dos instrumentos que manuseia como um virtuoso (MARX, 2017b, p. 831).

Tanto no processo de investigação, quanto no momento da exposição, a teoria tem como base os eventos históricos onde toda a potência contida na forma de ser estudada se desenvolveu, fez-se ato, revelou-se como expressão, portanto, clássica do evento estudado.

Nos apercebermos também que a teoria é exposta por meio de ilustrações empíricas – com destaque para as da década de 1850 e 1860 na Inglaterra – para que torne possível ao leitor se aproximar daquilo que é expresso de forma genérica em relação ao objeto; viabilizando ainda ao leitor não só uma forma de aferir o desenvolvimento teórico ali exposto, mas também oferecendo-lhe um verdadeiro mapa de contínuas investigações. Neste sentido, cabe pontuar que, nos casos, por exemplo do capítulo oitavo, décimo terceiro e vigésimo terceiro, as informações ali contidas como ilustração abrem campo para contínuas investigações e desenvolvimentos não só no sentido de atualização dos múltiplos modos como as formas de ser do capital são elucidadas pelos desenvolvimentos particulares da luta pela jornada de trabalho, mas também de como a maquinaria, ao se desenvolver desempenha um papel central na subordinação real do trabalho ao capital, ou ainda, sobre como se processa as múltiplas consequências do processo de acumulação do capital e suas leis gerais.

Outro sentido dessa forma de ilustração nos parece ser a forma como Marx faz a exposição dos elementos da chamada, pela Economia Política clássica, acumulação primitiva de capital. No capítulo vinte e quatro, *A assim chamada acumulação primitiva*, Marx expõe as

características gerais que não só se forjam como pressuposto histórico do desenvolvimento capitalista, mas se constituem como aspectos essenciais de seu modo ampliado de reprodução. As categorias ali expostas, como a de expropriação<sup>27</sup>, que separa o trabalhador dos meios de produção e subsistência e os concentra como propriedade privada de capitalistas, a busca contínua pelo rebaixamento dos salários como mecanismo de determinação social para se chegar ao valor da força de trabalho, o disciplinamento pelas mais vis vias de implementação, a origem agrária da compra da força de trabalho pelo arrendatário capitalista, a análise dos sistemas colonial, da dívida pública, tributário e o protecionista, como sendo a gênese e desenvolvimento necessário do capitalista industrial e as tendências históricas da acumulação capitalista, são de natureza universal, assim como as demais categorias apresentadas pelo autor no decorrer do livro I. Também nesse capítulo as ilustrações tomam a Inglaterra como forma clássica, ainda que outros países e localidades tenham precedido temporalmente o processo inglês. Vejamos:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversas e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esses país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica (MARX, 2017b, p. 787-788).

Ao adentrar no item *Gênese do capitalista industrial*, Marx reforça o mesmo proceder:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVIII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista (MARX, 2017b, p. 821).

O processo de gênese histórica do modo de produção capitalista compreende um longo percurso. Marx situa o início desse processo quando do desenvolvimento das forças produtivas possibilitado pelo desenvolvimento das relações de trabalho baseadas na propriedade privada parcelar ou seja, pelo camponês e pelo artesão que surgem no período já de decadência do

---

27 A categoria de expropriação é central no pensamento de Marx, assim como o é para o contínuo desenvolvimento da relação capitalista: “A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (MARX, 2017b, p. 786). Como pode se observar pela formulação de Marx no capítulo vinte e quatro, a expropriação é algo sempiterno sob o capitalismo, e não guarda as mesmas determinações que a categoria de exploração capitalista por meio da produção do mais-valor. A expropriação é pressuposição contínua da exploração, mas não pode nunca ser confundida com ela.

feudalismo europeu: “O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI” (MARX, 2017b, p. 789). Quando do início das consequências do processo de expropriação, ou seja, da criação de uma massa de “proletários livres como pássaros” e com a consequente pobreza generalizada na Europa desse período, que contrasta com a situação existente na primeira metade do século XV, Marx pontua que “[...] de sua idade de ouro, como diz Thornton corretamente, a classe trabalhadora inglesa decaiu, sem qualquer fase de transição, à idade de ferro” (MARX, 2017b, p. 790). Neste momento, a legislação não acompanha todas essas mudanças e aterroriza-se diante do revolucionamento das relações de produção nesse período, pois “[...] Ela ainda não havia alcançado aquele ápice civilizacional em que a “*wealth of the nation*”, isto é, a formação do capital e a exploração e empobrecimento inescrupulosos das massas populares são considerados a última Thule de toda a sabedoria de Estado” (MARX, 2017b, p. 790); e mais a frente diz que “[...] No entanto, o século XVIII ainda não compreendia, na mesma medida que a compreendeu o século XIX, a identidade entre riqueza nacional e pobreza do povo” (MARX, 2017b, p. 797).

Todos esses processos seculares de gestação e desenvolvimento que o capitalismo teve na Europa e particularmente na Inglaterra culminaram na promoção deliberada, por parte dos Estados nacionais da transição do restante do mundo à era da valorização do valor, à era do capital. Ao tratar da gênese do capitalista industrial Marx conclui que

Tais métodos [sistema colonial, da dívida pública, ao tributário e o protecionista], como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parceira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 2017b, p. 821).

Na Inglaterra os revolucionamentos que deram a base necessária ao surgimento do modo capitalista de produção e a vitória portanto, dos capitalistas em face dos senhores feudais, aconteceu sem que a classe revolucionária daquele período tivesse contribuído de maneira decisiva, ou seja no que toca à criação da classe proletária. Ao tratar da questão, Marx expressa que “[...] se os cavaleiros da indústria desalojaram os cavaleiros da espada, isso só foi possível porque os primeiros exploraram acontecimentos nos quais eles não tinham a menor culpa” (MARX, 2017b, p. 787). Neste sentido, a análise feita por Marx onde este toma a Inglaterra como forma clássica, no capítulo vinte e quatro, não tem como ser desenvolvida tendo por base outras localidades e momentos históricos, pois, por mais que os traços constitutivos intrínsecos à relação capital, à forma de ser capital, devam se apresentar nos demais países, variadas transições, cortam caminho pela criação artificial dos Estados nacionais. Esse processo secular

não tem como se repetir. Ele é agora encurtado pelo processo de dominação burguesa no mundo. Se compararmos em função do tempo, aquilo que demora mais de três séculos para se consolidar na Inglaterra, ocorreu com o mundo inteiro em menos de duzentos anos. Sociabilidades inteiras saíram direto de uma sociedade sem as classes sociais, para a sociedade de classes mais desenvolvida, o modo de produção capitalista. Aquelas que o capital, por meio da violência concentrada e organizada dos Estados, não conseguiu submeter às novas relações, foram simplesmente dizimadas.

Neste sentido o papel que a Inglaterra assume na análise da gênese do modo de produção capitalista, ou a assim chamada acumulação primitiva, transcende a ilustração como analisamos até aqui. Não deixa de ser, pois, como o próprio autor pontua, “[...] Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países” (MARX, 2017b, p. 787) entretanto ela diz respeito ao surgimento de um modo de produção. Por mais que encontremos na história do desenvolvimento do capitalismo do Brasil, na Índia, na China, nos EUA ou no continente africano, ou em qualquer país que foi invadido por potências capitalistas europeias, a maioria dessas categorias, senão todas, analisadas no capítulo vinte e quatro, essa análise não cumpriria um papel na gênese do modo de produção capitalista, mas sim de seu desenvolvimento e expansão. Não estamos falando aqui das variadas particularidades do sistema colonial, mas do próprio desenvolvimento das relações capitalistas desses países.

Por fim, na passagem que tomamos como ponto de partida para a compreensão do papel que a Inglaterra cumpre como ilustração à exposição teórica empreendida em *O Capital*, Marx faz uma alerta ao leitor alemão, que por ventura interpretasse que se trataria de um livro que se centra nas relações de produção existentes na Inglaterra, e que isso, portanto, não se aplicaria à realidade alemã. Marx diz que terá que gritar-lhes que: “*De te fabula narratur*” [A fábula refere-se a ti]!”. Assim como ele previa sobre parte dos leitores alemães, de “[...] encolher farisaicamente os ombros ante a situação dos trabalhadores industriais ou agrícolas ingleses, ou se for tomado por uma tranquilidade otimista, convencido de que na Alemanha as coisas estão longe de ser tão ruins” (MARX, 2017b, p. 78), assim também antevia parte dos críticos, e não somente eles, mas também parte dos revisionistas, que insistiam (e insistem) em restringir a análise d’*O Capital* à um pedacinho da Europa de meados do século XIX.

Na sequência dessa passagem do prefácio de 1867 Marx alerta que

Na verdade, não se trata do grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais decorrentes das leis naturais da produção capitalista. Trata-se dessas próprias leis, dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade. O país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro (MARX, 2017b, p. 78).

Assim também podemos inquirir, qual relação social é estabelecida como mediação comum à absoluta maioria dos quase 7,9 bilhões de seres humanos que hoje habitam o planeta terra no que diz respeito à forma de produzir, distribuir e consumir as riquezas? Essa continua sendo a forma de uma cada vez mais “imensa coleção de mercadorias”? Se sim, “A fábula refere-se a ti!”. Os meios de produção continuam sendo apartados da força de trabalho e esta última continua sendo comprada com o intento de valorizar o valor? Se sim, “A fábula refere-se a ti!”. Em resumo, se o mundo hoje, muito mais do que já era na época de Marx, é capitalista, deve, como ele, gritar-lhes em todos os cantos do globo: “A fábula refere-se a ti!”.

### 3.3 Narrativa

Vimos como Marx utiliza seus módulos verbais, as ciências relativas à natureza e mesmo os elementos empíricos e históricos para ilustrar seu desenvolvimento teórico, buscando um modo de exposição que não somente consiga reproduzir a riqueza de determinações de seu objeto, mas alcançar o leitor, o instigando, dando-lhe suporte material à compreensão das categorias analisadas por ele. Pontuamos também a utilização que o autor de *O Capital* faz de obras literárias. Abordaremos agora as construções textuais em forma de narrativa presentes na exposição teórica do livro I.

Para averiguar a função e o conteúdo que essa forma literária tem nesta obra, se faz necessário proceder a análise de alguns dos elementos narrativos que mais se evidenciam no texto.

A utilização da narrativa por Marx ganha maior visibilidade em um dos momentos cruciais do desenvolvimento teórico contido no livro I, na análise do mais-valor. Como visto no segundo capítulo desta dissertação, a análise do mais-valor absoluto é realizada no quinto capítulo, mais especificamente no item dois, *O processo de valorização*, onde Marx diferenciará o processo de formação de valor do processo de valorização. Diferentemente do que fizemos quando da exposição das determinações gerais das categorias ali desenvolvidas, nos deteremos agora na análise do modo como Marx faz essa diferenciação. Não retomaremos aqui o exemplo como um todo, já descrito quando realizamos a análise do conteúdo; nos restringiremos às evidências da composição narrativa que o autor constrói para elucidar a diferença entre a formação de valor e o processo de valorização, ou seja, da produção do mais-valor, ou ainda, de como o dinheiro se transforma em capital, onde podemos encontrar todos os elementos necessários à caracterização de um texto como gênero narrativo. Vejamos:



É possível que o capitalista, instruído pela economia vulgar, diga que adiantou seu dinheiro com a intenção de fazer mais dinheiro. Mas o caminho para ao inferno é pavimentado com boas intenções, e sua intenção poderia ser, igualmente, a de fazer dinheiro sem produzir nada. Ele ameaça todo tipo de coisa e está resolvido a não se deixar apanhar novamente. De agora em diante, em vez de ele próprio fabricá-la, comprará a mercadoria pronta no mercado. Mas se todos os seus irmãos capitalistas fizerem o mesmo, onde ele encontrará mercadoria no mercado? E dinheiro ele não pode comer. Prega, então, um sermão. Diz que é preciso levar em conta sua abstinência. Ele poderia ter desbaratado seus 15 xelins. Em vez disso, consumiu-os produtivamente e transformou-os em fio, e justamente por isso ele possui agora o fio, e não a consciência pesada. Ele não precisa se rebaixar ao papel do entesourador, que já nos mostrou a que fim leva tal ascetismo. Além disso, como diz o provérbio: onde não há, el-rei o perde. Qualquer que seja o mérito de sua abstinência, não há nada com o que se possa recompensá-la, pois o valor do produto que resulta do processo não é mais do que a soma dos valores das mercadorias lançadas na produção. Portanto, que ele se contente com o pensamento de que a virtude compensa. Em vez disso, ele continua a importunar. O fio, diz, não lhe serve de nada. Ele o produziu para a venda. Que assim seja, então! Que ele venda o fio, ou, ainda mais simplesmente, que ele produza, de agora em diante, apenas coisas para sua própria necessidade, uma receita que seu médico MacCulloch já lhe havia prescrito como meio comprovado contra a epidemia da superprodução. Ele se empertiga, desafiante, apoiando-se nas patas traseiras. Poderia o trabalhador, apenas com seus próprios meios corporais, criar no éter configurações do trabalho, mercadoria? Não é verdade que ele, nosso capitalista, forneceu ao trabalhador os materiais com os quais – e nos quais – ele pode dar corpo a seu trabalho? E considerando-se que a maior parte da sociedade consiste de tais pés-rapados [*Habenichtsen*], não prestou ele um inestimável serviço à sociedade por meio de seus meios de produção, seu algodão e seus fusos, para não falar no serviço prestado ao próprio trabalhador, ao qual, além de tudo, ele ainda providenciou os meios de subsistência? E não deve ele cobrar por esse serviço prestado? Além do mais, aqui não se trata propriamente de serviços. Um serviço nada mais é do que o efeito útil de um valor de uso. O capitalista pagou ao trabalhador o valor de 3 xelins, e este lhe retribuiu com um equivalente exato: o valor de 3 xelins adicionado ao algodão. Trocou-se valor por valor. E eis que nosso amigo, até aqui tão soberbo, assume repentinamente a postura modesta de seu próprio trabalhador. Ele próprio, o capitalista, não trabalhou? Não realizou ele o trabalho de controle e supervisão do tecelão? E esse seu trabalho também não gera valor? Mas seu próprio *overlooker* [supervisor] e seu gerente dão de ombros. Enquanto isso, ele já assumiu, com um largo sorriso, sua fisionomia usual. Ele nos rezou toda essa ladainha, mas não dá por ela nem um tostão. Esses e outros subterfúgios e truques baratos ele deixa aos professores de economia política, que são pagos para isso. Já ele, ao contrário, é um homem prático, que nem sempre sabe o que diz quando se encontra fora de seu negócio, mas sabe muito bem o que faz dentro dele (MARX, 2017b, p. 268-269).

Por meio de um discurso indireto, Marx descreve um conjunto de personagens envolvidos em uma trama: “o capitalista”, “seus irmãos capitalistas”, “o entesourador”, “o trabalhador” – chamado também de “nosso fiandeiro” (MARX, 2017b, p. 267) –, “o *overlooker* (supervisor)”, “o gerente” e os “professores de economia política”. Apresenta-nos também certas características desses personagens. O capitalista, que tem por intenção “fazer mais dinheiro”, quando “instruído pela economia vulgar” se apresenta como alguém que prega sermões, que não tem a “consciência pesada”, afinal destinou seu dinheiro a um processo produtivo, sem cair no ascetismo do entesourador, quer ser remunerado por sua abstinência, ou pelo desperdício evitado em favor de produzir coisas de que não necessita, contrariando as receitas do seu “médico”, MacCulloch, prescrita contra os males da “epidemia da superprodução”.

Empertigado e desafiante, vira bicho e, “apoiando-se nas patas traseiras”, reivindica remuneração pelos estimados “serviços” prestados à sociedade e ao trabalhador. Desfaz-se de sua soberba e assume a modéstia do personagem trabalhador, ao perguntar se seu trabalho também não criou valor, diante da qual entediam-se seu supervisor e gerente. “Nosso amigo”, ironiza Marx, reza toda uma “ladainha”, própria do ofício bem remunerado dos professores de economia política, mas por ela não dá nenhum “tostão”. E sem modéstia, como o “homem prático” que é, sabe o que fazer no seu negócio.

Toda essa “cena” é, por assim dizer, o clímax de um enredo montado por Marx no decorrer da exposição até ali desenvolvida. Momentos antes, logo após ter calculado o valor do fio, quando a jornada de trabalho se restringia ao tempo de trabalho necessário, e constatado que se ateuve à formação de valor, Marx escreve: “Nosso capitalista fica perplexo. O valor do produto é igual ao valor do capital adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não gerou mais-valor e, portanto, não se transformou em capital” (MARX, 2017b, p. 267).

A ladainha de parte dos economistas políticos, como a da abstinência, da remuneração pelos serviços prestados, da remuneração do trabalho de supervisão e gerência, não vale de nada, nem como forma de extrair mais-valor, nem como forma de explicar tal extração, mas visa somente justificar a ação que deve ser realizada, não só pelo personagem, mas por qualquer capitalista: prolongar a jornada de trabalho além do limite do trabalho necessário, para cristalizar trabalho excedente na forma de valor excedente, ou seja, mais-valor. E tanto assim o é, que mais à frente, parafraseando *Fausto* de Goethe, diz: “Nosso capitalista previu esse estado de coisas, e o caso o faz rir” (MARX, 2017b, p. 270), e após refazer os cálculos, com a jornada de trabalho estendida, conclui que “[...] No final das contas, o truque deu certo. O dinheiro converteu-se em capital” (MARX, 2017b, p. 271). As mercadorias adquiridas para o processo produtivo, meios de produção e força de trabalho, foram obtidas comprando-as pelos seus valores, e a mercadoria produzida, o fio, foi vendida pelo seu valor; e por meio dessa operação o capitalista consegue realizar sua intenção de fazer mais dinheiro do que antes lançara na retorta da circulação: “E assim está *“tout pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles”* [tudo ocorre da melhor maneira no melhor dos mundos possíveis]” (MARX, 2017b, p. 271), como afirma Voltaire em *Cândido*. Parafraseando novamente *Fausto*, Marx descreve o desfecho da narrativa da seguinte forma:

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor (MARX, 2017b, p. 271).

A intenção do capitalista, que se manifesta em suas ações, só se faz compreensível se buscarmos o momento da *exposição* onde, segundo Gancho (2004), “Em geral, fica clara a intenção do enredo, vinculada ao desejo ou necessidade da personagem principal” (GANCHO, 2004, p. 13), ou seja, se buscarmos as determinações desse “monstro vivo” que se manifesta não só na intenção do capitalista, mas nas condições de sua realização.

No início do segundo item, *O processo de valorização*, do quinto capítulo, Marx descarta que a intencionalidade do capitalista seja a produção de valores de uso: “O produto – a propriedade do capitalista – é um valor de uso, como fio, as botas etc. Mas apesar de as botas, por exemplo, constituírem, de certo modo, a base do progresso social e nosso capitalista ser um ‘progressista’ convicto, ele não as fabrica por elas mesmas” (MARX, 2017b, p. 263). Ele deve produzir uma mercadoria, ou seja, um valor de uso que tenha valor, e não só valor, mas que tenha também mais-valor.

As condições sob as quais o capitalista é obrigado a valorizar o valor são descritas no fechamento do item anterior, onde Marx expõe *O processo de trabalho*, do quinto capítulo, onde encontramos:

Voltemos, agora, a nosso capitalista *in spe* [aspirante]. Quando o deixamos, ele havia acabado de comprar no mercado todos os fatores necessários ao processo de trabalho, tanto seus fatores objetivos, os meios de produção, quanto seu fator pessoal, ou a força de trabalho. Com o olhar arguto de um experto, ele selecionou a força de trabalho e os meios de produção adequados a seu negócio, seja ele a fiação, seja a fabricação de botas etc. Nosso capitalista põe-se, então, a consumir a mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, isto é, faz com que o portador da força de trabalho, o trabalhador, consuma os meios de produção mediante seu trabalho (MARX, 2017b, p. 262).

A passagem que analisamos acima, onde o autor dá voz ao seu personagem capitalista, transcorre em um tempo, tomado em sua acepção cronológica, em uma jornada de trabalho de 12 horas, como descrito no exemplo utilizado por Marx, abordado no segundo capítulo desta dissertação. Aqui o autor circunscreve o tempo, na acepção de época, em que passa sua narrativa, o momento histórico de surgimento dos primeiros capitalistas, que só será analisado no capítulo vinte e quatro d’*O Capital*. Por mais sutil que seja, quando Marx qualifica o personagem como “nosso capitalista *in spe* [aspirante]” ele expressa essa temporalidade. Isso não só diz respeito à forma como retrata a transição do “nosso possuidor de dinheiro”, que aspira ser capitalista – ao qual voltaremos mais à frente na apresentação do conflito –, como alude também a um momento específico da análise, feita por Marx, como expresso no fechamento que segue:

Ele [nosso capitalista] tem, inicialmente de tomar a força de trabalho tal como ele a encontra no mercado e, portanto, tem também de aceitar o trabalho tal como ele se originou num período em que ainda não havia capitalistas. A transformação do próprio modo de produção por meio da subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer posteriormente, razão pela qual deve ser tratada mais adiante (MARX, 2017b, p. 262).

Esse componente temporal é parte intrínseca do modo de exposição de Marx no livro primeiro de *O Capital*, e isso também é expresso quando da compra da força de trabalho, pelo “nosso possuidor de dinheiro”, no capítulo quatro. Vejamos:

Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor (MARX, 2017b, p. 242).

E o possuidor de dinheiro encontra tal mercadoria: a força de trabalho. Porém, para encontrar força de trabalho como mercadoria, é necessário que um trabalhador livre a venda. Mais à frente, Marx escreve:

Por que razão esse trabalhador livre se confronta com o possuidor de dinheiro na esfera da circulação é algo que não interessa a este último, para quem o mercado é uma seção particular do mercado de mercadorias. No momento, essa questão tampouco tem interesse para nós. Ocupamo-nos da questão do ponto de vista teórico, assim como o possuidor de dinheiro ocupa-se dela do ponto de vista prático. Uma coisa, no entanto, é clara: a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro (MARX, 2017b, p. 244).

Outro elemento necessário à análise das narrativas, é a configuração dos espaços onde se desenvolve o enredo. A cena do clímax se passa na fábrica do “nosso capitalista”, o que em certa medida, levando em consideração a análise temporal, não passa de uma manufatura reunida, como analisa Marx posteriormente, no capítulo vinte e quatro (MARX, 2017b, p. 817). Mas compreenderemos melhor a questão do espaço se elucidarmos primeiramente o centro do conflito, do ponto de vista teórico da contradição, onde se desenvolve o enredo. A contradição inerente à valorização do capital, ao surgimento de um mais-valor, é apresentada por Marx no item *Contradições da fórmula geral*, do capítulo quatro, da seguinte forma: “Portanto, o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela” (MARX, 2017b, p. 240). Ou seja, “A transformação do dinheiro em capital tem de ser explicada com base nas leis imanentes da troca de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes seja o ponto de partida” (MARX, 2017b, p. 241). E na sequência apresenta o conflito central do enredo:

Nosso possuidor de dinheiro, que ainda é apenas um capitalista em estado larval, tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vende-las pelo seu valor e, no entanto, no final do processo, retirar da circulação mais valor do que ele nela lançara inicialmente. Sua metamorfose de larva em borboleta [*Schmetterlingsenfaltung*] tem de se dar na esfera da circulação e não pode se dar na esfera da circulação. Essas são as condições do problema. *Hic Rhodus, hic salta!* (MARX, 2017b, p. 241, grifos do autor).

Ao apresentar as condições do conflito, Marx, novamente, denota a questão temporal por meio do estado larval, no qual o capitalista se encontra, e elucidada como a contradição inerente ao processo de transformação do dinheiro em capital se expressa nas condições de resolução do interesse do capitalista: “comprar as mercadorias pelo seu valor, vende-las pelo

seu valor”, e nesse processo retirar uma quantidade maior de valor do que aquela necessária à compra dos meios de produção e da força de trabalho. Marx fecha a apresentação do conflito com uma citação de *O atleta fanfarrão* de Esopo. O personagem da fábula, atleta que era considerado fraco por seus concidadãos, ao regressar de Rhodus, diz ter executado um grande salto realizado na presença de testemunhas. Eis que alguém diz que não se faz necessário testemunhas, propondo-o a imaginar que “Aqui é Rodes, aqui deves saltar!”. A prova dos fatos, portanto, torna todo e qualquer discurso inútil, pois se não se pode provar com fatos o que se diz, não está a ser dito nada. Desse modo, quando no quinto capítulo o “homem prático”, o “nosso capitalista”, lança mão dos sermões e ladainhas, próprios dos “professores de economia política”, isso não vale de nada. Ele tem que “saltar”, e o faz consumindo sua força de trabalho por uma jornada completa de trabalho. Independentemente de qualquer explicação ou justificativa que a economia política possa dar para o mais-valor, ele só surge pelo ato prático que o capitalista tem que executar.

Dessa forma, Marx encerra o segundo item do quarto capítulo, *Contradições da fórmula geral*, e passa então à primeira condição necessária à metamorfose do “capitalista em estado larval”, que intitula o terceiro item: *A compra e a venda de força de trabalho*. Depois de apresentar as determinações do que é a força de trabalho, bem como a forma de aferir a quantidade de valor que esta contém, ou seja, depois de explicar a peculiaridade do valor de uso e do valor da força de trabalho, Marx apresenta uma transição dos espaços, que já na apresentação do conflito se fazia presente. A transformação do “nosso possuidor de dinheiro” em “nosso capitalista” “tem de se dar na esfera da circulação e não pode se dar na esfera da circulação”. O consumo das mercadorias não se processa na circulação e isso não é diferente para a peculiar mercadoria adquirida pelo capitalista larval “[...] O consumo da força de trabalho, assim como o consumo de qualquer outra mercadoria, tem **lugar** fora do mercado ou da esfera da circulação” (MARX, 2017b, p. 250, grifo nosso). Essa mudança de espaço é assim descrita:

Deixemos, portanto, essa esfera rumorosa, **onde** tudo se passa à luz do dia, ante os olhos de todos, e acompanhem os possuidores de dinheiro e de força de trabalho até o **terreno** oculto da produção, em cuja entrada se lê: *No admittance except on business* [Entrada permitida apenas para tratar de negócios]. **Aqui** se revelará não só como capital produz, mas como ele mesmo, o capital, é produzido. O segredo da criação de mais-valor tem, enfim, de ser revelado (MARX, 2017b, p. 250, grifos nossos).

Marx descreve a esfera da produção como um lugar oculto, onde só se admite a presença para negócios, o contrário se dá com a caracterização do mercado onde tudo se passa às vistas de todos. Além disso, aqui está expressa uma determinação metódica que examinamos no primeiro capítulo desse trabalho. Quando analisa a determinação entre produção, distribuição,

troca e consumo, na *Introdução* de 1859, Marx escreve que “[...] a produção é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o momento predominante [*übergreifende Moment*]” (MARX, 2011a, p. 49), o que coincide, aqui, como *locus* onde a análise não só explica como se produz sob essa relação social, como também o processo pelo qual esta relação social é produzida, revelando assim o “segredo da criação de mais-valor”.

Já a barulhenta esfera da circulação, é descrita por Marx como “[...] um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela [a esfera da troca de mercadorias] é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham” (MARX, 2017b, p. 250). Depois de explicar cada um desses “direitos inatos do homem”, caracteriza como os personagens da trama saem dessa esfera rumo à da produção. Vejamos:

Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista vulgaris [vulgar] extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisionomia da nossas dramatis personae [personagens teatrais]. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... esfola (MARX, 2017b, p. 251).

Tendo por foco narrativo a crítica da Economia Política, Marx dá vida aos personagens necessários ao processo de transformação do dinheiro em capital. Aparentemente o personagem principal do enredo é o capitalista, pois é ele quem compra força de trabalho, os meios de produção, e até remunera os professores de economia política para “instruí-lo” com boas justificativas para seus atos. Vimos, no entanto, que existe um outro personagem na trama, “[...] um monstro vivo que se põe a ‘trabalhar’ como se seu corpo estivesse possuído de amor” (MARX, 2017b, p. 271), o capital, valor que se autovaloriza. A análise da relação entre o “monstro vivo”, o capital, e o poder que ele exerce sobre os demais personagens da trama, nos possibilitará elucidar uma das funções que a forma literária da narrativa cumpre no modo de exposição da teoria apresentada no livro I, a personificação.

Desde o prefácio à primeira edição, Marx ressalta essa característica de sua forma de tratar os agentes econômicos. Vejamos:

Para evitar possíveis erros de compreensão, ainda algumas palavras. De modo algum retrato com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes (MARX, 2017b, p. 80).

Nesse sentido, sob o ponto de vista marxiano, não podemos “[...] responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas” (MARX, 2017b, p. 80).

No âmbito da análise da mercadoria, e mais estritamente do caráter fetichista da mercadoria, quando é abordado o segredo oculto nas relações de troca, vê-se esse manifestar dos indivíduos como categorias econômicas. O caráter peculiar do trabalho produtor de mercadorias consiste precisamente no fato de que, por serem trabalhos privados, autônomos e independentes entre si, só conseguem ser elos particulares do trabalho social total por meio da troca. Neste intercâmbio se estabelece uma relação entre os produtos do trabalho, e somente por meio desta relação entre as coisas é que os produtores se relacionam:

A estes últimos [os produtores], as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (MARX, 2017b, p. 148).

No segundo capítulo, *O processo de troca*, vemos:

Aqui, as pessoas existem uma para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidores de mercadorias. Na sequência de nossa exposição, veremos que as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas, e que as pessoas se defrontam umas com as outras como suportes [Träger] dessas relações (MARX, 2017b, p. 159-160).

E mais à frente, quando da análise da metamorfose das mercadorias, no item *O meio de circulação*, do capítulo terceiro, podemos verificar mais uma vez esta condição no momento em que é descrita a troca simples de mercadorias, onde os papéis de vendedor e comprador “[...] não são fixos, mas, antes personagens [*Charaktere*] constantemente desempenhados por pessoas [*Personen*] alternadas” (MARX, 2017b, p. 185) durante o curso das sucessivas metamorfoses da mercadoria em dinheiro e novamente em mercadorias (M-D e D-M), isto é, “A metamorfose total de uma mercadoria envolve, em sua forma mais simples, quatro extremos e três *personae dramatis* [atores]” (MARX, 2017b, p. 185). Já no âmbito da análise da mercadoria, onde se descobre sua antítese interna – valor de uso e valor –, e do dinheiro, onde a antítese interna se externaliza na metamorfose das mercadorias e ganha “[...] a autonomização externa do internamente dependente” (MARX, 2017b, p. 187) abrindo, assim, a possibilidade de crises, pode-se constatar que a “[...] personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento” (MARX, 2017b, p. 187). Entretanto, a personificação ganha outras formas de expressão quando se avança na análise do capital.

Ao voltarmos ainda ao contexto da exposição das contradições da fórmula geral do capital, observamos que, ao comparar as determinações da circulação do dinheiro como dinheiro, quer dizer, da circulação simples de mercadorias (M-D-M), e do dinheiro como capital (D-M-D’), Marx conclui que esta última forma de circulação do dinheiro engendra um incessante movimento circular, ou ainda melhor, em espiral crescente, onde o único e contínuo impulso é de aumentar a soma de dinheiro por meio da conversão de dinheiro em mercadoria e

a reconversão de mercadoria em dinheiro. Na circulação simples, vender para comprar, a reprodução do processo tem um fim fora da troca, ou seja, saciar uma determinada necessidade por meio do consumo de um valor de uso. Já na forma de circulação do dinheiro como capital “[...] Na compra para vender, ao contrário, o início e o fim são o mesmo: dinheiro, valor de troca, e, desse modo, o movimento é interminável” (MARX, 2017b, p. 227). Assim como na análise da mercadoria, também aqui a lógica inerente ao objeto analisado tem implicações substantivas na consciência e ação; vejamos como Marx a faz:

Como portador consciente desse movimento, o possuidor de dinheiro se torna capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua finalidade subjetiva, e é somente enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo de suas operações que ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. Assim, o valor de uso jamais pode ser considerado como finalidade imediata do capitalista. Tampouco pode sê-lo o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do lucro (MARX, 2017b, p. 229).

Então, quando da análise das contradições da fórmula geral – D-M-D’ – e constatado que o mais-valor não pode surgir da troca de equivalentes e tampouco da troca de não equivalentes, questiona-se “Talvez nossa dificuldade provenha do fato de termos tratado os atores apenas como categorias personificadas, e não individualmente (MARX, 2017b, p. 237). Depois de uma análise centrada em características individuais dos agentes da troca conclui: “A totalidade da classe capitalista de um país não pode se aproveitar de si mesma” (MARX, 2017b, p. 238). Da esperteza e capacidade de ludibriar outros atores, a despeito da própria vontade manifesta de fazê-lo, não surge mais-valor.

Seu desfecho do enredo já analisamos nas passagens do segundo item do capítulo quinto. É somente por meio da ação do capitalista de estender a jornada de trabalho para além do tempo de trabalho necessário que se consegue extrair mais-valor. Compra mercadorias e, consumindo-as em um processo produtivo, o que não é senão produzir outras mercadorias, faz com que o trabalhador não só cristalice o conjunto dos valores necessários à sua reprodução, como também necessários à reprodução do capitalista e, prioritariamente, à reprodução do capital. O trabalho excedente é a fonte de todo o mais-valor independentemente de sua forma de aparição, se como lucro, juro, renda ou qualquer outra forma.

O que é apenas aludido por meio das formas literárias utilizadas por Marx no transcurso de sua explicação de como o dinheiro se transforma em capital e no começo da seção terceira quando da análise do processo de trabalho e de valorização para explicar sua compreensão da origem e lógica do capital, se faz presente no capítulo oitavo de uma forma diferente e complementar. Marx sai do personagem de “nosso capitalista”, para as ações de vários capitalistas “reais” quando da análise feita em *A jornada de trabalho*.



No primeiro item do capítulo oitavo, *Os limites da jornada de trabalho*, Marx destaca que o capitalista comprou a força de trabalho por um dia de trabalho e que o limite mínimo da dessa jornada é o tempo de trabalho necessário, ou seja, o valor da força de trabalho, já o limite máximo tem que ser menor do que um dia, ou seja, que 24 horas.

[...] Quanto menos? O capitalista tem sua própria concepção sobre essa última thule, o limite necessário da jornada de trabalho. Como capitalista, ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho ele suga (MARX, 2017b, p. 307).

Ainda que o capital ganhe a analogia com um vampiro, o capital personificado, o capitalista, não faz outra coisa que reivindicar seu direito, proveniente da própria lei que rege a troca de mercadorias, “[...] Como qualquer outro comprador, ele busca tirar o maior proveito possível do valor de uso de sua mercadoria” (MARX, 2017b, p. 308). Nesse momento do texto, Marx então retoma sua narrativa, e da voz ao personagem do trabalhador que adentrou ao processo de produção “tímido e hesitante” esperando a esfola da própria pele. “[...] Mas eis que, de repente, ergue-se a voz do trabalhador, que estava calada no frenesi do processo de produção” (MARX, 2017b, p. 308). Entre aspas Marx monta, por meio de um discurso direto, a fala do personagem trabalhador, de tal forma que deixa claro que é uma continuação do enredo montado capítulos atrás. O trabalhador, ao responder ao “nosso capitalista”, ironiza suas pregações com base na parcimônia e na abstinência, já apresentada no quinto capítulo. Vejamos:

“A mercadoria que te vendi distingue-se da massa das outras mercadorias pelo fato de seu uso criar valor e, mais do que isso, um valor maior do que aquele que ela mesma custou. Foi por isso que a compraste. O que do teu lado aparece como valorização do capital, do meu lado aparece como dispêndio excedente de força de trabalho. Tu e eu só conhecemos, no mercado, uma lei, a da troca de mercadorias. E o consumo da mercadoria pertence não ao vendedor que a aliena, mas ao comprador que a adquire. A ti pertence, por isso, o uso de minha força de trabalho diária. Mas mediante o preço pelo qual a vendo diariamente, tenho de reproduzi-la a cada dia, pois só assim posso vendê-la novamente. Desconsiderando o desgaste natural pela idade etc., tenho de ser capaz de trabalhar amanhã com o mesmo nível normal de força, saúde e disposição que hoje. Não cansas de pregar-me o evangelho da ‘parcimônia’ e da ‘abstinência’. Pois bem! Desejo, como um administrador racional e parcimonioso, gerir meu próprio patrimônio, a força de trabalho, abstenho-me de qualquer desperdício irrazoável desta última. Quero, a cada dia, fazê-la fluir, pô-la em movimento apenas na medida compatível com sua duração normal e seu desenvolvimento saudável. Por meio de um prolongamento desmedido da jornada de trabalho, podes, em um dia, fazer fluir uma quantidade de minha força de trabalho maior do que a que posso repor em três dias. O que assim ganhas em trabalho eu perco em substância do trabalho. A utilização de minha força de trabalho e o roubo dessa força são coisas completamente distintas [...] (MARX, 2017b, p. 308).

Na sequência, o personagem explica com base nos cálculos da diferença entre uma jornada normal de trabalho e aquela que o capitalista o impôs, chegando à conclusão de que o

capitalista o paga pela força de trabalho de um dia, mas consome a de três. E chega assim à exigência que faz ao capitalista:

[...] Exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal, e a exijo sem nenhum apelo a teu coração, pois em assuntos de dinheiro cessa a benevolência. Podes muito bem ser um cidadão exemplar, até mesmo membro da Sociedade para a Abolição dos Maus-Tratos aos Animais, e viver em odor de santidade, mas o que representas diante de mim é algo em cujo peito não bate um coração. O que ali parece ecoar é o batimento de meu próprio coração. Exijo a jornada de trabalho normal porque, como qualquer outro vendedor, exijo o valor de minha mercadoria.” (MARX, 2017b, p. 308).

Confrontam-se aqui os capitalistas – que têm direito a consumir o valor de uso, a força de trabalho no caso, que compraram no mercado de trabalho – e os trabalhadores, que, diante da própria “natureza específica da mercadoria vendida [que] implica um limite de seu consumo”, têm direito em limitar o consumo de sua força de trabalho com uma jornada de duração normal determinada. Deste modo, “[...] Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força” (MARX, 2017b, p. 309). Todo o desenvolvimento do oitavo capítulo, sobre a jornada de trabalho, os dados oficiais do parlamento inglês, as histórias de jornais, as estatísticas relativas à saúde dos trabalhadores etc., permitem compreender que o processo que cria os dispositivos para se regular a jornada de trabalho aparece “[...] na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, *i.e.*, a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, *i.e.*, a classe trabalhadora” (MARX, 2017b, p. 309). O fundamento dela já tinha expressado o personagem do trabalhador quando diz: “O que do teu lado aparece como valorização do capital, do meu lado aparece como dispêndio excedente de força de trabalho” (MARX, 2017b, p. 308). Se por um lado os capitalistas são apenas capital personificado, por outro os trabalhadores, nesta relação, não são “[...] mais do que tempo de trabalho personificado” (MARX, 2017b, p. 317).

Portanto, como vimos, os personagens do capitalista e do trabalhador são “[...] as portadoras de determinadas relações e interesses de classes” (MARX, 2017b, p. 80), como aponta Marx no prefácio de 1867, ou seja, são personificações de categorias econômicas. Duas notas reforçam ainda esse entendimento. Na passagem em que o capitalista resmungava dizendo que podia ter tentado fazer mais dinheiro sem produzir nada, Marx então comenta em nota:

Assim, por exemplo, entre 1844 e 1847 ele retirou parte de seu capital do setor produtivo a fim de especular em ações ferroviárias. Do mesmo modo, durante a Guerra Civil Americana, ele fechou sua fábrica e abandonou seus operários à indigência a fim de especular em ações de algodão de Liverpool. (MARX, 2017b, p. 268, grifos nossos)

Fica explícito aqui que o “nosso capitalista” é representante de sua classe, ou ainda, encarna a própria classe burguesa. Ao costurar sua narrativa com uma nota remetendo para

acontecimentos reais feitos por “ele”, Marx não só diz de onde retirou as características dos personagens, mas revela a própria representação que está fazendo por meio de seu personagem, ou seja, que este é o portador de determinadas relações e interesses de uma determinada classe. No final da fala do personagem trabalhador do oitavo capítulo, Marx insere um comentário com a mesma intencionalidade:

Durante a grande greve dos *builders* [trabalhadores da construção civil] de Londres em 1860-1861 para a redução da jornada de trabalho para 9 horas, o comitê de greve publicou um manifesto que continha, em certa medida, o mesmo conteúdo da defesa de nosso trabalhador. O manifesto alude, não sem ironia, ao fato de que o mais cúpido dos “*building masters*” [empresários da construção] – um certo *sir* M. Peto – vivia “em odor de santidade” [...] (MARX, 2017b, p. 308 - 309).

Os interesses das classes proveem da própria relação que estas estabelecem para produzir a vida, ou seja, elas contraem determinadas relações sociais de produção independentemente de suas vontades. No caso do capitalista, esses interesses têm origem na própria lógica de funcionamento da relação social que ele personifica. São esses fundamentos que são expressos na concorrência. Assim, pelo próprio modo de exposição que perfaz o percurso desta obra, se desenvolve uma narrativa que possibilite compreender a natureza desta relação que se manifesta na concorrência. Neste sentido, quando da exposição do conceito de mais-valor relativo no décimo capítulo, Marx diz:

Não nos ocuparemos, por ora, do modo como as leis imanentes da produção capitalista se manifestam no movimento externo dos capitais, impondo-se como leis compulsórias da concorrência e apresentando-se à mente do capitalista individual como a força motriz de suas ações. Porém, esclareçamos de antemão: só é possível uma análise científica da concorrência depois que se apreende a natureza interna do capital, assim como o movimento aparente dos corpos celestes só pode ser compreendido por quem conhece seu movimento real, apesar de sensorialmente imperceptível (MARX, 2017b, p. 391).

Assim, por meio da narrativa, é explicitada a “natureza interna do capital” e as suas personificações, tornando assim possível compreender os fundamentos das “leis compulsórias da concorrência”. Ademais, a personificação aparece ainda em outras tantas passagens no livro I com o mesmo sentido que apresentamos até aqui; no entanto, para não nos estendermos mais, finalizaremos pontuando uma passagem onde Marx, depois de explanar, por meio da análise da cooperação, sobre as determinações da produção do mais-valor relativo, e também após tratar sobre a divisão do trabalho e a manufatura, a maquinaria e grande indústria, a relação entre a produção do mais-valor absoluto e relativo, as determinações das várias formas do salário, ele então adentra ao processo de acumulação, ou seja, da reprodução ampliada do capital. Assim, no capítulo vinte e dois *Transformação de mais-valor em capital*, vemos:

Apenas como capital personificado o capitalista tem um valor histórico e dispõe daquele direito histórico à existência de que, como diz o espirituoso Lichnovski, nenhuma data não dispõe. Somente nesse caso sua própria necessidade transitória está incluída na necessidade transitória do modo de produção capitalista. Ainda assim, porém, sua força motriz não é o valor de uso e a fruição, mas o valor de troca e seu

incremento. Como fanático da valorização do valor, o capitalista força inescrupulosamente a humanidade à produção pela produção e, conseqüentemente, a um desenvolvimento das forças produtivas sociais e à criação de condições materiais de produção que constituem as únicas bases reais possíveis de uma forma superior de sociedade, cujo princípio fundamental seja o pleno e livre desenvolvimento de cada indivíduo. O capitalista só é respeitável como personificação do capital. Como tal, ele partilha com o entesourador o impulso absoluto de enriquecimento. Mas o que neste aparece como mania individual, no capitalista é efeito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva (MARX, 2017b, p. 667).

As próprias relações sociais capitalistas impulsionam o desenvolvimento das forças produtivas materiais criando assim a possibilidade real de novas relações sociais de produção. É por meio dessas relações de produção que se desenvolveu historicamente a necessidade de uma nova sociedade, bem como a sua possibilidade. A forma literária da narrativa é a que melhor possibilita a Marx expor esse componente de sua crítica à Economia Política, expressando assim o duplo processo da personificação. Por um lado, é o trabalho que vivifica não só meios de produção, mas o “monstro vivo”, o capital. Por outro, o capital, essa relação fetichizada, é que move as classes, moldando assim seus interesses antagônicos. Nesse sentido, a narrativa se impõe como necessidade do próprio modo de exposição da concretude de seu objeto.

### 3.4 Ironia

Um dos componentes que encontramos abundantemente nos textos de Marx, não só nos teóricos – como no interior da narrativa anteriormente analisada – como também nos jornalísticos e nos textos de embate político, é a ironia. Neste aspecto, Wheen (2007) destaca que “Para fazer justiça à lógica insana do capitalismo, o texto de Marx está saturado de uma ironia que escapou a grande parte dos estudiosos nos últimos 140 anos” (WHEEN, 2007, p. 82). Do mesmo modo, Silva (2012) destaca este elemento quando da análise que faz do estilo literário em Marx:

Essa ironia que nos descreve, primeiro, as aparências felizes das relações sociais para, em seguida, denunciar a sua estrutura real e miserável; esse imenso requisitório contra a economia clássica e vulgar [...] daí que as suas ironias estilísticas tenham sempre uma função-chave: a função da denúncia, do esclarecimento da realidade. [...] Vale dizer: a ironia que funciona constantemente em Marx não é um detalhe qualquer, mas uma peça-chave para a compreensão da sua concepção da história. Trata-se também de um componente teórico: a ironia, a zombaria e, em geral, a *crítica* (...) formam parte constituinte da sua teoria geral da sociedade e da história (SILVA, 2012, p. 92-95, grifos do autor).

Rafael Venâncio (2009), em artigo intitulado *Ironia e o Jornalismo de Karl Marx e Friedrich Engels*, ao analisar diversos textos, tanto os filosóficos como os jornalísticos, de Marx e Engels, nos mostra como é abundante essa forma literária em seus escritos. Uma das conclusões a que o autor desse artigo chega é a seguinte:

Só que a ironia dentro do escopo marxista não deve ser pensada meramente como uma ferramenta de persuasão via desmoralização da corrente oposta ou, até mesmo, via bufonaria. A ironia, dentro de Marx e Engels, pode ser considerada como uma importante ferramenta de crítica social (VENÂNCIO, 2009, p. 11).

Por mais que em certas passagens de *O Capital* se verifique o elemento da “zombaria”, nas palavras de Silva (2012), ou da “bufonaria” nas de Venâncio (2009), fica realmente explícito<sup>28</sup> que as suas ironias têm como mote principal a crítica social. A crítica em Marx é, sem dúvida, o centro movente de suas formulações. Ela não só aparece em diferentes momentos como expressão, ou como um termo, em diversos de seus textos; ela se explicita, sobretudo, como fulcro de suas formulações. Em sentido geral, a crítica é o caminho necessário em qualquer constructo teórico que tenha que lidar com outras formulações anteriores, ou mesmo com uma realidade eivada de contradições e interesses de classes antagônicas. Mas, no que toca à forma peculiar de Marx fazer a crítica, encontramos algumas pistas já na *Crítica da filosofia do direito de Hegel, Introdução*, de 1844. Vejamos:

[...] Na luta contra essa situação [da Alemanha de 1844], a crítica não é paixão da cabeça, mas a cabeça da paixão. Não é uma lanceta anatômica, mas uma arma. O seu alvo é um inimigo que ela procura, não refutar, mas destruir. Pois o espírito de tal situação já foi refutado. Não constitui em si e por si um objeto digno do nosso pensamento; é uma existência tão desprezível como desprezada. A crítica já não necessita de ulterior elucidação do seu objeto, porque já o entendeu. A crítica já não é fim em si, mas apenas um meio; a indignação é o seu modo essencial de sentimento, e a denúncia a sua principal tarefa (MARX, 2005, p. 147).

Neste contexto, portanto, Marx caracteriza a crítica não como uma mera refutação, mas, essencialmente, como uma atividade destrutiva, com o objetivo de realização de determinada denúncia. Mais à frente nesta mesma obra, ao se referir ao caráter cômico que na Alemanha assumia o *ancien régime* em comparação com o caráter trágico que assumiu, por exemplo, na França e na Inglaterra, sem se referir literalmente à ironia, apresenta claramente o seu papel:

[...] O Moderno *ancien régime* é apenas o comediante de uma ordem do mundo cujos heróis reais já estão mortos. A história é sólida e atravessa muitos estados ao conduzir uma formação antiga ao sepulcro. A última fase de uma formação histórico-mundana é a comédia. Os deuses gregos, já mortalmente feridos na tragédia de Ésquilo, Prometeu acorrentado, tiveram de suportar uma segunda morte, uma morte cômica, nos diálogos de Luciano. Por que a história assume tal curso? A fim de que a humanidade se afaste alegremente do seu passado. [...] (MARX, 2005, p. 148-149).

---

28 Como, por exemplo, após descrever a situação das condições de trabalho das crianças na indústria de vidro inglesa, quando Marx encerra a nota da seguinte forma: “Enquanto isso, o sr. Capital do Vidro cambaleia, talvez tarde da noite, voltando do clube para casa, ‘pleno de abstinência’ e de vinho do Porto, a cantarolar idiotamente: ‘Britons never, never shall be slaves!’ [ingleses jamais, jamais serão escravos!]” (MARX, 2017b, p. 337).

O anacronismo do Moderno ancien régime expressa seu último suspiro na forma da comédia, assim como a morte dos deuses gregos, nos diálogos de Luciano, se exprimia de forma cômica. Dada formação social chega ao seu termo, deste modo, justamente para que não reste qualquer nostalgia sobre ela. A ironia, neste sentido, permite colocar em destaque o caráter social da crítica empreendida por Marx em diferentes momentos de suas formulações teóricas e de suas análises sociais. Assim, como não poderia ser diferente, ele utiliza deste recurso no decorrer de todo o livro I d’*O Capital*, tendo como objeto a sociedade capitalista e, por conseguinte, as interpretações elaboradas sobre ela pela Economia Política. Nesse sentido, encontramos incontáveis ironias no decorrer desta obra, muitas vezes endereçada a um teórico específico, outras, a uma linha inteira de interpretação, mas em todos os casos é uma crítica à forma pela qual se pensa a sociedade que se está criticando; é, por conseguinte, uma crítica social e não individual ou pontual. Em nota, ou no corpo do texto, podemos encontrar diferentes passagens nas quais Marx, inclusive, utiliza-se de personagens da literatura para ironizar personagens reais<sup>29</sup>. A construção irônica de seu texto tem clara intencionalidade de “destruir” uma concepção teórica, e ao mesmo tempo o fazer de maneira cômica e, com isso, fazer com que os trabalhadores, nas palavras dele expressas na citação acima, se afastem “alegremente” das sociedades onde reina a produção capitalista.

Não obstante essas ironias se fazerem presentes a todo momento no livro I, a análise que fizemos no item anterior sobre a narrativa possibilita compreendermos a grande composição irônica da crítica que Marx faz à sociedade capitalista e seu pretense caráter universal, ou o “reino de deus na terra”, o “Éden dos direitos naturais dos homens”. Como vimos, a narrativa ganha densidade quando “nosso capitalista” e “nosso trabalhador” saem da rumorosa esfera da circulação e adentram à esfera da produção. Já lá, no final do quarto capítulo, é perceptível sua ironia diante dessa característica da ideologia burguesa, que naturaliza as expressões no campo jurídico de suas históricas e transitórias relações sociais de produção. E o personagem do trabalhador já antevia, como vimos, sua esfolia. Contudo, é no fechamento do capítulo sobre a *A jornada de trabalho* que Marx fecha sua ironia, ao revelar, não o caráter falso, ou mesmo ilusório da liberdade, mas a outra face da liberdade na sociedade capitalista. Vejamos:

Temos de reconhecer que nosso trabalhador sai do processo de produção diferente de quando nele entrou. No mercado, ele, que possui a mercadoria força de trabalho, defronta-se com outros possuidores de mercadorias: um possuidor de mercadoria diante de outros possuidores de mercadorias. O contrato pelo qual ele vende sua força de trabalho ao capitalista prova – por assim dizer, põe o preto no branco – que ele

---

29 Sandra Soares Della Fonte, em sua tese de doutorado *Marx e a obra de arte literária em O Capital* (2020), analisa diversos momentos em que Marx utiliza este recurso, não só em *O Capital* como em outros de seus escritos.

dispõe livremente de si mesmo. Fechado o negócio, porém, descobre-se que ele não era “nenhum agente livre”, que o tempo de que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la, que, na verdade, seu parasita [Sauger] não o deixará “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar”. Para “se proteger” contra a serpente de suas aflições, os trabalhadores têm de se unir e, como classe, forçar a aprovação de uma lei, uma barreira social intransponível que os impeça a si mesmos de, por meio de um contrato voluntário com o capital, vender a si e a suas famílias à morte e à escravidão. No lugar do pomposo catálogo dos “direitos humanos inalienáveis”, tem-se a modesta *Magna Charta* de uma jornada de trabalho legal limitada, que “afinal deixa claro quando acaba o tempo vendido pelo trabalhador e quando começa o tempo que lhe pertence”. *Quantum mutatus ab illo!* [Quanto se mudou do que era!] (MARX, 2017b, p. 373-374).

A construção textual da narrativa permite a Marx não só apresentar em forma de diálogos o texto, mas tornar a sua crítica tão assimilável, no que toca à forma, como profunda e complexa em seu conteúdo. Assim, tanto o conteúdo de sua crítica quanto a forma com que ele a faz, são com vistas à revolução, a ruptura da ordem do capital; e é tendo isso em mente que Marx trabalhou não só para encontrar os fundamentos da crítica à Economia Política, o que não é senão, fundamentar a transitoriedade dessa sociedade, mas também realizou o seu incansável trabalho para encontrar formas de se expressar que tornasse compreensível aos trabalhadores a sua teoria social.

## 4 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO NEP – 13 DE MAIO

### 4.1 A trajetória do NEP – 13 de Maio

Para contextualizarmos o trabalho empreendido pelo NEP – 13 de Maio no campo da educação popular percorreremos os principais eventos ocorridos nesse núcleo no decorrer desses quase quarenta anos de história. Como expressamos na introdução desta dissertação, poucos foram os trabalhos que abordaram a trajetória dessa entidade. Dentre eles, tomaremos como base para reconstituição dessa história, a dissertação de Cyntia de Oliveira e Silva, *O resgate da trajetória histórico-política do 13 de Maio NEP – Núcleo de Educação Popular* (2008), onde podemos encontrar o contexto histórico-político-econômico do surgimento e do desenvolvimento da entidade, bem como o debate sobre a educação na perspectiva dos trabalhadores, tanto no que diz respeito ao debate acadêmico como também das organizações voltadas à educação popular.

De um modo geral, Silva (2008) sintetiza a trajetória do NEP – 13 de Maio em duas fases, demarcando entre elas um período de transição. A primeira fase, que vai de 1982 a 1988, compreende a criação desse núcleo até o lançamento da primeira turma do Programa de Formação de Monitores. A fase de transição, que se estende de 1988 até 1992, é caracterizada por esforços de autofinanciamento, e tem como marco de encerramento a criação do Fórum Nacional de Monitores. Por fim, ela reconstitui a segunda fase que tem início em 1992 e é caracterizada, dentre outros fatores, pela priorização da formação de formadores, pela criação de núcleos e coletivos de educação popular, e pelo desenvolvimento de uma concepção metodológica (SILVA, 2008).

O trabalho de Silva (2008) se baseou na análise de documentos, relatórios, e publicações do NEP – 13 de Maio – como cartilhas, folders, boletins, dentre outros registros. A autora também realizou entrevistas semiestruturadas com os seguintes membros da Equipe: Emílio di Gennari, Mauro Luis Iasi e Luiz Carlos Scapi no ano de 2007 e com Manoel Del rio, Nivaldo Moretto e Cristiane Tramonte no ano de 2008.

Segundo Silva (2008), esta história começa quando a equipe de trabalho da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, de São Paulo, é integralmente demitida, no dia 13 de maio de 1982. No mesmo dia, na parte da tarde, essa mesma equipe toma a decisão de continuar desenvolvendo as atividades que levaram à sua demissão, e para isso, fundam o Núcleo de Educação Popular - 13 de Maio. Sobre esse momento inicial, vejamos o relato de Manoel Del Rio:



Nós tínhamos esse rumo, essa definição: sindicatos combativos, oposições sindicais e fundação da CUT. Esse era o rumo do pessoal de São Paulo. Só que uma parte da FASE, em especial a direção nacional, não concordava. Nas Equipes da FASE tinha PCdoB, tinha MR-8, tinha o PCzão, especialmente na FASE do Rio, e eles eram contra a Fundação da CUT e contra o PT também. Nisso se firmou uma luta interna. Nós não abrimos mão das nossas prioridades, então fomos demitidos. [...] (MANOEL DEL RIO, 2008, apud SILVA, 2008, p. 91).

Os membros da equipe da FASE foram procurar outros trabalhos para sobreviver, mas, a partir da cotização destes membros, mantiveram Léo Birk liberado. A escolha por manter a profissionalização de Léo Birk se deu porque ele era quem mantinha na FASE-SP os contatos com entidades financiadoras de projetos de solidariedade aos chamados “países de terceiro mundo” na época. Pouco a pouco a equipe era recomposta devido à aprovação dos projetos junto a sete entidades ligadas à teologia da libertação, principalmente da Holanda, França, Irlanda, Alemanha e Canadá (SILVA, 2008, p. 93).

A linha de atuação da equipe demitida da FASE continuava no 13 de Maio; tanto é que a decisão de fundar a CUT foi tomada na própria sede do NEP – 13 de Maio, como nos conta o relato de Manoel:

Eu participava da organização da ANAMPOS. Em 83 houve a greve dos metalúrgicos em São Bernardo; o Sindicato dos Petroleiros, o dos Metalúrgicos e dos bancários estavam sob intervenção. Então, nós levamos a Secretaria da ANAMPOS para dentro do 13, e a CUT foi definida, praticamente às 3 horas da manhã, [...] numa reunião lá no 13 de Maio NEP, com o Lula, Olívio Dutra, Jacob Bittar, Novaes da Bahia, Avelino Ganzer, Paulo Paim, se não me engano, o Gushiken, me parece, dos bancários. Então, numa reunião da ANAMPOS aqui em São Paulo eles definiram criar a CUT (MANOEL DEL RIO, 2008, apud SILVA, 2008, p. 92).

Os trabalhos nessa primeira fase se dividiam em três tipos: o trabalho direto, também chamado de trabalho de base, a produção de recursos didáticos-pedagógicos e o de formação política. Nesse momento, o centro em torno do qual gira toda as atividades realizadas pela entidade é o trabalho direto, como caracteriza Silva (2008):

O trabalho direto, denominado também de trabalho de base, era a ação central do 13 de Maio NEP a que se subordinavam as demais, desde o desenvolvimento de novos cursos para abordar temas necessários à formação dos militantes daqueles movimentos emergentes, até a elaboração de recursos pedagógicos, também com a finalidade de auxiliar a organização dos trabalhadores. Como trabalho direto, entendia-se o acompanhamento e a assessoria a oposições sindicais, movimentos populares ou entidades recém-tiradas “das mãos dos pelegos”. Isso consistia em levar àqueles movimentos que começavam a se construir de forma autônoma a experiência que se tinha com a organização de atividades de base, a redação de boletins e outros veículos de comunicação, a preparação de assembleias e outras atividades (SILVA, 2008, p. 97).

Nesse sentido, os trabalhos de produção de recursos pedagógicos e de formação política eram demandados e articulados com o trabalho central da entidade, principalmente junto à oposição metalúrgica de São Paulo.

Mauro Iasi entra para a equipe por volta de 1984/85 para ajudar na produção dos recursos pedagógicos; no caso de seu ingresso, de recursos sobre a História do Movimento

Operário no Brasil. Iasi já trabalhava na criação de textos para audiovisuais junto a um coletivo que envolvia diversas entidades quando ocorreu o convite para trabalhar junto ao 13 de Maio. Esses recursos ajudaram a desenvolver o trabalho de formação política, como aponta o relato de Mauro Iasi referindo-se aos recursos pedagógicos:

[...] mesmo aqueles precários, foram abrindo frentes [de trabalho] também. A gente não chegava, mas os materiais chegavam... “Vocês têm material?” “Temos”. “Manda”. Aí o cara via o material e chegava pra você: “Tem mais coisa? Nós vimos o material. Pode vir alguém comentar?” Então os audiovisuais, os materiais foram na frente (MAURO IASI, 2007, apud SILVA, 2008, p. 99).

Desse modo, esse trabalho direto se desenvolve como marca da formação política do NEP – 13 de Maio, especialmente por meio de “reuniões orientadas” (SILVA, 2008). Ao tratar desse ramo dos trabalhos, conta Iasi:

Você tinha aquele trabalho direto e precisava fazer formação com aquele povo. As pistas vinham do próprio movimento: Léo, por exemplo, identificava tais necessidades e dizia: “Scapi, Guarulhos. A Oposição lá precisa fazer um curso”; “Mauro, você pode ir no Jardim Elba discutir com os caras?” Assim era identificada e dividida a tarefa educativa. “Mas discutir o quê, exatamente?” Perguntavam. “Não tinha isso: você vai lá fazer o curso 1, o curso 2, o curso 3. Eram temas. [...] Então vai discutir com os caras: Capitalismo (IASI, 2007, apud SILVA, 2008, p. 100).

Podemos perceber que as primeiras atividades no campo da formação política vieram como necessidade do próprio trabalho direto junto aos trabalhadores. Não existia cursos, tanto no que se refere aos conteúdos quanto à forma. Essas “reuniões orientadas” eram as bases do que viria a se configurar como cursos; elas se realizavam por temas surgidos das próprias necessidades que os trabalhadores identificavam no desenvolvimento de suas organizações; como podemos perceber no relato de Emílio di Gennari:

[...] Então digamos, assim, era uma sequência de temas, que depois boa parte deles vão estar presentes no [curso] Questões de Sindicalismo. Nós vamos encontrar eles nos primeiros dias do [curso] Economia Política e tal, mas o esforço era justamente esse: que tipo de temas eles precisam conhecer, dominar para fazer bem o trabalho de militância? (GENNARI, 2007, apud SILVA, 2008, p. 101).

É nessa interação constante com o movimento operário, sindical e social, que surgem as temáticas a serem tratadas nos cursos, bem como os primeiros cursos, como: Noções Básicas de Economia Política, História do Movimento Operário no Brasil e História das Revoluções. No relato de Mauro Iasi de como surge o curso de História das Revoluções, fica clara essa relação entre as demandas por conhecimento por parte dos trabalhadores e os esforços pedagógicos para atendê-las:

Chegamos [A Equipe do 13 de Maio NEP] à conclusão, depois de algumas turmas, que precisava desdobrar num terceiro curso. Por quê? Muita pergunta. E assim: quais as correntes no movimento operário no Brasil? A gente montou o curso em cima do contexto da ‘História do Brasil’, ‘luta de classes no Brasil’ e ‘questões internacionais’ que influenciavam isso. Então pra falar das correntes políticas que intervinham no Brasil, você tinha que falar do Anarquismo, do Socialismo, da divisão no mundo socialista entre leninistas, trotskistas, maoísmo, Revolução Chinesa... E sempre tomávamos uma pergunta pelo meio: “explique rapidamente a Revolução Russa”, “explique rapidamente porque a China tem divergências com a União Soviética”

[perguntavam os participantes dos cursos]. Eram perguntas que se respondesse, não tinha jeito, acabava com o curso de História do Brasil, [pois] metia um parêntese maior que o curso[...]. Eu propus na Equipe, então, que a gente fizesse um curso de **História das Revoluções** (IASI, 2007, apud SILVA, 2008, p. 103, grifos da autora).

Nesse período, meados de 1980, junto com o crescimento dos processos de luta, das vitórias das oposições, de fortalecimento dos processos organizativos, a demanda por formação crescia cada vez mais, como ressalta Silva (2008):

Esse era um momento de expansão e crescimento dos movimentos. Pelo fato de o 13 de Maio NEP estar no “centro do furacão”, “havia novidades pra tudo quanto é canto”, comenta Scapi (2007). As demandas por cursos ministrados por educadores da Entidade cresciam a cada dia e vinham de vários cantos do País: “A diretoria ganhou aqui também, como é que faz? A gente soube que vocês estiveram lá [em outro sindicato] e deram uma orientada...”, conta ele (SILVA, 2008, p. 105).

As contratações da entidade refletem isso também. Com a entrada de Mauro Iasi e de Paulo Tumolo “[...] vinha junto a experiência com cursinhos, supletivo e tal” (SCAPI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 104). Com a chegada de Humberto Bodra, os cursos passam a ser melhor sistematizados:

A preocupação em organizar “passo-a-passo” o roteiro dos cursos é identificada em Humberto Bodra. Essa sua característica foi fundamental para o período de expansão, do ‘pipocar’ vivido pelo 13 de Maio NEP, pois “a quantidade de solicitações era surpreendente e muito maior do que capacidade de atender”, comenta Scapi (2007) (SILVA, 2008, p. 106).

Já com a chegada de Emílio di Gennari, surgem e se desenvolvem outros cursos:

Com a entrada de Gennari na Equipe em 1988, outros cursos, de caráter mais instrumental, começaram a ser desenvolvidos. Exemplos disso são: o Curso de Organização por Local de Trabalho; o Curso de Negociação Coletiva; o de Campanha salarial, que embora já existissem, “precisavam avançar”, comenta Gennari (2007), que teve uma atuação prioritária no desenvolvimento de tais cursos (SILVA, 2008, p. 106).

Nesse sentido, segundo Silva (2008) “Começavam a se delinear os primeiros fios do jeito de fazer formação do 13 de Maio NEP. Isso se dava a partir do processo de elaborar melhor as atividades, de transformá-las num programa de formação, num conjunto organizado de cursos etc.” (SILVA, 2008, p. 105). Já em 1990, fruto dessa rica experiência que foi os anos de 1980 no Brasil, é desenvolvido um Programa de Cursos e Seminários. Silva (2008) apresenta nove cursos e seminários que o 13 de Maio desenvolveu no ano de 1990; são eles: Questões de Sindicalismo; Plano de ação e administração sindical; Campanha salarial; Técnicas de expressão e dinâmica de grupo; Noções Básicas de Economia Política; A organização nos locais de trabalho; História das revoluções contemporâneas; História do movimento operário sindical no Brasil e Análise de conjuntura (SILVA, 2008, p. 107-108).

Paralelamente a isso, mas também fruto da demanda crescente pelos cursos do NEP – 13 de Maio, a equipe toma a decisão de criar um Programa de Formação de Monitores. Vejamos como Silva (2008) nos expõe a questão:

Com a crescente demanda por atividades de formação por todo o Brasil, a Equipe do 13 de Maio NEP, fixada em São Paulo, não conseguia mais atender todos os pedidos. Em 1988 surgiu a necessidade e a idéia de dar início à formação de multiplicadores do Programa de Formação da Entidade. Foi a partir dessa premência que a idéia de desenvolver roteiros, cursos, programas se cristalizou. Quem assumiu a tarefa de formar novos monitores, como são denominados os educadores ou multiplicadores, foi Humberto Bodra. A escolha se deu por ser ele o mais organizado e detalhado, comenta Iasi (2007) (SILVA, 2008, p. 108).

O período de 1988 até o 1992, que compreende a formação das primeiras turmas de monitores, é caracterizado por Silva (2008) como uma fase de transição ao que ela denomina como segunda fase do NEP – 13 de Maio. Nesse ínterim, o ano de 1992 é marcado por vários acontecimentos. A perda de Humberto Bodra é, com certeza, o acontecimento mais marcante não só para a equipe, como afirma Silva nessa passagem: “[...] em 1992 falece o educador e coordenador do Projeto de Formação de Monitores, Humberto Bodra. Sua perda abalou toda a Equipe que, mesmo assim, buscou se reorganizar” (SILVA, 2008, p. 105); mas também para o conjunto dos trabalhadores que o conheciam e, particularmente, para os monitores formados por ele. No ano em que Bodra nos deixa, o NEP – 13 de Maio já estava na sua quarta turma do Programa de Formação de Monitores, e também já contava com um fórum que os reunia, o Fórum Nacional de Monitores, o FNM, ou ainda FÊNÊMê. O primeiro boletim desse fórum registra não só a perda do camarada “Bodrão”, mas também a continuidade do trabalho da formação de monitores – agora a cargo de Mauro Iasi e Luiz Carlos Scapi –, bem como a continuidade do FNM. Reproduzimos abaixo o trecho que Silva (2008) destaca desse boletim, intitulado *Uma Orquestra afinada*:

O FNM continua na estrada. Estamos tristes com a perda do nosso camarada Humberto Bodra. Todos nós que o conhecemos vamos demorar para nos acostumar com a ideia de um mundo sem o “vamus láááá, companheiruuusss...”. O apego e a dedicação que o Humberto demonstrava na questão da formação só podem ser compreendidos pela profunda convicção de classe e a firmeza na posição revolucionária deste companheiro. Mas nós seguimos como ele com certeza teria prosseguido. O FNM surgiu para ser um veículo de trocas e correspondências entre formadores que desenvolvem sua identidade a partir de suas convicções transformadoras. [...] O combustível do FNM são as suas necessidades e suas dúvidas, suas dicas e ‘sacações’. Por isso estamos esperando uma enxurrada de cartas, quem já escreveu, escreva de novo e quem não escreveu, vê se cria vergonha na cara e “Vamus láááá, companheiruuusss...” (BOLETIM DO FÓRUM NACIONAL DE MONITORES, apud, SILVA, 2008, p. 109).

Nesse período de transição, a equipe do NEP – 13 de Maio ainda teria que tomar duas decisões bem difíceis, mas que alterariam significativamente os rumos da entidade. A primeira delas é a de se concentrar nas atividades de formação e encerrar, primeiro, o trabalho de produção de recursos pedagógicos, e, por fim, o trabalho direto. Sobre esse momento, escreve Silva (2008):

A primeira discussão sobre mudança nos rumos do 13 de Maio NEP se deu, paradoxalmente, num momento de crescimento do trabalho da Entidade e não pela necessidade de fazer algum corte nos gastos. “A questão era: para onde crescer?, ou

melhor, para onde ir? As entidades que realizavam um trabalho semelhante ao do 13 de Maio NEP cresciam para todos os lados” (IASI, 2007 apud, SILVA, 2008, p. 112).

A primeira decisão se dá em relação ao ramo de produção de recursos didático-pedagógicos. Scapi justifica a decisão da seguinte forma: “Tem gente produzindo isso, o movimento tá dando conta [...], nós não temos fôlego pra continuar produzindo recursos pedagógicos, nem é onde é o nosso maior forte. Já nos concentramos no trabalho direto e trabalho de formação” (SCAPI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 112).

Com o fortalecimento e crescimento da Central Única dos Trabalhadores – CUT, os trabalhos de organização das oposições passa então a ser realizado nesta entidade. A maior parte da Equipe do NEP 13 de Maio irá compor a CUT, como por exemplo:

Na gestão 1984-86 da Central, a primeira Secretária Nacional de Formação foi Ana Lúcia, participante da Equipe do 13 de Maio NEP. Scapi foi para a Secretaria de Política Sindical e tornou-se responsável pelo trabalho de organizar as oposições. Humberto Bodra foi para a Secretaria de Formação da CUT estadual paulista. Nesse período, inclusive, algumas reuniões da Secretaria de Formação aconteceram na sede do 13 de Maio NEP, na Rua Dona Avelina, no bairro Vila Mariana, em São Paulo (SILVA, 2008, p. 112).

Para Iasi, a discussão se desenvolveu “[...] não para fechar uma Equipe, para economizar dinheiro, ou porque estivesse faltando dinheiro. A gente fez isso em função da linha geral do trabalho que deveria ser feito” (IASI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 114). Era uma decisão sobre os rumos do NEP - 13 de Maio, como esclarece Scapi:

Vamos decidir agora no que a gente aposta como perspectiva para o futuro. Ele passa pelo trabalho direto ou pelo trabalho de base? Ou ele vai passar pela formação? Aí a gente apostou na análise que fizemos do devir: “duros tempos estarão pela frente”. [...] Tomar essa decisão já é a prova da dificuldade do devir, portanto, a sobrevivência passará por formação política (SCAPI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 114, grifos da autora).

Foi uma discussão complexa e difícil, que não se deu sem muito debate e divergências; entretanto toma-se a decisão de se concentrarem na formação política, haja vista o crescimento das atividades nesse campo. De modo contrário, e pelas próprias contradições da luta de classes naquele momento, via-se um recrudescimento dos movimentos operários sindicais no início dos anos de 1990.

Por fim, ainda no início dos anos de 1990, o NEP – 13 de Maio teve que tomar outra decisão importante para o rumo de suas atividades. Essa sim envolvia uma questão financeira: a decisão de se desligar dos projetos de financiamento das entidades.

Ao analisar a conjuntura da época, a Equipe constata uma mudança no contexto político das entidades financiadoras (sic.). Mudavam os governos na Europa; a social-democracia começava a perder as eleições; assumiam governos conservadores que as pressionavam para saber mais sobre a destinação do dinheiro investido, uma vez que eram seus financiadores diretos. A cobrança aumentava, comenta Iasi (2007): “por que essa grana tá indo pro 3º mundo? Por que essa grana tá indo pro Brasil? Financiando o quê?”. Então a gente começa a sentir no ar o cheiro de mudança de orientação dessas entidades” (SILVA, 2008, p. 121).

Diferentemente do início dos anos de 1980, quando as entidades europeias, na sua maioria, buscavam entidades para financiar projetos ligados à reorganização dos trabalhadores – como o do NEP – 13 de Maio, com clara posição anticapitalista e desenvolvendo cursos tendo por base o marxismo e a história da classe trabalhadora, seja se sua organização sindical seja dos processos revolucionários que empreendemos no decorrer da história – já no início da década de 1990 as entidades europeias restringiam e direcionavam o conteúdo dos projetos, como nos aponta Mauro Iasi:

“Nós temos linhas de financiamento [...]. Vai acabar o projeto. Vocês querem renovar? Então eu vou dizer o que nós estamos aprovando”. Eram projetos que tratavam dos temas: geração de renda, ecologia, mulheres, meninos e meninas de rua e outros de caráter de inclusão social. “Façam projetos nessas áreas que têm chance”. Mas alertavam: “Se vocês mandarem de novo esse seu projeto de organização de oposição metalúrgica, de formação política com esse conteúdo que vocês mandam, História das Revoluções... [...]. Olha, eu conheço vocês, eu sei o que é isso, mas isso bate lá como uma bomba, pra isso não vai ter mais grana (IASI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 122).

A questão, portanto, era a seguinte, nos termos de Iasi: “Para manter a grana, mudamos o que fazemos? Ou para fazer o que fazemos, mudamos a forma de existência para não depender da grana?” (IASI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 122). A equipe se colocava essas questões baseada na análise que os projetos seriam cada vez mais “amarrados” de antemão aos conteúdos e aos públicos-alvo que as entidades financiadoras determinavam. Assim, já consolidada a decisão de focarem os trabalhos na formação política, se antecipam a um provável processo de contínuo afinamento, e resolvem empreender uma estratégia de sobrevivência dos trabalhos diferente:

[...] Nós vamos nos antecipar e fazer um projeto de transição, que na época era pensado em três anos. Durante três anos a gente precisa fazer o seguinte caminho: Ir aumentando uma rede de monitores não contratados, que pudessem dar algumas datas da sua agenda para fazer cursos. Assim, intensificar a formação de monitores pra que essa rede [...] desse conta do programa básico e a gente [a Equipe do 13 de Maio NEP] ficasse apenas com os “cursos” e os “monitores” (IASI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 122).

Dessa forma passaram a recusar as agências financiadoras, como nos conta o relato de Scapi: “As entidades financiadoras chegavam para discutir a renovação e a gente falava: ‘não vamos pedir’. ‘Como vocês não vão pedir a renovação? Mas tem dinheiro lá’. ‘Sim, mas nós não queremos’.” (SCAPI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 123). Nesse sentido, tomou-se a decisão de fazer um contínuo processo de enxugar a estrutura material da entidade e dos seus quadros profissionalizados. Isso permitiu a continuidade da autonomia da entidade e, ao mesmo tempo, dar sequência em seus projetos de formação política. A própria criação do FNM faz parte dessa estratégia, juntamente com o estímulo à criação de grupos regionais ligados ao fórum e o NEP – 13 de Maio, passaria a ser mais uma dessas entidades, como ressalta Silva (2008):

No período de transição, o 13 de Maio NEP passou a ser chamado de “Nave-Mãe”. “É a Nave-Mãe e as Naves-Filhas vindo se abastecer, voltando e tal [...]”, conta Scapi

(2007). Nesse processo, a Equipe sempre fez questão de afirmar que o 13 de Maio NEP passou a ser uma das entidades desse Fórum Nacional de Monitores (SILVA, 2008, p. 125).

Nesse sentido, foram criadas diversas “Naves-Filhas” pelo país, como: o “Núcleo Humberto Bodra de Educação Popular” – NHUBEP – no Rio de Janeiro; o “Coletivo de Formadores da Fetravisp”, no Paraná; o “Centro de Educação e Documentação Popular Outubro” no Distrito Federal, criados já em 1995. Em 1996 foram formados mais dois coletivos de formação: um no norte do país (Pará e Maranhão) e um outro em Vitória (ES). Já em 1998 consolidam-se mais cinco coletivos de formação: o “17 de abril”, no Vale da Paraíba em São Paulo; o “CEEP TUCA” no Paraná; outro na região norte/nordeste; um no Espírito Santo; e ainda o “Coletivo José Novaes” em Salvador, Bahia (SILVA, 2008).

O FNM passa então a ser um importante espaço de discussão dos conteúdos e formas da educação empreendida pelos monitores já formados e pela equipe do NEP – 13 de Maio. Silva (2008), ao relatar a criação do boletim do FNM em 1992, revela essa característica do FNM como espaço da promoção de uma cultura em torno da educação:

A partir de julho de 1992, o Fórum passou a editar um boletim que veio a servir como elo entre os participantes, para troca de correspondências, dicas práticas, alternativas de exercícios e dinâmicas, referências bibliográficas e impressões sobre o trabalho educativo entre os Monitores formados ou em formação, além de reforçar a idéia de que “uma cultura de sistematização de idéias e práticas na área de educação começa a ser criada” (13 de Maio NEP, 1992) (SILVA, 2008, p. 126).

Em 1994, o NEP – 13 de Maio apresenta um novo Programa de Formação, dividido em três tipos de cursos e seminários: Cursos básicos e de capacitação; Cursos de Aprofundamento e o Curso de Formação de Monitores. Os nove cursos básicos apresentados naquele ano são: Como funciona a sociedade; Como funciona a sociedade II; Questões de gênero; Comunicação e expressão; Como fazer análise de conjuntura; Organização nos locais de trabalho; Organização patronal nos locais de trabalho; Campanha salarial e negociação; e Plano de ação sindical. Os cursos de aprofundamento são: Economia política; História das revoluções e História dos trabalhadores brasileiros: lutas e estratégias (SILVA, 2008).

Durante um lento processo que durou quase duas décadas e se encerrou com o fim da profissionalização de Luiz Carlos Scapi em 2009, último dos educadores a sair de seus quadros liberados, o NEP – 13 de Maio conseguiu, na análise de Silva (2008), realizar o processo de transição de uma equipe liberada, com sede própria e recursos para bancar a formação pelo país, à sobrevivência de sua prática pedagógica por meio dos membros do FNM. Uma das questões levantadas por Silva (2008) em sua análise da trajetória da entidade, são os dados quantitativos presentes nos relatórios do NEP – 13 de Maio. Em 1990 o relatório aponta que foram realizados 174 cursos com a presença de 3354 participantes (SILVA, 2008, p.147). Depois de trilhada boa parte dos processos de transição, com a consolidação de vários núcleos regionais de formação,

uma quantidade cada vez maior de monitores formados pelo Programa de Formação de Monitores possibilita em 2001 a realização de um total de 461 cursos, totalizando 10.047 participantes (SILVA, 2008, p. 150).

Nesse sentido, do processo de transição que a equipe do NEP – 13 de Maio decidiu por fazer, Silva (2008) conclui que:

Nos anos que se seguiram (anos 2000 até os dias atuais), a prioridade do trabalho, agora como Fórum Nacional de Monitores, continuou sendo a formação de novos educadores, por meio do Programa de Formação de Monitores, que inicia uma turma regular em São Paulo anualmente. Esse programa passou a ser realizado também no Paraguai, onde já está na sua terceira turma. Além disso, em 2007, teve início uma turma exclusiva para militantes do MST. Dois educadores permanecem liberados para esse trabalho, custeados por meio de um fundo comum mantido pelo FNM, cujas atividades formativas já são auto-financiadas (SILVA, 2008, p. 148).

Onde finda o resgate realizado por Cyntia de Oliveira e Silva, no ano de 2008, é quando o autor dessa dissertação inicia sua formação no Programa de Formação de Monitores, na vigésima segunda turma de monitores, concluindo-a no primeiro semestre de 2010. É justamente nesse período que se inicia uma outra fase onde os trabalhos de transição já tinham se realizado. A década de 2010, por sua vez, é marcada por um novo processo de transição. Dessa vez, esse processo é marcado por uma questão geracional, quem da nova geração que inclusive foi formada dentro do próprio núcleo poderia assumir os trabalhos? Findado o processo iniciado na primeira metade dos anos de 1990, ou seja, com os trabalhos neste momento a cargo somente do FNM, começa-se a questionar quem poderia conduzir os trabalhos e, inclusive, a viabilidade da permanência dos cursões e do Programa de Formação de Monitores.

A cada reunião do FNM era questionado se no ano seguinte haveria ou não a realização dos cursos, e caso houvesse quem estaria a frente desse trabalho. A reunião anual do FNM, como já dissemos, ocorre geralmente na primeira quinzena de dezembro. Ocasionalmente delibera-se por fazer um FNM extraordinário em outro momento do ano para discutir pormenorizadamente alguma questão específica, seja de conteúdo ou de modificações nos roteiros dos cursos. A questão, em linhas gerais, é colocada da seguinte forma: Teremos cursões no próximo ano? Se sim, quem assumirá a condução das turmas? Abriremos a próxima turma de monitores? Se sim, quem assumirá a condução dos trabalhos? Evidentemente, a primeira questão era de fácil resolução e sempre foi reafirmado, tendo quase sempre um certo consenso, a continuidade dos trabalhos. Entretanto a divisão dos trabalhos não era algo simples. Há anos que os três cursos de aprofundamento e o curso de monitores estavam sendo realizados pelas mesmas pessoas. São cursos que não tinham sido sistematizados roteiros, como ocorria no caso dos cursos básicos. Isso não quer dizer que não havia um “roteiro” sendo praticado; antes pelo



contrário, havia a prática de um “roteiro”, mas ele nunca tinha sido sistematizado. Mesmo quando se tinha um roteiro, como no caso do curso de Economia Política, este não tinha sido debatido e assimilado por outros monitores. A transição da condução dos trabalhos nos cursos, portanto, exigia que os novos monitores estivessem lado a lado nos trabalhos com os monitores que já realizavam os cursos; e assim foi feito.

Podemos dizer que hoje essa transição está concluída<sup>30</sup>. Na condução dos cursos de janeiro temos sete educadores que dividem esses trabalhos, mantendo as discussões em torno desses cursos – como novas questões abordadas pelos participantes, ou modificações de conteúdo e forma de se trabalhar –, bem como a condução geral dos trabalhos, reunindo anualmente cerca de cem pessoas num período de seis dias de imersão.

Já com o Programa de Formação de Monitores, diversas iniciativas foram tomadas, culminando na criação de uma nova equipe em 2016 que seria acompanhada por Mauro e Scapi “no quente” da formação. Hoje temos um grupo de quatro monitores, provenientes de diferentes turmas, que são responsáveis e dão continuidade à formação de monitores.

Entraremos em detalhes mais à frente sobre os conteúdos e as formas de alguns dos cursos, mas, quanto à grade que temos hoje, ela foi desenvolvida pelos FNM da seguinte forma: Como Funciona a Sociedade I; Como Funciona a Sociedade II; O que é uma análise de conjuntura; e Comunicação e Expressão – esses são os cursos básicos com duração de dois dias cada um, e que são o foco da formação de monitores; ou seja, os monitores formados a cada ano saem podendo realizar esses cursos básicos. Os cursos de aprofundamento são: Economia Política; História das Revoluções; e História do Movimento Operário II, todos eles com duração de seis dias cada um, sendo realizados anualmente em janeiro de forma simultânea. E, por fim, o Curso de Formação de Monitores, que tem duração de dois anos.

Ainda se faz necessário apontar que esse breve relato da trajetória do NEP – 13 de Maio tem muitas lacunas, e uma delas é a relação entre o desenvolvimento do que veio a se configurar, a partir do quinto encontro do Partido dos Trabalhadores realizado em 1987, como estratégia democrática e popular (IASI, 2006, p. 412), como também a trajetória da formação na Central Única dos Trabalhadores e as críticas desenvolvidas ou gestadas pelo NEP – 13 de Maio, ou ainda nas formulações de alguns membros da equipe desta última.

No que se refere aos trabalhos desenvolvidos pelos membros da equipe do NEP – 13 de Maio, destacamos os trabalhos de Paulo Sérgio Tumolo *Da contestação à conformação – a*

---

30 Evidentemente o processo de divisão dos trabalhos por si mesmo não é de modo algum algo consumado, haja vista que os novos contextos ensejam sempre, tal como relatado acima, novas transições. Estamos a nos referir aqui tão somente à última transição realizada na equipe de formadores.

*formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista* (2002) e de Mauro Luis Iasi *As metamorfoses da consciência de classe – o PT entre a negação e o consentimento* (2006).

No decorrer, principalmente da década de 2010, destacamos ainda o trabalho empreendido por Luís Carlos Scapi no período de transição dos trabalhos para a nova equipe, que os assume definitivamente em 2016. Estes trabalhos ganharam expressões no âmbito acadêmico, sendo um destes resultados o livro *A estratégia democrático popular – um inventário crítico* (2019) organizado por Mauro Iasi, Isabel Mansur Figueiredo e Victor Neves, fruto de reflexões que culminaram em um seminário em 2017 promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas com o apoio do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na apresentação deste livro encontramos:

Seu processo [que resultou no livro] remete a nomes, datas, abrigos. Dentre eles, desponta o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio. Ali perguntou-se; respondeu-se; discutiu-se; brigou-se. Lá germinaram ideias, estreitaram-se laços, floresceram estudos. Ecoou, e ecoa: por que fomos derrotados? (IASI, FIGUEIREDO, NEVES, 2019, p. 13).

E mais à frente: “Desse seminário surge o livro, que reúne os textos-guia das intervenções. Ele é dedicado ao companheiro Luís Carlos Scapi, que, não escrevendo, é um de seus principais autores” (IASI, FIGUEIREDO, NEVES, 2019, p. 14). E ainda em nota:

É bom destacar que o esforço de pesquisa aqui representado não começou no espaço acadêmico, mas sim no NEP 13 de Maio. Dali, se espraiou por uma série de iniciativas em vários pontos do Brasil, de militantes de movimentos sociais, sindicatos, partidos e organizações de esquerda. No entanto, é igualmente importante frisar que, não tendo nascido ali, esse esforço chegou às universidades e foi acolhido por núcleos de pesquisa, dissertações e teses que deram aprofundamento e qualidade teórica às hipóteses e caminhos de estudo abertos anteriormente (IASI, FIGUEIREDO, NEVES, 2019, p. 14).

Esses elementos da história recente do NEP – 13 de Maio, ou como o compreendemos, possibilitam chegar à conclusão que se conseguiu manter um *locus* de autonomia de pensamento e independência em relação às diversas linhas partidárias, ou mesmo às concepções proeminentes no interior dos movimentos sindicais e sociais.

#### 4.2 A consciência de classe como movimento

Na trajetória do NEP – 13 de Maio, um dos aspectos que foram tratados e incorporados ao processo educativo, é a compreensão sobre o desenvolvimento do processo de consciência dos trabalhadores. As variadas formas de expressão da consciência dos trabalhadores, podem ser substanciadas primeiramente pelo seu amoldamento a uma determinada ordem de coisas que inviabiliza o seu viver pleno, passando posteriormente pela revolta contra essa ordem, por via da qual, por vezes, ou avança a um revolucionamento de toda uma sociabilidade, ou amolda-

se novamente à mesma ordem a qual se pôs contra. Diante disso, um grupo de educadores que visa educar os trabalhadores com uma teoria que possibilita uma melhor compreensão daquilo que se quer modificar, deve levar em conta esse movimentar próprio da consciência de classe desses trabalhadores. Na própria introdução ao texto *Reflexão sobre o processo de consciência* (2011) Iasi apresenta essa relação. Ao tratar da motivação deste artigo, nos informa que ele foi feito “[...] para um estudo do programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo no ano de 1985”, e que foi “[...] posteriormente incorporado como texto de apoio a um seminário do Curso de Monitores do 13 de Maio - Núcleo de Educação Popular (NEP)” (IASI, 2011, p. 11) e conclui que:

Também é importante ressaltar que esse estudo sobre o processo de consciência nos deu base para a reflexão de nossa própria concepção de formação, nos permitindo um olhar crítico sobre o patamar das formulações sobre educação popular até então desenvolvidos, sobre o da formação e suas relações com o processo de consciência dos trabalhadores (IASI, 2011, p. 11).

Segundo Iasi (2011), a consciência não deve ser vista de forma estanque, em que o indivíduo simplesmente teria ou não consciência; ou seja, como se ele pudesse adquiri-la, supondo-se assim um momento em que os seres humanos não possuísem consciência alguma; ao contrário, a consciência se constitui em movimento. Partindo dos estudos de Marx sobre o ser social, sobretudo das importantes contribuições contidas na obra *A Ideologia Alemã* sobre o tema da consciência, e refutando as análises mecânicas do processo da consciência de classe baseadas simplesmente na posição em relação à propriedade dos meios de produção, ou ainda somente em um momento específico do movimento da consciência, Iasi (2006, 2011) reconstrói o ser da classe desde seu amoldamento à ordem, até à possibilidade da perspectiva revolucionária e de uma nova consciência:

É por isso que estamos convencidos que o problema da consciência encontra-se no difícil jogo de mediações que liga as determinações particulares e genéricas que compõem o movimento que constitui o ser social. A consciência é movimento que ora se apresenta como consciência do indivíduo isolado, ora como expressão da fusão do grupo, depois da classe, podendo chegar a diferentes formas no processo de constituição da classe até a uma consciência que ambiciona a universalidade (IASI, 2006, p. 25).

O processo genérico de constituição da práxis histórica da humanidade descrito por Marx e Engels (2007) – no "acerto de contas" realizado pelos autores em 1845 –, segue uma ordem distinta daquela estabelecida pelos seres sociais que se encontram inseridos em determinadas relações sociais já estabelecidas. No que diz respeito à constituição da espécie, a produção da existência precede a reprodução de uma determinada forma de família, mas no que se refere ao ser social que já encontra nessas relações objetivadas, o primeiro espaço em que sua consciência toma forma não é a esfera da reprodução de determinadas relações de produção, mas a família. Ou seja, a resposta a uma das questões levantadas por Iasi de “[...] como certa

ordem de relações sociais objetivas, um modo de vida determinado historicamente, converte-se em sua expressão ideal na consciência dos seres sociais?” (IASI, 2006, p. 125), estaria na forma peculiar de conformação do psiquismo na “sociedade dos indivíduos” (ELIAS, 1996).

Entretanto, dizer que a consciência é movimento, não elimina os momentos particulares desse processo. Na perspectiva trabalhada por Mauro Iasi (2011, 2006), a consciência de classe teria pelo menos três formas, as quais descrevemos a seguir.

A primeira forma de consciência, ou “consciência alienada”, tem como elemento primordial a naturalização por parte do indivíduo da sociedade capitalista. Essa naturalização é determinada pela assimilação das regras e normas da sociedade através de suas primeiras experiências de sociabilidade, prioritariamente na família. No entanto, o que está determinando a conformação da primeira forma de consciência dos indivíduos foi antes determinado; ou seja, a conformação da consciência dos pais foi determinada pela relação de trabalho e as relações gerais da sociedade capitalista que agora aparecem como determinantes na conformação da consciência dos novos indivíduos (IASI, 2006, p. 127-135).

Em relação a esta temática, a junção, em um só corpo teórico, da abordagem de Marx com parte dos resultados das pesquisas de Sigmund Freud, tem gerado muitos debates em diversas perspectivas desde a segunda metade do século passado até os dias atuais. As conclusões, em última instância, destes dois autores são indubitavelmente diferentes, entretanto, isso não faz com que as descobertas feitas por Freud, e principalmente aquelas desenvolvidas por Jacques Lacan, sejam necessariamente inverdades pelas conclusões finais do patriarca da psicanálise.

De fato, é neste momento inicial da vida que se dá a configuração substancial do sistema psíquico, a estrutura básica do universo subjetivo do indivíduo, conformada pelo complexo ID, EGO, SUPEREGO (FREUD, 1978). Na fase pré-objetal, caracterizada como a não distinção entre o “eu” e o mundo, desenvolve-se uma relação contraditória entre uma determinada objetividade, o conjunto dos instintos e impulsos básicos – o que Freud nomeia como ID –, e outra objetividade, o mundo externo. É na interatividade com o mundo externo que uma porção do ID se desdobrará, já saindo da fase pré-objetal, em um conjunto de mediações entre seus impulsos e o mundo externo. Dito de outra forma, é da interação entre duas objetividades que se origina uma subjetividade; essa porção do psiquismo que Freud nomeia de EGO. E é a partir desse princípio básico que se consolida o complexo psíquico do ser social em formação como nos aponta Iasi (2011):

O mecanismo primordial dessa intermediação, entre o EGO e o mundo externo, é o chamado princípio do prazer. Buscando o prazer e tentando evitar o desprazer, o EGO busca realizar as exigências do ID, levando em conta a realidade que limita as

condições dessa satisfação. A ação dos pais mediatiza as exigências sociais, histórica e socialmente determinadas, apresentando-se ao EGO em formação como uma força a ser levada em conta na sua busca de equilíbrio e adaptação. Isso "deixa atrás de si", diz Freud, "como que precipitado, a formação de um agente especial no qual prolonga-se a influência parental", o SUPEREGO. O externo se interioriza, uma relação entre o EGO e o mundo externo interioriza-se, formando uma parte constitutiva do universo subjetivo do indivíduo (IASI, 2011, p. 16).

No transcurso do processo de mediação que o EGO empreende entre o ID e o mundo externo vai-se cristalizando e introjetando este mesmo mundo externo na forma de um SUPEREGO. Entretanto não é só as regras que são interiorizadas. Juntamente a isso se desenvolve um mecanismo que Freud nomeia como “complexo de Édipo”. Iasi, ao tratar da questão, nos assina-la:

Apesar do risco das generalizações e conclusões nem sempre exatas que derivam dessa concepção freudiana, podemos considerar que seu mecanismo básico representa, em nossa sociedade, um elemento fundamental que compõe a personalidade e a consciência dos indivíduos (IASI, 2011, p. 17).

A forma básica do complexo de Édipo é a diferenciação entre dois tipos de pulsões: “[...] alimentação (ligada à sobrevivência imediata e física) e o sexo (ligado à afetividade e ao desejo, que se vinculam à reprodução)” (IASI, 2011, p. 17). Enquanto o primeiro, pelo próprio caráter de sobrevivência, é inexorável, ou seja, deve ser realizado, tendo assim um grau de maleabilidade muito reduzido, com o segundo, por mais que tenha implicações para a constituição do ser – e “às vezes sérias”, ressalta o autor – elas podem ser deslocadas ou reprimidas. Tendo isso como base, conclui então Iasi sobre o complexo de Édipo:

Toda criança elege um objeto de seu desejo e fantasia sua perfeita integração afetiva com ele. Na estrutura triangular da família monogâmica (pai, mãe e filho/a), essa ação é interrompida pela presença de uma terceira pessoa. A criança, com a mesma intensidade que fantasia seu desejo, fantasia a eliminação do concorrente. No entanto, a plena realização do desejo colocaria em risco a sobrevivência da relação, que garante a existência física da criança. Por uma série de mecanismos, a criança desenvolve um sentimento de impotência e culpa, que o EGO sente como desprazer e busca eliminar. A forma encontrada é dada pela própria natureza dos impulsos: reprime-se o desejo para garantir a sobrevivência imediata (IASI, 2011, p. 17-18).

Com os elementos desenvolvidos até aqui, Iasi lista sete características principais da primeira forma de consciência. Vejamos:

1. a vivência de relações que já estavam preestabelecidas como realidade dada;
2. a percepção da parte pelo todo, onde o que é vivido particularmente como uma realidade pontual torna-se “a realidade” (ultrageralização);
3. por esse mecanismo, as relações vividas perdem seu caráter histórico e cultural para se tornarem naturais, levando à percepção de que “sempre foi assim e sempre será”;
4. a satisfação das necessidades, seja da sobrevivência ou do desejo, deve respeitar a forma e a ocasião que não são definidos por quem sente, mas pelo outro que tem o poder de determinar o quando e o como;
5. essas relações não permanecem externas, mas se interiorizam como normas, valores e padrões de comportamento, formando com o SUPEREGO, um componente que o indivíduo vê como dele, como autocobrança e não como uma exigência externa;
6. na luta entre a satisfação do desejo e a sobrevivência, o indivíduo tende a garantir a sobrevivência, reprimindo ou deslocando o desejo;
7. assim, o indivíduo submete-se às relações dadas e interioriza os valores como seus, zelando por sua aplicação, desenvolvimento e reprodução (IASI, 2011, p. 18-19).

Esses elementos são desenvolvidos durante os primeiros anos da criança em interação com o mundo, prioritariamente na família, como já explicitamos. Entretanto, estes mesmos elementos são reforçados, de início, pelas demais relações que a criança irá desenvolver. Quando uma criança chega a uma escola, já está de antemão “pronta”, e o conjunto, o todo “escola”, com sua arquitetura, conteúdos, regras e normatizações, concepção pedagógica, etc., se apresenta à criança como realidade dada. Essa criança não compreende sua escola como uma forma dentre as demais, e ultrageneraliza esta forma como sendo “a escola”, perdendo assim, esta última, seu caráter histórico. Na escola continua sendo um “outro” que define o quando e o como. Essa realidade que se apresenta de início externamente, é incorporada como autocobrança, e o mesmo mecanismo de sobrevivência adquirido na conformação do SUPEREGO, continua a deslocar ou reprimir o desejo em função da sobrevivência. O conjunto destes mecanismos passa então a ser entendido e defendido como sendo “seu”, ajudando assim na sua reprodução. Assim também, nas relações de produção acontece de maneira similar. Aponta Iasi:

O mesmo ocorre no trabalho. Aqui, de modo ainda mais claro, as relações já se encontravam predeterminadas, outros determinam o que se pode e o que não se pode fazer, o capital determina o como, o quando e o que fazer. Vender sua força de trabalho ao patrão em troca de um salário não é visto como algo absurdo, mas como algo perfeitamente "natural". Sempre foi assim ... sempre será ..., nosso desejo submete-se à sobrevivência imediata ... temos que trabalhar para viver, por isso nos submetemos. A lógica imposta pelo capital (externa), interioriza-se e nós mesmos nos levamos ao mercado para sermos esfolados ... e nos alegramos quando algum capitalista dispõe-se a comprar nossa força de trabalho. Pregamos alegre e convictamente as ideias do capital como se fossem nossas (IASI, 2011, p. 19-20).

No artigo *Educação e consciência de classe: desafios estratégicos* publicado em 2013, onde Mauro Iasi aborda os debates históricos e recentes sobre a educação na perspectiva revolucionária, ele nos esclarece que:

Podemos afirmar, portanto, que a primeira expressão da consciência dos trabalhadores, a consciência reificada nos termos de Lukács (1974) ou o senso comum nas categorias de Gramsci (1999), é a consciência burguesa. Eles pensam o mundo e a si mesmos a partir dos elementos que constituem a consciência da burguesia, portanto, não nos espanta que a primeira expressão prática dessa forma de consciência seja o amoldamento dos trabalhadores à sociedade da qual eles fazem parte e não sua negação (IASI, 2013, p. 72).

Neste artigo, Mauro toma como referência uma obra de Antônio Gramsci até hoje utilizada no Curso de Formação de Monitores; trata-se de um excerto contido no *Caderno 11 (1932-1933)* dos *Cadernos do Cárcere* (1999) que tem por título *Introdução ao Estudo da Filosofia*. Vejamos em linhas gerais as considerações deste autor presentes neste texto.

Gramsci (1999) apresenta o seguinte ponto de partida: “[...] É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade

intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos” (GRAMSCI, 1999, p. 93).

É preciso, portanto, demonstrar, antes de mais nada, que todos são filósofos e, ao fazê-lo, definir as características e limites desse filosofar espontâneo. Essa filosofia peculiar a todos, pode ser visualizada nas concepções de mundo contidas na linguagem, no senso comum, no bom senso e na religião popular. Ou seja, nas mais simples manifestações de uma atividade intelectual, em um conjunto de conceitos e noções determinados, por exemplo na linguagem, pode-se perceber um determinado modo de ver o mundo e de agir nele (GRAMSCI, 1999).

Após ter demonstrado que todos têm uma certa visão de mundo, mesmo que de forma inconsciente, Gramsci então nos expõe o seguinte problema:

passa-se ao segundo momento, ao momento da crítica e da consciência, ou seja, ao seguinte problema: é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente [...], ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (GRAMSCI, 1999, p. 93-94).

Esse processo, seja ele consciente ou inconsciente, não é individual. Pertencemos sempre a um grupo determinado que comunga da mesma forma de pensar e agir no mundo. Somos, necessariamente, “conformistas de algum conformismo”. Neste sentido, a questão que se coloca é “[...] qual é o tipo histórico do conformismo, do homem-massa do qual fazemos parte?” (GRAMSCI, 1999, p. 94). Quando a concepção de mundo não é unitária e coerente e sim ocasional e desagregada, nossa personalidade é composta de maneira “bizarra”; convivem em uma mesma concepção de mundo pensamentos e ações que se antagonizam. Encontra-se nesse filosofar espontâneo elementos da mais moderna e progressiva ciência, e princípios, preconceitos e concepções teóricas de fases históricas anteriores, forjados de forma grosseiramente localista e particular, seja espacial ou temporalmente.

Assim como não se pode isolar a cultura da própria história da cultura, não se pode separar a filosofia da história da filosofia. Nisso que o autor chama de “filosofar espontâneo” está contido um conjunto de filosofias unitárias e coerentes em si mesmas. Mas, como qualquer objetivação humana, a filosofia distancia-se, espacial e temporalmente, de sua origem, ainda mais quando estas filosofias se consolidam como linguagem escrita. É como se o filosofar espontâneo utilizasse, de forma fortuita, variados fragmentos do conjunto das filosofias.

Gramsci (1999) aponta então para a necessidade de se fazer um inventário das filosofias que nos compõem, como ato de criticar-se como produto de uma determinada época histórica:

Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa, também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise (GRAMSCI, 1999, p. 94).

Com base nas formulações de Gramsci expostas acima, Iasi (2006) esclarece que o processo de composição ocasional e desagregada do senso comum tem um fio condutor que conecta os fragmentos que a constitui, conferindo-lhe sentido: a liberdade, a igualdade, o indivíduo e a propriedade, que são categorias do pensamento liberal clássico, pois compõem uma cadeia própria de relações que só existem na sociedade burguesa moderna. Não são, portanto, simples significantes que podem ser facilmente ressignificados. Somente nesta sociedade podemos encontrar, como relação predominante, dois livres proprietários de mercadorias que se relacionam a partir da igualdade dessas mercadorias no mercado. Somente com a dissociação dos meios de produção de um lado, e a força de trabalho livre do outro (MARX, 2017b), é que essa cadeia de significantes adquire significado próprio e correspondente às relações reais de produção e reprodução da vida na sociedade capitalista. É, portanto, esse conjunto de significantes que conformaria a base do senso comum de nosso tempo histórico:

No entanto, há uma ordem neste caos desagregado e os valores não deslizam numa série totalmente aleatória e em aberto. Um dos aspectos evidenciados em nossas atividades de formação é que o senso comum é “liberal”. Isto não ocorre porque as ideias liberais são as mais encontradas e difundidas, mas pelo fato antes assinalado de que as relações que constituem a substância de seus valores são aquelas que embasam a experiência imediata de vida das pessoas submetidas à ordem do capital. [...] Desta maneira, aquilo que aparece como desagregado esconde uma lógica substantiva que lhe dá unidade, sem que perca a forma desagregada [...] (IASI, 2006, p. 205).

Na perspectiva tratada por Iasi (2006), esses valores, regras, normas de conduta etc., que são incorporados pelos novos sujeitos desta sociedade, são recebidos antes como carga afetiva. Nesse aspecto, o autor baseia-se na leitura que Silveira (2002) e Slavoj Žižek (1996) fazem da teoria lacaniana sobre os significantes mestres: “Nossa afirmação é que a substância última das relações sociais dominantes encontra sua expressão ideal em alguns significantes mestres que em sua substância são transmitidos e internalizados como cargas afetivas, e não meramente ideias, no superego” (IASI, 2006, p. 153).

Está presente aqui uma outra questão muito discutida pelo NEP – 13 de Maio e também presente nas formulações de Mauro Iasi: a ideologia; categoria esta na maioria das vezes mal compreendida, acabando por gerar implicações, inclusive, no campo da educação popular. Ainda que não seja o nosso objetivo aqui aprofundar a questão, elucidaremos uma compreensão



básica do termo localizada na obra *A Ideologia Alemã*; obra que só veio à público em 1932. Vejamos como Marx e Engels tomam a questão:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Nesse âmbito a questão se torna simples de ser compreendida. Por ser materialmente dominante e deter como propriedade não só os meios de se produzir materialmente a vida e com isso também os meios da produção espiritual, a classe dominante, no nosso caso, a burguesia, consegue expressar sua visão de mundo por todos os canais que estão disponíveis: produções acadêmicas, periódicos científicos, revistas, jornais, livros, pela transmissão televisiva, mais recentemente pelas mídias digitais, instituições religiosas etc. Nesse sentido, as ideias das classes dominadas, “aos quais faltam os meios de produção espiritual” não têm a mesma circulação que as ideias da classe dominante. No entanto, se parássemos por aqui teríamos, como ressalta Mauro Iasi em diversas passagens de seus trabalhos, uma concepção parcial do fenômeno da ideologia. Vejamos algumas delas:

Quando nós entendemos equivocadamente a ideologia como mero conjunto de ideias que se impõe coercitivamente, o caminho para superá-la é a educação, ela seria o meio pelo qual posso arrancar os trabalhadores da alienação e trazê-los para a consciência de classe, para a luta e daí para a revolução (IASI, 2013, p. 76).

Ou ainda,

Não é por acaso que se exagera, desta forma, o papel dos chamados “meios de comunicação” e da atividade educacional como os principais fatores de manutenção ou de transformação da consciência dos indivíduos. Desta maneira, um grande número de militantes acredita que se trata de “trocar” um conjunto de ideias por outro e adere com entusiasmo à missão redentora da educação, evidentemente com a finalidade de “conscientização” e os mais nobres objetivos de transformação social (IASI, 2006, p. 122).

Ou seja, não podemos nos restringir à compreensão de que a ideologia é um conjunto de ideias, falsas ou não, que se bem “marteladas” em nossas cabeças passaríamos a pensar de determinada forma e não de outra. Entretanto, não deixando de considerar esse conjunto de ideias, e não perdendo de vista a determinação da propriedade dos meios da produção espiritual, Marx e Engels continuam:

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal [ideológica – variante no manuscrito] das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

O que os trabalhadores encontram difundido massivamente é uma determinada visão de mundo que, assim como o próprio mundo, eles têm que partilhar com a sua classe antagônica. É pelo fato de vivenciarmos determinadas relações sociais de produção e circulação, as

capitalistas, que nosso pensamento corresponde a essa ordem, corresponde à visão de mundo liberal, com o conjunto de seus significantes mestres. Para além de serem amplamente divulgadas pelas mais variadas formas de circulação das ideias, a classe trabalhadora encontra uma correspondência entre o que ela vive e as ideias divulgadas. Essa correspondência tem origem na mais simples afirmativa de que partilhamos um “mundo invertido” com a burguesia, e esse “mundo invertido”, transubstancia-se em “ideias invertidas”. Segundo Iasi, essa correspondência tem um papel importante na conformação do senso comum de uma dada época:

Este reconhecimento opera, também, como elemento consolidador da visão de mundo no senso comum. O fato de a concepção de mundo ser partilhada pelo grupo imediato fortalece seu *status* de “real”. Para nós isto não constitui uma novidade, uma vez que a visão de mundo que a pessoa julga ser sua é construída e interiorizada a partir da relação com o “outro”. O efeito de correspondência é produzido em razão de a pessoa julgar certa consciência social “como se fosse sua”, autenticamente produzida por sua percepção singular do mundo (IASI, 2006, p. 206).

Desta forma parece que estamos em um “beco sem saída”. Iasi assim o descreve:

Aqueles que se servem de uma visão mecânica do mundo e do processo histórico fecharam aqui o círculo da dominação. A ideologia corresponde às relações concretas que comprovam e reforçam essa ideologia ao mesmo tempo em que esta lhes justifica e reforça. Não há saída. Isso constitui um dos principais mitos de nossos tempos: a dominação ideológica perfeita, assim como anunciam as ficções de Orwell e Huxley (IASI, 2011, p. 26).

A resposta a esse mito que nos é contemporâneo, Iasi também o encontra no “acerto de contas” de Marx e Engels. Vejamos:

Quanto mais a forma normal de intercâmbio da sociedade e, com isso, as condições da classe dominante desenvolvem sua oposição às forças produtivas progressistas, quanto mais cresce, em decorrência, a discórdia na própria classe dominante e entre esta e a classe dominada, é claro que tanto mais inautêntica se torna a consciência que originalmente correspondia a essa forma de intercâmbio, isto é, ela cessa de ser a consciência que corresponde a ela, e tanto mais as representações sobre essas relações de intercâmbio que vinham sendo transmitidas, representações essas em que os interesses pessoais reais etc. são declarados como universais, descambam para meras frases de efeito idealizadoras, para a ilusão consciente, para a hipocrisia proposital. Porém, quanto mais elas são desmentidas pela vida e quanto menos valem para a própria consciência, tanto mais resolutamente são afirmadas, tanto mais hipócrita, moralista e santa se torna a linguagem da sociedade normal em questão (MARX; ENGELS, 2007, p. 283-284).

Ao vivenciar relações sociais fora do âmbito familiar, seja em sua vizinhança, na escola e principalmente nas relações sociais de trabalho assalariado, o indivíduo que já tinha uma determinada representação ideal destas relações incorporadas como suas, passa a internalizar outros valores e normas, podendo entrar em contradição com aquelas anteriormente incorporadas. Por exemplo: uma pessoa foi criada em um ambiente que tem como base a ideia de que, trabalhando bastante e se esforçando, conseguiria tudo na vida, ou como no ditado popular, que “o trabalho dignifica o homem”. Essa pessoa passa a vivenciar uma realidade particular que, mesmo se “matando de trabalhar”, não consegue o mínimo para a sua

sobrevivência. Esta contradição pode levá-la a um estado de revolta, caracterizado inicialmente como um conflito subjetivo. Esse conflito pode encontrar um ponto de acomodação numa espécie de sina, como um processo em que a pessoa encontra explicações em sua própria história de vida para o desfecho trágico de seu insucesso na vida. Mas, em determinadas condições, essa mesma vivência de revolta pode desencadear em possibilidades de se transitar para uma nova forma de consciência (IASI, 2011).

Assim, a segunda forma de consciência, ou a “consciência em si”, se caracteriza primeiramente pela identificação em outros indivíduos daquilo que se vivenciava apenas subjetivamente como contradição interna. O grupo se coloca como pré-condição para que os indivíduos saiam do estado de “consciência alienada” abrindo a possibilidade de um novo momento do movimento da consciência de classe. Somente quando os indivíduos veem em outros a sua própria contradição, torna-se possível um salto de qualidade da primeira para a segunda forma de consciência. Essa consciência produzida por meio da ação grupal pode evoluir para mobilização de uma determinada categoria profissional, e mesmo chegar à fusão de classe, a depender das proporções do que se reivindica, ou daquilo que se tenta modificar, podendo assim dar forma à consciência de um novo sujeito coletivo, a classe proletária (IASI, 2011).

Ora, se isso é verdade a superação só pode se dar por uma contradição no campo dessa vivência, no cotidiano. O que entra em contradição, em um primeiro momento no processo de consciência, são as ideias anteriormente introjetadas na vivência de um novo contexto material que se choca com os valores ideais próprios de outros contextos (IASI, 2013, p. 76).

A terceira forma de consciência, ou a “consciência para si”, está associada ao limite da segunda forma. Esta se caracteriza pela reivindicação; mas quem reivindica, reivindica a alguém, ainda é “outro” quem soluciona o problema, por exemplo o patrão ou o Estado. A consciência para si tem por característica que a classe proletária assuma para si a construção histórica, fazendo ela mesma aquilo que resolverá seus problemas, sem delegar esta função a outra classe ou ao Estado. No salto de qualidade entre a segunda e a terceira forma de consciência, a compreensão da realidade se coloca como fator principal, o que, para o enfoque dado aqui, é de fundamental importância. Este processo não é linear, podendo haver recuos e avanços na conformação da consciência do proletariado. Assim como a consciência pode avançar da segunda para a terceira, ela pode também voltar à primeira forma ao solucionar parcialmente ou totalmente as suas reivindicações, ou mesmo, no caso em que uma classe já tenha realizado um processo revolucionário, após um longo percurso, pode retornar à consciência alienada em um novo patamar de acomodação e serialidade (IASI, 2011).

Esses são os traços gerais de como ocorre o processo de consciência com base na perspectiva teórica aqui abordada; e é nos limites e potencialidades desse processo que podemos então pensar no papel da educação popular. Como vimos, é a própria dinâmica contraditória das relações capitalistas que impulsionam e dão base para a transição da primeira para a segunda forma de consciência. E aqui essa questão é de suma importância não só para o tema da educação, mas para uma compreensão mais ampla de nossas estratégias e lutas de uma forma geral. Vejamos como Iasi (2013) apresenta a questão:

Se é verdade – e é – que o movimento da consciência só pode brotar da vivência das contradições particulares, a compreensão da natureza dessas contradições não está nessa vivência da particularidade, na imediatez, não só por uma regra filosófica que afirma que o particular está no universal, mas o inverso não é válido, ou seja, o universal não está completamente no particular; mas porque se trata do campo da aparência, do campo da cotidianidade, do campo da superfície no qual as verdadeiras determinações não se expressam (IASI, 2013, p. 77).

Sem essa compreensão mais profunda por parte dos trabalhadores, seja por um círculo mais restrito, ou mais abrangente, dos membros que compõem a classe trabalhadora, não é possível transitar da segunda forma de consciência à terceira. É a apreensão da totalidade e seus fundamentos “[...] que permite aos trabalhadores se ver como classe histórica que são: compreender a natureza da forma capitalista e pensar a sua superação, inclusive as vias de realização e as formas organizativas políticas necessárias” (IASI, 2013, p. 77).

Uma pessoa ou grupo que se encontra na primeira forma de consciência, não é ainda apresentada a ela a necessidade de compreensão dos fundamentos da sociedade em que vive. De nada adianta, portanto, gritar nas passeatas que “você aí parado, também é explorado”, como uma vã tentativa de fazê-la se movimentar. É necessário vivenciar as contradições produzidas pela história; tanto as que colocam as classes em luta, quanto aquelas que abrem possibilidades de se revolucionar toda uma sociedade. É somente a compreensão desse processo complexo do jogo das condições objetivas e subjetivas necessárias à revolução que nos possibilitará compreendermos melhor o papel que nesse processo possui a educação. Se não a entendermos, abre-se a possibilidade de delegarmos à história um papel que é nosso, e tentarmos assumir tarefas que somente a história, e a vivência hodierna de cada contradição, tem condições de apresentar.

É típico do ciclo que estamos encerrando aqui. Do mesmo modo que acreditamos que podemos produzir o salto da consciência através da educação, contrapondo novas ideias às velhas ideias, passamos a acreditar que as tarefas descritas, como a elaboração das estratégias, as vias revolucionárias e as formas organizativas a elas associadas, são uma espécie de tarefa que a história resolve por nós. Vejam que interessante, nós queremos fazer o trabalho da história e esperamos que ela gentilmente faça o nosso (IASI, 2013, p. 77).

Mas o que fazer quando a classe parece não só alienada, enclausurada na concorrência entre nós mesmos, presa em ardilosas aparências e defendendo projetos históricos que não são de seu interesse? Iasi (2013) aponta dois caminhos em seu artigo:

Dois caminhos se apresentam neste momento: ou você desiste e vira pós-moderno, ou você vai até a classe e vai buscar as mediações políticas, educacionais e organizativas necessárias para construir o movimento no sentido dessa superação. Nesse trabalho a educação formal e a não formal é essencial. Acredito como Paulo Tumolo (2002), que a educação formal é necessária, mas insuficiente (IASI, 2013, p. 79).

E é justamente na insuficiência da educação formal que foram empreendidas diversas formas de se pensar a educação de maneira independente e autônoma como conclui Mauro Iasi:

É essencial que a classe crie seus próprios espaços formativos, pois não é verdade que o conhecimento considerado como neutro nos ajude em nossas tarefas pelo simples fato de ser conhecimento humano acumulado bastando socializá-lo. O conhecimento é revestido de ideologia, direcionado para uma funcionalidade de reprodução e garantia da ordem. Os trabalhadores, na imagem gramsciana, devem fazer seu inventário, resgatar do conhecimento universal mais desenvolvido as bases para constituição de sua autonomia de classe, desvelando os fundamentos políticos e os interesses de classe que perpassam o conhecimento e as formas educativas, esta é uma tarefa que passa pela socialização do conhecimento nos espaços formais, mas exige que saibamos construir nossos próprios espaços formativos, pois certos temas e formas educativas exigem espaços próprios e independentes (IASI, 2013, p. 79-80).

Diversas iniciativas foram empreendidas no decorrer da história da classe trabalhadora para construir de forma independente e autônoma as iniciativas no campo da educação. No próximo item vamos abordar algumas delas, e mais estritamente a que ganhou um ar de unanimidade no campo da educação popular nas últimas décadas na América Latina e principalmente no Brasil.

#### 4.3 Crítica à Concepção Metodológica Dialética

No artigo *Educação popular: formação da consciência e luta política* (2004), Mauro Iasi apresenta alguns elementos para a compreensão das experiências em formação política no transcurso da história do movimento dos trabalhadores no Brasil. A primeira questão que deve ser levada em consideração, segundo Iasi, é que “[...] a forma da educação popular, ou da formação política de quadros, está inseparavelmente ligada à maneira como as forças políticas entendem o processo de formação da classe e concebem o caminho de sua emancipação” (IASI, 2004, p. 1).

Para Iasi, a própria identificação de que há uma necessidade de socialização de certos conhecimentos para que os trabalhadores possam atuar de maneira mais decisiva e efetiva nas suas lutas, implicaria em assumir determinados pressupostos. Vejamos:

1) há uma diferença entre aparência e essência, de forma que a simples vivência da realidade não oferece a compreensão necessária das determinações que sustentam uma particular forma de sociedade; 2) a compreensão de que as diferentes alternativas societárias correspondem a interesses de classe, o que nos leva a afirmar que tanto a

manutenção da atual ordem social, como a possibilidade de sua superação envolve projetos históricos de determinadas classes sociais; 3) acreditar que as transformações históricas podem ser um projeto consciente, que expressam uma intencionalidade, ou seja, que no caso da etapa proletária e socialista, as revoluções não “acontecem”, mas tem que ser “feitas”; 4) compreender que na realização de uma revolução social, combinam-se aspectos objetivos (grau de avanço das forças produtivas materiais e sua contradição com as relações sociais existentes, grau de amadurecimento de uma situação revolucionária, crise nas cúpulas, aumento da miséria e angústia das massas, acirramento do movimento independente das massas, etc), com aspectos subjetivos, que Lênin identificou como a “capacidade da classe revolucionária em produzir ações revolucionárias de massa que levem à derrubada do poder da classe dominante” e que envolvem a capacidade de elaboração de programas táticos e estratégicos produzidos pela compreensão das formações sociais em suas particularidades, assim como a constituição dos meios organizativos capazes de produzir os vínculos diretos com o movimento vivo da classe (IASI, 2004, p. 2).

Nas últimas décadas, com a ofensiva do capital e com as consequentes derrotas sucessivas que os trabalhadores vêm sofrendo, estes pressupostos têm sido, ou ignorados, ou incisivamente atacados. Uma dessas ofensivas é a pós-modernidade, que até mesmo a diferença básica entre a aparência dos fenômenos e seu movimento essencial procura aniquilar, e substituir as ciências e suas necessárias investigações por simples “olhares” sobre a realidade. Neste sentido segundo Iasi,

Neste cenário de derrota e defensiva da luta dos trabalhadores, a formação perde o sentido e a educação popular metamorfoseia-se em programas de “inclusão social”, “desenvolvimento de cidadania”, “educação para o trabalho”, ou ainda assume a forma de meros atos de propaganda e de informação (IASI, 2004, p. 2-3).

Mas nem sempre foi assim. Na história das lutas dos trabalhadores no Brasil podemos encontrar diversas iniciativas no campo da educação voltadas aos processos de ruptura com a ordem do capital. Para melhor compreendê-las temos que considerar as diferentes tarefas desenvolvidas nas lutas com vistas a construir as condições subjetivas necessárias ao processo revolucionário. Neste sentido, Iasi (2004) elucida a diferença entre os trabalhos de agitação, organização e formação. A agitação busca potencializar as contradições vivenciadas individualmente pelos trabalhadores com a finalidade de promover sociabilidades grupais, possibilitando assim que os trabalhadores deixem de restringir a compreensão sobre as contradições vividas como próprias de sua história individual e passe a percebê-las como algo coletivo. A organização potencializa essa relação de pertencimento a um determinado grupo, até os variados vínculos que compõem o ser coletivo da classe, que de forma inicial pode se erigir, por exemplo, em uma organização de bairro, até chegar à sua associação internacional em partidos, movimentos etc. A formação tem por característica a busca constante em socializar o conjunto de conhecimentos necessários para que os trabalhadores possam compreender de maneira mais profunda e essencial a sociedade que buscam transformar.

Entendemos que haveria ainda um outro ramo dessa espécie de “divisão social do trabalho revolucionário” que é a formulação. Esta entendemos que é uma dimensão específica

que tem por objetivo investigar as múltiplas determinações que envolvem o real, tanto no que concerne à análise das teorias e da história da luta de classes, quanto da realidade hodierna no sentido estrutural, das características dos períodos históricos e conjunturais.

No que toca à formação, Iasi (2004) conclui que:

Algumas experiências históricas do trabalho educativo no campo da formação política, não atentaram para a diferença de natureza entre estes momentos, ou, como foi determinante nos momentos mais recentes deste processo, diluíram estas diferenças na afirmação tão comum segundo a qual “tudo é formação”, ou “tudo tem uma dimensão pedagógica”. Desta maneira, a formação política acaba sendo confundida com uma mera agitação, e subordina-se à ação, ou uma mera técnica de homogeneização (aliás e daí que deriva o termo “formação” - colocar na forma), subordinando-se a organização. Seja como for, a formação perde sua especificidade (IASI, 2004, p. 05).

A história das lutas dos trabalhadores no Brasil passa por diversos momentos. Conforme Iasi (2004), esta história tem sua origem no legado das experiências de resistência dos trabalhadores escravizados do período colonial brasileiro, seguindo para um período de hegemonia da tradição anarco-sindicalista, passando pelo período de predominância de uma linha do pensamento marxista – marcadamente da tradição do PCB, fundado em 1922 –, e o período mais recente, onde surgem iniciativas distintas no campo da educação popular. Na transição do século XIX para o XX é que os processos formativos tiveram pela primeira vez uma maior sistematização. Vejamos como Iasi caracteriza as iniciativas educacionais do período em que predominava a compreensão anarquista:

O movimento anarquista foi responsável por uma intensa militância cultural, de um intenso trabalho de imprensa operária, da divulgação ampliada de ideais libertários através de textos, peças teatrais, esquetes, piqueniques, manifestações e, principalmente, da ação direta das lutas sociais e reivindicatórias. A atividade educativa era encarada como parte central da luta social e da afirmação da autonomia das organizações operárias, inclusive na formação de escolas ditas formais controladas pelas organizações libertárias. A educação libertária é inseparável de suas funções agitativas ligadas à estratégia da ação direta, revestindo-se, por vezes, de uma ênfase moral. Os limites desta primeira forma são proporcionais aos seus êxitos encontrando sua forma mais desenvolvida nas greves gerais de 1917 e 1919 (IASI, 2004, p. 6).

O período que se segue a essa forma de compreender as lutas, é marcado, segundo Iasi (2004), pela avaliação das insuficiências da experiência anarquista, pela vitória da revolução russa de 1917 e pela criação, em 1922, do PCB, demarcando assim um longo período que se estende até o golpe militar de 1964. Vejamos a caracterização que o autor faz da compreensão corrente sobre a formação e o papel que ela cumpriu nesse período:

[...] a tradição comunista colocava sua ênfase na organização, de maneira que a formação assumia o papel de socialização de uma doutrina marxista, como síntese de um pensamento revolucionário capaz de dotar de homogeneidade o corpo da classe enquanto partido. A eficiência desta forma, que pode ser medida pela longevidade da experiência organizativa dos comunistas brasileiros, também foi proporcional aos seus limites. Colocando a classe trabalhadora em movimento como um novo sujeito histórico, em muitos momentos como ator determinante de certas conjunturas, o PCB levou a formação política até um alto grau de organização que atingiu com grande

eficiência a tarefa de multiplicação de militantes orientados por uma linha de ação comum. Entretanto, a formação, exatamente por isso, subordinou-se à organização e assumiu uma forma de socialização de uma linha de ação (IASI, 2004, p. 7).

A especificidade da formação é socializar um conjunto de elementos teóricos necessários justamente à compreensão, desenvolvimento e crítica de nossas iniciativas na luta cotidiana e histórica. Nesse sentido, se por um lado a formação não consiste em um processo educativo destinado ao mero desenvolvimento de uma erudição – ou ao que se costuma chamar, “academicismo” –, por outro lado, ao vincular-se diretamente a educação a uma linha política específica, dita ortodoxa, ou mesmo, a uma verdade encerrada em si mesma, a formação deixa de desenvolver a autonomia de pensamento necessária aos processos de criação que as revoluções até hoje ensejaram. Como ressalta Iasi (2004) “Uma das características comuns a todas as experiências revolucionárias vitoriosas no século XX é a que, em algum momento, suas vanguardas entraram em choque com uma determinada ortodoxia que lhes queria impor como modelo uma certa alternativa” (IASI, 2004, p. 8), como, por exemplo, a negação que a Revolução Russa realizou à estratégia que predominava no interior da Segunda Internacional.

No período mais recente, já no contexto das lutas do final dos anos de 1970 “[...] curiosamente o trabalho de formação ganha o status de uma tarefa imprescindível que deveria ser realizada antes e como condição *sine qua non* do processo revolucionário” (IASI, 2004, p. 9). Conforme apresentamos na introdução dessa dissertação, as concepções desenvolvidas nessas últimas décadas têm como principal interlocutor o conjunto das estratégias empreendidas no período anterior, a formação realizada pelos partidos comunistas. Neste sentido, “[...] a educação popular, termo que muitas vezes é usado exatamente para fazer o contraponto à formação política identificada como de quadros, converte-se no meio essencial da estratégia (IASI, 2004, p. 9):

Conhecida como “concepção metodológica dialética”, nos termos de Oscar Jara e de seus seguidores no Brasil, esta concepção assumiu status de quase uma unanimidade, orientando as experiências formativas das principais organizações dos trabalhadores no período, tais como a CUT, o PT e o MST, além de inúmeras iniciativas de organização popular como as pastorais, movimentos populares, sindicatos e núcleos de educação (IASI, 2004, p. 10).

Essa concepção marcou também, como não poderia ser diferente, o percurso histórico do NEP – 13 de Maio. Uma das questões levantadas na pesquisa realizada por Silva (2008) foi a existência de um “jeito de ser” peculiar ao NEP – 13 de Maio de realizar a formação política. Ao abordar essa questão, nos revela Iasi em seu relato:

Essa questão surge em torno [do Programa de] monitores, porque até então... não tem. ... Então o jeito de ser começou a ser uma surpresa pra nós. Cada um vai para um canto: Titi vai dar um curso em algum lugar, Nivaldo vai num canto, eu vou num canto, o Fábio vai num canto, Scapi vai num outro e a gente começa a rodiziar... A gente começa a ter informação das turmas de que eles começam a ver um jeito comum. Até então, pra nós, tem o jeito do Scapi, o jeito do Mauro, tem o jeito do Humberto.



É muito diferente. [...] Não tem roteiro, não tem nada e as pessoas começam [...] a nos dizer que tem um jeito de fazer que é parecido em todo mundo da Equipe (IASI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 110).

Na busca em verificar se existia mesmo esse “jeito de ser”, Scapi toma a iniciativa de ir aos cursos dos diversos educadores da equipe para ter uma visão geral do trabalho realizado. Em alguma medida o Programa de formação foi desenvolvido com base nessa reflexão feita por Scapi, que acabou sendo o único a ver o que os outros educadores realizavam antes, ou ainda, no processo de criação da formação de monitores (IASI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 111).

Elucidativa sobre a inexistência de discussões acerca da forma de se realizar a formação, é a constatação em que chega Silva (2008):

Nos depoimentos, tanto de Gennari (2007), quanto de Iasi(2007) e Scapi(2007), ao serem questionados a respeito de qual o referencial teórico-metodológico adotado pelos monitores do 13 de Maio NEP que definia sua prática de educação política, qual a metodologia de ensino construída a partir desse referencial e como ela se expressava na prática educativa dos monitores, todos foram unânimes em dizer que “nada foi pensado”. A metodologia foi sendo criada à medida que os educadores sentiam essa necessidade, ou seja, foi a partir do desenvolvimento dos cursos que se começou a pensar em desenvolver estratégias para abordar os temas com os participantes. Nesse contexto, surgiram as “dinâmicas de grupo”, tão conhecidas no trabalho da entidade, a exemplo da “dinâmica da fábrica”, “da ilha”, do curso das Revoluções, dentre outras (SILVA, 2008, p. 151).

As discussões iniciais sobre essa questão não vieram de um texto sobre metodologia, ou ainda por meio de abordagens abstratas do tema. Ela aparecia pela própria necessidade de mediar a teoria com os participantes dos cursos, como nos explica Silva (2008):

A preocupação básica para o desenvolvimento da metodologia, em especial as dinâmicas de grupo, era a necessidade de envolver os participantes para explicar o conteúdo, afirma Iasi (2007). Os educadores tinham que resistir à ansiedade de responder diretamente e tentar puxar as respostas dos participantes para ver como esses podiam se envolver mais, tornando o conteúdo mais fácil de ser entendido. Embora o surgimento desse procedimento não tenha sido pré-determinado, Scapi (2007) destaca que todas essas questões eram discutidas durante a troca de experiências entre os monitores dos cursos, em reuniões realizadas regularmente (SILVA, 2008, p. 151).

A primeira ocasião em que emerge a necessidade por uma discussão acerca da metodologia, se dá num momento em que Humberto Bodra se preparava para a “turma-piloto”, que teve início em 1988; quando perguntou aos membros da equipe se alguém conhecia algum texto sobre “metodologia da educação popular”:

Na ocasião, Iasi apresentou o texto do Grupo Alforja intitulado: O que é metodologia, que lhe fora passado por Vera Pereira, educadora da Equipe e que trabalhava num grupo de Educação Popular no ABC. Ao ler o texto, relata Scapi (2007), Humberto se identificou de pronto: “Esse é o texto! Essa é a nossa metodologia”. Nele estava contida a seguinte afirmação: “partir da prática, teorizar sobre ela, voltar para modificá-la”, ou seja: P – T – P. Logo, a questão que se coloca é: “Escolhemos o texto porque tínhamos essa metodologia, ou tínhamos essa metodologia porque estudamos esse texto?”, pergunta Iasi (2007). “Não. Até esse momento, não tinha essa discussão de metodologia. Ela vai aparecer pela necessidade de formar monitores.” (SILVA, 2008, p. 152).

Assim, o texto *O que é metodologia* de Oscar Jara passou a compor o conjunto dos materiais do Programa de Formação de Monitores. Isso não quer dizer que a equipe tinha deliberado por uma certa metodologia de trabalho e pronto; ali foi apenas o início do debate.

Com o falecimento de Humberto Bodra, a equipe teve que decidir se suspendia ou não o módulo seguinte da quinta turma de monitores, justamente com o objetivo de discutir a questão da metodologia tendo por base o texto acima mencionado. A equipe, no entanto, decide não suspender o módulo; e delega a Iasi e a Scapi a continuação dos trabalhos de formação de monitores. Para prepararem-se para o módulo realizam então uma discussão prévia na equipe sobre o texto. Scapi, então se dirige para pegar os textos com os quais realizariam a preparação para o módulo, quando se depara com a seguinte afirmação contida no texto:

Muitos programas educativos não permitem uma verdadeira compreensão da realidade, porque não seguem a sequência do processo de conhecimento, mas o violentam. (Por ex: trabalham temas alheios, à realidade na qual vive o grupo; partem da aprendizagem de conceitos já elaborados, cujo conteúdo concreto nada diz aos participantes; planejam-se cursos nos quais os temas não têm nenhuma conexão entre si, nem seguem uma sequência; entrega-se como material de leitura, textos, cujo conteúdo é difícil de ser assimilado pelo grupo, porque não se vincula com os conhecimentos que eles já têm; propõem-se programas formativos que se aplicam a diversos grupos sem levar em conta seus níveis e particularidades, etc. (HOLLIDAY, 1991, p. 4-5).

Aparentemente todos os elementos dos programas educativos que violentam o processo de conhecimento faziam parte da prática pedagógica do NEP – 13 de Maio. Com isso o que já era difícil, assumir o processo de formação de monitores de forma tão repentina, se tornou ainda mais, diante da não identificação entre o que o texto propõe, e, ainda pior, diante do que ele diz não poder fazer, por violentar o processo de conhecimento. Depois de debaterem e realizarem as suas críticas ao texto de Oscar Jara, a equipe toma a decisão de assim também proceder no processo educativo; ou seja, ler junto aos monitores em formação o texto e, na sequência do processo de identificação dos participantes com o que diz o texto, proceder então a crítica a ele. Silva (2008) resgata essa decisão na seguinte passagem:

Como a questão metodológica passou a ser abordada no Programa de Formação de Monitores do 13 de Maio NEP? Iasi (2007) propôs na Equipe a criação de uma dinâmica que possibilitasse aos novos monitores a reconstrução da lógica dessa discussão vivenciada pela Equipe: passariam o texto de Oscar Jara a eles; eles concordariam; e, somente depois disso, apontariam as críticas às concepções de fundo ali presentes. Essa prática acabou se consolidando: “Em vez de criticar o Oscar Jara e dizer o que nós achamos, [...] deixa os caras afirmar que é aquilo, pra depois a gente desmontar e dizer que não é”, conta Iasi (2007). Scapi (2007) complementa: “Ele [o texto] é todo sensual e coisa e tal. Não há quem não se identifique com a metodologia” (SILVA, 2008, p. 155).

A primeira síntese dessa discussão foi feita em interlocução com outras entidades.

Vejamos:

Ao contraporem as diferenças de concepção de ambos os cursos de formação de formadores, Iasi (2007) pontua que, para a Equipe do 13 de Maio NEP, a metodologia era apenas uma parte do programa, “uma participaçãozinha especial, uma coisa

acessória”. Já para a Secretaria de Formação do PT, o programa tinha como eixos centrais a metodologia e o planejamento das ações de educação popular. O conteúdo eram as Resoluções do Partido: “passavam séculos estudando a tal da metodologia, a concepção metodológica dialética, o P-T-P, Paulo Freire, Marcos Arruda, Oscar Jara, Pedro Pontual, tudo isso. Todo mundo ali com os formuladores das ‘coisas’[metodologias] dando aula pra eles”, conta Iasi (2007) (SILVA, 2008, p. 153-154).

No âmbito desse debate, o NEP – 13 de Maio era acusado de “[...] conteudistas, bancários, educação tradicional” (IASI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 155). Mauro Iasi decide então apresentar o conteúdo e a forma do NEP – 13 de Maio de forma prática nos debates no Fórum de Entidades Nacionais de Formação do PT:

Então, na discussão com no PT, Iasi (2007) disse: “Tudo bem, não vou bater boca com vocês. Me deem um dia para eu fazer um “Como Funciona” e os caras verem a metodologia do 13. Aí fica mais fácil de vocês julgarem como nós somos ‘horríveis’. Vocês vão deixar a gente ir lá e a gente vai se queimar”, ironizou (SILVA, 2008, p. 155).

O resultado dessa experiência foi realmente revelador. “A ironia, segundo Scapi (2007), foi o fato de os participantes acharem que era o 13 de Maio NEP quem praticava o ‘P-T-P’ e que os defensores do ‘P-T-P’ é que eram ‘bancários’, autoritários; a negação do que eles faziam” (SILVA, 2008, p. 155).

Aí dá a zebra porque eu pego [...] dois dias no curso Formação de Formadores (do PT), faço um Como Funciona. Vai lá o Pedro Pontual e passa três dias discutindo educação metodológica, dialética, renovadora, libertadora, sentado numa cadeira, falando o tempo inteiro. Aí acaba, e os caras falam: “ó, tem um problema: aquilo que o Pedro Pontual falou é o Mauro que faz”. Vocês [13 de Maio NEP] é que são os verdadeiros! Vocês é que são a metodologia dialética!” (IASI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 155).

Mas os próprios formuladores do P-T-P negavam essa identidade entre as práticas pedagógicas do NEP – 13 de Maio e as formulações da concepção metodológica dialética. É nesse âmbito que surge nos primeiros anos da década de 1990 o texto *Uma contribuição à discussão metodológica*, publicado em *Ensaio sobre consciência e emancipação* (2011) sob o título *Consciência e metodologia da educação popular: contribuição à discussão metodológica* por Mauro Iasi.

Iasi (2011) explica que o debate sobre a metodologia em torno das concepções metodológicas comumente se apresentava de forma caricatural, onde, de modo geral, teríamos de um lado os vícios autoritários, e do outro, as virtudes de se partir da prática dos trabalhadores. Vejamos:

De um lado a verdade oficial a ser transmitida pelo partido na forma da linha justa a ser seguida, em que a formação é concebida como um ato de passagem a um conhecimento científico e, portanto, universalmente válido; e do outro o esforço de partir da vida imediata de uma comunidade, consubstanciado no famoso método de “ver, julgar e agir” (IASI, 2011, p. 157).

Nesse sentido, os esforços em formular uma concepção metodológica para a educação popular tinha que superar essa “dupla herança”, ou seja, a: “[...] formação política praticada

pelos partidos de esquerda, fundamentalmente o Partido Comunista, e a concepção de educação dos grupos de base popular no interior da Igreja católica” (IASI, 2011, p. 157).

Essa superação iria no sentido da crítica aos desvios basistas e à relativização exagerada do conhecimento humano acumulado. Era necessário partir da negação da prática tradicional, mas também estar atento aos riscos da pedagogia do espontâneo, às concessões aos princípios liberais do escolanovismo, que acabavam por reduzir a concepção metodológica ao uso de técnicas participativas e que levavam, no limite, à reprodução do senso comum encontrado nos diferentes grupos populares (IASI, 2011, p. 158-159).

Porém, foi justamente no contexto dessa “dupla herança” que surgiu e se difundiu o texto de Oscar Jara Holliday *O que é metodologia?* (1991); texto que, como a pouco mencionamos, acabou por ser discutido e se convertido em objeto de crítica pela equipe do NEP 13 de Maio. Em vista disso, retomemos as características principais da formulação da Concepção Metodológica Dialética. Segundo essa concepção não se trata, somente de discutir as técnicas utilizadas nos processos educativos, “O processo educativo é sempre um processo de criação e ‘re-criação’ de conhecimentos: é a colocação em prática de uma teoria do conhecimento [...]” (HOLLIDAY, 1991, p. 1). Por isso compreende a discussão no âmbito de uma concepção metodológica e não só em um debate sobre técnicas de ensino ou mesmo de metodologias específicas para assuntos específicos. Segundo Holliday (1991):

A Concepção Metodológica Dialética se baseia na Teoria Dialética do Conhecimento, que afirma que o processo do conhecimento tem como ponto de partida a Prática social; que esta é a base da teoria e que a teoria deve servir para transformar a prática. Este processo: PARTIR DA PRÁTICA – TEORIZAR SOBRE ELA – VOLTAR A PRÁTICA PARA TRANSFORMÁ-LA, ou o que é o mesmo: PARTIR DO CONCRETO – REALIZAR UM PROCESSO DE ABSTRAÇÃO – REGRESSAR AO CONCRETO PARA TRANSFORMÁ-LO, é o processo dialético do conhecimento.

A Concepção Metodológica Dialética não é senão a aplicação da Teoria Dialética do Conhecimento ao processo educativo. Assim como conhecemos, assim devemos educar (HOLLIDAY, 1991, p. 4, grifos do autor).

Mais à frente no texto, ao expor as relações entre o processo de conhecimento e o processo de aprendizagem, elucida que “Em um processo educativo, devemos seguir a mesma lógica do conhecimento comum, mas desenvolvendo esta lógica mais profundamente e de modo sistemático” (HOLLIDAY, 1991, p. 5). A finalidade do processo é assim exposta:

“Em todo este processo não se trata somente de adquirir novos conhecimentos, mas de desenvolver a capacidade de teorizar para poder aplicar essa capacidade, a qualquer situação nova que se apresente na prática. [...] Esta ação necessariamente modificará a realidade na qual vivemos e nossa posição diante dela, daí surgirão novos e mais complexos momentos a conhecer e a transformar.

A APLICAÇÃO DA TEORIA À PRÁTICA TRANSFORMADORA NOS SITUA EM UM CAMINHO INFINITO E ASCENDENTE DE AVANÇO E APROFUNDAMENTO EM NOSSA CAPACIDADE DE CONHECIMENTO E DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE (HOLLIDAY, 1991, p. 8-9, grifos do autor).

Ao apresentar os primeiros elementos dessa polêmica, Mauro Iasi (2011) observa que uma das acusações endereçadas ao NEP – 13 de Maio na tentativa de caracterizar a educação realizada como “bancária” e “conteudista”, era que tanto nos cursos básicos, como nos de

aprofundamento, e ainda mais no Programa de Formação de Monitores, ficava clara a intencionalidade de apresentar aos participantes de tais cursos “[...] conceitos e categorias previamente selecionados, determinados e hierarquizados e que seriam ‘simplesmente transmitidos’ a grupos diferentes e, portanto, com motivações, interesses e realidade distintas (IASI, 2011, p. 160).

Num primeiro momento, se a "acusação" fosse a de selecionar e hierarquizar conceitos, integrá-los num programa e buscar, através da prática educativa, fazer com que fossem assimilados por diferentes grupos de trabalhadores e organizações populares, não teríamos outra alternativa a não ser considerarmo-nos "culpados". Acreditamos que um dos aspectos da prática educativa - consideramos mesmo um aspecto fundamental - é o de "socializar" conceitos e categorias que são ferramentas essenciais para a compreensão e transformação da realidade (IASI, 2011, p. 160).

Afirma-se, do entendimento que a seleção dos conteúdos e categorias têm por base “[...] considerações valorativas, posicionamento de classe, visão de mundo e a subjetividade de quem seleciona” (IASI, 2011, p. 160), que isso não é considerado um problema na medida que não “[...] concebemos nenhuma prática educativa que não proceda dessa forma, ainda que no enunciado de suas intenções afirme o contrário” (IASI, 2011, p. 160); ou ainda, que seja impossível conceber a realização de “[...] qualquer atividade sem uma preocupação metodológica (que é teórica), sem uma seleção de temas, sem uma priorização de conteúdos e levantamentos de conceitos a serem trabalhados” (IASI, 2011, p. 163).

Sob essa perspectiva, a polêmica não se sustenta somente nessa aparência entre selecionar ou não conteúdos antes da realização das atividades educativas. O cerne da questão da crítica estaria então na “[...] proposição de partir da realidade concreta de cada grupo e a questão da produção do conhecimento” (IASI, 2011, p. 161-162).

De fato, a práxis política humana poderia, se bem entendida e explicada, ser sistematizada em uma fórmula como P-T-P, ou melhor, em um contínuo dessa fórmula reduzida: (...) P-T-P-T-P-T (...). A divergência não está na compreensão de que os elementos teóricos proveriam de uma determinada prática e que a sistematização de conhecimentos teóricos levaria a modificações em nossas práticas. Nas palavras de Mauro Iasi (2011):

Para nós, a afirmação, na ação política geral, da anterioridade da prática é a confirmação do princípio materialista do método, ou seja, da antecedência do concreto em relação à representação abstraída desse concreto na forma de teoria. No entanto, nada nos autoriza a transpor essa equação (P-T-P) para a realidade particular da prática educativa. Acreditamos que para isso deveríamos realizar necessariamente certas mediações (IASI, 2011, p. 164).

É nesse sentido que a prática educativa se configura como um momento específico da prática política em geral. Vejamos a síntese dessas mediações:

Acontece que a atividade educativa partiu de um conhecimento (concepção metodológica, conceitos, conteúdos, reflexões etc.) e essa atividade se dá na tentativa de traduzir esse conhecimento pela realidade concreta daqueles que buscam a formação. Se isso desse resultados, chegaríamos a um novo patamar que seria a síntese

entre o conhecimento sistematizado e o universo concreto daqueles participantes. Essa é uma análise ainda teórica, é apenas no âmbito da atividade formativa um patamar para uma prática, mas ainda não é essa prática. Nesse sentido, teríamos que supor que, nesse momento particular, a ação educativa, inserida na política geral, devesse ser representada graficamente dessa forma:

Fórmula da Práxis:

... P – T – P...



Momento teórico:



T – P – T

Isso significa que a formação é um momento teórico da prática política geral, ou da "práxis", momento que tem por sua particularidade a tarefa de socializar a teoria acumulada, traduzi-la para um contexto concreto e permitir que seja incorporada como um novo patamar para futuras ações (IASI, 2011, p. 165-166).

Nesse sentido, Iasi (2011) resgata um dos elementos que apresentamos no primeiro capítulo desta dissertação, que é a relação entre o concreto aparente, o processo de abstração e o concreto pensado. Partindo da realidade imediata – um todo já dado –, e realizando o processo de abstração dessa realidade, chegaríamos a uma representação caótica do todo. O movimento de elevar-se dos elementos mais abstratos, das categorias mais simples, até as mais complexas, é que possibilita a apreensão do concreto como síntese de múltiplas determinações:

Pensamos que no âmbito específico da formação, falamos sempre de um concreto cujo processo próprio de gênese e evolução é exterior à prática educativa. O que se materializa na atividade formativa são mediações desse concreto expressas através de valores, linguagens, condutas, posturas, relatos e pessoas portadoras de concepções, sistematizadas ou não, e que mediatizam nelas relações de classes, contextos e conjunturas históricas, vontades e desejos. Assim, aquela prática que resgatamos no início de uma atividade aparece transformada no seu contrário, aparece teorizada. Mas, para que ela seja teorizada, é necessária uma teoria, uma preocupação metodológica, a intenção de traduzir conceitos e tudo está dado antes do esforço de resgatar a prática (IASI, 2011, p. 167-168).

Já no que concerne à questão da produção do conhecimento, intencionalidade clara da Concepção Metodológica Dialética temos:

Acreditamos que existe um risco em procurar identificar o espaço da socialização com o da produção do conhecimento. Talvez esse seja um elemento da escola nova mal superado na síntese realizada. Preocupa-nos a ambição de produção de novos conhecimentos sem a incorporação e real apreensão dos conceitos e conteúdos já sistematizados e, além disso, nos indagamos se dessa forma não nos distanciamos das intransferíveis tarefas de pesquisa e elaboração que exigem outras condições que não as que normalmente se apresentam em nossos espaços formativos (IASI, 2011, p. 170).

Sob essa ótica, o processo educativo não pode se confundir com o processo de produção do conhecimento, como propõe a Concepção Metodológica Dialética, pois o primeiro tem como objetivo socializar conhecimentos, e o segundo, a criação de novos, o que exige outro método e outras condições. Isso não quer dizer que ideias novas não surjam no momento da formação, mas, dessas ideias para uma nova concepção elaborada de mundo, há um caminho árduo que

tem, no processo educativo, apenas seu momento inicial. Assim como o processo educativo perde sua especificidade ao transformá-lo em espaços agitativos ou organizativos, ao tentarmos transformá-lo em espaços de formulação, de produção de novos conhecimentos, tanto a formulação, como os processos educativos perdem as suas especificidades, e por conseguinte, suas qualidades próprias. Entretanto, não parece que a Concepção Metodológica Dialética perceba diferenças entre estes dois momentos, já que para essa concepção o que se deve realizar no processo educativo tem a mesma lógica da construção do senso comum “[...] mas desenvolvendo esta lógica mais profundamente e de modo sistemático” (HOLLIDAY, 1991, p. 5). Assim como o senso comum é conformado – conforme analisamos no item sobre o movimento da consciência –, do mesmo modo a Concepção Metodológica Dialética procede com a formação. Com isso, a composição “bizarra”, ocasional e desagregada do senso comum, quando muito, só ganha *status* de cientificamente correta. Desta forma, tem-se o abandono do primeiro pressuposto da educação, a diferença entre aparência e essência. Os trabalhadores que participam desses processos de formação encontram assim um ponto de acomodação de seu processo de consciência, mantendo-se no momento reivindicativo ou da consciência em si; ou ainda pior, a educação de classe passa a ser educação de cidadãos, contribuindo para o apassivamento e retorno à serialidade alienada, despencando para a primeira forma de consciência.

Por fim, em seu artigo Mauro Iasi (2004) encerra suas reflexões sobre as variadas formas que a formação assumiu no decorrer das nossas lutas, avaliando a Concepção Metodológica Dialética. Vejamos:

Assim como as experiências anteriores, esta forma particular atingiu uma grande dimensão, principalmente no seu aspecto de massa e nos vínculos que foi capaz de criar com as bases populares da classe trabalhadora, constituindo uma geração de militantes sociais. Nas razões de sua eficiência encontramos algumas das raízes de seus limites. A educação popular estendeu ao máximo sua amplitude, mas diluiu suas características iniciais classistas e anti-capitalistas, não chegando a formar uma verdadeira cultura socialista e, muito menos, revolucionária. Ainda que divulgadora de valores militantes, a crítica anti-capitalista raramente ultrapassava a crítica moral, fazendo com que a formação assumisse uma forma mista de agitação e tarefa organizativa, na verdade aglutinadora mais que organizativa (IASI, 2004, p. 10).

Segundo Iasi (2004), as alterações e deformações da própria forma de se compreender a estratégia impôs à forma educativa determinadas funções que se distanciavam dos intuitos iniciais. A respeito dessas mudanças no interior das organizações, principalmente do Partido dos Trabalhadores e suas bases de apoio, avalia Iasi (2004):

Inicialmente tratava-se de estabelecer um amplo movimento de massas de caráter socialista como um dos braços de uma estratégia que se completaria com a ocupação de espaços institucionais, entre eles a participação em parlamentos e governos. Sabemos que a ênfase se inverteu, de maneira que os movimento sociais se

converteram no meio para a finalidade estratégica, que passou a ser a ocupação e manutenção dos espaços institucionais (IASI, 2004, p. 10-11).

Isso, no tocante às mudanças estratégicas de um modo geral. Já no âmbito da formação:

Esta deformação levou a uma alteração profunda no caráter da educação popular. Não se tratava mais de formar militantes de um projeto socialista, mas de organizar massas que se tornariam bases eleitorais, seja para a disputa interna no partido, ou nas máquinas sindicais, seja para disputas eleitorais mais amplas. Pouco a pouco a política de formação se converte em uma política de informação ou de comunicação que perdia tanto sua capacidade agitativa, como a função de ser formadora de uma homogeneidade na condução de uma linha de ação (IASI, 2004, p. 11).

Se, aparentemente, temos que partir da realidade concreta dos educandos, como elucidada a Concepção Metodológica Dialética, a questão que se coloca, portanto, é o que fazer com esse aparente ponto de partida; se vamos dialogar com o senso comum, ou se vamos conduzi-lo às conclusões lógicas dele mesmo, para que, ao “desmontar” uma forma de pensar e processar o conhecimento, possamos apresentar outra concepção de mundo, que, de maneira unitária e coerente, contrapõe-se a ela.

Portanto, o momento específico da relação ensino-aprendizagem começaria pela teoria e não pela prática social. Esta já deve ser pressuposta e analisada pelo educador, pois é o substrato material que tem para esgarçar o senso comum e começar o processo pedagógico. Mas, a rigor esse primeiro momento só possibilita a elucidação de uma forma de pensar que o participante já tinha antes do processo pedagógico. Ao final do processo, objetiva-se disponibilizar aos participantes uma determinada concepção teórica visão de mundo que não se tinha antes, ou mesmo a tinha de maneira fragmentada. Neste sentido, não se trata da adesão a uma teoria, mas sim do processo de explicitar as contradições antagônicas entre a concepção liberal de mundo e a marxiana.

Assim como abordamos no decorrer desta dissertação, a elucidação sobre a teoria de Marx no contexto da formação política, é claro, não se apresenta simplesmente como a defesa de uma determinada teoria, ou como um conjunto de preceitos estáticos a serem seguidos, mas de uma teoria que não só se explicita como adequada à compreensão desta formação social específica, como se constitui como uma teoria em movimento, em constante transformação, na medida em que a própria sociedade a qual ela caracteriza se forja de forma processual. Compreende-se, desta forma, que os processos educativos devem permitir a socialização dos elementos universais próprios da crítica da Economia Política, visando com isso produzir um “caldo de cultura” que possibilite aos trabalhadores compreenderem os momentos particulares do desenvolvimento capitalista e, dessa forma terem autonomia de pensamento e de ação. A formação deve fazer o conjunto de mediações necessárias no que se refere à forma, para socializar as múltiplas determinações do concreto. Dito de outro modo, deve repassar a complexidade teórica de uma forma simples, fazendo com que os participantes dos processos



pedagógicos se apropriem de sua teoria em sua complexidade, e não de modo a simplificar as categorias, como algumas concepções fazem, pressupondo que as classes trabalhadoras não pudessem se apropriar dessa complexidade.

Antes de apresentarmos alguns elementos dos próprios cursos do NEP – 13 de Maio, abordaremos ainda um elemento central desta prática pedagógica, a maiêutica, como forma de lidar com o senso comum.

#### 4.4 A ironia e o parto do senso comum

Como temos demonstrado desde o início desse capítulo, a discussão sobre a prática pedagógica no NEP – 13 de Maio foi-se consolidando à medida que se desenvolviam os próprios conteúdos e roteiros dos cursos. É no âmbito do Programa de Formação de Monitores que variados estudos, pesquisas e contínuas avaliações e planejamentos das atividades foram formando uma determinada concepção da prática pedagógica junto aos trabalhadores. Foi sob um determinado modo de compreender o processo de consciência, a conformação do senso comum e a ideologia, bem como o conjunto dos elementos que circundam a crítica à Concepção Metodológica Dialética, é que se concebeu uma determinada prática pedagógica e um conjunto de cursos articulados em um programa de cursos básicos, de aprofundamento e de formação de formadores.

Há ainda na prática pedagógica do NEP – 13 de Maio um elemento que, à primeira vista, parece se interpor entre o momento primeiro de fazer emergir o senso comum e o momento de vivenciar o conceito por meio de dinâmicas que possibilitem a apreensão da forma de concreção do universo categórico marxiano. Este elemento é a maiêutica socrática, identificado tanto pelos textos do próprio NEP – 13 de Maio (IASI, 2001), quanto nos trabalhos de Silva (2008) e de Lobo (2009) sobre o Núcleo. Como veremos, a maiêutica socrática ganha outro sentido nesta prática pedagógica; todavia, vejamos primeiramente como esse elemento se apresentou na própria trajetória do Núcleo.

Em uma passagem da entrevista realizada por Silva (2008) com Scapi em 2007 ele nos apresenta em seu relato como essa discussão da maiêutica começou a ser debatida no NEP – 13 de Maio:

a maneira de fazer do 13 vai se definir um pouco naquela relação anterior: todo mundo tem alguma forma de experiência de como dar os cursos; e cada um vem com sua maneira de dar. O Humberto, por exemplo, faz uma discussão que é muito legal: [...] declina um desejo: a interação, a relação com os educandos. [...] Dá o nome desse troço de **Maiêutica**, que ele não falava que era Maiêutica, ele chamava de “saca rolhas”. Então era o método do “**saca-rolhas**”, que a gente achava que ele tinha inventado, ou que era o jeito dele fazer.[...] Um belo dia...[disse Humberto] “Não!

não! saca-rolhas é a maiêutica socrática...” Eu vou, faço de novo o curso só pra ver o tal do “saca-rolhas”. Eu digo: “Humberto, tem só um problema: você declara um troço e faz outro”. “Como assim?” “Você diz que vai fazer o troço, mas não deixa nenhuma questão sem resposta! Você não sossega! Na hora que o cara faz uma pergunta, você desvia tudo pra responder. Teu curso é um barato, mas não fica nenhuma questão sem resposta (SCAPI, 2007, apud, SILVA, 2008, grifos da autora).

Scapi e Mauro sempre lembram essa característica de Humberto Bodra de não deixar nenhuma pergunta sem resposta. Essa espécie de sina de Bodra fez com que o curso da primeira turma tivesse a duração de quatro anos; sempre tinha mais alguma coisa a acrescentar na formação dos monitores. Mas, ainda que tenha sido Bodra que tenha trazido esse elemento às formações do NEP – 13 de Maio, e mais estritamente ao Programa de Formação de Monitores, ele mesmo a praticava pouco, como nos aponta Silva (2008):

A respeito da Maiêutica, Iasi (2007) lembra-se de que brincava com o Humberto, dizendo que o problema era o seguinte: “você é uma parteira, mas todas as suas crianças nascem de cesariana, não tem nenhuma que você espere para vir ao natural. Não tem parto natural nenhum!”. Ao refletir sobre como esses elementos foram trazidos por Humberto à sua prática educativa, afirma que à sua formação filosófica, ele incorpora conhecimentos da Maiêutica socrática (sem necessariamente ter-se aprofundado nos estudos de Sócrates e Aristóteles) e os usa na Educação Popular como uma espécie de “educação dialogada” (SILVA, 2008, p. 156).

E é a partir do diálogo com o Humberto Bodra que se aprofundará a compreensão da equipe sobre essa temática e como utilizar esse elemento no processo de formação, conforme aponta Iasi em entrevista:

[...] o máximo da elaboração do Humberto é isso: ele declara a intencionalidade da Maiêutica. [...] até uns de nós “fuçar” o que diabo é Maiêutica, ler o livro do Sócrates, o jeito etc. e tal. [...] Olhamos pro Humberto e dissemos: “Não tem Maiêutica! O que tem é uma exposição dialogada e muito boa! Um tal de envolvimento... mas e parto, cadê?” (IASI, 2007, apud, SILVA, 2008, p. 156).

No texto *Maiêutica: a arte do parto*, publicado no boletim do Fórum Nacional de Monitores de número quarenta e um em 2001, Mauro Iasi apresenta os elementos centrais da maiêutica socrática, bem como a utilização que o NEP – 13 de Maio faz dela em seus cursos.

Sempre que lembramos de Sócrates nos vem à mente duas frases muito emblemáticas de sua concepção de mundo. A primeira é “‘Conhece-te a ti mesmo’, frase escrita na porta do templo de Apolo em Delfos” (IASI, 2001, p. 02), e que sintetiza a sua forma de compreender a verdade, que estaria na busca de compreensão de si mesmo e da verdade existente em cada um. A outra frase é resultante de uma conclusão que Sócrates chegou a partir da afirmação de seu oráculo, de que ele era o homem mais sábio dentre todos. Ao buscar dentre aqueles que Sócrates supunha serem sábios e constatar que estes não o eram, chega então à conclusão de que ele era o mais sábio por ter ciência da sua ignorância, “Daí deriva a sua segunda afirmação mais famosa: ‘Só sei, que nada sei’” (IASI, 2001, p. 02). A partir disso, segundo Iasi (2001), Sócrates subverterá toda a filosofia grega:

Para ele [Sócrates], a filosofia não seria mais a pergunta ou o conjunto de respostas, mas o espaço entre a pergunta e a resposta, redefinindo o conhecimento, desta forma,

como uma constante busca. Por isso Sócrates vai se diferenciar dos sofistas. Para estes o conhecimento deveria ser transmitido por aquele que julgava ter o saber na forma de monólogos ou aulas onde apenas o sofista falava (IASI, 2001, p. 02).

Diferentemente dos sofistas que não acreditavam na verdade, para Sócrates, a verdade – *episteme* – é o que temos que buscar, e o primeiro passo é diferenciando-a da opinião – *doxa*.

Para Sócrates,

[...] a verdade está em cada um, mas a verdade fica obscurecida pelo saber que cada um tem das coisas e que julga ser o verdadeiro. Este conhecimento superficial que os indivíduos tomam pela verdade é a opinião ou apenas uma “imagem”, ou ainda “preconceitos sedimentados pelo costume” (IASI, 2001, p. 02).

Como a verdade está em cada um, o que Sócrates fazia era possibilitar que essa verdade fosse “posta para fora”. É daí que se origina a sua comparação com sua mãe. Vejamos como Pessanha (2004) descreve essa relação:

[...] chamada *maiêutica* ou parturição das ideias, um papel semelhante ao de sua mãe, Fenareta. Ela ajudava as mulheres a dar à luz seus filhos; Sócrates, que se dizia ele mesmo estéril – pois só sabia que nada sabia –, procurava auxiliar as pessoas noutra forma de concepção, a das ideias próprias: forma de se ir ao encontro de si mesmo – como prescrevia a inscrição do templo de Delfos – e de fazer de si mesmo seu próprio ponto de partida (PESSANHA, 2004, p. 25).

A maiêutica é apenas o desfecho, de um intrincado diálogo que através da palavra, ou da razão, Sócrates conduzia o interlocutor por um caminho para o “conhecer a si mesmo”. Vejamos como Iasi apresenta os momentos, ou partes, do diálogo socrático:

Na primeira parte, Sócrates convida à busca da verdade através de uma exortação. Esta primeira motivação para o diálogo é o chamado *protréptico*. Numa segunda parte do diálogo, Sócrates vai indagando ao interlocutor até chegar no que chama de “boa questão”. Esta segunda parte, chamada de *élenkhos*, é subdividida em duas sessões: primeiro Sócrates comenta as respostas demonstrando que são preconceitos, opiniões oriundas da percepção aparente das coisas através dos sentidos, faz isso utilizando a técnica da *eiróneia* (ironia), visando quebrar a solidez aparente do preconceito; depois o filósofo continua com as perguntas só que agora sugerindo certas direções para que o interlocutor possa construir a definição do conceito da coisa. É nesta última parte do método que Sócrates realiza a maiêutica, ou seja, o parto do conceito verdadeiro (IASI, 2001, p. 02).

Por meio de um convite à reflexão, exortação, Sócrates conduzia o diálogo às boas questões. Depois que o interlocutor tivesse exposto suas opiniões, *doxa*, Sócrates passava à refutação destas por meio da ironia, mas somente quando o seu interlocutor tivesse chegado ele mesmo a constatar que, sobre aquela matéria, era ignorante. Neste momento é que o interlocutor, transformado em discípulo, é conduzido pela maiêutica à elaboração de suas ideias. “Agora, de início timidamente, o interlocutor-discípulo é conduzido ao risco de tentar ser ele mesmo, de ele mesmo conceber ideias. E de ser ele mesmo sua própria alma” (PESSANHA, 2004, p. 25). A ironia é, assim, o elemento central para quebrar a aparente solidez da *doxa* e possibilitar com que o interlocutor, agora desprovido de suas certezas, possa acompanhar o “mestre” à busca pelo conhecimento verdadeiro, que estava impossibilitado de elaborar pelas convicções que mantinha com base em suas opiniões.

[...] o reencontro consigo mesmo só pode partir da consciência da própria ignorância. Mas essa ignorância, que é um atributo de Sócrates, não é geralmente assumida pelas outras pessoas, que se julgam na posse de “verdades”. Torna-se necessário, portanto, leva-las, de saída, a despojar-se dessas pseudoverdades – única forma de torna-las aptas a caminharem em direção ao conhecimento de si mesmas. A demolição das falsas ideias que fundamentam a falsa imagem que as pessoas têm delas próprias é o que pretende a ironia: momento do diálogo em Sócrates, reafirmando nada saber, força o interlocutor a expor suas opiniões, para, com habilidade, emaranhá-lo na teia obscura de suas próprias afirmativas e acabar reconhecendo a ignorância a respeito do que antes julgava ter certeza. A ironia socrática tem, assim, a função de propiciar uma catarse: uma purificação da alma por via da expulsão das ideias turvas, das ilusões e dos equívocos que distanciavam a alma de si mesma (PESSANHA, 2004, p. 25).

Esses elementos do método socrático de conduzir o diálogo estão presentes na prática educativa do NEP – 13 de Maio, mas sofrem significativas mudanças como nos aponta Iasi (2001).

[...] no contexto da educação popular, o método socrático sofre mediações significativas que o afastam de sua forma original. Em primeiro lugar, poderíamos dizer que, se concordarmos que no lugar do conhecimento se encontra algo que ocupa seu lugar e que este algo é o conhecimento baseado na percepção aparente das coisas, a opinião, ou o que nós hoje definiríamos como “senso comum”, nos termos de Gramsci; não podemos concordar com a afirmação de que a verdade está em cada um, como uma essência a ser descoberta (IASI, 2001, p. 02).

E mais à frente:

Isto nos remete a conclusão de que, na verdade, usamos a maiêutica como técnica para fazer o parto, não da “verdade” ou do “conceito verdadeiro”, mas do senso comum. Desta forma, para nosso método, na educação popular, realizamos uma fusão de maneira que a maiêutica (que para Sócrates constitui a segunda parte do método e que leva ao parto do conceito verdadeiro) se funde com a primeira parte do élenkhos. O parto do senso comum é feito, assim, por uma combinação da “ironia” com a maiêutica (IASI, 2001, p. 02).

Conforme viemos apresentando, essa forma de encarar a educação popular tem por base um conjunto de reflexões sobre a consciência, o senso comum e a ideologia. O conjunto de valores, regras, normas, modos de dar sentido ao mundo, não são internalizados pelos indivíduos como simples ideias, são ideias na medida em que são expressões ideais da relação de exploração e de dominação que estabelecem. E mais, são assimiladas, interiorizadas como cargas afetivas que mantêm um forte vínculo com o conjunto de relações que as apresentaram no decorrer de sua vida. Por mais que essa visão de mundo seja imposta do exterior pelo conjunto de relações que estabelece, o indivíduo está convicto que esse conjunto determinado de ideias são suas, produzidas por ele. Por isso que temos que ter determinados cuidados nesse “parto” do senso comum, como aponta Iasi (2001):

O indivíduo orienta sua vida pelos valores que julga serem seus e que correspondem a sua vivência imediata e particularizada do mundo. Desta maneira é impossível atacar diretamente o senso comum, pois isto apenas o colocaria mais ferrenhamente apegado aos seus juízos. Partimos do pressuposto de Demócrito pelo qual “esforço vão é querer trazer ao entendimento a quem imagina que possui entendimento” e no caso do senso comum é exatamente o que ocorre. A primeira tarefa, portanto, da educação popular é fazer brotar o senso comum como afirmação e colocá-lo em contradição, questioná-lo não diretamente, mas através do diálogo e da maiêutica para que ele veja a sua

afirmação como algo externo que saiu dele e que entrou em contradição lógica (IASI, 2001, p. 03).

Acreditamos que, para além da maiêutica socrática – por ser o parto da verdade –, o diálogo e a ironia, no contexto da formação do NEP 13 de Maio, cumpririam o papel de questionar, não o indivíduo diretamente, mas o senso comum contido nele, por meio do grupo de participantes dos cursos. Isso fica claro quando Iasi (2001) nos apresenta a diferença da prática pedagógica do NEP – 13 de Maio em relação ao método socrático; tendo em vista que na prática do NEP – 13 de Maio, a maiêutica se fundiria com o momento do *élenkhos* e a ironia seria a forma de questionar o senso comum expresso pelos participantes.

Realizado o parto do senso comum, os participantes então colocam uma pergunta onde antes havia uma resposta, uma convicção: “se não é assim, como seria?”. Entretanto, o NEP – 13 de Maio não entende que neste momento, mesmo estando “disponível” por assim dizer, à apreensão de um conceito ou categoria nova, esses não devem ser apresentados aos participantes dos cursos na forma de uma explicação apenas, “[...] este conceito não pode ser uma simples ideia que ocupa o lugar da antiga, pois assim corre-se o risco do conceito simplesmente se somar ao senso comum como mais um dos elementos que compõe sua unidade incoerente” (IASI, 2001, p. 4). Neste sentido, um relatório de atividades de 1994 do NEP – 13 de Maio, recuperado por Silva (2008) aponta que:

[...] têm uma visão de mundo estruturada, com a qual vivem, buscam compreender seus atos e a realidade, julgam através de um sistema de valores e agem através de normas de comportamento e conduta. Acumulam um conhecimento e um saber que lhes são próprios e derivados de sua inserção particular na realidade imediata do trabalho, de sua região, de sua comunidade etc. Esta concepção de mundo não é, portanto, simples ideias que podem ser substituídas por novas, apenas pela forma dos discursos ou pelo peso dos argumentos. São relações vivenciadas e fortemente enraizadas com carga afetiva, vividas como verdade, como realidade e naturalidade. Antes de ser um novo valor ou ideia assumida pelo sujeito, o conhecimento deve ser vivenciado (13 de Maio NEP, 1994, p.18-20, apud, SILVA, 2008, p. 160-161).

O papel que a maiêutica cumpre nos diálogos socráticos, de fazer emergir a verdade, é realizado por meio da vivência pelo grupo de uma situação simulada que permita evidenciar as múltiplas determinações de uma certa realidade, de um concreto pensado. Essa compreensão teórica já tinha sido produzida antes mesmo do processo pedagógico começar, mas ela é apresentada de forma que, por meio das dinâmicas, se vivencie os elementos necessários à “recriação” da teoria. Nesse sentido, conclui Mauro Iasi no texto de 2001:

O vínculo educativo é algo que o monitor busca desde o começo do método através do diálogo e do envolvimento do grupo. O grupo é a peça chave da dinâmica educativa, pois ele permite que o indivíduo reproduza na situação grupal o processo de identidade e veja no produto do grupo a manifestação de si mesmo. Recriam-se, desta forma, a base da relação que pode gerar a introjeção de novos conceitos. O método se completa com o que se chama de dinâmicas, que nada mais são que situações simuladas, ou numa definição mais precisa, situações psicodramáticas, onde se torna possível que o conceito seja primeiro vivenciado para depois ser definido.

[...] Assim poderíamos dizer que nossa técnica educativa incorpora elementos da maiêutica socrática e se completa com elementos de psicodrama (IASI, 2001, p. 4).

Para elucidar o que foi dito até agora sobre a prática pedagógica do NEP – 13 de Maio, vejamos como esses elementos metodológicos se entrelaçam com os conteúdos desenvolvidos nos cursos. Com isso, além de possibilitar ao leitor que não conhece os cursos um entendimento geral do trabalho pedagógico desenvolvido, pretendemos cotejar com a análise que fizemos da obra *O Capital* com a prática do NEP – 13 de Maio.

#### 4.5 Como funciona a sociedade I

Nosso objetivo neste item é relacionar o conjunto de características analisadas até aqui da prática pedagógica do NEP – 13 de Maio com o roteiro de um dos cursos desenvolvidos. Conforme apontamos no primeiro item deste capítulo, atualmente são desenvolvidos os seguintes cursos:

- Cursos Básicos: Como Funciona a Sociedade I; Como Funciona a Sociedade II; O que é uma análise de conjuntura; e Comunicação e Expressão – cada um destes tem a duração de dois dias e são realizados de forma descentralizada pelos monitores já formados;
- Cursos de aprofundamento: Economia Política; História das Revoluções e História do Movimento Operário II – cada um destes com duração de seis dias, sendo realizados anualmente em janeiro de forma simultânea em São Paulo, mas também eventualmente realizados em outras localidades e de forma isolada; e
- Curso de Formação de Monitores.

Fugiria dos limites deste trabalho fazer uma descrição pormenorizada dos elementos de cada curso. Então optamos em abordar aquele que é o mais divulgado, mais realizado e mais característico da prática pedagógica do NEP – 13 de Maio, o Como funciona a sociedade I - e, mais detalhadamente, o seu primeiro dia. Antes de passarmos a ele, entretanto, vejamos os principais elementos desenvolvidos com os monitores em formação para estarem aptos à ministrar o primeiro dos cursos básicos.

O Curso de Formação de Monitores do NEP – 13 de Maio é estruturado com a finalidade de possibilitar aos participantes formados a capacidade de realização de quatro cursos básicos: Como Funciona a Sociedade I; Como Funciona a Sociedade II; Como fazer uma análise de conjuntura e Comunicação e expressão. Com duração de dois anos, o curso é dividido em dez módulos realizados com intervalos de dois a três meses, onde na sua maioria há orientação de estudos individuais. Normalmente no mês de maio de cada ano abre-se um período de

indicações dos participantes que comporão a próxima turma, que se inicia no mês de julho<sup>31</sup>. As indicações são feitas pelos monitores já formados em turmas anteriores, e varia entre vinte e trinta participantes. Os módulos são realizados em forma de imersão<sup>32</sup>, possibilitando aos participantes não só se concentrarem nos processos educativos, mas sobretudo promover uma contínua interação dos participantes das turmas com vistas à construção de um grupo de trabalho que consiga encarar tanto sua formação como a que irá realizar como monitor de forma coletiva; ou seja, fomentar junto a eles aquilo que nomeamos no Fórum Nacional de Monitores como “educador coletivo”.

O Curso de Formação de Monitores é composto por três eixos de trabalho: teórico; pedagógico e metodológico. Esses três eixos perpassam o curso inteiro, mas desde o primeiro módulo, que tem duração de dez dias, é possível perceber a marca de cada um deles. Nesses dez dias são tratados os seguintes elementos:

- Eixo teórico: Introdução ao método em Marx e O Processo de Consciência, com duração de dois dias para cada tema;
- Eixo pedagógico: cada participante recebe um determinado conteúdo para preparar uma apresentação; após a apresentação comenta-se aspectos didático-pedagógicos, com duração de 4 dias;
- Eixo metodológico: além de discutir metodologia da educação popular, são apresentadas à turma duas oficinas extraídas dos cursos básicos.

Esses três eixos se articulam tendo como intencionalidade tanto possibilitar aos participantes a apropriação do conteúdo, como a apropriação da forma, e o exercitar prático desses dois elementos na prática pedagógica.

O segundo módulo, que tem a duração de três dias, é reservado à discussão da conformação do senso comum de nossa época. Trata-se da junção dos três eixos de trabalho, pois os participantes, ao mesmo tempo que estudam um conjunto de textos teóricos, vivenciam praticamente a demonstração do conteúdo, possibilitando assim a compreensão dos fundamentos da prática pedagógica do NEP – 13 de Maio.

O terceiro e quarto módulos são teóricos e têm por objetivo construir junto ao grupo a base teórica que fundamenta de maneira direta o primeiro curso básico, Como Funciona a Sociedade I; mas de maneira indireta é o fundamento de todos os cursos básicos, a crítica da Economia Política. O terceiro módulo, que tem duração de quatro dias, é dedicado

---

31 Devido à pandemia do Covid-19, não houve abertura de turmas novas nos anos de 2020 e de 2021.

32 Os participantes ficam hospedados no local em que realizam o curso durante o período em que ocorre cada módulo.

exclusivamente ao estudo e ao debate do capítulo primeiro de *O Capital* de Karl Marx. Mesmo tendo os participantes feito o estudo do capítulo no intervalo entre o segundo módulo e o terceiro, fazemos a leitura integral do primeiro capítulo, parando para discutir em todos os momentos necessários; como gostamos de chamar, faz-se o estudo “linha a linha, parágrafo a parágrafo”. Da mesma forma se faz no quarto módulo com o quarto, o quinto e o sexto capítulo de *O capital*.

Todos os conteúdos desenvolvidos nesses quatro módulos dão base para o entendimento do roteiro do curso Como Funciona a Sociedade I, que é apresentado e estudado pelos monitores em formação no quinto módulo. Durante os módulos da formação de monitores utilizamos de uma analogia que é elucidativa da forma com que o NEP – 13 de Maio compreende o curso: o *iceberg*. Apenas uma pequena porcentagem da massa de gelo emerge à superfície, mas o que dá sustentação ao *iceberg* é aquela parte que não aparece acima da linha d’água. São necessários cinco módulos intensivos de estudo para que o monitor se prepare para a realização de um curso de dois dias. Passemos, agora à apresentação do primeiro dos cursos básicos.

O curso Como Funciona a Sociedade I é realizado em dois dias. O primeiro dia do curso começa por uma rápida apresentação do curso, do monitor, e dos participantes, já, se possível, organizados em um semicírculo. Costuma-se iniciar os trabalhos com a leitura de um poema, da escolha do monitor, que tenha relação com o conteúdo do curso, com a conjuntura, ou mesmo com certa característica do grupo. Como é um curso básico, principia-se com uma questão singela: “Que país é esse?”. Normalmente introduzida na forma de dúvida de alguém externo à sociedade, assim o monitor atua como um estrangeiro ou um alienígena. A utilização desse recurso teatral cumpre pelo menos duas funções. A primeira é possibilitar um clima descontraído que favoreça desde o início das atividades, mesmo que de forma momentânea, a conformação de um grupo. A segunda é ser elucidativa de uma característica geral do curso: tudo deve ser explicado – das palavras mais “óbvias”, até os raciocínios mais complexos –, e para isso precisamos de “todo mundo inscrito o tempo todo”; ou seja, é realmente um curso participativo, e as personagens de um estrangeiro ou de um alienígena, facilitam no desenvolvimento desses elementos.

Enquanto os participantes relatam ao “forasteiro” as características marcantes de seu país, o monitor, que não pode se confundir nunca com os personagens representados durante o curso, indaga sobre cada resposta, cada palavra: “como assim país do futebol?”, “o que vocês entendem por riqueza?”, “e por desigualdade?”, enquanto as relaciona em uma lousa. O monitor conduz a atividade até o grupo expressar, como síntese dos problemas do Brasil, o fato de ser um país de profundas desigualdades, dividindo a população entre poucos que têm muita riqueza,



e muitos que têm pouca riqueza. Normalmente essa caracterização vem antes mesmo de qualquer outro jargão popular que sintetiza o Brasil – ou seja, antes de “um país cheio de riquezas naturais” –, ou depois de uma formulação elaborada sobre a história de nossa colonização, quase que justificando, antecipadamente, a afirmativa comum: “há desigualdade, ricos e pobres!”. O monitor, diante da diversidade de informações apresentadas, chama atenção sobre como o grupo tem opiniões tão diferentes a respeito de um mesmo assunto.

Chegado a esse ponto, e tendo consolidado essa assertiva com todo o grupo, passa-se a um outro momento, ou a uma pergunta que consideramos ser a chave para a compreensão inicial sobre como funciona a sociedade na qual vivemos: “Como rico fica rico?”. Assim como a questão anterior, essa também suscitará muitas opiniões, como por exemplo, “trabalhando muito”, “sorte”, “herança”, “boas ideias”, “economizando”, dentre outras; mas uma quase sempre se destaca: “roubando”, ou fazendo algo contrário à lei; como se a desigualdade do país, evidenciada com a questão anterior, fosse explicada de alguma forma pela natureza má de algumas pessoas, ou seja, vinculada a alguma moral ou preceito de justiça. Normalmente esse momento se encerra com a leitura coletiva de um recorte de jornal sobre a vida de Amador Aguiar, ex-presidente do Banco Bradesco, que é recheado de anedotas, e fecha a ideia geral de que, se bem aplicado o “roteiro”, um homem pode “fazer-se a si próprio”, além de servir como orientação a qualquer *bestseller* sobre como ficar rico. Aqui também, com ar de intrigado, o monitor ressalta que novamente houve uma diversidade de opiniões sobre o mesmo assunto.

Nesses dois primeiros momentos, o monitor não responde a nenhuma questão; somente acolhe a diversidade das opiniões que o grupo de participantes apresenta em resposta às questões levantadas. E toma nota na lousa das respostas a ambas as perguntas.

Passa-se então a um exercício. Cada participante recebe um papel impresso que tem a figura de um triângulo dividido em vários outros triângulos. E o monitor então pergunta: “quantos triângulos há nesta figura?”. Cada participante anota ao lado da figura a quantidade de triângulos que contabilizou. Invariavelmente aparecem quantidades diferentes nas respostas dos participantes. O monitor anota na lousa, ao lado das outras respostas, a quantidade de triângulos encontrada por cada um, já em tom intrigado, como se estivesse acontecendo algo de errado por haver tantas respostas a uma mesma questão: “Por que apareceram respostas tão diferentes para a mesma questão?”, indaga o monitor. O monitor sugere que teria entregado figuras distintas a cada participante. Eles observam as figuras dos outros participantes, chegando então à constatação de que as figuras são iguais. Geralmente vem a mais costumeira das respostas: “são pontos de vista diferentes”.

O monitor indaga o que os participantes entendem por triângulo, e por quantidade, com o intuito de questionar a explicação de que se trata de pontos de vista diferentes. Ao fazer isso, questiona se haveria uma resposta que seria a verdadeira, mais satisfatória, à questão colocada. Discute com os participantes que se fosse uma questão de pontos de vista, caso se respeitassem os diversos pontos de vista, então teríamos várias verdades, ou o que é o mesmo que dizer que não teríamos uma verdade. Ou, como em voga na maioria das universidades, poderia se ter o chamado “consenso intersubjetivo”, o que levaria a avaliar a quantidade das respostas iguais, constituindo-se como uma espécie de verdade democrática. O monitor pergunta então: “Como a maioria achou 18 triângulos – por exemplo –, essa seria a resposta verdadeira?”. Neste momento, fica evidente a tensão no grupo promovida por aqueles que acharam mais de 18 triângulos “Como pode ser a verdade, se eu encontrei 32?”. E desta forma, mesmo que de forma pontual, a partir desta questão, realiza-se uma discussão sobre essa falácia do “consenso intersubjetivo”.

Por fim o monitor ressalta as várias formas de se contar os triângulos e evidencia que os variados caminhos percorridos para contarem podem ter direcionado a uma multiplicidade de respostas. A figura acabada, ou seja, depois de já feitos todos os seus traços, esconde o processo de fazê-la. Dito de outro modo, o produto esconde os processos que o produziram. Ao refazer o processo que dá origem à figura e chegar ao total dos 47 triângulos escondidos, remete-se à questão anterior: “Mas, e como rico fica rico?”. Assim como as respostas dos triângulos, por exemplo 18, não são inverdades, ou falseamentos, mas respostas parciais, inconclusas, seriam também as respostas à questão de “Como rico fica rico”? Assim como fizemos com os triângulos, temos que proceder com as demais questões. Para sabermos por que a riqueza produzida em nossa sociedade acaba por se acumular na mão de poucos, é necessário refazer o processo de sua produção, pois o produto esconde o processo pelo qual foi produzido. E assim se encerra a manhã do primeiro dia.

Na parte da tarde, iniciam-se os trabalhos recuperando os elementos discutidos na parte da manhã e, conduzindo os trabalhos no sentido de investigar o processo de produção na sociedade em que vivemos, verificamos aquilo que está oculto nos produtos prontos. Nesse sentido, o monitor pergunta: “O que é necessário para que uma fábrica funcione? Por exemplo, uma fábrica de sapatos?”. E, a partir das respostas vindas do grupo, sintetiza-as organizando-as na lousa em três elementos: instalações; maquinários; e matérias-primas. Outros elementos surgem nesse momento, como água, energia, ferramentas, mas eles são alocados em um desses três elementos. O monitor então divide a turma em três grupos; cada um é responsável por

contar a “história” de cada um dos elementos necessários ao funcionamento da fábrica, ou seja, “De onde vieram?”, “Como eles se tornaram o que são?”.

Depois da atividade em grupo, os participantes apresentam os resultados de como surgiram as instalações, os maquinários e as matérias-primas. Durante as apresentações o monitor ressalta algumas formas de expressão que ocultam os trabalhadores dos processos de trabalho descritos como: “aí o barro vai pro forno”; “minério saiu da terra”; “depois de curtido, o couro é pintado” e outras tantas formas nas quais o sujeito do processo se oculta. Depois da apresentação, ou mesmo no meio de alguma delas, depois que ficou explícito o incômodo do monitor com os “jeitos” de falar, o monitor então lê o poema *Perguntas de um trabalhador que lê*, de Bertolt Brecht (2000).

De diversas formas, em uma lousa, ou nos próprios cartazes de apresentação dos grupos de participantes, o monitor passa a ressaltar a quantidade de trabalhadores que estão em cada processo de trabalho anteriormente descritos sem eles, ou apenas aludidos de uma forma geral no começo ou no fim da longa lista de “coisas que vão se fazendo” nas descrições dos participantes. Evidencia-se com isso que um dos primeiros elementos que não aparecem nos produtos acabados, é o conjunto dos trabalhadores que os produziram.

Passa-se então à exibição de um breve vídeo chamado *Sobre a origem da riqueza* (1980), de onde se retiram duas afirmações sintéticas contidas no vídeo: “Toda riqueza vem do trabalho” e “Tudo que tem trabalho tem valor”. E por fim, o monitor, ao relacionar as duas frases, infere que “Só o trabalho gera valor”. Pela própria natureza sintética das afirmações, elas possibilitam uma discussão bastante fértil com o grupo. Abordaremos aqui apenas os elementos centrais que são debatidos com o grupo. Da primeira frase, discute-se que nem toda riqueza vem do trabalho, algumas poucas riquezas não necessitam de trabalho para serem produzidas, como o ar que respiramos; mas a maioria absoluta do conjunto das coisas que consumimos são produzidas pelo trabalho. Já a segunda frase, possibilita diferenciar a palavra “valor”, como algo que tem importância, da categoria valor. Uma coisa pode ser muito importante, por termos grande necessidade dela, ou mesmo por representar relações de afeto, e não ter valor. Essas duas discussões são feitas com muitos exemplos e de forma bem detalhada, mas não costumam incitar grandes divergências. Já a afirmação de que “só o trabalho gera valor” suscita de imediato um estranhamento por parte dos participantes. Neste momento costuma aparecer três tipos de exemplos: relativos a coisas naturais que são muito valiosas como ouro, diamante: “E se eu tropeçar em um diamante, não tem trabalho, mas tem valor!”; ou exemplos relacionados à oferta e demanda, como “Uma garrafa de água num deserto tem muito valor, mas tem a mesma quantidade de trabalho”; e ainda exemplos relativos à

exclusividade de um certo produto; normalmente aparece obras de arte: “E a Monalisa?”. Aqui não queremos detalhar como cada uma destas questões são debatidas, mas apenas ressaltar a resistência do grupo sobre essa afirmativa.

Por um longo processo de discussão, e debatidos os exemplos mais diversos e isolados, consolida-se com o grupo uma definição de valor: quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário para se produzir uma mercadoria que pode ser medida em tempo ou em dinheiro.

Volta-se então à dinâmica da fábrica de sapatos. Temos as instalações, os maquinários, as matérias-primas; então o que falta? O patrão e os trabalhadores. Neste momento o monitor assume outro personagem: um patrão honesto que garante: não roubar ou infringir nenhuma lei; cumprir os compromissos assumidos; realizar uma gestão transparente e participativa com seus funcionários, sendo o seu primeiro compromisso: “Comprar tudo pelo valor, vender tudo pelo valor, e ficar muito rico!” Cabe aqui expressar a sensação comum dos participantes, que ao mesmo tempo em que estão receosos em assumirem os personagens de trabalhadores da fábrica de sapatos, estão cétricos com a disjuntiva apresentada: “Como ele vai ao mesmo tempo, cumprir os compromissos e comprar pelo valor, vender pelo valor, não vai ficar rico nunca”. E é, em parte, movido por esse sentimento, que os participantes passam a observar cada elemento discutido e apresentado na lousa.

Como a gestão é transparente, a primeira coisa a se fazer é contabilizar a quantidade de valor contido nas instalações, dos maquinários e das matérias-primas. Começa-se explicando a diferença entre quantidade de trabalho necessária à produção das mercadorias e o tempo de consumo destas mercadorias. As instalações, por exemplo, têm uma quantidade de trabalho necessária à sua produção cristalizada nos tijolos, no cimento, nas ferragens etc., soma-se a isto os trabalhos necessários à edificação das instalações, os trabalhos dos pedreiros, dos eletricitas, dos pintores, dos bombeiros hidráulicos etc. Todos esses trabalhos, depois de concluído o processo de produção das instalações, ganham expressão em uma certa quantidade de dinheiro. Estas instalações serão consumidas em um determinado tempo de consumo das mesmas. Assim, a quantidade de trabalho necessário à produção das instalações será gradativamente consumida no decorrer de décadas. Se pegarmos a quantidade de trabalho necessária à sua produção e dividir pelos anos que estas instalações serão consumidas, chegaremos a uma quantidade de trabalho anual consumida para a produção de sapatos. Se dividirmos esse valor anual pelos 365 dias do ano chegaremos ao consumo diário das instalações. Se ainda dividirmos essa quantidade de trabalho diária consumida em instalações pela quantidade de trabalhadores que a consumirão diariamente chegaremos à uma quantidade de trabalho diária consumida por trabalhador. Faz-

se então um exemplo hipotético de que cada trabalhador consumiria 50' (minutos) de trabalho cristalizados em instalações durante o decorrer de uma jornada de trabalho. Como a quantidade de trabalho necessária à produção de uma mercadoria pode ser mensurada em tempo ou em dinheiro, estabelece-se uma relação entre essas duas formas de mensuração onde 1' (minuto) de trabalho corresponde a \$2 dinheiros. Assim, cada trabalhador consome 50' de trabalho, ou \$100 durante uma jornada de trabalho.

Faz-se o mesmo com o maquinário e as matérias-primas, chegando, portanto, à conclusão de que cada trabalhador irá, no decorrer de uma jornada de trabalho, consumir 50', ou \$100 de instalações, 50' ou \$100 de maquinário e 50' ou 100\$ de matérias-primas. Dessa forma falta ainda os trabalhadores. Então, volta-se à turma e lhes propõe que eles sejam os trabalhadores dessa fábrica de sapatos. Depois de registrar tudo isso na lousa passa-se à discussão do valor da força de trabalho. A mercadoria força de trabalho, assim como qualquer outra, tem um valor, a quantidade de trabalho necessária à produção e reprodução da força de trabalho, ou seja, o somatório de trabalhos contidos nos bens como: alimentação, vestuário, moradia, transporte, educação, saúde etc. E o monitor, dando ênfase no personagem capitalista, que respeita a organização autônoma dos trabalhadores, sai da sala, deixando os participantes em assembleia, para chegarem em um consenso sobre o valor da força de trabalho.

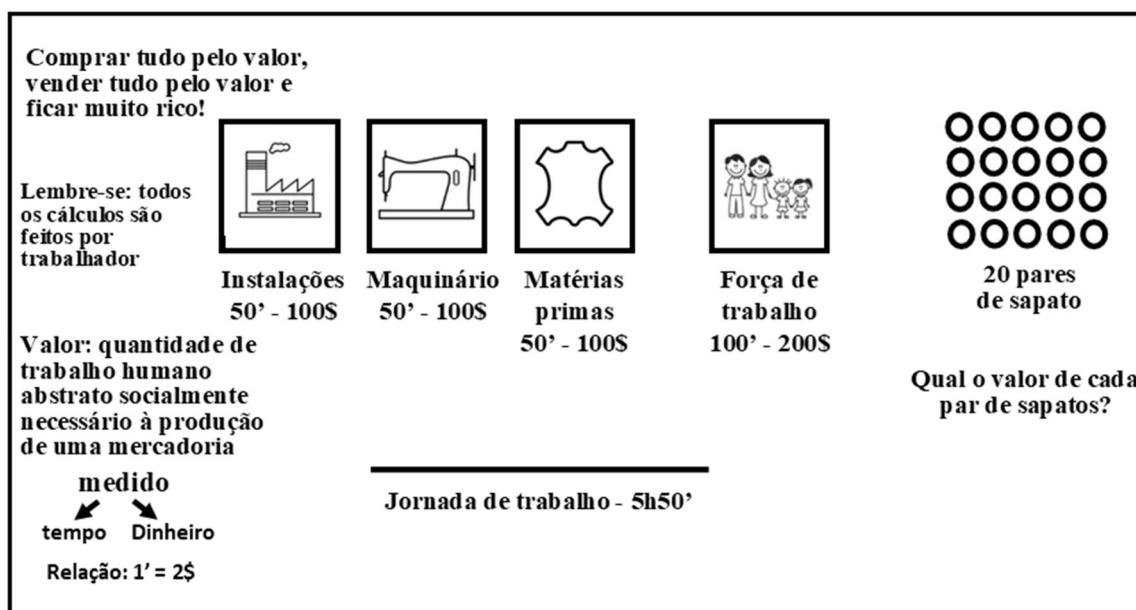
Concluída a assembleia, o monitor/patrão volta para discutir os elementos levantados pelos participantes/trabalhadores. Neste momento, a depender do grupo de participantes que se trabalha, pode-se chegar a valores diferentes da força de trabalho. O monitor sempre lembra aos participantes que não vai pagar nem abaixo do valor nem acima do valor *necessário* à produção e reprodução da força de trabalho. E passa então aos cálculos dos elementos apresentados pelos participantes. A depender do grupo, esse valor pode ser maior ou menor, pelas próprias referências dos participantes em relação aos valores que estes pagam em moradia, alimentação, educação etc. Intervém aqui, como sabemos, um conjunto de determinações próprias da divisão social do trabalho, e as diferenças salariais dos diversos grupos de participantes com quem se trabalha o processo educativo. Ao fim de uma longa conversa se chega a um determinado valor da força de trabalho, por exemplo \$6000, pelo qual, dividindo-se pelos 30 dias do mês, se chega ao valor diário de \$200 por uma jornada de trabalho.

Dissemos há pouco que os participantes, motivados pelo compromisso firmado pelo patrão de “Comprar tudo pelo valor, vender tudo pelo valor e ficar muito rico!” estão atentos a cada passo apresentado. A suposição corriqueira que a economia se move por comprar barato e vender caro foi parcialmente questionada pelos cálculos dos valores das instalações, do maquinário e das matérias-primas, assim como o da força de trabalho. Neste momento as

atenções dos participantes se voltam a dois fatores ainda não apresentados: a extensão da jornada de trabalho e a quantidade de produtos a serem produzidos nela. Passa-se então à discussão desses dois fatores, chegando à uma jornada de trabalho de seis horas, com um intervalo de 10' para um café, e uma produção diária de 20 pares de sapatos. Neste momento, os participantes, ao se depararem com um “bom” salário, uma jornada de trabalho e uma produção diária razoáveis, têm normalmente dois comportamentos: passa-se a questionar ou reivindicar outras questões como: “Vai cumprir a legislação?”; “Vai ter participação nos lucros?” etc. Ou ficam com um ar de certeza de que tudo aquilo não vai dar certo; ou seja, não tem como o patrão ficar rico “comprando pelo valor e vendendo pelo valor”.

Com todos os elementos necessários bem debatidos e sistematizados na lousa, passa-se ao momento da produção. Cada trabalhador está em um local das instalações (sala), em uma máquina (cadeira), e recebe então as matérias-primas (uma folha de papel sulfite), e deve no decorrer das 5 horas e 50' (que no tempo da dinâmica dura cerca de 10 a 20 minutos), produzir 20 pares de sapatos (cortar a folha de papel em vinte pedaços). Enquanto os participantes estão realizando na atividade a produção, o monitor faz a seguinte pergunta: “Qual o valor de cada par de sapatos?”, ou seja, levando em consideração todos os elementos apresentados, os participantes devem fazer o cálculo do valor de cada par de sapato. Apresentamos a seguir a lousa desenvolvida até esse momento:

Figura 1: Uma das lousas do curso Como Funciona a Sociedade I. Produção do próprio autor.



Normalmente a resposta que vem dos participantes é \$25, ou, se feito em minutos, 12,5'. Pede-se então que se explique o raciocínio feito para se chegar nesse valor. E os participantes explicam que se somou os valores das instalações, do maquinário, das matérias-primas e da força de trabalho, o que totalizou \$500 ou, se em minutos, 250'. Então dividiu-se esses valores pela quantidade de pares de sapatos, 20 pares, chegando-se assim ao valor de cada par de sapatos em \$ (\$500/20), \$25, ou em minutos (250'/20), 12,5'.

Em posse de um saco opaco, ou mesmo um outro recipiente opaco, o monitor passa a recolher os pares de sapatos produzidos, enquanto tenta entender junto aos participantes o que está acontecendo com os cálculos do valor do par de sapatos. O monitor confere cada quantidade produzida por participante, e se algum produziu a mais, os separa dizendo que só quer a produção normal. Recolhidos todos os pares de sapatos, o monitor vai à lousa e registra o cálculo apresentado pelos participantes.

Se cada par de sapatos vale \$25, vejamos quantos pares de sapatos teríamos que destinar, depois da sua venda, para pagar cada componente necessário à produção dos 20 pares de sapatos. Teríamos que destinar o dinheiro da venda de 4 pares de sapatos, que totalizam \$100 para pagar o desgaste das instalações, 4 pares de sapatos para o desgaste da maquinaria, 4 pares de sapatos para as matérias-primas e teríamos que destinar 8 pares de sapatos para remunerar o valor da força de trabalho. Enquanto risca cada par de sapato referente a cada elemento do processo que tem que pagar, a fisionomia do monitor/patrão vai ficando cada vez mais preocupada. Se ele vender toda a produção pelo valor e pagar todos os elementos pelo valor, não sobrá nenhum par de sapatos para ele. O monitor assume uma postura triste e humilde, e

discorre sobre todo os esforços que teve, e que nada iria sobrar para ele: “E a produção do dia seguinte?”, “Teremos que fechar a fábrica!”, “Não seria melhor reduzir alguns custos?”. Mas os compromissos firmados impossibilitam isso: “Comprar tudo pelo valor, vender tudo pelo valor”, parece que o desfecho de “ficar muito rico!” está impossibilitado pelos termos acordados. Neste momento, alguns participantes até se comovem pelo patrão, outros tantos estão convictos que “sabia que não ia dar certo”, “é isso, não existe patrão bonzinho”.

Eis que a fisionomia do monitor/patrão se altera completamente e passa então a pagar cada participante com 4 pares de sapatos (quatro pedaços de papel) para cada um. E, enquanto faz isso, questiona: “Qual o valor do par de sapatos?”, e os participantes uníssonos respondem: \$25. O monitor na sequência pergunta “E o que é valor?”, e, como se começasse a “cair uma ficha”, alguns respondem lendo na lousa “Quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário à produção de uma mercadoria, medido em tempo e em dinheiro”. O monitor insistentemente repete essas duas perguntas de forma a fazer com que os participantes se atentem à totalidade dos trabalhos envolvidos na produção dos 20 pares de sapato, e continua: “Vocês não se esqueceram de computar alguma quantidade de trabalho?”. Está lá, de modo nítido e claro: uma jornada de trabalho de 5h e 50’ deixou de ser computada. Chegado nesse ponto, e conquistada toda a atenção do grupo, o monitor, com toda a calma, refaz os cálculos.

Temos \$300 ou 150’ de trabalhos já realizados antes de iniciar a jornada de trabalho. Chamaremos essa quantidade de trabalho de trabalho passado, ou trabalho morto. Temos o dispêndio de força de trabalho realizada pelos trabalhadores no decorrer de uma jornada de trabalho de 5h e 50 minutos, ou seja, 350’ de trabalho novo, de trabalho vivo; o que em dinheiro corresponderia a \$700. Soma-se às duas partes de trabalho envolvidas no processo, os 150’ ou \$300 de trabalho morto + 350’ ou \$700 de trabalho vivo, criados no decorrer da jornada de trabalho; chegando à totalização de 500’ ou \$1000 de trabalho total. Dividindo essa quantidade de trabalho por cada par de sapatos, chega-se ao valor de cada par de sapatos: 25’ ou \$50. Esses cálculos são apresentados calmamente e consolidado o entendimento do cálculo do valor do par de sapatos, e não o cálculo dos custos de produção feito pelos participantes, passa-se à remuneração dos elementos novamente, levando em consideração agora o cálculo certo por meio da quantidade de trabalho contido neles.

Assim, com o dinheiro da venda de dois pares de sapatos se paga o desgaste das instalações, com mais dois pares de sapatos se paga o desgaste do maquinário, com mais dois pares de sapatos se paga as matérias-primas e com os valores de quatro pares de sapatos se remunera a força de trabalho pelo seu valor. E após o pagamento pelo valor de todas as



mercadorias necessárias ao processo de produção, resta, assim, o valor de dez pares de sapatos que são propriedade do capitalista.

Retirando do saco o restante dos pares de sapatos, e os jogando no chão da sala, o monitor conclui que “Comprou tudo pelo valor, vendeu tudo pelo valor e, por isso mesmo, ficou muito rico!”.

Depois de responder o conjunto de dúvidas – das mais diversas – dos participantes, sobre os cálculos apresentados, o monitor então conclui que a força de trabalho cria uma quantidade de valor que excede o seu próprio valor, produzindo assim um mais-valor, ou mais-valia. Durante o processo de trabalho, ao mesmo tempo em que a força de trabalho transfere o conjunto dos valores passados dos meios de produção – representados nas instalações, maquinário e matérias-primas –, ela cria valores novos, e pela relação estabelecida, ou seja, pelo fato de a força de trabalho ser uma mercadoria, ser portanto, trabalho assalariado, esses valores novos já saem divididos em uma parte que vai remunerar o valor da força de trabalho na forma de salário e outra parte que excede o valor da força de trabalho, que é propriedade do capitalista por direito, a mais-valia.

Assim conclui-se que não é, portanto, uma questão de justiça, ou mesmo de distribuição, é a própria forma de se produzir riqueza nessa sociedade que produz “ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres”. Enquanto a sociedade produzir mercadorias comprando força de trabalho, terá como produto objetivo, assim como os pares de sapatos, a acumulação de um mais-valor por parte dos capitalistas.

#### 4.5.1 Análise do roteiro

A execução do roteiro do curso Como Funciona a Sociedade I pode ter nuances a depender dos participantes, do monitor ou ainda de como e onde ele entra em um determinado programa de formação. Entretanto, os momentos centrais que caracterizam o roteiro do primeiro dia do curso desenvolvido pelo NEP – 13 de Maio podem ser resumidos da seguinte forma: “Que país é este?”; “Como rico fica rico?”; o exercício dos triângulos; a atividade de grupo; o vídeo e o poema *Perguntas de um trabalhador que lê* – que têm por finalidade discutir as categorias de riqueza, trabalho e valor –; e a dinâmica da fábrica de sapatos. O segundo dia do curso tem por objetivo discutir as determinações entre forças produtivas materiais e as relações sociais de produção, ou seja, a conformação de uma certa estrutura econômica e como esta determina a conformação de uma superestrutura jurídica, política e uma determinada forma de consciência. Discute-se também o surgimento da exploração, das classes sociais, da ideologia

e da conformação do Estado nas sociedades de classe. Essas discussões são feitas por meio da *dinâmica da ilha* onde os participantes têm que lidar de forma simulada com o cotidiano da sobrevivência e se deparam com os mais variados problemas sobre os quais se desenvolvem diferentes debates. Entretanto, para o que nos propomos aqui, o relato detalhado somente do primeiro dia já nos possibilita assinalar alguns dos elementos mais relevantes que tratamos neste capítulo sobre a prática pedagógica do NEP – 13 de Maio.

Uma das primeiras questões que queremos assinalar se encontra logo no início do curso, relacionando-o à crítica que expusemos sobre a Concepção Metodológica Dialética. Ao levantar as questões iniciais “Que país é este?” e “Como rico fica rico?” com os participantes, não estaríamos partindo da prática com vista a teorizar sobre ela com a finalidade de possibilitar uma nova prática transformadora? Só podemos chegar a uma resposta afirmativa a essa questão se nos prendermos à aparência do procedimento pedagógico. Primeiramente, quando os participantes externalizam suas percepções e opiniões acerca destas questões levantadas, nem eles nem o monitor estão partindo de alguma prática, mas sim de uma determinada concepção de mundo que os participantes já têm antes mesmo de iniciar o curso, a partir da qual, a discussão em grupo possibilita compor as mais diversas matizes de impressões e opiniões desagregadas e ocasionais. Nos termos que referenciamos a questão, o grupo de participantes expressam um determinado senso comum (GRAMSCI, 1999).

Ao analisar-se os três primeiros momentos da manhã do primeiro dia do curso sob a luz de uma das características da prática pedagógica do NEP – 13 de Maio, pode-se compreender melhor a intencionalidade desse momento do curso. A primeira questão levantada pelo monitor “Que país é este?” possibilita ao monitor fazer uma exortação – *protréptico* – com os participantes no sentido de refletir sobre como funciona a sociedade em que eles vivem, e quanto mais descontraída a abordagem, mais à vontade os participantes ficam em responder as questões, mais facilmente, portanto, se chega ao segundo momento, o momento de situar uma questão chave, uma boa questão. Este é o momento do *élenkhos* introduzido sob a pergunta “Como rico fica rico?”, possibilitando com isso a exteriorização por parte dos participantes de uma compreensão sobre como se dá a concentração de riqueza na sociedade que vivem. O exercício dos triângulos nos possibilita, então, questionar a parcialidade das respostas dadas, por meio da ironia – *eiróneia*.

Não obstante a parte da manhã ser dividida em *protréptico*, *élenkhos* e *eiróneia*, se levarmos em consideração o restante do primeiro dia, o período da manhã do curso é uma grande exortação, um convite a percorrer o caminho pelo qual a riqueza nesta sociedade é produzida. O primeiro elemento teórico levantado pelo monitor, ou seja, que o produto esconde

o processo pelo qual foi produzido, é feito tanto na perspectiva de questionar a parcialidade, ou mesmo os equívocos contidos nas respostas dos participantes às questões levantadas nos momentos iniciais do curso, como de sugerir um caminho a ser percorrido na parte da tarde.

Já no interior dos trabalhos de grupo, na parte da tarde, onde os participantes contam de onde as coisas – instalações, maquinário e matérias-primas – vieram, como elas se tornaram o que são, e ao expressarem uma consequência do fetichismo que também está presente em nossa linguagem, que oculta o conjunto dos trabalhadores necessários nos processos que estão descrevendo, faz-se novamente uma ironia por meio da leitura do poema do *Perguntas de um trabalhador que lê*. É nesse momento que o monitor, ao debater as questões do trabalho de grupo, e ao refletir junto à turma sobre as frases do vídeo *Sobre a origem da riqueza* (1980), apresenta um elemento teórico: as determinações elementares da categoria valor. Entretanto, se as atividades parassem neste momento, poderia se incorrer no risco de o participante assimilar essa nova compreensão no interior de seu senso comum, como parece nos demonstrar a continuidade do trabalho.

É na dinâmica da fábrica que novamente ficam perceptíveis as marcas do que levantamos como características principais da prática pedagógica do NEP – 13 de Maio. Mesmo no interior da dinâmica continua-se a proceder da mesma forma, isto é, buscando exortar o grupo à reflexão para, por meio disso, chegar-se a uma questão chave que possa possibilitar aos participantes exporem como eles compreendem essa questão; e então, por meio da ironia, questionar essa forma de se entender, para somente na sequência apresentar outra compreensão do que se analisa. Na apresentação do personagem do patrão honesto, essencialmente no compromisso principal por ele firmado de “comprar tudo pelo valor, vender tudo pelo valor, e ficar muito rico” o que se busca é uma espécie de exortação por meio de uma “disputa”, que somente aparentemente é entre o patrão/monitor e os trabalhadores/participantes; é uma “disputa” entre as certezas do senso comum e a concepção de mundo que se pretende apresentar. Isso fica explicitado na atenção a cada elemento apresentado pelo monitor, a definição da quantidade de valores contidos nos meios de produção, na determinação do valor da força de trabalho, na definição da jornada de trabalho e na quantidade de sapatos a serem produzidos. Essa tensão chega à grande questão a ser respondida: “Qual o valor do par de sapatos?”, que, a depender de como seja respondida, muda tudo na compreensão que se tem sobre como rico fica rico, ou ainda, se tem como ficar rico comprando pelo valor e vendendo pelo valor.

Ao responder à questão “Qual o valor do par de sapatos”, os participantes, mesmo nunca tendo estudado alguma teoria econômica, ou ainda um economista político, a respondem tendo como parâmetro os “custos de produção”. Fazem isso sem verbalizar a categoria, mas ao

somarem indistintamente as determinidades quantitativas dos meios de produção com as da força de trabalho e dividirem pelo total de produtos, ignorando a jornada de trabalho realizada, que outra coisa fazem que não expressarem uma compreensão baseada nos “custos de produção”?

Lembremos que há pouco, no início dos trabalhos da tarde, durante a apresentação dos grupos, os participantes haviam “esquecido” o conjunto dos trabalhadores nos processos de produção dos elementos dos meios de produção, e novamente agora, eles “esqueceram” o trabalho vivo que criou os pares de sapatos, que nos termos da dinâmica, foram eles mesmos que produziram. E até aqui, os participantes têm a impressão ou que alguma coisa deu errado, ou que era isso que o monitor queria refletir com eles: não existe patrão bonzinho; ou ainda, a reafirmação daquilo que orienta a sua percepção da realidade no que diz respeito à economia: o lucro advém de comprar barato e vender caro, e quanto mais barato comprar e mais caro vender, mais rico se fica.

Somente na mudança da fisionomia do patrão/monitor, já quando este está a pagar o salário dos trabalhadores/participantes com 4 pares de sapatos – que, segundo os cálculos baseados nos custos de produção corresponderia a \$100, ou seja, metade do salário acordado – e mediante as insistentes perguntas do monitor – “Qual o valor do par de sapatos?” e “O que é valor?” –, é que os participantes percebem que deixaram de levar em consideração algum elemento determinante no processo. Somente agora, despojados de sua certeza sobre como rico fica rico, é que os participantes então se perguntam, realmente: “Se não é assim, como é então?”; “Se não é esse o valor do par de sapatos, qual é?”. Troca-se, por meio da ironia, uma certeza por uma dúvida. E, somente neste momento, o monitor relaciona todos os elementos que já estavam na lousa, antes mesmo de começar a “produção” dos pares de sapatos. A força de trabalho cria valor, os meios de produção são somente transferidos pela atuação da força de trabalho, e ao criar um valor excedente, possibilita ao patrão a apropriação de um mais-valor.

Partiu-se, portanto, no início das atividades, de uma compreensão teórica, mesmo que desagregada e permeada de opiniões, que os participantes já tinham antes mesmo de iniciar o processo educativo. Depois de questionar essa compreensão e provar seus limites, pôde-se por meio da dinâmica, vivenciar as condições necessárias de recriação das categorias que se pretende socializar por meio da prática educativa. As categorias e os conceitos foram de antemão selecionados, e foram extraídos dos estudos do livro I de *O Capital*, portanto, somente se “transferiu”, se quisermos manter os termos da discussão com a Concepção Metodológica Dialética, uma certa compreensão teórica já produzida e sistematizada.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, no transcurso dessa dissertação, compreender as formas literárias presentes na obra *O Capital* e o papel que estas cumprem na exposição da crítica empreendida por Marx à Economia Política. Para tanto, apresentamos em linhas gerais o modo como entendemos a discussão sobre o método em Marx e suas implicações na compreensão tanto das formas de ser do capital, quanto do peculiar modo de exposição teórica que encontramos nesta obra. Situamos nosso tema e a relevância dele na vida e na obra do autor, principalmente no que se refere à composição do livro I de *O Capital*, tanto no âmbito da pesquisa e da elaboração teórica, como das sucessivas reelaborações que Marx empreendeu até chegar à versão final da obra.

Para responder à necessidade de explicitar a diferença entre o modo de exposição das categorias em *O Capital* e as suas formas literárias, optamos por separar, de início, o conteúdo exposto nas três primeiras seções do livro I para somente depois analisar as formas literárias. Fez-se dessa forma, para que o entendimento das funções de cada forma literária analisada estivesse conectado ao conteúdo apresentado nas seções, e não como simples caracterização de traços estilísticos presentes na obra.

Ao analisarmos as formas literárias do livro I, as relacionamos às intenções de Marx em tornar sua teoria acessível aos trabalhadores, expressas tanto nos prefácios e posfácios de sua obra, como em algumas de suas cartas. Concluímos que a utilização que Marx faz da literatura, seus módulos verbais característicos, os paralelos que realiza com as ciências relativas à natureza, os exemplos empíricos, suas construções narrativas, a utilização constante da ironia, em sua maioria, possibilita ao leitor não só uma melhor compreensão das categorias, dos momentos de abstração, das duras críticas aos socialistas utópicos e dos economistas políticos, mas, sobretudo, fazer as conexões necessárias entre as formas de ser do capital analisadas por ele e a realidade hodierna em que os trabalhadores estão inseridos.

Como nossa intenção era relacionar as formas literárias encontradas no livro I e a educação popular, expusemos as características principais da prática pedagógica empreendida pelo NEP – 13 de Maio, desde meados dos anos de 1980 até hoje. Contextualizou-se o surgimento da entidade, as suas primeiras iniciativas no campo da educação popular, a criação dos primeiros programas de formação, a criação do Programa de Formação de Monitores, a criação do Fórum Nacional de Monitores e os impasses vividos pelos membros da equipe. Para melhor caracterizar a prática pedagógica do núcleo, apresentamos em linhas gerais os principais elementos teóricos que fundamentam essa prática: uma determinada forma de compreender a consciência de classe, a conformação do senso comum, e uma determinada visão da categoria

ideologia. Apresentamos ainda os principais elementos da crítica à Concepção Metodológica Dialética, bem como a maneira como incorporou-se na prática do núcleo os elementos dos diálogos socráticos e a vivência das categorias por meio das dinâmicas.

Todo esse percurso nos possibilitou chegar a alguns apontamentos sobre as formas literárias no livro I de *O Capital* e a prática pedagógica realizada pelo NEP – 13 de Maio. No final do quarto capítulo desta dissertação, apresentamos alguns destes apontamentos por meio da análise do roteiro do primeiro dia do curso Como Funciona a Sociedade I. No entanto, poder-se-iam estabelecer tantos outros cotejamentos dos cursos de todo o programa deste núcleo com a obra em questão. Empreitada esta que mereceria outros tantos estudos; no entanto, podemos de antemão indicar para pesquisas futuras alguns pontos que consideramos expressivos desta relação

Assim como ocorre no livro I d'*O Capital*, o NEP – 13 de Maio incorpora a dimensão estética em seus cursos, principalmente por meio da poesia. Como vimos na descrição do curso Como Funciona a Sociedade I, são inseridas poesias nos roteiros dos cursos. A sua inserção acaba por evidenciar certas dimensões do comportamento humano que se relacionam de forma direta ou indireta com os conteúdos tratados. Também no curso Como Funciona a Sociedade II lançamos mão deste recurso. Neste curso, que tem por objetivo tratar das categorias fundamentais à compreensão das crises cíclicas do capital – desenvolvidas a partir de uma dinâmica em que os participantes, representam capitalistas em concorrência –, o livro *O naufrágio do Titanic – uma comédia* (2000) de Hans Magnus Enzensberger ajuda a aclimatar a própria temática, assim como permite trazer elementos do comportamento humano no capitalismo que o estudo das categorias não possibilitaria, ajudando assim a compor a totalidade das relações nas crises do capital.

Ainda que não tenhamos encontrado na construção do roteiro do curso Como Funciona a Sociedade I nenhuma alusão à forma com que Marx apresenta a categoria de mais-valor, por meio de uma narrativa, podemos observar várias semelhanças entre a análise que fizemos no segundo capítulo dessa dissertação sobre a narrativa presente nesse contexto da obra, e a dinâmica da fábrica do curso. Isso não só no que se refere ao desfecho irônico contido tanto na obra como na dinâmica, mas também no que concerne ao modo de desenvolver a análise e prender a atenção do leitor, no caso do livro, e dos participantes no caso do curso.

No capítulo quatro d'*O Capital*, *A transformação do dinheiro em capital*, toda a construção textual conduz ao que Marx denomina como sendo as “condições do problema”, mas antes, ele vai promovendo no leitor uma espécie de curiosidade ao negar sucessivamente diversas interpretações da Economia Política; compreensões estas que acreditamos serem

próprias daquilo que Gramsci denomina como senso comum, conforme analisamos no segundo capítulo e no item da narrativa no terceiro capítulo desta dissertação. Não estamos inferindo com isso que Marx se inspira nos elementos dos diálogos socráticos; todavia, essa forma de aguçar, de instigar o leitor por meio de uma série de negativas e de impossibilidades da transformação do dinheiro em capital, acaba por promover o que nos cursos chamamos de “momento da exortação”, fazendo com que o leitor continue a acompanhar o percurso expositivo. Toda a construção do texto do quarto capítulo tem por ápice as condições do problema que advêm da própria relação investigada, entretanto elas são apresentadas na forma de uma narrativa, onde a metamorfose do possuidor de dinheiro em capitalista “[...] tem de se dar na esfera da circulação e não pode se dar na esfera da circulação. Essas são as condições do problema” (MARX, 2017b, p. 241). Isso passa a compor o enredo da personagem capitalista, e culmina no desfecho irônico, da saga do capitalista na busca por transformar o seu dinheiro em capital. Na sequência do texto, Marx apresenta tanto aquilo que o capitalista tem que fazer enquanto homem prático que o é, como sua análise teórica da produção do mais-valor. Assim, até mesmo a reconstrução da “ladainha” do personagem capitalista, momentos antes de desvelar a produção do mais-valor, parece ser incorporada na construção da dinâmica da fábrica.

Nesse sentido, a explicitação de Marx da produção do mais-valor, bem como a abordagem realizada sobre esta categoria no curso em questão, vão ao encontro da avaliação realizada por Rosa Luxemburgo em seu texto *O segundo e o terceiro volumes d'O Capital* publicado na edição da Boitempo do livro III de *O Capital*:

Em contrapartida, os críticos da sociedade burguesa, quer dizer, as escolas socialistas anteriores a Marx, explicavam a riqueza dos capitalistas, na maioria das vezes, como pura trapaça, como roubo contra os trabalhadores, provocado pela intervenção do dinheiro ou pela falta de organização do processo produtivo. A partir daí, aqueles socialistas chegavam aos mais diferentes planos utópicos, com o objetivo de acabar com a exploração por meio da abolição do dinheiro, da “organização do trabalho”, e assim sucessivamente (LUXEMBURGO, 2017, p. 20).

E mais à frente:

Marx explica assim o enriquecimento capitalista não como remuneração do capitalista por supostos sacrifícios e benfeitorias, tampouco como trapaça e roubo no sentido corrente da palavra, mas como troca perfeitamente legal, no sentido do direito penal, entre capitalista e trabalhador, troca que se desenvolve segundo as mesmas leis de qualquer outra compra e venda de mercadorias (LUXEMBURGO, 2017, p. 21).

São justamente essas contraposições que a dinâmica da fábrica no curso Como Funciona a Sociedade I possibilita explicitar. Na compreensão de Luxemburgo (2017), o livro I de *O capital* se passa “[...] o tempo inteiro no local de trabalho: a fábrica, a mina ou a exploração agrícola moderna. O que aqui se expõe vale para qualquer empresa capitalista. Lidamos apenas com o capital individual como modelo de todo esse modo de produção” (LUXEMBURGO, 2017, p. 21).



Essa forma de explicar a produção do mais-valor é própria do livro I devido ao “acabamento”, ao polimento de suas formas literárias; preparação que não encontramos nos três outros livros de *O Capital*, como também aponta Luxemburgo (2017) quando compara o livro I aos outros. Vejamos:

A principal obra de Marx, assim como toda sua visão de mundo, não é nenhuma bíblia com verdades de última instância, acabadas e válidas para sempre, mas um manancial inesgotável de sugestões para levar adiante o trabalho intelectual, continuar pesquisando e lutando pela verdade. As mesmas circunstâncias explicam também por que, no que se refere à forma literária, o segundo e o terceiro volumes não são tão perfeitos, não têm um espírito tão brilhante, tão cintilante como o primeiro (LUXEMBURGO, 2017, p. 19-20).

Ela ainda comenta que os livros II e III estariam, no que toca à forma “[...] à espera de uma apresentação popular” (LUXEMBURGO, 2017, p. 27), ou seja, à espera de uma forma que torne o conteúdo ali exposto compreensível aos trabalhadores, como é o caso do livro I.

David Harvey (2014) é outro autor que também chama atenção para essa questão, quando da introdução de seu trabalho *Para entender O capital, Livros II e III* (2014):

[...] o Livro II é, na verdade, um livro tedioso (e isso talvez seja um eufemismo). Faltam o estilo literário, o brilho e o humor, a ironia e as tiradas devastadoras que ajudam o Livro I a ser tão fácil de ler. No Livro II não há vampiros sanguessugas e mesas que dançam; não há quase nenhuma referência à imensa lista de personagens da literatura – Shakespeare, Cervantes, Goethe, Balzac, para não falar das referências eruditas aos gregos e aos filósofos iluministas – que domina o palco do Livro I. [...] Os insights extremamente importantes do livro encontram-se, para dizer a verdade, enterrados sob uma prosa empolada e cálculos aritméticos tediosos. O problema não é apenas o estilo da redação. O Livro II também carece da estrutura narrativa envolvente e clara (alguns a chamariam de dialética) que é tão persuasiva no Livro I (HARVEY, 2014, p. 18).

Assim, se essa pesquisa tem algum mérito, é ter demonstrado que o que denominamos como formas literárias em Marx, e especificamente em *O Capital*, podem nos fornecer uma base sólida para a construção de uma concepção pedagógica que tem por objetivo socializar a teoria da crítica da Economia Política; ou seja, tornar apreensível aos trabalhadores todo esse legado teórico, e com isso subverter as concepções ideológicas provenientes das formas de ser do capital.

Ademais, resta-nos ainda apontar na presente dissertação a carência de alguns aprofundamentos, e a existência de certas lacunas, talvez até mais perceptíveis no próprio processo de redação do que no percurso da pesquisa propriamente dito; que certamente, demandam posteriores estudos. Vejamos algumas delas.

Não obstante sabermos que as formas literárias se apresentam com mais frequência nas três primeiras seções do livro I, o fato de não termos analisado o conjunto da obra impôs uma visão parcial do conjunto das formas literárias presentes em *O Capital*; acentuada pela ausência de uma comparação entre as diferenças formais existentes entre o livro I e os demais livros de *O Capital*.

Quando da apresentação do itinerário da pesquisa no início do curso de mestrado, tínhamos a pretensão de investigar mais a fundo a Concepção Metodológica Dialética, o que envolveria rastrear não só os fundamentos teóricos e históricos dessa concepção, como também a sua utilização por parte dos grupos de educação popular, dos movimentos sociais, dos partidos políticos etc. Esta concepção tem fortes ligações com a estratégia democrática popular que desde sua formulação no final da década de 1980 passou a influenciar diretamente as lutas dos trabalhadores no Brasil, repercutindo no arrefecimento destas lutas, no decorrer da década de 1990, e por fim, em seu apaziguamento, como presenciamos nas últimas décadas. Esse, por conseguinte, é outro ponto que merece futuros desenvolvimentos.

Levantamos, ainda, como uma lacuna desta dissertação o trato que demos aos elementos do método de Sócrates, particularmente no que diz respeito à ironia, que se faz tão necessária e presente tanto na prática do NEP – 13 de Maio, como nas formas literárias de Marx no livro I de *O Capital*, e em várias outras de suas obras. Buscamos outras referências no decorrer da pesquisa como a obra *O conceito de Ironia constantemente referido a Sócrates* (1991) de S. A. Kierkegaard, mas a densidade do pensamento expresso pelo autor, bem como a profundidade da questão, que passa pelo uso da ironia por diversos filósofos, principalmente pelas obras de Platão, mas também de Xenofonte, Hegel, Fichte, Solger, dentre outros, e literatos como Shakespeare e Goethe, impossibilitaram que tenha sido realizado este estudo neste trabalho. Desse modo, para fazer uma melhor caracterização do componente irônico presente em *O Capital* e investigar qual possível função que este estabelece com a crítica da Economia Política, e a forma de se tratar o senso comum, são necessárias, indubitavelmente, futuras pesquisas.

Por fim, sabemos que as aproximações aqui feitas, entre as formas literárias presentes em *O Capital*, não só com a prática pedagógica do NEP – 13 de Maio, mas no que toca às iniciativas no campo da educação popular, da formação política, foram estritamente voltadas às suas possíveis relações. Entretanto, com isso acreditamos ter dado um passo em uma temática que muitas vezes é abordada como se houvesse uma contradição entre as formas literárias, o modo de exposição e a teoria apresentada no livro I de *O Capital*, quando na realidade guardam uma profunda relação.

Conforme apresentamos na introdução desta dissertação, a motivação principal que nos conduziu a trilhar o caminho aqui apresentado, foi a busca por compreender de uma forma mais profunda o conjunto de determinações que configuram o trabalho de formação que realizamos no NEP – 13 de Maio. Quando assumimos os trabalhos do Curso de Formação de Monitores, buscamos de diversas formas as fundamentações deste curso. Neste sentido, assim como o que

dá sustentação à parte emersa do “iceberg” Como Funciona a Sociedade I, são os capítulos iniciais de *O Capital*, estamos em constante busca por compreender as diferentes nuances desse gigantesco “iceberg” que a mais de 30 anos navega nas águas tempestuosas da educação da classe trabalhadora no Brasil, o Curso de Formação de Monitores. A pretensão deste trabalho é contribuir para que continuemos a “afiar” nossas “armas da crítica”, com vistas sempre, é claro, de torná-las acessíveis ao conjunto dos trabalhadores, para que juntos, como classe, façamos a tão necessária “crítica das armas”.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Antônio José Lopes. A Crítica Marxiana da Questão de Método. **Sapere Aude**, 6(11), 31-68. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/9814>. Acesso em: 16 mai. 2021.
- ARISTÓTELES, 384-322 a. C. **A política**. Rio de Janeiro: Saraiva de bolso, Nova Fronteira, 2011.
- ARTHUR, J. Chistopher. **A nova dialética e o capital de Marx**. São Paulo: Edipro, 2016.
- BENOIT, Hector. Sobre a crítica (dialética) de o capital. In: BENOIT. **Crítica marxista**, São Paulo/ v. 3 p. 14-44, 1996.
- BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- CHASIN, J. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CORNÚ, Auguste. **Marx Engels** – del idealismo al materialismo historico. Buenos Aires: Editorial Platina y editorial Stilcograf, 1965.
- DUAYER, Mario. Apresentação. In: MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.
- DUSSEL, Enrique. **Las metáforas teológicas de Marx**. Estella (Espanha): Editorial Verbo Divino, 1993.
- EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Tradução de Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e crítica literária**. Tradução de Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ENGELS, Friedrich. **A Dialética da natureza**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. Apêndice e notas suplementares ao livro III d'O Capital. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política (livro III). Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- \_\_\_\_\_. Comentários sobre a Contribuição à Crítica da Economia Política, de Karl Marx. In: MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. Prefácio da Terceira edição alemã. In: MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017c.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política (livro III)**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017a.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **O Naufrágio do Titanic: uma comédia**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

FEDOSSELEV, P. N., *et al*, **Karl Marx – biografia**. Lisboa: Editorial <Avante!>, 1983.

FEUERBACH, Ludwig. **Teses Provisórias para a Reforma da Filosofia**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008. Disponível em: [http://www.lusosofia.net/textos/20130224-feuerbach\\_teses\\_provisorias\\_de\\_reforma\\_da\\_filosofia.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/20130224-feuerbach_teses_provisorias_de_reforma_da_filosofia.pdf). Acesso em 26 jan. 2021.

FONTE, Sandra Soares Della. **Marx e a obra de arte literária em O Capital**. Tese em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33953/1/Marx%20e%20a%20obra%20de%20arte%20literaria%20em%20O%20capital.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

FREDERICO, Celso. A arte em Marx. **Novos Rumos**, São Paulo, v. 19, ano 20, n. 42, p. 3-24, 2005.

FREUD, Sigmund. Esboço de psicanálise. In: **Os pensadores**, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FULDA, Hans Friedrich. **Tese para a dialética como método de exposição** (no “Capital” de Marx). *Crítica Marxista*. n. 45, ano 2017. UNICAMP. SP.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

GANDESHA, Samir; HARTLE, Johan F. (org.). **Aesthetic Marx**. London: Bloombury Academic, 2017.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRESPLAN, Jorge. Apresentação de “Tese para a dialética como método de exposição (no ‘Capital’ de Marx)”. In: *Crítica Marxista*. N 45. 2017. UNICAMP. SP.

GUIMARÃES, Paula Alexandra. À (re)descoberta de um Karl Marx vitoriano e de um legado marxiano na arte e na política britânicas. In: Karl Marx: Legado, **Críticas e Atualidade**. ICS-UMINHO, Braga. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/62890>. Acesso em 27 mai. 2021.

HARVEY, David. **Para entender O capital: livros II e III**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica: (excertos)**. São Paulo: Barcarolla, 2011.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **O que é metodologia?** ALFORJA, 1991. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Para sistematizar experiências.** Tradução de Maria Viviana V. Resende. Ministério do Meio Ambiente, 2. ed., revista. Brasília: MMA, 2006.

HYMAN, Stanley Edgar. Capital as a literature. **The Kenyon Review**, v. 23, n. 4, p. 590-610, 1961. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4334171>. Acesso em: 10 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **The tangled bank: Darwin, Marx, Frazer and Freud as imaginative writers.** Nova York: Athaeneum, 1962.

IASI, M. L.; FIGUEIREDO, I. M.; NEVES, V. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico.** Marília: Lutas Anticapital, 2019.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe - o PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. Educação e consciência de classe: desafios estratégicos. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 67-83, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2013v31n1p67/25650/104152>. Acesso em 23 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Educação Popular: formação da consciência e luta política. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO POPULAR E LUTAS SOCIAIS DO SFCH DA UFRJ, 2004, Rio de Janeiro. p. 1 - 8.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Maiêutica: a arte do parto. **Boletim do Fórum Nacional de Monitores do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio.** São Paulo, n 41, 2001.

\_\_\_\_\_. **Meta amor fases: coletânea de poemas.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

JAPPE, Anselm. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. Tradução de Sílvio Rosa Filho. Revisão de Jacira Freitas. **Limiar**. Vol.1, n. 2. 1º semestre 2014. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2014/06/jappe-alienac3a7c3a3o-eificac3a7c3a3o-e-fetichismo.pdf>. Acesso em 17 de março de 2019. p. 12.

KIERKEGAARD, Søren Aabye. **O conceito de Ironia constantemente referido a Sócrates.** Petrópolis: Vozes, 1991.

KONDER, Leandro. **Os marxistas e a arte.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal Lógica Dialética.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LENIN, V. I. **Cadernos sobre a dialética de Hegel.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LESSA, S. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LOBO, Pítias Alves. **Núcleo de Educação Popular 13 de Maio**: uma contribuição à formação política da classe trabalhadora. 133 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2009. Disponível em: <[HTTP://REPOSITORIO.BC.UFG.BR/TEDE/HANDLE/TDE/2044](http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2044)>. Acesso em: 25 jul. 2018.

LOPES, Ricardo Ribeiro Casimiro. **Marx poético: linguagem figurada na argumentação marxiana n'O Capital**. Rio de Janeiro, 2005. (e-book)

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

\_\_\_\_\_. **Estética**. Barcelona: Grijalbo, 1966-1967. 4v.

\_\_\_\_\_. **Introdução a uma estética marxista**. Sobre a particularidade como categoria da estética. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUXEMBURGO, Rosa. O segundo e o terceiro volumes d'O Capital. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. Edição de Friedrich Engels. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MACHADO, Gustavo. **Marx e a história**: das particularidades nacionais à universalidade. São Paulo: Sundermann, 2018b.

\_\_\_\_\_. O papel da história no modo de exposição de *O capital* de Marx. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 238-269, abr./2018a.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017a.

\_\_\_\_\_. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

\_\_\_\_\_. Para a crítica da Economia Política. In: **Os Pensadores XXXV**. São Paulo: Abril cultural, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cartas sobre “O Capital”**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Obras escogidas en dos tomos**. Tomo II. Moscú: Editorial Progreso, 1955.

\_\_\_\_\_. **Sobre Literatura e Arte**. 4ª ed. Lisboa: Editora Estampa, 1974.

MELO, Luciana. **Elementos literários na arquitetura narrativa de Marx**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em “O Capital”. **Boletim Seaf**, Belo Horizonte, v. 2, p. 17-41, 1982. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2015/09/muller-exposic3a7c3a3o-e-mc3a9todo-dialc3a9tico-em-marx.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre “O Capital”**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Karl Marx – uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PESSANHA, José Américo Motta. Vida e Obra. In: **Sócrates**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PRAWER, S. S. **Karl Marx and world literature**. Verso: London/ New York, 2011.

QUEIROZ, Fábio J.; COSTA, Frederico. Marx e a literatura: um estudo à luz do Capital. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, Fortaleza, n. 4, p. 11-30, dez. /2012.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto/UERJ, 2001.

ROSE, Margaret A. **Marx’s lost aesthetic: Karl Marx & the visual arts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

RUBEL, Maximilien. **Crônica de Marx**. São Paulo: Ensaio, 1991.

RUBIN, Isaak. **A teoria marxista do valor**. São Paulo, Editora Polis, 1987.

SILVA, C. A.; BUENO, J. Z.; SOUZA JUNIOR, H. P. As formas literárias em O Capital: contribuição à educação dos trabalhadores pela crítica da Economia Política. *Revista Ciências*



do Trabalho, n. 19, 2021. Disponível em:  
<https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/276/pdf>. Acesso em 23 jun. 2021.

SILVA, Cyntia de Oliveira. **O resgate da trajetória histórico-política do 13 de Maio NEP** – Núcleo de Educação Popular. 2008. 212 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91142>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SILVA, Francisco de Assis. Marx e a literatura. In: **COLÓQUIO MARX & ENGELS (CEMARX)**, 8., 2015, Campinas. Anais eletrônicos [...]. Disponível em:  
[https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Francisco%20de%20Assis%20Silva%2010594.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Francisco%20de%20Assis%20Silva%2010594.pdf). Acesso em: 13 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **MARX: Literatura e crítica da Economia Política em “O Capital”**. Tese em Filosofia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018. Disponível em:  
[https://ppgf.ufba.br/sites/ppgf.ufba.br/files/tese\\_de\\_francisco\\_de\\_assis\\_silva.pdf](https://ppgf.ufba.br/sites/ppgf.ufba.br/files/tese_de_francisco_de_assis_silva.pdf). Acesso em 10 abr. 2021.

SILVA, Ludovico. **O estilo literário de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SILVEIRA, Paulo. Lacan e Marx: a ideologia em pessoa. **Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo, n. 14, abr. 2002.

SOBRE A ORIGEM da riqueza. Direção: Peter Overbeck. Produção: Cine e Vídeo Distribuidora. CB: Transcrição de letreiros. JRMF: São Paulo, 1980. 1 DVD, 10min, 16mm, color., 55mm.

SODRÉ, Néelson W. (org.). **Fundamentos da estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA JÚNIOR, Justino. Alienação, fetichismo e discurso em O capital. **InterMeio**, Campo Grande, MS, v. 21/22, n. 42/44, p. 141-177, 2015/2016.

SOUZA JUNIOR, H. P. As origens da ontologia do ser social: a questão do método. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte: FaE/UFMG, v. 24, n.1, p. 143-155, 2015.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Da contestação à conformação - A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

VAISMAN, Ester; VEDDA, Miguel (org.). **Lukács: estética e ontologia**. São Paulo: Alameda, 2014.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **As ideias estéticas de Marx**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VENÂNCIO, Rafael. O. Ironia e o jornalismo de Karl Marx e Friedrich Engels. **Rhêtorikê**, Covilhã, n. 2, p. 1-15, abr. 2009.